

VI SEHPOLIS

Anais do VI Seminário de História Política

130 anos de República
no Brasil



Organizadores
Antonio Maurício Freitas Brito
Marcelo Pereira Lima

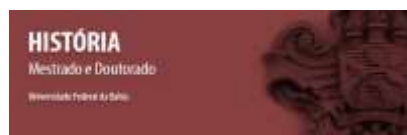
ANAIS ELETRÔNICOS DO VI SEMINÁRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA

VI SEMINÁRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA (VI SEHPOLIS)
PROMOVIDO PELA LINHA PESQUISA “SOCIEDADE, RELAÇÕES
DE PODER E REGIÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA DA UFBA

SALVADOR, 05, 06 e 07 de novembro de 2019



COORDENADORES DA EDIÇÃO
Antonio Mauricio Brito
Marcelo Pereira Lima



Salvador, 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FFCH-UFBA
Telefone/FAX: (71) 3331-2755
Secretaria: (71) 3283-6431
E-mail: ffch@ufba.br
Site: <https://ffch.ufba.br/>

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH-UFBA)
Coordenação: (71) 3237-7574
Secretaria: (71) 3283-6432
Site: <https://ppgh.ufba.br/>
E-mail: poshisto@ufba.br

LINHA DE PESQUISA: SOCIEDADE, RELAÇÕES DE PODER E REGIÃO

Localização: Estrada de São Lázaro, 197, Federação, CEP: 40.210730, Salvador - BA

Capa elaborada por Marcelo Pereira Lima (LETHAM-UFBA/PPGH-UFBA)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Isaias Alves – FFCH/SIBI/UFBA
Alexsandra Barreto CRB-5/1366

-
- Seminário de História Política (6.: 2019 : Salvador, BA)
S471 Anais do VI Seminário de História Política (VI SEHPOLIS): 130 anos de República no Brasil, Salvador, Bahia, Brasil, novembro 5-7, 2019 [livro eletrônico]. / Organizadores: Antonio Mauricio Freitas Brito e Marcelo Pereira Lima. – Salvador: UFBA, 2021.
303 p.; PDF
- Anais Eletrônicos promovidos pela Linha de Pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA.
ISBN: 978-65-5631-046-6 (e-book)

1. Política – História - Brasil. 2. República – Brasil. 3. Historiografia – Brasil. I. Brito, Antonio Mauricio Freitas. II. Lima, Marcelo Pereira. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. 130 anos de República no Brasil.

CDD: 981

VI SEMINÁRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Coordenação Geral

Ana Paula Medicci
Marcelo Pereira Lima
Rodrigo Perez Oliveira

Comissão Organizadora

Ana Carolina Barbosa Pereira (UFBA)
Ana Paula Medicci (UFBA)
Antonio Mauricio Brito (UFBA)
Carlos Zacarias Figueireôa de Sena Jr. (UFBA)
Edilece Souza Couto (UFBA)
Jamille Macedo Oliveira Santos (PPGH/UFBA)
Julio Ernesto Souza de Oliveira (PPGH/UFBA)
Lina Maria Brandão de Aras (UFBA)
Lucileide Costa Cardoso (UFBA)
Marcelo Pereira Lima (UFBA)
Maria Hilda Baqueiro Paraíso (UFBA)
Moises Amado Frutuoso (UFBA)
Patrícia Valim (UFBA)
Ricardo Sizílio (UFBA)
Rodrigo Perez Oliveira (UFBA)

Comissão Científica

Alexandre Pianelli Godoy (UNIFESP)
Ana Rita Fonteles Duarte (UFC)
André Leonardo Chevitarese (UFRJ)
Avanete Pereira Sousa (UESB)
Diogo Arruda Carneiro da Cunha (PPGH/UFPE)
Edna Maria Matos Antonio (UFS)
Elizete da Silva (UEFS)
Gilberto Maringoni de Oliveira (UFABC)
Iracema Oliveira Lima (UESB)
Joana Maria Pedro (UFSC)
José Gledison Rocha Pinheiro (UNEB)
Julio Cesar Bentivoglio (UFES)
Juniele Rabêlo de Almeida (UFF)
Leandro Duarte Rust (UFMT)
Magali Gouveia Engel (PPGH-UFBA/UERJ)
Maise Caroline Zucco (UFBA)
Márcia Motta (UFF)
Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ)
Pedro Henrique Pereira Campos (UFRRJ)
Renan Honório Quinalha (UNIFESP)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFF)
Rodrigo Perez Oliveira (UFBA)
Wilma Peres Costa (UNIFESP)
Zilda Márcia Gricoli Iokoi (USP)

Capa

Marcelo Pereira Lima

Apoios

Associação Nacional de Professores Universitários de História
(SEÇÃO ANPUH-BA)

Programa de Pós-Graduação em História
(PPGH-UFBA)

Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre as Mulheres,
Gênero e Feminismo
(PPGNEIM-UFBA)

História dos Partidos e Movimentos de Esquerda da Bahia
(HPMEB)

Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades
(MDC)

Laboratório de Estudos sobre a Transmissão e História Textual na Antiguidade
e no Medievo
(LETHAM-UFBA)

Patrocínio



Realização

Programa de Pós-Graduação em História
(PPGH-UFBA)

Linha de pesquisa: Sociedade, Relações de
Poder e Região

Departamento de História

Sumário

| | |
|---|-----|
| Apresentação | 7 |
| Antonio Mauricio Freitas Brito Marcelo Pereira Lima | |
| O rodoviarismo na Bahia: políticas públicas e ações privadas para a implementação de estradas de rodagem (décadas de 1910 e 1920) | 11 |
| Aloisio Santos da Cunha | |
| O pastoreio do clero <i>vocacionista</i> no campo político coiteense (1960-1970) | 28 |
| Cristian Barreto de Miranda | |
| <i>São Miguel das Matas e Cruz das Almas: espaço de resistência e conexão com a luta armada do país</i> | 50 |
| Cristiane Lopes da Mota | |
| Trabalhadores rurais <i>versus</i> empresas produtoras de eucalipto no litoral norte da Bahia: histórico de um conflito | 75 |
| Josias de Oliveira Porto Neto | |
| Legislação eclesiástica e associações leigas nos episcopados de dom Jerônimo Tomé da Silva e de dom Augusto Álvaro da Silva (1893 –1945) | 102 |
| Luiza Pereira de Meneses Tháise Lopes dos Santos | |
| O Gênero na Perspectiva Religiosa no <i>Guia dos Perplexos</i> | 123 |
| Magide Jarallah Dracoulakis Nunes | |
| Ao “Porta voz do Mundo Árabe”: limites e possibilidades de estudos sobre as relações Brasil-Egito (1956) | 139 |
| Mateus José da Silva Santos | |
| A história política da Ditadura Civil-Militar por meio do testemunho: jornalistas, intelectuais e a trajetória de Alterto Dines | 167 |
| Polliana Moreno dos Santos | |
| O Estupro de Homens em <i>Alien</i>: Metáfora de Estupro Masculino e Violências de Gênero na Franquia <i>Alien</i> (1979 – 1992) | 185 |
| Savio Queiroz Lima | |
| Dom Augusto Álvaro da Silva: fé e política | 209 |
| Solange Dias de Santana Alves | |

| | |
|--|-----|
| Uma voz incandescente: os movimentos homossexuais no jornal <i>Lampião da Esquina</i> (1978-1981) | 229 |
| Thasio Fernandes Sobral | |
| O ensino de História por meio das metodologias ativas | 252 |
| Tiago Silva dos Santos | |
| Os desafios da internacionalização sindical | 267 |
| Vanessa Cristina Meneses Fernandes | |
| Augusto César Rios Leiro | |
| Anticomunismo e religião: o caso do Caldeirão do Beato José Lourenço no Cariri cearense (1936-1937) | 287 |
| Vinícius Silva de Medeiros | |

APRESENTAÇÃO: 130 anos de República no Brasil

O VI SEHPOLIS já é um evento consolidado no âmbito das atividades da linha de pesquisa “Sociedade, Relações de Poder e Região” do PPGH-UFBA. As duas primeiras edições ocorreram respectivamente em 2010 e 2011. Desde 2013, o evento passou a ser bianual. A partir do IV SEHPOLIS (2015), em virtude da expansão da linha de pesquisa, adotou-se não somente as conferências e mesas-redondas, mas também as mesas de comunicações para todos(as) os(as) graduados(as) interessados(as) em apresentar seus trabalhos. No caso das conferências, convidou-se pesquisadores internacionais, tais como Manuel Loff, da Universidade do Porto, que participou do II SEHPOLIS, o professor Julio Sanchez Gomez, da Universidade de Salamanca, que ministrou conferência no III SEHPOLIS, e o Prof. Dr. Bryan McCann da Universidade de Georgetown (IV SEHPOLIS). Para as mesas-redondas, articulando diversas instituições locais, regionais e nacionais, houve a presença de professores e investigadores de outros Estados, tais como SP, RJ, RS, PE, SE ou de outras IES da Bahia, com destaque para a UEFS, UNEB, UFRB, UESB e UESC.

Nas duas últimas versões (IV e V SEHPOLIS), fomos contemplados com a participação mais ampliada de alunos e alunas da graduação, pós-graduação e egressos do PPGH-UFBA, e de outros programas do Estado. Além dos cadernos de resumos (para todas as edições) e dos Anais Eletrônicos (IV e V SEHPOLIS), fortaleceu-se a

ideia de realizar a publicação de livros. Exemplo disso são os dois livros publicados pela Edufba intitulados respectivamente “Sociedade e relações de poder na Bahia séculos XVII-XX” (2014), “Políticas em História: Instituições, Poderes e Historiografia” (2019) e “Política e Historiografia em tempos de crise” (2021). Cabe ressaltar que o V e o VI SEHPOLIS, incluindo os Anais e os referidos livros, foram financiados pelo Paep-Capes.

Nessa nova edição, *VI SEHPOLIS: 130 anos de República no Brasil* pretendeu sistematizar e potencializar o processo de consolidação já em curso da atuação da linha de pesquisa em questão em diálogo com profissionais em diferentes fases de formação e de numerosos programas e instituições de ensino locais, regionais e nacionais. Tudo isso visando também incentivar a elaboração e publicação dos resultados de pesquisa sobre o campo da História Política.

O VI SEHPOLIS teve as seguintes finalidades específicas: A) dar continuidade aos principais esforços de renovação do campo da História Política no âmbito da UFBA, em parceria com outras IEs baianas, nordestinas e de outras regiões do Brasil, contribuindo para a divulgação de estudos sobre esse campo no Brasil, como um todo, e nos Estados do Nordeste, em particular; B) estimular a cooperação entre os diversos centros universitários estaduais e federais, incentivando o diálogo crítico e o auxílio mútuo em termos acadêmicos, construindo uma rede de solidariedade e apoio entre diversas instituições acadêmicas; C) discutir o estatuto teórico-metodológico e epistemológico dos campos da História Política ou da

História das Relações de Poder, sobretudo nas suas relações com os estudos sobre diferentes temporalidades e cortes geográficos, sem negligenciar a historicidade das complexas e dinâmicas (des)conexões nos âmbitos regionais e suprarregionais; D) incentivar a interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade entre as citadas áreas de conhecimento e seus diálogos com a História Política; E) contribuir para a internacionalização do programa, incentivando a oferta de palestras, cursos e minicursos ministrados por investigadores estrangeiros na UFBA; F) auxiliar na formação de profissionais competentes para atuarem em diversas instituições socioprofissionais tais como museus, universidades, escolas públicas e privadas, arquivos, bibliotecas etc.

O VI SEHPOLIS contou com lançamentos de 5 livros, 2 conferências (abertura e encerramento), 4 minicursos, 8 mesas redondas e 18 mesas de comunicações livres. Entre as 80 comunicações apresentadas, 14 foram encaminhadas para publicações neste E-book, perfazendo um total de 17% da totalidade. Mesmo sendo recorrente a disparidade entre as apresentações orais e a disponibilização de textos (sintoma da desvalorização dos Anais), ressaltamos a importância em dar continuidade à divulgação de pesquisas em andamento especialmente as ligadas à produção de discentes da graduação e dos programas de pós-graduação. O resultado é um painel diversificado de trabalhos sobre distintos objetos inscritos em temporalidades diversas, perspectivas teóricas e metodológicas plurais amparadas em fontes também heterogêneas. Agradecemos não só a todos(as) os(as) envolvidos(as), como também

ao financiamento do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP-CAPES), sem o qual não teríamos realizado o evento e as publicações vinculadas a esse encontro. Desejamos boa leitura!

Antonio Mauricio Freitas Brito
Marcelo Pereira Lima
Maio pandêmico, 2021

O rodoviarismo na Bahia: políticas públicas e ações privadas para a implementação de estradas de rodagem (décadas de 1910 e 1920)

Aloisio Santos da Cunha¹
Doutorando PPGH-UFBA

As dificuldades para se locomover pela Bahia ocuparam lugar importante dentre as preocupações das elites baianas desde os tempos coloniais. Com o Império e a República, essas preocupações ganham contornos de urgência por pelo menos dois motivos. O primeiro se liga ao processo de mecanização do mundo iniciado em meados do século XVIII pelo uso da máquina a vapor que libertava os homens dos ritmos da natureza. A força do cavalo-vapor entrava total e irreversivelmente a serviço da produção em larga escala e, conseqüentemente, dos transportes. Tempo, mais do que nunca, era dinheiro. O segundo, mesmo sendo local, também se liga a fatores exógenos, pois, a partir de meados do século XIX, a cultura do café desenvolvida na atual região Sudeste do Brasil conheceu vigoroso desenvolvimento, com forte aceitação do produto nos mercados externos, enquanto a produção do mais significativo produto da Bahia, o açúcar, perdia espaço no comércio internacional, intensificando o deslocamento político e econômico do Nordeste para o Sudeste.

Juntaram-se, portanto, duas graves questões, que passaram a se articular, com uma sendo vista como o esteio por onde a outra seria

¹ E-mail para contato: metalangobr@gmail.com

superada: modernizando-se a Bahia através, principalmente, da implantação de sistemas de transportes mecânicos, poder-se-ia estancar a perda de prestígio econômico, pois, com transportes ágeis e fáceis, o enorme território da província, depois estado, poderia ser mais efetivamente explorado e de modo rápido, gerando, por outro lado, a manutenção do papel político preponderante que o estado desempenhou durante o Império, mas que começava a ver diminuído com a chegada da República. Através da melhoria nas comunicações seria possível, pensavam os grupos dominantes da Bahia de finais do século XIX e do início do XX, reconduzi-la a seu passado glorioso. Sobre a busca por esse passado pujante, coloca Rinaldo Leite:

Os ‘discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia’ oscilam entre o resgate da opulência do passado e as tentativas de recuperação do status por meio da inserção na nova ordem. Também elaboram a ideia de uma ‘idade de ouro’ ou, como preferi chamar, de ‘tempos de glória’, e estimulam as expectativas de um futuro redentor. (LEITE, 2012, p. 28).

Nessa busca pela modernização dos transportes, a Bahia foi pioneira. Lentamente e enfrentado sérias dificuldades técnicas e financeiras, buscou-se sua inserção no mundo da engenharia dos transportes modernos e isso começou a ocorrer ainda na primeira metade do século XIX. Em 1819, por exemplo, o primeiro barco movido a vapor do Brasil cortou as águas da Baía de Todos os Santos entre Salvador e Cachoeira, no Recôncavo. Este empreendimento teve vida curta, pois, durante os conflitos ligados à Independência, foi afundado pelos portugueses. Após longo hiato, a navegação a vapor

voltou a ser explorada de modo contínuo a partir de 1838 num processo que conhece seu ápice em 1853 com a criação da Companhia Bahiana de Navegação que, ao fundir pequenas empresas de navegação a vapor fundadas durante a primeira metade do século, passou a permitir ligações mais eficientes entre as localidades da costa baiana e o Recôncavo, bem como viagens às províncias do Norte e à Corte. Tempos depois, na década de 1870, tentou-se iniciar a navegação a vapor no rio São Francisco, mas, naquela vasta região, somente no final do século pode se ter um sistema organizado, operado inicialmente pela Empresa de Viação Brazil e, depois, pela Empresa Viação do São Francisco.

Um dos grandes símbolos da Revolução Industrial, a estrada de ferro, também teve o processo de implantação iniciado muito cedo em terras baianas, com a primeira linha, uma concessão inglesa, começando a funcionar em 1861. Apesar da lentidão nas obras e da própria qualidade delas, o que sempre rendeu muitas reclamações dos usuários e do Estado, ente que concedia e fiscalizava os serviços, a Bahia passou a contar com algumas ferrovias, como a estrada do São Francisco, a Central da Bahia, a Nazaré e a de Santo Amaro ainda durante o Império. Entre o final deste período e o início dos anos republicanos, outras três entraram em operação: a Bahia e Minas, no extremo sul, a Centro Oeste no Recôncavo e a Ilhéus-Conquista atendendo ao polo produtor do cacau, chegando em 1920 a contar com

1.838 quilômetros de caminhos de ferro em tráfego (BRASIL, 1924, p. XVIII).²

Ainda na viação terrestre, também houve pioneirismo por conta de uma das primeiras estradas de rodagem construídas pelo método MacAdam ter sido iniciada na década de 1850 para ligar Santo Amaro ao Tanque da Senzala,³ no caminho para Feira de Santana. O primeiro veículo a andar com as próprias forças sem precisar de trilhos no Brasil rodou pioneiramente na capital baiana em 1874, quando o comerciante Francisco Antonio Pereira da Rocha importou da Inglaterra uma *machine pump* ou *road locomotive*, uma espécie de locomotiva feita para rodar em estradas de rodagem. Apelidada pela população de “Maxambomba” ou “Borracha do Rocha”, fez o trajeto Cidade Alta-Cidade Baixa pela Ladeira da Montanha por algum tempo até ser vendida para o Rio Grande do Sul.

Esses desenvolvimentos carregam consigo algumas similaridades como, por exemplo, terem sido pensados como soltos, ou seja, não se tinha a ideia de sistema ou de rede de transportes, apesar de que durante o Império o governo de Pedro II ter financiado uma série de estudos que iam neste sentido, mas que só acabaram

² Esta quilometragem inclui o prolongamento da linha da São Francisco, a partir de Alagoinhas, em direção a Sergipe, o chamado Ramal do Timbó (atual cidade de Esplanada) e a ferrovia de ligação entre a São Francisco, em Senhor do Bonfim, e a Central da Bahia, em Iaçu, via conhecida como Trem da Grotá.

³ Este método de construção foi desenvolvido pelo escocês John MacAdam no início do século e consiste na colocação de camadas de pedra britada cada vez mais fina sobre a camada precedente. Este método, além de barato, uniformizava a estrada e a protegia dos efeitos erosivos das águas. A localidade de Tanque da Senzala é o atual posto São Luís, entroncamento de rodovia estadual construída nos anos de 1970 sobre o leito original da estrada macadamizada (BA 084) e a BR 324. Note-se que em face de inúmeros problemas, como a falta de recursos e as descontinuidades políticas, este trecho de pouco mais de 25km de extensão demorou mais de cinquenta anos para ser concluído.

sendo postos em prática durante a República.⁴ Também serviram para demonstrar as dificuldades técnicas para se implantar sistemas modernos de transportes na Bahia, operando, em larga medida, de modo ineficiente e não contribuindo para o tão sonhado desenvolvimento baiano. Até mesmo as ferrovias, construídas dentro da lógica do mais barato em detrimento do mais adequado, não conseguiam prestar serviços satisfatórios e passaram quase toda sua existência vivendo sobre regime de déficits crescentes. Outra característica importante é que grande parte dessas iniciativas foram privadas, mas só começaram a funcionar e operar de modo regular quando receberam algum tipo de auxílio do Estado, seja o imperial ou o provincial.⁵

No plano estadual houve, nos primeiros anos republicanos, uma tentativa de racionalizar o sistema de transportes, dando-lhe característica de rede. Em 1893, uma comissão formada por ordem do Senado do Estado apresentou seu relatório que, aprovado, se tornou o Plano de Viação do Estado da Bahia. Este documento estabeleceu as linhas mestras por onde se desenvolveriam o sistema de viação baiano, porém era um plano essencialmente ferroviário que visava a ligação do litoral atlântico com o vale do São Francisco em cinco

⁴ Esta série de planos e levantamentos sobre os transportes no Brasil se intensificaram depois que a Guerra do Paraguai (1864-1870) demonstrou as dificuldades de se locomover pelo interior do país. Sobre eles ver SOUSA NETO, 2012.

⁵ Apesar de privados, os estudiosos da temática apontam que, sem o fomento do Estado, através, principalmente, da concessão de vantagens e benesses, não teria sido possível a implantação de sistemas mecânicos de transporte em significativas regiões do Brasil, notadamente no atual Nordeste, pela mais absoluta falta de capitais. A iniciativa pioneira e que foi o modelo adotado por todo o Império e no início da República foi a edição pelo governo imperial do Decreto 641, de 26 de junho de 1852 que estabeleceu o sistema de juros garantidos. Com ele, o governo garantia a lucratividade das estradas de ferro que fossem construídas com juros de 5% ao ano sobre o capital empregado até que passassem a dar lucro aos seus operadores e concedia uma série de vantagens às empresas construtoras.

pontos diferentes. Ainda não se falava em outros meios de locomoção por terra, mas isso logo mudaria.

Aproximando-se o final do século XIX, um novo e importante elemento começava a se desenvolver e dentro de algumas décadas revolucionaria profunda e irreversivelmente a maneira como as pessoas se locomoviam nos quatro cantos do mundo. O automóvel, nascido na década de 1870 na Alemanha e na França, se convertia no novo símbolo de modernidade mecânica. Em terras brasileiras sua primeira aparição se deu na capital federal em 1891. Na Bahia, a máquina chega pelas mãos do industrial Henrique Lanat em 1901 e era, na prática, um brinquedo a serviço da exibição dos muito ricos. Nestes primeiros tempos

(...) ainda não tinha se transformado em um produto de utilização em massa. É justamente a dificuldade de comprar uma mercadoria e a tenaz visibilidade pública que fortalecem seu significado cultural. Impossível ignorá-lo. Foi alvo de comentários, brincadeiras e boatos. Foco de curiosidade. Elemento de ostentação e diferenciação (GIUCCI, 2004, p. 24).⁶

Com o tempo, se tornou o que realmente é, um meio de transporte versátil e barato se comparado à navegação à vapor e às ferrovias, tendo a capacidade de chegar aonde nenhum outro meio mecanizado poderia.

No processo de transformação do automóvel em meio de transporte dominante, dois eventos deram poderosa contribuição. O

⁶ No caso baiano, o veículo de Lanat e os seguintes, como o do seu amigo Agenor Gordilho, eram figuras esperadas durante os desfiles de carnaval do período.

primeiro se deu nas técnicas de produção, pois, a partir de 1913, a *Ford Motors Company* dos Estados Unidos começou a operar na fábrica de Highland Park a linha de montagem, processo onde a feitura do automóvel é realizada em etapas por operários especializados em cada aspecto do veículo.⁷ Como nos lembra Greg Grandin, Henry Ford não criou este processo do nada, mas sim da observação dos matadouros de gado de Cincinnati, onde as carcaças, em eterno movimento pela fábrica, iam sendo retalhadas por operários especializados em cada tipo de corte (GRANDIN, 2010, p. 48). A introdução da produção em massa derrubou os custos, o preço final e aumentou significativamente as quantidades produzidas.

Outro evento que ajudou a popularizar o automóvel foi a Primeira Grande Guerra (1914-1918). Conflitos militares normalmente forçam desenvolvimentos tecnológicos em diversas áreas e com o automóvel não foi diferente. A exigência dos campos de batalha contribuiu para o surgimento de soluções técnicas que foram empregadas, após o conflito, nos automóveis civis. Evento nos primeiros meses da guerra serviu para demonstrar a versatilidade e utilidade prática do automóvel e chega a ser irônico o fato de que a estreia do automóvel num conflito militar de larga escala tenha se mostrado um sucesso com o uso de veículos civis. Com Paris cercada pelos exércitos alemães em setembro de 1914, urgia transportar para o

⁷ Antes, um mesmo grupo de trabalhadores montava todo o veículo, que ficava estático durante a produção, dinâmica demorada e cara. Com a linha de montagem, os processos eram barateados e agilizados, visto que o veículo seguia sempre em movimento pelo interior da fábrica. Como exemplo, um automóvel Ford que até 1913 demorava 24 horas para sair pronto da linha de montagem, no início de 1914 levava apenas 93 minutos. Outro dado importante é que em 1912, esta empresa produzira 82.388 veículos modelo T, seu carro chefe e primeiro automóvel de consumo massivo em escala mundial, que custavam US\$ 600 cada. Quatro anos depois, foram 585.388 T, custando US\$ 360 cada (Cf. BANHAM, 2002, p. 39).

front de batalha do Marne, nas cercanias da cidade, milhares de soldados franceses. Por ordem do general Joseph Gallieni, todos os táxis de Paris foram convocados a se reunir em um ponto da cidade para de lá levarem os soldados à linha de frente. Chegando em boa hora, os reforços levados pelos mais de quatrocentos veículos parisienses ajudaram a conter o avanço alemão (HASTINGS, 2014, p. 366-367).

Esses dois fatores, aliados ao baixo custo para implantação das estradas de rodagem, fizeram nascer no Brasil e na Bahia do pós-Guerra, o rodoviarismo. Este termo não existe nos dicionários de língua portuguesa, mas deve ser entendido como o movimento em prol da construção de estradas de rodagem que se inicia no Brasil neste período, ganhando enorme força nas décadas de 1940 e 50, e convertendo o país em rodoviário em detrimento do setor ferroviário.⁸ O que observaremos a seguir serão as medidas e ações tomadas na Bahia dos momentos iniciais do seu rodoviarismo, as décadas de 1910 e, principalmente, a de 20, nosso verdadeiro marco zero no que concerne a construções rodoviárias estruturadas por plano que abrangia todo o território baiano.

A primeira medida em prol da abertura de estradas de rodagem adequadas ao uso do automóvel, pois já contava a Bahia, nos dizeres de estudioso do período, com “(...) um verdadeiro emaranho de

⁸ Dilma Andrade de Paula lembra que, ao falarmos em rodoviarismo, automaticamente o associamos ao governo de Juscelino Kubistchek, porém, “A partir de 1926 foram elaborados os primeiros planos rodoviários e, em 1927, foi criado o Fundo Especial para a Construção e Conservação de Estradas de Rodagem, para o qual era canalizado um imposto adicional sobre os combustíveis e veículos importados” (PAULA, 2010, p. 147). Ou seja, apesar do grande desenvolvimento do rodoviarismo no Brasil ser nos anos 50 com a implantação da indústria automobilística e a abertura em massa de rodovias, já nos anos 20 tomaram-se medidas para viabilizar o automóvel no país.

picadas, trilhos, veredos e caminhos, pelos quaes se faziam as comunicações entre as diversas localidades do interior” (PINHO, 1923, p. 461), que não serviam para o tráfego de automotores, foi a Lei 828 de 17 de agosto de 1910 editada no governo Araújo Pinho. Neste momento, o uso do automóvel ainda era tão incipiente que a legislação se referia ao “estabelecimento de linhas servidas por automóveis” e não propriamente à construção de estradas (PINHO, 1923, p. 487). Era como se a máquina estivesse num primeiro plano e a via que deveria percorrer em segundo. Apesar do governador apontar, em 1911, que “diversas tem sido as propostas recebidas pelo Governo para estabelecimento destas linhas” (BAHIA, 1911, p. 41), apenas uma começou a se materializar, mas só veio a ficar pronta depois da Primeira Guerra.⁹ Devemos nos lembrar que essa situação é fruto do automóvel, naquele momento, ainda ser uma novidade e da ausência de condições materiais, financeiras e técnicas para implementação de um programa efetivo de construções. Levando-se em consideração, também, as turbulências políticas daqueles anos,¹⁰ a lei em nada contribuiu para que a malha rodoviária da Bahia fosse incrementada.

Em 1917, em pleno conflito mundial, o governo de Antonio Moniz Aragão introduziu nova legislação para fomentar a construção de estradas que trazia importante novidade. A Lei 1.227 de 31 de agosto, que mandava construir estradas de rodagem para ligar os

⁹ Trata-se da estrada que ligava a estação ferroviária de Acajutiba, no ramal do Timbó, à estância hidromineral de Cipó.

¹⁰ Os estudiosos da política baiana do período são unânimes ao apontá-lo como profundamente marcado por lutas intestinas entre os diversos grupos de poder a ponto de Luís Henrique Dias Tavares chama-lo de um período de “sucessões com violências e desuniões” (TAVARES, 2001, p. 314).

mercados consumidores e centros produtores aos rios navegáveis, portos de mar ou estradas de ferro, estabeleceu vantagens aos construtores concedidas pelo Governo do Estado, tais como isenção de impostos, direitos de desapropriação, preferência na aquisição de terras próximas, cobrança de pedágio etc. (BAHIA, 1918, p. 34-37). Com essa fórmula, o Estado, além dele próprio ser construtor, abria a possibilidade de particulares construírem e administrarem estradas de rodagem, mas esbarrou nos efeitos do conflito mundial – e nos problemas internos da Bahia – que restringiu a importação de automóveis e dificultou o acesso aos materiais necessários a obras de característica mais duradoura (cimento, materiais metálicos etc.).¹¹ A década de 1910 terminava com o automóvel sendo comprovadamente um meio de transporte eficiente e que se tornava cada vez mais barato, mas na Bahia muito ainda faltava para que ele literalmente ganhasse as ruas e as estradas ou, melhor dizendo, lhe faltavam ruas e estradas adequadas.

O passo seguinte, mas ainda com a Bahia vivendo verdadeiro turbilhão político, desta feita ligado as ações de J.J. Seabra em seu segundo governo (1920-1924) e sua indisposição com certos chefes do sertão, foi a edição de nova legislação, a Lei 1.458, de 3 de setembro de 1920. Na prática, repetia a estrutura e as benesses da lei de 1910, porém trazia importantes novidades como a subvenção quilométrica (Rs. 2:000\$000 por cada quilômetro em tráfego a partir do momento

¹¹ Recorramos novamente a Luís Henrique Dias Tavares para caracterizar este período: “Estado pobre e de pequena produção, como sempre foi a Bahia, o custo de vida subiu nos três anos mais agudos da Primeira Guerra Mundial (1916 – 1918). Cresceu a insatisfação social e política e surgiram na cidade do Salvador manifestações de rua contra carestia” (TAVARES, 2001, p. 334).

em que vinte quilômetros estivessem prontos) e criou a Caixa de Estradas de Rodagem, fundo formado por contribuições federais, estaduais e municipais, além de parte dos impostos que incidiam sobre instalações hidroelétricas e pedágios. Também autorizou o governo estadual a tomar empréstimos para aumentar a capacidade da Caixa de abrir estradas rapidamente (BAHIA, 1922, p. 124-125).

Os resultados, apesar de melhores do que os obtidos pelas legislações de fomento anteriores, ainda eram pequenos em face das necessidades, a ponto de estudioso indicar, no final do governo Seabra, que “pequena, no total, é a quilometragem das estradas de rodagem no Estado da Bahia” (COSTA, 1924 p. 13). Apontava, em seguida, que estradas aptas ao uso pelo automóvel eram apenas treze, perfazendo 765km e estando concentradas, basicamente, no entorno de Salvador e do Recôncavo (COSTA, 1924 p. 18). Com o governo que entrava, a promessa era de mudança nesse quadro.

Podemos localizar, por conta dos resultados e efeitos duradouros, como sendo no governo de Francisco Marques de Góis Calmon (1924-1928) o verdadeiro nascimento do rodoviarismo baiano. O conjunto de normas editado por este governador é, sem dúvidas, o marco zero da tentativa de montar uma rede rodoviária na Bahia, afinal, as anteriores apenas diziam que as construções seriam apoiadas pelo Estado, mas não estabeleciam nenhum tipo de linha mestra. Com a edição da Lei 1.847, de 28 de agosto de 1925, a tendência era de mudança, pois, tal qual as anteriores, além de estabelecer auxílios financeiros aos construtores de estradas, fossem indivíduos, cooperativas, empresas ou municípios, classificava as

rodovias quanto ao tipo, estabelecia as fontes de financiamento, com a transformação da Caixa Rodoviária de Seabra no Fundo Rodoviário do Estado, mais bem suprido de fundos, obrigações aos concessionários, condições técnicas dentre outras coisas. Talvez, o ponto mais importante foi que estabeleceu que dentre os trechos a serem construídos haveria estradas-tronco nos sentidos norte-sul, leste-oeste e transversais, bem como outras de ligação e havia um plano específico para Salvador e o entorno da Baía de Todos os Santos (BAHIA, 1925, p. 223-233).¹² Dessa forma, esta lei se constituiu em um verdadeiro plano de viação estadual, o primeiro da nossa história.

Muito rapidamente, pois já no início de 1926 temos notícias pela imprensa da inauguração de trechos rodoviários lastreados pela Lei, o plano começou a surtir efeito e isto em razão de um conjunto de fatores. Primeiramente, no campo político, o reordenamento de forças fez esse período ser menos conturbado que os anteriores, apesar das elites baianas continuarem desunidas e envolvidas em lutas faccionais.¹³ O nível e a intensidade das disputas haviam diminuído, pelo menos até próximo do final do mandato de Calmon, e essa paz relativa criou um ambiente positivo para as construções rodoviárias.

Em segundo lugar, o fracasso na ampliação da malha ferroviária, a esta altura sendo administrada em sua maior parte por grupo de origem francesa que era um braço do conglomerado

¹² O plano detalhou não somente o tipo, mas onde seriam os pontos de partida e chegada de cada uma das estradas. Importante também registrar que estas estradas estavam distribuídas por toda a Bahia.

¹³ Para PANG, isso se deu por conta dos irmãos Calmon (o governador Francisco, Miguel, que ocupou diversos cargos federais importantes como ministro da Viação e da Agricultura e Antonio) terem criado uma oligarquia colegiada na Bahia que era permeável a entrada de outros indivíduos (PANG, 1979, p. 179). Já Jonas Brito indica que as elites baianas acabaram disfarçando seus desentendimentos domésticos para evitar fortalecer estados rivais da Bahia, sobretudo o Rio de Janeiro (BRITO, 2019, p. 212).

financeiro *Credit Mobillier*,¹⁴ empurrou os usuários para as rodovias. É bom lembrar que os serviços além de serem considerados ruins e inconstantes também eram tidos como caros, ademais, deixavam vastas zonas da Bahia sem atendimento. Além disso, os custos para implantação de dispositivos ferroviários são infinitamente mais elevados do que para se implantar rodovias e se dependia de tecnologias das quais não dispúnhamos internamente. Esses fatores lavaram, muito cedo, a concorrência entre ferrovias e rodovias, ao invés de, como ocorria em diversos lugares do mundo e inclusive no Brasil, terem sido meios de transporte complementares.

Este ambiente foi extremamente positivo para as elites regionais, visto que puderam, utilizando a legislação, portanto tendo garantias jurídicas e financeiras – desde que se fosse aliado ou se tivesse simpatia pelo grupo no poder – e mobilizando seus recursos, abrir estradas de rodagem que possibilitavam que continuassem a controlar suas regiões de atuação tradicional, assim como trazer outras para seu raio de ação. A abertura de rodagens, neste sentido, permitiu a estes grupos promoverem novos processos de territorialização em suas regiões, atraindo para elas a produção das áreas circunvizinhas, estimulando a reprodução do capital por eles investido. Por outro lado, o estado ganhava de várias formas: cedendo aos pedidos destes grupos, obtinha suas simpatias e evitava conflitos, abria a possibilidade de dinamizar a produção através da melhoria na circulação interna e garantia que o Estado se fizesse presente com

¹⁴ Algumas estradas, como a de Nazaré, permaneceram sob o controle do governo estadual e outras, a exemplo da Ilhéus-Conquista, estavam nas mãos de grupos de origem inglesa.

mais agilidade nas longínquas regiões da Bahia. Tudo isso fazendo-se investimentos mínimos, por conta do custo de implantação de rodovias ser bem mais baixo que o de ferrovias e grande parte delas seria construída, como fora feito, com capitais privados. Somente as estradas-tronco foram executadas pelo poder público e isto talvez explique a demora para a conclusão das obras de muitas delas.

Como resultado, a malha viária baiana cresceu vertiginosamente neste período. Tomando como ano corte 1930 por conta dos eventos que levaram ao final da Primeira República, a Bahia passou a contar com cerca de 7.000km de estradas aptas ao automóvel (BAHIA, 1933, p. 521-533).¹⁵ Note-se que estas estradas eram, em sua esmagadora maioria, desprovidas de pavimento, ou seja, eram estradas de terra, e possuíam as mais diversas características, porém permitiam trafegabilidade de veículos durante todas as estações e possuíam obras de arte como bueiros, pontes etc. Questão importante é que não temos como precisar o estado de conservação e de trafegabilidade em grande parte delas nos momentos posteriores a construção. O fato é que muito comum encontrar na imprensa e nos documentos da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas depositados no Arquivo Público do Estado da Bahia queixas quanto a qualidade dessas estradas e pedidos para que o governo estadual intercedesse, liberando fundos ou ele próprio fazendo as devidas manutenções.

¹⁵ Os dados se referem as estradas efetivamente em tráfego, desprezando-se a quilometragem das que estavam em obras.

Fora essa dificuldade metodológica, é pertinente afirmar que o crescimento da rede viária baiana foi contínuo a partir das medidas tomadas pelo governo Góis Calmon e que elas, as estradas de rodagem, contribuíram para espacializar o território baiano de modo rápido e efetivo.¹⁶ Como um sintoma dessa crescente importância adquirida pelas rodovias, depois de iniciada a era rodoviária baiana poucos trechos ferroviários foram construídos e os planos para a ampliação do sistema férreo foram, em larga medida, simplesmente paralisados, coisa que, diga-se, também ocorreu em muitas regiões do Brasil. Se, no século XIX e no início do XX, o símbolo do progresso era o apito da locomotiva, da década de 1920 em diante ele migrou para a buzina dos Fords e Chevrolets que passaram a cortar as poeirentas e cada vez mais comuns estradas de rodagem baianas. A roda de aço e o trilho perderam a batalha para o pneumático de borracha vulcanizada e a rodovia.

Referências

BAHIA. Directoria Geral de Estatística do Estado da Bahia. *Anuario estatístico 1929-1930*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1933.

BAHIA. *Leis do Estado da Bahia do anno de 1917*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

BAHIA. *Leis do Estado da Bahia do anno de 1920*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922.

BAHIA. *Leis do Estado da Bahia dos annos de 1924 e 1925*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

¹⁶ O trabalho de Antonio Fernando Guerreiro de Freitas, que estudou a formação de duas regiões da Bahia neste período, o vale do São Francisco e a cacaueteira, com ênfase nas cidades de Juazeiro e Ilhéus, indica que a abertura de rodovias rompeu parte da ligação dessas regiões com a própria Bahia já que proporcionou contato mais fácil e ágil com outras unidades da federação (FREITAS, 1992).

BANHAM, Russ. *Um século de Ford: a Ford Motor Company e as inovações que transformaram o mundo*. 1ª ed. San Diego, Califórnia: Tehabi Books, 2002.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. *Estatística das estradas de ferro do Brasil relativa ao ano de 1920*. Rio de Janeiro: Inspectoria Federal de Estradas: 1924.

BRITO, Jonas. *Um ás na mesa do jogo: a Bahia na história política da I República (1920-1926)*. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2019.

COSTA, José Americano da. *Estradas de rodagem no Estado da Bahia*. Memória apresentada ao Terceiro Congresso Nacional de Estradas de Rodagem. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1924.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. *Au Bresil: deux régions de Bahia (1896-1937)*. Thèse (Doctorat em Histoire). Université Paris IV-Sorbonne, Paris, 1992.

GRANDIN, Greg. *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GIUCCI, Guillermo. *A vida cultural do automóvel: percursos da modernidade cinética*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HASTINGS, Max. *Catástrofe 1914: a Europa vai a guerra*. Tradução de Berilo Vargas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. 1ª ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1930): a Bahia na Primeira República brasileira*. Tradução de Veras Teixeira Soares. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PAULA, Dilma Andrade de. Estado, sociedade civil e hegemonia do rodoviarismo no Brasil. In: *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 142-156, jul. | dez. 2010.

PINHO, Joaquim Wanderley de. A viação na Bahia. In: BAHIA. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Edição Comemorativa ao Centenário da Independência da Bahia, 1923, (fac-símile).

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. *Planos para o Império. Os planos de viação do Segundo Reinado (1869 - 1889)*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2012.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10ª ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

O pastoreio do clero *vocacionista* no campo político coiteense (1960-1970)

Cristian Barreto de Miranda¹

Doutorando em História pelo PPGH-UFBA

Introdução

A Sociedade das Divinas Vocações, fundada pelo padre Justino Russolillo, em 30 de abril de 1914, na Itália, foi motivada a implementar as suas atividades religiosas em terras brasileiras pelo convite do então Cardeal Primaz do Brasil Dom Augusto Álvaro da Silva. Em 13 de maio de 1950, os primeiros *padres vocacionistas* desembarcaram na capital baiana. Na sede da Arquidiocese de São Salvador, especificamente na Paróquia de São Cosme e São Damião, no bairro da Lapinha, deram início ao seu pastoreio e, em poucos anos, administraram paróquias no interior da Bahia e em outras capitais do país. Atualmente, encontram-se presentes nas regiões episcopais de Salvador, Serrinha, Vitória da Conquista, Rio de Janeiro e Aracaju.

Em 7 de agosto de 1959, a congregação da Sociedade das Divinas Vocações iniciou oficialmente as suas atividades na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, através da posse do padre Belisário Campanelle como pároco dessa freguesia. A posse do

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA). Bolsista da CAPES. C.V.: <http://lattes.cnpq.br/4127044958182115>. E-mail: cristianhist@gmail.com

primeiro pároco *vocacionista* em Conceição do Coité² marcou a retomada de uma certa estabilidade na administração paroquial, esta que, em menos de quatro anos, foi prejudicada devido o afastamento sucessivo de dois sacerdotes.

O primeiro deles, o pároco padre Urbano Galvão Dhom, foi afastado do ministério sacerdotal pelo Cardeal Dom Augusto por ter assumido o mandato de deputado estadual, eleito em 1955. Logo após, abandonou o sacerdócio ao casar-se com a sobrinha de um importante chefe político coiteense, o Coronel Wercelêncio Calixto da Mota; O segundo foi o vigário substituto do padre Urbano Dhom, padre Galdino da Rocha Passos, afastado da paróquia devido a enfermidades, em dezembro de 1958.

Durante um período de aproximadamente 30 anos, a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité esteve sob a governança dos *padres vocacionistas*. A Sociedade das Divinas Vocações encerrou oficialmente as suas atividades religiosas na cidadina coiteense em julho de 1989. Apesar da trajetória de quase três décadas desse clero, analiso nesse texto aspectos da atuação de dois *padres vocacionistas*: o italiano Antonio Tarashi e o soteropolitano José Antonio dos Reis.

Escolhi discutir aspectos da atuação desses dois sacerdotes em razão das reverberações do envolvimento deles na política local. Bem como o fato de suas administrações terem tido uma maior duração em comparação a dos seus companheiros de congregação que

² Conceição do Coité está localizada a 235 km de Salvador, possui uma área de 1.086,224 km², tendo uma população estimada em 67.875 habitantes. O antigo território dessa cidade compunha os trajetos que interligavam Salvador ao Alto Sertão do São Francisco e o Estado do Piauí. A partir da década 1940, o cultivo do sisal tornou-se sua principal atividade econômica, atualmente possui as principais indústrias voltadas para os manufaturados do sisal na região.

foram párocos de Conceição do Coité. Padre Antonio Tarashi foi o segundo pároco *vocacionista* no município. Assumiu a paróquia em julho de 1963 e concluiu sua governança em agosto de 1969. Já o padre José Antonio dos Reis exerceu seu pastoreio entre os coiteenses durante mais de 15 anos, de dezembro de 1973 a maio de 1989. Assim, até o momento, foi o último pároco de Conceição do Coité pertencente à Sociedade das Divinas Vocações.

Apesar da trajetória do padre José Antonio dos Reis abarcar a década de 1980, decidi situar o recorte temporal entre os anos de 1960 e 1970, porque, nesse momento, não seria possível realizar uma análise de tamanho fôlego. Além disso, proponho apenas discutir alguns aspectos da atuação desses sacerdotes no campo político coiteense durante esses anos marcados por significativos contextos: 1) no plano católico, o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)³, as Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americanas em Medellín (1968) e em Puebla (1979),⁴ e a criação da Diocese de Feira de Santana (1962); 2) no político, o Golpe civil-militar de 1964, a instalação da Ditadura Militar no Brasil e o fortalecimento da elite sisaleira no semiárido baiano.

³ O Vaticano II foi um Concílio Ecumênico realizado na Igreja Católica, com os bispos de todo mundo e de alguns representantes de outras denominadas religiões cristãs, desde 1962 a 1965, em diversas sessões na cidade do Vaticano, sendo convocado pelo papa João XIII e encerrado pelo papa Paulo VI. A Igreja Católica vivenciou um novo paradigma sob influência do Concílio Vaticano II que provocou grandes transformações no seio da Igreja, tanto no campo conceitual e teológico, mas acima de tudo, na maneira de evangelizar, introduziu dentro do seio da instituição uma abertura para as questões sociais vigentes na sociedade que ela está inserida.

⁴Essas duas conferências foram realizadas pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). A II Conferência de Medellín, em 1968, representou a consolidação das orientações do Vaticano II, à luz da realidade da América-Latina. A III Conferência de Puebla de Los Angeles, em 1979, foi muito discutida, esperada e temida, não só no Continente, mas em todo o mundo. Seus documentos evidenciaram uma Igreja mais comprometida com a ação social frente às ditaduras, à opressão e significou uma opção preferencial e solidária pelos pobres. (BETTO, 1979).

A perspectiva teórico-metodológica que orienta esse trabalho compartilha dos pressupostos adotados pela nova abordagem da historiografia política⁵ “que adquire dimensões novas ao levar em conta o religioso” (COUTROT, 2003, p.356). Essa abordagem compreende que por trás do fato religioso se “reconhece uma dimensão social, que nas expressões religiosas pode-se encontrar a presença do político e, ainda mais, que as motivações religiosas podem de algum modo influenciar a vivência política de uma sociedade” (NUNES, 2016, p.11).

Nesse sentido, para Aline Coutrot (2003) a relação entre cristianismo e política “reside no fato de que a crença religiosa se manifesta em Igrejas que são corpos sociais dotados de uma organização que possui mais de um traço comum com a sociedade política” (COUTROT, 2003, p.334). Assim, elas difundem ensinamentos além das ciências do sagrado, “nada do que concerne ao homem e à sociedade lhes é estranho” (COUTROT, 2003, p.334), fazendo parte do mesmo tecido político, no qual o religioso informa em grande medida o político e, também, o político estrutura o religioso.

A análise do Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição será norteadora para compreender as ações do clero e as

⁵ Nesta nova abordagem o estudo do político é entendido não apenas em seu sentido tradicional, relacionado com o Estado e os grandes líderes, mas, como destaca Francisco Falcon (1997), em nível das representações, dos imaginários sociais, da memória, das mentalidades, bem como as diversas esferas do exercício do poder. Para Rene Rémond (2009), a história política, a partir da análise dos jogos de poder, seria imprescindível para a compreensão do todo social, o político é uma modalidade da prática social, é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social. Exige ser inscrita numa perspectiva global, apropriando-se de métodos e teorias desenvolvidos também por cientistas políticos, uma renovação através de novas abordagens, objetos e problema.

relações tecidas com o campo político. Neste artigo, privilegiei essa fonte, o Livro de Tombo, devido a sua riqueza de informações, que engloba as atividades realizadas na paróquia, como também acontecimentos políticos, econômicos e socioculturais referentes ao município. Todavia, nessa análise será importante fazer o cruzamento com outras fontes produzidas no período investigado, como, por exemplo, atas das sessões da Câmara Municipal e jornais impressos.

Padre Antonio Tarashi: um defensor da moral

Desde a minha chegada nessa freguesia, notei que o povo está dividido em dois partidos: o PR, a maioria desse partido constitui o povo mau da cidade, inclusive os maçons pertencem a esse partido, e o PSD que representa o povo bêm [sic] dessa cidade. O PR, povo sagais [sic], se apodera dos pontos chaves da cidade como: ginásio, correio, clube, cooperativa, delegacia de polícia, da companhia telefônica e etc. para torná-los instrumentos políticos, mas nunca conseguiu ganhar a Prefeitura, apesar que luta com todos os meios, inclusive a violência durante a política, a mais de trinta anos. (Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, p.68)

Esse registro do padre Antonio Tarashi foi realizado em 3 de dezembro de 1965, dois anos após assumir a administração da paróquia coiteense. Naquele ano, o padre havia se desentendido com Evódio Resedá, líder do Partido Republicano (PR) e presidente local da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC)⁶, pelo fato

⁶ A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade foi fundada em 1943, na cidade de João Pessoa, pelo picuiense Felipe Tiago Gomes. A partir de 1960, quando se torna Membro Diretor da Associação Brasileira de Educação, passa a dedicar-se exclusivamente às ações da CNEC. A rede mantinha em 2015 um total de 268 escolas de Educação Básica e 19 instituições de Ensino Superior em todo o Brasil, atendendo mais de cem mil alunos. As instituições da rede são chamadas de “cenecistas”.

de Evódio ter discordado em demitir uma professora que estava “amaziada” com um homem, segundo o padre, casado, despertando assim a frenesi dos defensores da moral católica e dos bons costumes.

Diante disso, o padre Antonio Tarashi deixou de prestar serviços ao Colégio Wercelêncio Calixto da Mota, unidade subordinada ao presidente local da CNEC, Evódio Resedá, e criou a Escola Santa Teresinha, levando consigo alguns padres e professores que lecionavam no Colégio Wercelêncio. Além desse episódio, o padre Tarashi relatou no Livro de Tombo da paróquia o processo movido pelos membros do PR. Os correligionários de Evódio Resedá acusaram o padre de realizar raptos de crianças coiteenses. Segundo o vigário, essa acusação aconteceu por motivo de vingança, queriam “desmoralizar o padre e expulsá-lo da cidade”⁷.

O conflito entre o padre Antônio Tarashi e Evódio Resedá em torno da demissão da professora foi oportuno para associar a figura de Evódio como contrário à fé cristã. A decisão dele e de seus apoiadores em manterem no quadro de professores do colégio uma funcionária que desvirtuou os preceitos católicos revelava a sua conduta contra a autoridade da Igreja. Ao mesmo tempo, o fato de Evódio desconsiderar a fuga da professora Maria Mota, viúva, com o fotógrafo Luiz Santana, divorciado, e aceitá-la no colégio por conta dos dois terem se casado no âmbito civil, possivelmente significou para o padre Tarashi que Evódio Resedá era um defensor das ideias laicizantes e seculares que destruía, sob o discurso da modernidade,

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_Nacional_de_Escolas_da_Comunidade>. Acesso em: 29/11/2020.

⁷ Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, p.69.

os preceitos cristãos defendidos pela Igreja Católica. Assim o categoriza pertencente a um núcleo de “gente má”.

O relato do padre Antonio Tarashi demonstra a ameaça que o posicionamento dele frente à questão da funcionária Maria Mota representava para Evódio Resedá e seu grupo político, o PR. Não possuir o apoio político da Igreja, representado pelo clero, indicava uma significativa oportunidade de ser prejudicado eleitoralmente. Ademais, no período em que a Igreja Católica era uma das principais ferramentas anticomunistas no país, na qual, segundo Carla Simone Rodeghero (2017), compreendia o comunismo como um grande mal que estava presente nas mais diversas situações de vida social e política, visando subverter a ordem estabelecida. O discurso católico também entendia o comunismo como um sistema que não respeitava aquilo que as pessoas consideravam mais sagrado: a família, a religião e a propriedade.

A historiadora Carla Rodeghero (2017), através da metodologia e dos pressupostos da História Oral, discute em *Memórias e Combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul* que nas regiões em que a presença da institucional da Igreja Católica era mais intensa, foi possível constatar que os padres foram os principais difusores do anticomunismo. Através de suas pregações e de seu papel de liderança, os padres propagavam que o regime dominado pelo comunismo acarretaria a destruição da Igreja e, conseqüentemente, não haveria espaço para Deus. Além disso, Rodeghero (2017) destaca que, ao analisar as encíclicas papais, foi no contexto do apoio da Igreja aos regimes

nazifascistas que o combate ao comunismo ganhou força, sendo novos elementos agregados ao conjunto de representações depreciativas sobre o que seria o comunismo e os comunistas durante a década de 1960.

De qualquer maneira, as fontes consultadas não deixam claro que o padre Antonio Tarashi acusava Evódio Resedá e seus correligionários de comunistas. Esse dado possibilita pensar que, nesse período, o sentimento anticomunista não era predominante na sociedade coiteense e nem era utilizado como ferramenta política entre os grupos hegemônicos. Por outro lado, o padre Antonio Tarashi argumentou que o fato dos membros do PR participarem dos quadros da maçonaria e do espiritismo era um motivador no empenho para expulsá-lo da cidade e desmoralizá-lo.

O Professor Sizenado Ferreira de Souza, Evódio Ducas Resedá e Durval da Silva Pinto, pertencentes ao partido PR, lubridiaram [sic] a avó da menina e conseguiram uma procuração e assim formaram um processo contra o Vigário por rapto requerendo ao Juiz uma busca e apreensão. O Juiz Dr. Jader Machado Costa embora soubesse da história dos meninos, mas por ser maçom e simpatizante do mesmo partido, se prestou se prestou [sic] e serviu de instrumento para satisfazer as baixas paixões e desejo de vingança daqueles homens que só tinham por finalidade desmoralizar o Vigário e expulsá-lo da cidade. O povo da cidade e cidades circunvizinhas sabendo do quanto o Vigário tinha feito em benefício das crianças e tendo conhessimento [sic] do processo, ficam revoltado e tomam ódio contra tais baixos elementos. Oito advogados, revoltados com o ocorrido, se oferecem gratuitamente para defender o Vigário. Os quatro elementos supra citados, vendo a revolta do povo em geral, abandonaram o processo. (Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, p. 70)

Padre Antonio Tarashi, em 20 de janeiro de 1966, relatou a motivação desse processo por razão dele ter acolhido em sua casa duas crianças com tuberculose, recém órfãos, que foram rejeitadas por pessoas da comunidade, devido ao medo de adquirirem a referida doença. Após realizarem tratamento durante seis meses, tendo o apoio do médico Manoel Antonio Pinheiro, ele as enviou para internatos: “o menino para a Escola Profissional de Menores da cidade de Jequié e a menina para o Educandário Cristo Rei na cidade de Itambé”.⁸

É interessante observar que, nos seus relatos, o padre Tarashi aparenta não ter nenhum constrangimento em citar os indivíduos envolvidos nas situações narradas por ele, ainda mais, sendo importantes figuras políticas de Conceição do Coité. Entretanto, essa atitude do padre em fazer registros desse conflito no documento particular da Igreja, o Livro de Tombo, leva-me a pensar que tal ação tenha sido uma espécie de medida de proteção.

Por outro lado, os relatos do padre Tarashi evidenciam o engajamento popular em suas causas, seja apoiando os seus posicionamentos em defesa dos preceitos católicos ou defendendo-o das ações da “gente má”, dos maçons e dos políticos do PR. Cabe questionar quem seriam esses apoiadores, que o padre generaliza. Em um dos relatos, ele aponta o apoio recebido por Manoel Antonio Pinheiro, médico, filiado ao PSD (partido, segundo o padre Tarashi,

⁸ Livro de Tombo, *Op. cit.*, p. 69v-70.

que representa o *povo de bem* da cidade⁹), que no período exercia a presidência da Câmara de Vereadores de Conceição do Coité.

Os depoimentos do padre Antonio Tarashi sintetizam de forma bastante esclarecedora a estrutura profunda e complexa de relações de forças que permeava o campo político da cidadina coiteense. Uma conjuntura marcada pelas contendas entre esses dois partidos, cuja participação política da sociedade coiteense estava atrelada. Segundo Vanilson Oliveira (2002), durante a ditadura varguista, os dois líderes políticos, Wercelêncio e Eustórgio realizaram um acordo nos quais ambos indicariam aos interventores federais os indivíduos que assumiriam a chefia do executivo do município, resultando em alguns conflitos entre os dois grupos.

Com o fim do Estado Novo, essa experiência acentuou a disputa entre Eustórgio e Wercelêncio pela chefia do poder local, ainda mais, quando Eustórgio Resedá assumiu o cargo de prefeito entre 1946 e 1948. Wercelêncio só conseguiu retomar sua hegemonia no poder local através da eleição de Theocrito Calixto da Cunha¹⁰, que governou o município entre os anos de 1955 e 1959. Sendo que após a morte de Eustórgio, seu filho Evódio Ducas Resedá, através do PR, assumiu a oposição ao grupo de Wercelêncio.

Theocrito Calixto da Cunha tornou-se um importante e influente político da Região Sisaleira da Bahia. Foi um dos

^{9 9} Livro de Tombo, *Op. cit.*, p. 68 v.

¹⁰ Theocrito exerceu o cargo de chefe do executivo em dois mandatos, 1948-1951 e 1955-1959; e no intervalo desses mandatos assumiu uma cadeira no legislativo entre 1951-1955, sendo o vereador mais votado, obtendo 415 votos, tornando-se, assim, o presidente da Câmara Municipal. Além disso, Theocrito foi eleito deputado estadual da Bahia, assumindo o mandato entre 1959 e 1963, sendo reeleito para o mandato de 1963-1967.

responsáveis pela manutenção do grupo político liderado pelo seu tio, Coronel Wercelêncio Calixto da Mota, que dominou o poder local por 40 anos. Como também pela trajetória política de seu irmão Theogenes Antônio Calixto, prefeito de Conceição do Coité entre 1967 e 1970.

Além disso, Theocrito Calixto foi um grande defensor da economia sisaleira, que conseguiu articular em torno de si grandes empresários sisaleiros da região, aspecto percebido no seu sucesso eleitoral e nas ações de desenvolvimento e valorização do sisal, como, por exemplo, a realização de Convenções Regionais do Sisal em Conceição do Coité durante os seus dois mandatos como prefeito. Enquanto deputado estadual, Theocrito conseguiu ser presidente da Câmara do Sisal na Bahia.

Entretanto, com a mudança do contexto político nacional, provocado pelo golpe civil-militar em 1964, que estabeleceu novas diretrizes para a condução política do Brasil marcada pela centralização político-administrativa, perseguições políticas, censura e controle das oposições, houve a possibilidade de uma nova organização dos grupos políticos locais, sobretudo com a implementação do Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, que realizou a extinção dos partidos políticos existentes.

A historiadora Lucia Grinberg (2009), em seu estudo sobre a ARENA, salienta que a dissolução do sistema partidário existente entre os anos de 1945 e 1965 foi resultado de uma intervenção autoritária e casuística que contou com resistências consideráveis, sendo ocorrida logo após as eleições de 1965, quando os partidos e o

eleitorado evidenciaram que o movimento de 1964 “não havia superado a autonomia e a força das legendas junto ao eleitorado e que outro poderia ter sido o curso da política se os ‘antigos’ partidos não tivessem sido destruídos como o foram”. (GRINBERG, 2009, p.62)

Ao analisar essas circunstâncias, Lucia Grinberg argumenta que várias lideranças se esforçaram para preservar as características de seus partidos no novo sistema partidário bastante restrito, sendo que devido à dificuldade de enquadramento dos políticos nesse novo sistema, bipartidário, implementou-se uma legislação que permitia os partidos apresentarem candidatos em sublegendas.

Na realidade local, as fontes consultadas, especificamente os registros da Câmara de Vereadores, não me permitiu perceber as reações dos políticos coiteenses frente à reforma partidária implementada por Castelo Branco, sobretudo se ocorreu resistência contra o fim de suas legendas. Por outro lado, posso supor que houve adesão ao regime, visto que não há na Câmara registro da cassação de nenhum mandato dos políticos coiteenses.

A cassação de políticos opositores do movimento de 1964 foi bastante debatido no Congresso Nacional pelos parlamentares que aderiram ao golpe. Na Bahia, como em alguns estados, as cassações foram decididas por votação nas Assembleias Legislativas. “Conforme denúncia dos senadores Aluizio de Carvalho (PL – BA) e Josaphat Marinho (sem partido – BA), muitos prefeitos de municípios baianos foram cassados de maneira abusiva e violenta”. (GRINBERG, 2009, p.53).

Apesar das legendas não terem grandes representatividades nas disputas do âmbito local, pelo fato dos grupos políticos serem identificados ou seguirem diretrizes de um sistema de poder em que o personalismo de chefes oligárquicos norteava as ações políticas desses grupos, penso que, de alguma maneira, a extinção dessas legendas trouxe consequências para a realidade local.

Nesse sentido, compreendo que a perspectiva das legendas é importante para situar as relações de poder tecidas pelos grupos políticos locais com outras redes de poder, especialmente com os políticos da região e, principalmente com o governador do Estado. Elas são importantes identificadoras da influência política dos seus chefes e definidoras do raio de poder que o local exercesse fora do seu âmbito ou delimitadoras do território no qual seus políticos estão reunidos. Esse aspecto pode ser observado na recorrente estratégia dos grupos locais em possuir o apoio dos líderes ou dos partidos que exercem hegemonia política no governo estadual e regional para conseguir conquistar mais eleitores em suas bases.

Assim, a grande frequência da política local ser organizada por grupos rivais no seu âmbito, mas pertencentes a mesma base política que exerce domínio na estrutura estatal, ser bastante recorrente. Estratégia estabelecida não apenas para conseguir, junto ao Estado, recursos para sustentar o sistema clientelista, mas, também, para que o eleitorado possa identificar quem ou qual agremiação possui mais ferramentas para consolidar seu domínio e atender as suas demandas.

Os relatos do padre Tarashi exemplificam, de certa maneira, como as relações clientelísticas persistiram nesse contexto em que as duas tendências políticas possuíam o controle de instituições políticas concedidas pelo Estado, sendo importante moeda política na relação de troca e na manutenção das condições de governabilidade entre as esferas de poder. Bem como a interferência da instituição religiosa, representada pelo seu clero, na legitimação dos atores políticos e partícipe dessa relação de clientela.

Padre José Antonio dos Reis: um entusiasta da Ditadura Civil-militar?

Houve no dia 28 próximo passado na Igreja matriz, missa de ação de graças pela passagem do dia de ação de graças comemorado em tódo Brasil. é um decreto federal para agradecer a Deus pela paz e harmonia com que nos representantes do pôvo governamos durante todo o ano. É a primeira vez que essa missa foi celebrada em nossa cidade, quero neste momento parabenizar o nosso querido vigário e pedido do mesmo comunicar a todos que esta data vai ser comemorada todos os anos com missa e outras festividades com o comparecimento de todas as autoridades que desejam a paz do nosso povo. Este decreto senhores vereadores é comemorado em todas as cidades brasileiras quero comunicar as vossas excelências que vou constar em ata essa lembrança feita pelo nosso vigário padre José Reis, muito obrigado [sic] (Ata da Câmara Municipal de Conceição do Coité, p. 11, 30 de novembro de 1974)

Este discurso é atribuído ao vereador João Lopes Carneiro, que exercia a função de 1º secretário da Câmara, durante a sexta sessão da Câmara Municipal de Vereadores ocorrida em 30 de novembro de 1974. O edil aproveitou a oportunidade para agradecer

ao pároco de Conceição do Coité, padre José Antonio dos Reis, pela realização, segundo ele, da primeira missa em comemoração ao dia de Ação de Graças na cidade, ocorrida no dia 28 de novembro daquele ano.

O Decreto referido por João Carneiro diz respeito ao de nº 57.298, de 19 de novembro de 1965, outorgado por Humberto Castelo Branco, que regulamentava as comemorações do Dia Nacional de Ação de Graças sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, tendo a parceria de outros ministérios: Relações Exteriores, Militares e Educação e Cultura.

O Dia Nacional de Ação de Graças foi instituído por Eurico Gaspar Dutra através da Lei nº 781, de 17 de agosto de 1949, a ser celebrado na quinta-feira da quarta semana do mês de novembro, pela influência do embaixador Joaquim Nabuco, entusiasmado com as comemorações que assistiu em 1909, na Catedral de São Patrício, quando era embaixador em Washington. Em 22 de setembro de 1966, Castelo Branco estabeleceu a quinta-feira da 4ª semana de novembro o dia para as comemorações do Dia Nacional de Ação de Graças, como ocorre na tradição norte-americana.

O relato do vereador João Lopes Carneiro dá a entender que foi o padre José Antonio dos Reis o grande motivador para a realização dessa celebração no município de Conceição do Coité, indicando que o padre se tornaria o grande responsável pelas comemorações do Dia Nacional de Ação de Graças nos anos posteriores, em que reuniria as autoridades políticas do município para

celebrarem a festividade com a realização de uma missa e outras atividades comemorativas.

Porventura, o padre tenha sido o responsável pela comemoração dessa tradição norte-americana naquele período, visto que não há relatos anteriores sobre essa celebração no Livro de Tombo e nem nas Atas da Câmara Municipal, sendo que este foi o primeiro Dia Nacional de Ação de Graças do padre Reis na cidade, pois ele tornou-se pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité em 08 de dezembro de 1973.

Investigar se o padre José Antonio dos Reis cumpriu esse papel e se nos anos posteriores ocorreu a comemoração dessa festividade não é o objetivo desse trabalho, todavia este relato é bastante significativo, pois possibilita compreender, de certa maneira, o posicionamento do então pároco sobre a realidade política do país e traços do seu perfil religioso dentro da instituição católica.

Nos jornais locais, especialmente *O Coiteense*, o padre Reis era caracterizado como um sacerdote pouco zeloso com as tradições da fé católica. Vale destacar que essas prerrogativas ganharam destaque nos periódicos por conta do empenho do padre em mudar a data da Micarême da cidade. Logo, elas carecem de questionamentos, visto que os jornais também exerciam o papel de sujeitos que construía uma ideia sobre a folia de Micarême e os envolvidos no embate pela manutenção da tradicional data de realização da festividade

Entretanto, o padre José Antonio dos Reis administrou a paróquia coiteense durante aproximadamente 16 anos, em todo esse

período não realizou nenhum registro sobre as suas ações pastorais no Livro de Tombo. Esses registros eram uma prática recorrente entre o clero religioso, sobretudo para tornar conhecidas as demandas da paróquia e as atividades desenvolvidas pelo clero aos seus superiores, os quais realizavam visitas pastorais na instituição religiosa local. Dentre o clero pertencente à Sociedade das Divinas Vocações que foram párocos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, padre José Antonio dos Reis está no rol daqueles que não realizaram nenhum escrito no Livro de Tombo. Assim, nesse aspecto, o padre demonstrou não possuir zelo com os registros e nem com as orientações da sua congregação.

No momento em que a Igreja Católica, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), publicamente iniciou uma campanha de denúncia contra as medidas repressivas adotadas pela ditadura civil-militar na sociedade brasileira, inclusive no interior da própria instituição, o padre José Antonio dos Reis fazer memória de uma data comemorativa, ao que parece importante para o espectro militar, é bastante emblemático.

Padre Reis, diferente de muitos coiteenses daquele período, possuía uma trajetória de vida que permitiu vivenciar experiências em diversos lugares do país. Por ser membro da Congregação da Sociedade das Divinas Vocações, perpassou por várias casas da congregação presentes na região Sudeste e Nordeste durante o seu processo formativo, o que possibilitou conhecer e tecer relações com diferentes realidades e sujeitos.

Essa experiência permite pensar que o padre Reis, mesmo sendo pároco de uma pequena cidade do interior baiano, possuía conhecimento da realidade de repressão empreendida pelos militares, ainda mais, por ser um membro da hierarquia religiosa, tinha conhecimento das orientações e ações realizadas pela Igreja no combate ao governo ditatorial e na defesa dos direitos humanos.

Sua postura em realizar uma celebração e se comprometer com as festividades do Dia de Ação de Graças no intuito de agradecer pela paz e harmonia presentes no país, ainda mais, pela maneira em que os políticos estavam conduzindo os rumos da nação, evidencia que ele não comungava dos pressupostos defendidos pela ala da Igreja Católica considerada progressista, mas estava mais próximo do clero conservador apoiador do golpe civil-militar de 1964.

A distância com o clero progressista torna-se compreendida pelo fato da sua administração ter sido iniciada no ano em que os bispos da região Nordeste lançaram o documento “Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo” que fez uma crítica contundente às relações econômicas e sociais prevalecentes no país, especialmente para a situação de exploração e abandono experimentados pelas massas populares do Nordeste brasileiro (FERREIRA, 2017). Ademais, porque seu período na paróquia foi iniciado durante o contexto de efervescência da Teologia da Libertação, do compromisso religiosos de opção preferencial pelos pobres, e encerrado após os enfrentamentos vividos pela Igreja na luta contra a ditadura e no processo de transição democrática do país.

A incipiente historiografia que discute o clero da Diocese de Feira de Santana pós-Vaticano II, analisa a presença de um clero alinhado com a *Igreja Popular* na Região Sisaleira a partir da década de 1970, especificamente nas cidades de Serrinha, Retirolândia e Valente. Jeovane Santos de Jesus (2016), em sua dissertação de mestrado, *A Diocese de Feira de Santana-Ba e a ação de Agentes Religiosos Católicos (1962-1985)*, analisa a atuação de setores do clero progressista, especificamente de missionários *Fidei Donum* italianos: os padres Aldo Giazzon, José Pedandola e Luiz Canal. Esses padres iniciaram um pastoreio em paróquias da diocese com sede em Feira de Santana. Jeovane de Jesus discute que a chegada desses missionários na Região Sisaleira ocorreu no final da década de 1970.

Destarte, enquanto as cidades vizinhas ao município coiteense, Serrinha, Retirolândia e Valente, possuíam em suas paróquias um clero progressista, engajado nas lutas dos trabalhadores rurais, a hierarquia local estava muito mais próxima do pensamento dos setores considerados conservadores, estes que por um longo tempo administraram a paróquia coiteense e mantiveram proximidade com as elites políticas e econômicas sisaleiras.

A instituição local, representada pelo padre José Antonio dos Reis, apesar de seguir diretrizes adotadas pela CNBB, como as traçadas pelo Plano de Pastoral de Conjunto, que salientava a necessidade do fomento das Comunidades Eclesiais de Base CEB's, principal espaço de atuação da Teologia da Libertação, apropriou-se desses elementos a partir do seu contexto eclesial, muito mais

preocupado com as questões dogmáticas e ritualistas do que com as questões sociais e o debate libertário.

Nesse sentido, posso supor que a ênfase do vereador João Lopes Carneiro em destacar para os seus companheiros edis que o ato festivo proposto pelo padre José Antonio Reis era oriundo de uma declaração do governo federal e que fora celebrado em muitas cidades brasileiras, era mais uma oportunidade de alinhar suas ações e realidade com as diretrizes do projeto de nação estabelecido pelos governos militares. Além disso, de ter o pároco como um grande apoiador e incentivador dos feitos realizados pela elite do sisal.

Considerações finais

Os registros do Livro de Tombo do período analisado evidenciam o esforço do clero local em fortalecer práticas religiosas ligadas aos dogmas da instituição, conseqüentemente consolidar o pensamento católico na sociedade coiteense, através de movimentos clericais. Infelizmente, os padres não especificaram a dinâmica de todas essas ações e movimentos, entretanto podem-se perceber possíveis objetivos para a promoção dos eventos referenciados a partir dos seguintes fragmentos: “as freiras paulinas de Salvador para preparar os fiéis a magna festa mediante o ensinamento do catecismo e divulgação de formação religiosa”¹¹; “é realmente confortável, depois dessa reunião, ver a maioria das cruzadas, comungar todos os dias”¹²;

¹¹ ¹¹ Livro de Tombo, *Op. cit.*, p. 63v.

¹² *Ibidem.*

Assim, o esforço do clero estaria em aproximar os fiéis da instituição e regular as suas práticas religiosas arraigadas na religiosidade popular. Interessante perceber que nesses registros oficiais da instituição religiosa local não há nenhuma referência ao Concílio Ecumênico Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, em 1962, nem sobre as Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano.

Porventura, a ausência ou o silenciamento desses importantes acontecimentos, bem como da Teologia da Libertação, deu-se por conta do distanciamento da instituição religiosa local, nesse período, com as diretrizes da chamada *Igreja Popular*¹³, particularmente do seu clero que se identificava distante da política partidária, e, sobretudo, do próprio silenciamento do clero em relação ao papel político desempenhado pela Igreja Católica após ao Concílio Vaticano II e na transição democrática do país.

As fontes consultadas, especialmente o Livro de Tombo da paróquia e as Atas da Câmara Municipal, evidenciam que a Igreja Católica em Conceição do Coité, por meio do seu clero, teceu significativas redes políticas e sociais com grandes agentes políticos e seus grupos, constituindo-se, como em muitas outras realidades do país, um agente legitimador da organização social dessa comunidade.

¹³ Compreendo esse conceito a partir de Mainwaring (2004), que entende por *Igreja Popular* setores do catolicismo que possuem uma visão de fé profundamente preocupada com os pobres e com a justiça social. Por estarem mais próximos dos movimentos populares são mais responsáveis pela criação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e apoiam a chamada teologia da libertação.

Referências

- BETTO, Frei. *Diário de Puebla*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- COUTROT, Aline. Religião e política. In:____. RÉMOND, René (org.); ROCHA, Dora (trad.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- FALCON, Francisco. "História e Poder". In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-90
- FERREIRA, MUNIZ. Os religiosos progressistas e a crítica à política econômica ditatorial nos primórdios do cristianismo da libertação no Brasil. In: CARDOSO, L.C.; CARDOSO, C.C. (Orgs.) *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. Salvador, EDUFBA, 2017.
- GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MIRANDA, Cristian Barreto de. *Rebuliço no Coreto: conflito entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000)* 162 f. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2012.
- NUNES, Márcio Manuel Machado. *A criação do Bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910)* 186 f. 2016. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Universidade Federal de Alagoas, Maceió- AL, 2016.
- OLIVEIRA. Vanilson Lopes. *Conceição do Coité: Os Sertões dos Tocos*. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2002.
- RÉMOND, René (org.); ROCHA, Dora (trad.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul*. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2017.

***São Miguel das Matas e Cruz das Almas:* espaço de resistência e conexão com a luta armada do país**

Cristiane Lopes da Mota¹
Doutoranda pelo PPGH-UFBA

Na perspectiva de expansão de pesquisas sobre o período da ditadura civil-militar, muitos estudos se concentram nos setores sociais que se opuseram à conjuntura imposta em 1964. Não só na produção escrita como também cinematográfica busca-se evidenciar os conflitos que teceram aquele contexto permeado por ideais dissonantes. A experiência de pesquisar um momento ainda recente da história brasileira revela o desafio em lidar com memórias que ainda se fazem presentes do palco da história, permitindo que o ruído de diversas vozes seja ouvido na luta para caracterizar os anos de 1964-1985 e construir uma memória daquele período: golpe, contra golpe, revolução, ou ainda, revolução gloriosa, ditadura militar ou ditadura civil-militar? A multiplicidade de nomes revela um campo conflituoso e ao mesmo tempo a importância de continuidade de pesquisas a partir de diversos, lugares, sujeitos e olhares.

Nesse aspecto, muitos estudos analisam a luta armada como uma alternativa contra o autoritarismo do governo militar. A historiografia que trata desse tema é quase unânime ao discutir que após 1968, com

¹Bolsista CNPq.

o estabelecimento do AI 5, muitos grupos de oposição viram na luta armada a única possibilidade de enfrentamento na busca para garantia das liberdades. Muitos desses estudos se concentram nos grandes centros urbanos, sobretudo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A Bahia, espaço da pesquisa aqui realizada, aparece como área de recuo, ou seja, espaço para abrigar os militantes que fugiam da repressão nos seus Estados.

No entanto, a obra de Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, *Ousar lutar, ousar vencer* de Sandra Regina e memórias de ex-guerrilheiros demonstram que a Bahia também foi palco de ações diretas, embora tímidas em relação aos estados supracitados. Nesse artigo, buscaremos analisar a luta armada na Bahia na perspectiva de sua interiorização no Estado. A partir de autobiografias, depoimentos orais e relatos ainda não publicados analisaremos as singularidades das ações com destaque para São Miguel das Matas e Cruz das Almas, bem como a conexão com os grupos e movimentos de outros Estados do país e de outros países como: Argélia, Bogotá e Cuba.

Para tanto, as fontes memorialísticas constituíram o principal acervo na escrita desse texto. Mesmo com a abertura de muitos arquivos sobre o período da ditadura civil-militar favorecendo mais pesquisas, é cada vez maior o número de estudos embasados em memórias, sobretudo a partir dos relatos orais. Essa expansão pode ser explicada por conta da destruição de vários documentos por medo da repressão do período, como também a desorganização dos arquivos ou a inexistência deles, especialmente em cidades do interior. No entanto,

é notório que esse crescimento está relacionado não só a dificuldade com documentos escritos, mas, sobretudo, ao desejo de contemplar outros lugares e sujeitos que vivenciaram os anos da ditadura e tiveram suas vidas transformadas. A expansão de pesquisas que utilizam fontes memorialísticas contextualiza-se com as transformações na escrita da história a partir do século XX que trouxe seu foco para a problematização e passou a criticar o ideal de imparcialidade das fontes “ditas oficiais”.

A memória passa a ser valorizada como construção social, necessária nos processos de reconstituição da identidade individual, coletiva e nacional. O historiador não pode perder de vista sua função de análise e crítica da memória, na perspectiva de compreender como toda a fonte histórica ela foi produzida em um determinado tempo e espaço. No que diz respeito aos depoimentos orais, o olhar precisa estar atento as revisões das lembranças ao longo do tempo para compreendermos seus enquadramentos, silenciamentos e esquecimentos.

Ao tratar sobre os desafios na escuta do outro, Cléria Costa a partir de sua experiência com fontes orais, enfatiza os dilemas de interpretação, tomando como base o entendimento e posicionamento que o narrador confere em seu depoimento e a atribuição de significados distintos do pesquisador para a mesma narrativa. Ciente da riqueza, especificidades e dos desafios interpretativos das fontes memorialísticas, trataremos sobre a luta armada em cidades do Recôncavo Baiano. (COSTA, 2014)

Claudionor Froes Couto e Amílcar Baiardi: oposição e resistência no interior da Bahia

Claudionor Froes Couto, brasileiro, solteiro, estudante, com 31 anos de idade, natural de São Miguel das Matas, Bahia, filho de João Batista Couto e Idalina Froes Couto, residente em São Miguel das Matas, foragido. A descrição relaciona-se com o processo Nº 1/70 da Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar: Exército, Marinha e Aeronáutica. Essa ação justifica-se porque os militares estavam no encalço de Claudionor: sujeito militante, na condição de membro do Comando Revolucionário Nacional (Colina). Foi perseguido durante a ditadura e viveu partes daquele período fugindo dos “lobos”. Será a partir desse personagem que analisaremos as conexões de São Miguel das Matas, Cruz das Almas e da Bahia como espaço de resistência, ações diretas e refúgio para guerrilheiros de outros estados que lutaram contra a conjuntura imposta pelos governos militares a partir de 1964. Assim, o objetivo desse artigo é evidenciar que para além das águas “calmas” da Baía de Todos os Santos, o Estado baiano também estava articulado aos movimentos de guerrilha do país, com destaque para os municípios propostos nesse trabalho.

Na década de 1960, alguns movimentos e partidos de esquerda atuavam de forma expressiva no cenário político brasileiro. Embora ilegal, as ideias do Partido Comunista Brasileiro (PCB), influenciavam a luta política e sindical e muitas pessoas se integraram a este partido. Outras correntes políticas de esquerda, a exemplo da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), e a Ação

Popular (AP), surgiram no início dos anos de 1960, mesmo compartilhando de alguns ideais, constituíram-se em alternativa à política predominante do PCB. (RIDENTI, 1993)

Com o golpe de 1964, esses grupos demonstraram que as suas bases não estavam fortalecidas e as divergências fragmentavam a esquerda brasileira. Marcelo Ridenti, destaca três aspectos para explicar os conflitos que provocaram várias dissidências diminuindo ainda mais as chances dos grupos de esquerda, sobretudo o PCB, de lutar contra as bases do governo militar instalado no país. Segundo suas análises, esses movimentos divergiram quanto ao caráter da revolução brasileira, às formas de luta para chegar ao poder e ao tipo de organização necessária à revolução. (RIDENTI, 1993)

Esses desacordos provocaram constantes rachas não só nos primeiros anos da ditadura como ao longo do seu percurso. Organicamente esses movimentos não resistiram aos efeitos do golpe e do governo ditatorial. A Polop sofreu dois rachas, um em São Paulo e outro em Minas Gerais que originou o Comando de Libertação Nacional (Colina), grupo que Claudionor foi integrante aqui na Bahia. A construção da trajetória desse sujeito baseia-se nos escritos feitos por ele para registrar as aventuras de sua militância contra a ditadura civil-militar, intitulado *O dedo do padre e a ditadura militar* e seu depoimento concedido em dezembro de 2017. Essas fontes juntamente com outras memórias constituem a base documental para compor esse trabalho. É importante frisar que os escritos de Claudionor não foram

publicados, por isso, não contém informações sobre data e nem quando foram produzidos.

Já algum tempo, sobretudo depois de 1970, as possibilidades de investigação foram ampliadas e as múltiplas produções humanas são bem quistas na pesquisa historiográfica. Os problemas de interpretação de uma vida são riquíssimos e desafiadores, pois nos defrontam com tudo o que constitui nossa própria vida e a dos que nos cercam. Embora, a pretensão aqui não seja construir uma biografia, mas traçar um paralelo entre os registros de Claudionor Couto com a luta armada na Bahia, entende-se as dificuldades de interpretação de um documento permeado por tantas emoções. (BORGES, 1874-1940)

No entanto, as categorias distintas que possui um arquivo consideram-se as diferentes maneiras de análise, e as escolhas estão atreladas às perguntas do pesquisador. Toda fonte oferece desafios e exige uma visão crítica. Não é fácil lidar com relatos tão cheios de emoções da vida de um indivíduo. O afastamento da família, abrir mão de um amor, viver no fio da navalha, fugindo constantemente para escapar da prisão destinada a ele e a maioria dos companheiros. (ROUSSO, 1996)

Claudionor Froes Couto iniciou sua luta contra o governo ditatorial no Colina, organização política revolucionária, criada em 1967. Era integrada majoritariamente por jovens estudantes universitários. Como as demais organizações de oposição ao regime militar, instalado em abril de 1964, defendia a ação armada como meio para libertar o Brasil da “opressão e da ditadura” e, numa etapa

posterior, criar o partido revolucionário da classe operária. Divergências internas levaram à fusão com outros grupos do sul do país e da Bahia, dando origem a uma nova organização denominada Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).²

Para informar sobre o personagem em evidência nesse capítulo, utilizaremos de suas próprias memórias, para compreendermos sua luta e entrada em organizações revolucionárias. Claudionor Froes Couto é natural de São Miguel das Matas, Bahia. Conforme seu depoimento, saiu de São Miguel das Matas muito cedo, sua mãe ficou viúva com seis filhos com idade entre 1 e 6 anos. Apesar da insistência do seu avô para que voltasse a morar com os pais, ela optou por continuar em São Miguel. “Então, com muita luta ela trabalhou e apesar das dificuldades para administrar a fazenda, deixou uma propriedade com mais ou menos 180 hectares como herança para os seus filhos.”³

Claudionor enfatiza a insistência de sua mãe para que seus filhos estudassem e se tornassem independentes, a fazenda em São Miguel das Matas, servia como ponto de apoio para quando precisassem. “E assim eu vim para Salvador, aos doze anos por aí, logo que terminei o curso primário e vim morar com o meu tio. Meu tio tinha uma loja na Baixa do Sapateiro – Loja Chique, e eu fiquei na casa dele, ia pro

²Disponível Em: Comando de Libertação Nacional (COLINA) Vi<[Http://Www.Fgv.Br/Cpdoc/Acervo/Dicionarios/Verbete-Tematico/Comando-De-Libertacao-Nacional-Colina](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-de-libertacao-nacional-colina)>. Acesso Em 05 De Março De 2017.

³ Claudionor Froes Couto, 79 anos, ex-militante do Comando de Libertação Nacional (Colina), e outras dissidências do PCB Baiano. Depoimento concedido em dezembro de 2017.

colégio, e á tarde ia pra loja, e assim eu comecei a vida nova, trabalhando e estudando.”

Aos 18 anos, alistou-se na aeronáutica na base aérea de Salvador. Claudionor fala com entusiasmo dos anos anteriores a 1964: “naqueles tempos, onde estava, havia um pleno movimento político no Brasil, onde havia os sindicatos, as universidades livres com vários pensadores.” Os anos rememorados por Claudionor estão compreendidos entre a queda do Estado Novo⁴, em 1945 e o golpe de 1964. Naquele contexto, sobretudo, a partir de 1950, ocorreu uma efervescência política, diversos grupos em especial os sindicatos dos trabalhadores, ligas camponesas e associações lutaram pela conquista e efetivação dos seus direitos.

Os movimentos sociais clamando por justiça e espaço na sociedade brasileira juntamente com a renúncia de Jânio Quadros, à ascensão de João Goulart a presidência da República e sua política de reformas são fatores utilizados para explicar golpe civil-militar em 1964. Voltando ao depoimento de Claudionor, não podemos falar em pleno movimento político no país entre os anos de 1945 e 1964, e sim em um processo de efervescência política e maiores possibilidades de lutas e reivindicações na busca por garantir direitos, em especial da classe trabalhadora. Com tom saudosista recorda “que havia sempre aquele sentido nacionalista que hoje não existe mais. Temos que

⁴ Regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, vigorou até 31 de janeiro de 1946. Caracterizou-se pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo. É parte do período da história do Brasil conhecido como Era Vargas.

vender os nossos patrimônios para pagar a dívida que os próprios políticos efetuam.” E assim continuou:

[...] em contato com várias pessoas, comecei a me interessar pela situação política do Brasil, especialmente a nossa riqueza, a exploração do petróleo, as riquezas básicas do país, as remessas de lucro pro exterior, as grandes empresas, aquilo que Getúlio sempre tentou implantar né, uma indústria nacional, os direitos dos trabalhadores, as leis trabalhistas. E tive conversando com várias pessoas, inclusive militares e começamos a estudar um pouco de marxismo, é..., na própria base aérea de Salvador havia um grupo que reunimos duas vezes na semana para lê as obras marxistas. Nesse ínterim, chega 64, mas um ano antes eu pedi baixa já como cabo apesar de que tinha muitos amigos que diziam: não, vamos seguir a carreira de militar, etc, mas eu não me interessei pela disciplina e a subserviência que muitas vezes nós tínhamos que seguir, as leis militares que muitas vezes oprimem, né? Saí da base aérea de Salvador e fui trabalhar na Companhia do Brasil, uma empresa americana que era uma grande distribuidora de produtos alimentícios na Avenida Figueiredo Dantes.⁵

Claudionor revela em seu depoimento o ponto de partida do seu descontentamento com a política brasileira, ao mesmo tempo em que evidencia a sua aprovação ao governo intervencionista e nacionalista de Getúlio Vargas. Ele narra sua experiência sobre a fiscalização nas empresas antes e após o golpe de 1964 e afirma que com a ditadura a fiscalização acabou e deu margem para o crescimento e fortalecimento de grandes redes de empresas e indústrias em detrimento das pequenas que fecharam as portas por não conseguir manter-se diante da

⁵ Claudionor Froes Couto, 79 anos, ex-militante do Comando de Libertação Nacional (Colina), e outras dissidências do PCB Baiano. Depoimento concedido em dezembro de 2017.

concorrência desleal. Esse cenário aparece marcadamente nas suas posições políticas.

Seguindo, ainda, o seu depoimento, ele relembra o surgimento do Paes Mendonça, que antes era Casa Sergipana. Diz que observava a saída dos caminhões carregados de alimentos e que apenas um era tachado com a cobrança de impostos. Foi assim, com a falta de pagamento, e sonegação que o Paes Mendonça conseguiu fechar milhares de pequenos que tinha na cidade, oferecendo preços mais baixos, porque grande parte de suas vendas não pagavam encargos. “Esta é uma parte cruel que a ditadura veio implantar, acabaram com a fiscalização real.” Ainda segundo suas lembranças dos anos anteriores a 1964, chegava um fiscal em São Miguel ficava em uma loja uma semana, até medindo peças de produtos para vê se conferia com a nota fiscal, “tudo se acabou após a ditadura, fechou vários postos de fiscalização e deixou os empresários livres, a fim de receber a ajuda para implantar o seu sistema repressivo.”

Esses acontecimentos aumentaram o desejo de mudança em Claudionor que passou a ler mais, e procurar pessoas que tivessem o ideal semelhante de um Brasil melhor, “sem corrupção, tirar o povo da miséria, num sentido mais humanitário e esse sentido mais humanitário, logo depois que veio o golpe, era visto de forma subversiva”. A partir do contato com outros sujeitos que participavam de movimentos em oposição ao governo militar, Claudionor se aproximou do Colina e viu na luta armada a possibilidade de resistência e combate a ditadura.

No texto escrito por Claudionor, bem como em seu depoimento são citados nomes de outros companheiros baianos que tiveram suas trajetórias também marcadas pela resistência aos governos militares e viram na luta armada a possibilidade de combater os seus algozes. Dentre estes, estão: Eudaldo Gomes da Silva, ex- guerrilheiro que entrou para a clandestinidade faltando quinze dias para graduar-se em engenheiro agrônomo, pela Escola de Agronomia em Cruz das Almas e morreu no que ficou conhecido como “Massacre da Chácara São Bento.”⁶ Amílcar Baiardi, também estudante da Escola de Agronomia em Cruz, foi preso seis vezes e torturado duas. O outro militante é Rui Patterson natural de Ilhéus, também preso e torturado, escreveu uma autobiografia sobre sua luta, intitulada: *Quem Samba Fica: memórias de um ex- guerrilheiro*. (PATTERSON, 2011)

Para tratar sobre as organizações armadas no Recôncavo Baiano, dentre esses nomes além de Claudionor, destacaremos também a militância de Amílcar Baiardi e as ligações entre Salvador, Cruz das Almas e São Miguel das Matas. Fizemos uma entrevista em abril de 2018, com Amílcar Baiardi em seu apartamento localizado na Pituba, em Salvador. Sua narrativa é entusiasmada, o semblante triste só aparece quando relatou sobre as seis vezes em que foi preso e as duas sessões de torturas. Mesmo assim, parece não se incomodar em relembrar sua luta durante a ditadura e os primeiros meses após o golpe quando precisou, juntamente com outros estudantes,

⁶ Sobre esse episódio, vê: Costa, Lucileide Cardoso. *Entre o movimento estudantil e a luta armada: Eudaldo Gomes da Silva e o “Massacre da Chácara São Bento.”* História Oral, v. 15. n. 2, p. 193-216, jul.-dez. 2012.

empreender fuga de Salvador para Cruz das Almas e organizar algum tipo de resistência. Baiardi se coloca como autor de sua história e líder do projeto de luta armada no Recôncavo.

Baiardi foi uma das principais lideranças do movimento estudantil em Cruz das Almas, além de ex.-guerrilheiro e responsável por “cooptar” pessoas para a militância armada. Atuou no movimento estudantil da cidade como presidente do Diretório Acadêmico Landulfo Alves (Dala), em 1964. Nasceu em 10 de maio de 1941, formou-se em engenheiro agrônomo. Antes mesmo do desferimento do golpe foi preso em fevereiro de 1964, “[...], servindo como oficial para o 28º BC. Baiardi foi preso por duas semanas, acusado de aliciar os sargentos da sua unidade com finalidade subversiva e de fazer referências pouco elogiosas aos seus superiores.” No transcorrer da ditadura foi preso mais cinco vezes e alvo de duas sessões de tortura. (PATTERSON, 2011. p. 97)

Sobre o início de sua militância política ele a identifica enquanto secundarista, estudante do Colégio Central em Salvador. “Provavelmente nos anos de 1959/1960, mas era uma coisa meio difusa e ligada a movimentos nacionalistas.” Em seguida, Baiardi ingressa na Escola de Agronomia e lá encontra um ambiente propício a um ativismo político, começando a participar do Movimento Estudantil, junto com colegas ligados ao Partido Comunista Brasileiro.⁷

⁷ Amílcar Baiardi, 77 anos, ex-militante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (polop), do Comando de Libertação Nacional (Colina), e outras dissidências do PCB Baiano. Depoimento concedido em abril de 2018.

A Bahia era governada nesse período por Juracy Magalhães (1959 a 1963), a partir de duas tendências distintas: a de continuidade da modernização, fincada em ideias de planejamento e industrialização e a de preservação de interesses tradicionais, enraizados na política baiana. No ano do golpe, porém, Lomanto Júnior estava à frente do governo da Bahia. Para Paulo Fábio Dantas Neto, a fase final do governo Jango trouxe surpresas ao primeiro ano de mandato de Lomanto Júnior, pois o colocou em desentendimento crescente com os partidários udenistas. Apesar disso, Lomanto manteve-se no cargo durante o regime. (DANTAS NETO, 2006)

O regime ditatorial estabeleceu-se num período caracterizado “por contradições e conflitos típicos de uma sociedade de base tradicional, em um momento crucial de seu processo de modernização”, no governo de Antônio Lomanto Junior (UDN-PTB). Segundo Muniz Gonçalves Ferreira, diante dessas coligações partidárias, Lomanto exercia sua governabilidade por meio de um malabarismo, a fim de agradar interesses distintos. Uma parcela da população ansiava, através do período modernizador que a Bahia estava sendo palco, ascender economicamente. A outra, de firmar seus propósitos através de reformas que comportassem melhor a distribuição de renda e igualdade em variados setores da sociedade. (FERREIRA, 2004. p.1)

Voltando a militância de Amílcar Baiardi, na ocasião do golpe, na condição de estudante, participou das últimas tentativas de resistência em Salvador e quando elas se revelaram completamente

inviáveis se deslocou para o interior do Estado. Na época, gente da rede de Lomanto Júnior sugeriu resistência porque ele era ligado a João Goulart, no entanto o governador se posicionou ao lado dos militares, dificultando o processo de resistência. Amílcar se reuniu em Salvador com um grupo de estudantes para tentar resistir, mas diante do cenário soteropolitano e da atitude de Lomanto Júnior, os estudantes decidiram acompanhar o militante para Cruz das Almas.

E lá nós chegamos a organizar, vamos dizer assim, um grupo de mais ou menos cinquenta pessoas ou mais com as armas disponíveis, com coquetel molotov para participar de alguma resistência, porque acreditávamos que Francisco Pinto, em Feira de Santana, e Pedral, em Conquista, que eram prefeitos na época considerados progressistas iriam resistir, mas logo ficamos sabendo que eles também não conseguiram nada e que não havia praticamente mais nenhuma resistência na Bahia.⁸

Segundo Baiardi, em Itiruçu terminou por ocorrer alguma coisa, muito possivelmente por conta dos trabalhadores do polo ferroviário do município, mas eles só ficaram sabendo depois, posto que não houve nenhuma possibilidade de contato de coordenação. “Tínhamos notícia no rádio de que Brizola estava tentando algo, lá no Rio Grande do Sul.” Porém avaliaram que era necessário dispersar. “Mas isso ficou, chegou ao conhecimento do comando da 6ª Região Militar, essa tentativa de resistência em Cruz das Almas.”

⁸ Amílcar Baiardi, 77 anos, ex-militante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e do Comando de Libertação Nacional (Colina). Depoimento concedido em abril de 2018.

Em seu depoimento, Baiardi rememora Cruz das Almas como uma cidade que se destacou nas lutas nacionalistas e se revelou um ambiente propício para as articulações do ME, do sindicato dos trabalhadores, com destaque para o setor fumageiro, a associação de Mães Pobres e a Frente Nacionalista de Cruz das Almas (FNCA). Segundo suas lembranças, era um local privilegiado comparado a outras cidades do interior da Bahia por ser dotada de um curso superior, além do cenário sócio-político mais atuante.⁹

Em Cruz das Almas, a participação de Baiardi consistiu em fortalecer uma ligação do Movimento Estudantil com o Movimento de Trabalhadores rurais e outros movimentos sociais. Seu depoimento demonstra a polarização política em Cruz nos anos anteriores ao golpe, assim como estava acontecendo no Brasil com o crescimento dos sindicatos dos trabalhadores, das Ligas Camponesas e outros movimentos sociais. O golpe de 1964 iniciou um processo de retração e até mesmo estancamento desses movimentos. Em Cruz, esse desmonte foi marcado pela invasão da Escola de Agronomia “por uma tropa de mais de 150 homens”, implicando na renúncia do prefeito Jorge Guerra, na deposição de vereadores e na prisão de militantes do ME e de outros movimentos. Baiardi destaca ainda, a instalação de um Inquérito Policial Militar (IPM), específico para Cruz das Almas. Essas intervenções e impactos no município após o desferimento do golpe serão aprofundados em outro capítulo.

⁹ Amílcar Baiardi, 77 anos, ex-militante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), do Comando de Libertação Nacional (Colina). Depoimento concedido em abril de 2018.

A militância política/partidária de Baiardi, nos anos de 1961 a 1963, está ligada a sua atuação PCB e também no PC do B, porém ele afirmou que uma vinculação mais orgânica partidária aconteceu no final de 1963, quando ingressou na Polop. Na época suas impressões sobre a Polop era de uma organização que elaborava bons diagnósticos sobre a realidade brasileira, especialmente no âmbito político. No contexto de 1964, a Polop alertou para a possibilidade de um golpe, [...] “então, a rigor nós da Polop, fomos só em parte surpreendidos com o golpe, né?” Amílcar enfatiza que na época nenhuma organização achava que haveria um golpe, ao contrário acreditava-se na capacidade e no esquema militar de João Goulart de resistência. Conforme as análises de Eurelino Coelho, o alerta da POLOP sobre a iminência de um golpe tem relação com a experiência por conta da fragilidade democrática do país. “[...] não faltaram tentativas concretas de derrubada de presidentes ou de impedimento à posse de eleitos [...]” (COELHO, 2015).

A POLOP surgiu segundo Coelho, da aproximação entre vários pequenos coletivos de marxistas, sobretudo nos meios universitários que tinham em comum, a rejeição à linha política do PCB. As análises sobre a Polop elucidam o seu caráter mais teórico e doutrinário. Contestava as posições pacifistas e reformistas do PCB concebendo a luta armada como um caminho para o socialismo. Os livros *Brasil Nunca Mais* e *O Fantasma da Revolução Brasileira* não trazem informações sobre a atuação da Polop na Bahia, as análises estão pautadas na militância em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro,

como a maioria das obras que tratam sobre luta armada, oposição e resistência ao governo ditatorial. Jacob Gorender discute um pouco sobre a atuação da Polop no Estado baiano, como também de outras organizações. Chega a citar umas das prisões de Baiardi em 1970, quando este já integrava a Var-Palmares, a morte de Eudaldo Gomes e narra também os assassinatos de Lamarca e Zequinha no Oeste baiano.

Muitos desses grupos de oposição tinham células na Bahia e mantinham ligações e articulações com os outros Estados. Ainda na Polop, Amílcar Baiardi manteve os primeiros contatos com Claudionor, depois os dois passaram a integrar o Comando de Libertação Nacional.

De acordo com as análises de Jacob Gorender, ao sair do Congresso de Teresópolis, a VAR articulou um setor de treinamento de Guerrilha, O plano consistia na estruturação de uma escola de guerrilha em uma fazenda comprada no Pará, programada para cursos de três a cinco meses. Dessa forma, projetou-se a estimativa do treinamento de 150 combatentes. Com este objetivo, a organização guerrilheira começou a transferência de quadros, armas e materiais diversos, tarefa em que ficou empenhado Amilcar Baiardi, junto a um grupo restrito de militantes. Contudo, a VAR-Palmares sofreu abalos na passagem para 1970. “Em 1969, um dos encarregados da preparação da escola de guerrilheiros caiu em Minas e veio parar na

OBAN¹⁰. Seguiram-se as prisões de Amílcar Baiardi e de outros, o que liquidou o projeto da escola.” (GORENDER, 1987. p. 18)

Diante da desintegração da VAR, Amílcar Baiardi se aproximou do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), organização que também defendeu a luta armada, mas que diante das baixas sofridas pelos grupos armados estava em um processo de autocrítica e passou a defender um movimento de massa. Por conta da vinculação ao MR-8, Baiardi foi preso e torturado mais uma vez. “Então eu estava em Recife em condições terríveis, foi uma segunda tortura assim desnecessária, entende? Até porque eu não tinha mais nada, supostamente aparelho ou coisa assim para entregar, né?”¹¹

No contexto ditatorial, muitos movimentos não resistiram aos efeitos do golpe de 1964, provocando vários rachas. Em 1967, a Polop sofreu dois rachas que impactaram suas bases, muitos dos seus integrantes passaram as fileiras da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Colina, que posteriormente, já em 1969, construíram a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR). Nesse momento da entrevista, Amílcar relembra as prisões de Getúlio e Chantal na rodoviária de Salvador e Mari e Nemésio na Fazenda de Claudionor, em São Miguel das Matas, mas ressalta que não estava presente nos episódios. “Eu estava na clandestinidade quando soube através de uma

¹⁰ A Operação Bandeirantes (OBAN), criada em junho de 1969 no âmbito do II Exército (São Paulo), foi uma operação de combate a organizações que faziam oposição política ao regime militar. Com o objetivo de identificar, localizar e capturar militantes considerados “subversivos” pelo regime, a OBAN era composta por militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, policiais federais, agentes do SNI, e policiais da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

¹¹ Amílcar Baiardi, 77 anos, ex-militante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (polop), do Comando de Libertação Nacional (Colina), e outras dissidências do PCB Baiano. Depoimento concedido em abril de 2018.

mensagem de Claudionor que tinha ocorrido às quedas e que apressasse a minha saída da Bahia”.¹²

Segundo o livro de memória *Quem samba fica: memórias de um ex-guerrilheiro* de Rui Patterson também integrante do Colina, Claudionor foi recrutado por Amílcar Baiardi, João Lucas Alves e Apolo Lisboa. Exercia a atividade de açougueiro em Salvador quando a repressão o localizou. Convidado a prestar esclarecimentos, alegou que precisava despedir-se de sua mãe e a partir daquele momento empreendeu fuga, e escapou de outras possibilidades de prisão por um longo período. “Com a ajuda de Luiz Pamponet, clandestinou-se passando por Minas Gerais, foi abrigado por Dilma Vana Russef. Obteve documentação falsa no Rio de Janeiro e passou por diversos estados do país, depois asilou-se na Argentina e Chile. Estabeleceu-se no Chile e casou-se com Margarita Erika com quem teve um filho, Ivan. Com golpe de Pinochet ficou preso no Estádio Nacional, sendo libertado por uma comissão das Nações Unidas. Ficou como asilado numa escola da embaixada da Suíça. Depois foi transferido para França, Alemanha Oriental e Portugal. Após a anistia de 1979, retornou ao Brasil com documentos legais, depois de ter sido condenado a três anos de prisão a revelia e perda dos direitos políticos. (PATTERSON, 2011)

Sobre repressão na Bahia, Claudionor refere-se ao maior fechamento político a partir de 1968, com o AI-5 e ainda a

¹² Amílcar Baiardi, 77 anos, ex-militante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (polop), do Comando de Libertação Nacional (Colina), e outras dissidências do PCB Baiano. Depoimento concedido em abril de 2018.

desarticulação de alguns grupos revolucionários, a exemplo do Colina com a prisão de dois companheiros na rodoviária de Salvador e outros dois na sua fazenda em São Miguel no ano de 1969. Nesse período, o governo militar, chefiado por Costa e Silva ampliou o número de perseguições, torturas e exílios na tentativa de calar as vozes que temiam em denunciar o regime e seguiam resistindo e lutando pelo retorno à democracia. No entanto, não pode-se afirmar que a Bahia estava quase imune até 1969. O Estado baiano sofreu duras repressões com prisões antes mesmo de 31 de março de 1964, deposições políticas logo após o desferimento do golpe, como também perseguições, prisões e torturas.

Naquele contexto de maior fechamento do espaço sociopolítico, com o estabelecimento do AI – 5, Claudionor enfatiza que fazia um ano que a repressão efetuava prisões atingindo o Colina, no Rio de Janeiro. Antes do apagar das luzes de 1968, essa mesma organização era atingida em Minas Gerais, sofrendo pesadas baixas, obrigando a maioria dos seus militantes a mudar-se para o Rio e São Paulo. No clarear do ano de 1969, chega à vez de VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) em São Paulo, várias dezenas de militantes são trancafiados e no sobe e desce do pau de arara os “Lobos” alcançam a Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo dirigido por Carlos Marighella, logo atingiram o MR-8.

Com essas ações os órgãos repressores começaram a conhecer o *modus vivendi* das organizações armadas. Na Bahia, os grupos da esquerda armada, organizados ou não, tiveram o cuidado de não

efetuar ações que despertassem a atenção do aparato repressor. Em muitos momentos no texto escrito por Claudionor, intitulado “O dedo do padre e a ditadura militar”, é destacado a especificidade das organizações no Estado baiano, como espaço para refúgio e suporte aos guerrilheiros atingidos pela repressão nos outros Estados. No entanto, em seu depoimento concedido em dezembro de 2017, ele ressalta que a pressa e a vaidade de alguns colegas de luta, foram o estopim para a desarticulação da luta armada na Bahia. “Então o grande problema é isto, a pressa de aparecer, há botou uma bomba ali, os terroristas, um absurdo [...].”¹³

Entretanto, a Bahia não pode ser apontada exclusivamente como área de recuo. Alguns trabalhos como o de Sandra Regina Barbosa Souza, evidenciam este Estado como espaço de luta e resistência contra o regime militar. As oposições aconteceram em várias esferas: movimentos estudantis, religiosos, sindicais, luta armada, entre outros. E em muitos casos, os revolucionários que atuavam na Bahia utilizavam os outros Estados como espaço de refúgio, rearticulação e suporte aos que aqui ficaram. A trajetória de fugas entre os estados brasileiros e outros países de Claudionor Froes foi marcada pela luta de não “cair nas mãos dos lobos”, como também ajudar os companheiros a continuar, resistir e fazer revolução.

Claudionor ressalta que apesar do desejo de alguns companheiros apressados, algumas vezes estimulados por companheiros de outros Estados em querer mostrar que a sua

¹³ Claudionor Froes Couto, 79 anos, ex-militante do Comando de Libertação Nacional (Colina), e outras dissidências do PCB Baiano. Depoimento concedido em dezembro de 2017.

organização também estava presente na “Boa Terra”, o grupo buscava sensatez para persuadir que o mais prudente seria a dedicação, a tarefa organizativa e ampliar a rede de militantes, simpatizantes e colaboradores. Entre as inúmeras impressões que podemos ter da autobiografia de Claudionor, o que mais chama atenção no seu texto é sua habilidade para fugir dos militares como também a articulação com sujeitos de vários Estados e até mesmo fora do país. “Já há algum tempo eu me apresentava como homem de negócios. Tendo me estabelecido no comércio de carne, que me facilitava contatos nos mais diversos níveis sem ser notado. Movimentava-me nas barbas da repressão; mantinha contatos com os homens da direita e passeava junto à esquerda.”

Assim, como em vários Estados, os serviços de informações já trabalhavam centralizando suas ações que mais tarde viriam atingir a todos aqueles que se opunham a ditadura. Claudionor estava sempre atento para identificar quem fazia parte do serviço de informação. “[...], dia a dia eu acompanhava inúmeros daqueles que formavam parte do aparelho repressor e os seus colaboradores, como: Proprietários de livrarias e alguns dos seus empregados observando a tendência dos seus clientes através dos livros adquiridos.”¹⁴

Além de certa facilidade em se deslocar periodicamente para o Rio de Janeiro e Belo Horizonte, Claudionor teve experiência com a luta armada revolucionária fora do país. Foi para Bogotá na Colômbia, e fez contatos com pessoas que possuíam vínculos com as Forças

¹⁴ COUTO, Froes Claudionor. O dedo do padre e a ditadura militar. [s.n]: [s.d], p. 3

Armadas Revolucionarias da Colômbia (FARCS), movimento guerrilheiro que atuava naquele país desde 1950, dominando várias regiões. As FARCS, naquele período, gozavam de grande prestígio, na cidade e na zona Rural. Muitos dos seus militantes atuavam no partido comunista do país. As forças armadas governamentais tentavam solapar a sua estrutura, mas não conseguiam porque as FARCS atuavam de forma muito compartimentada, com normas de segurança muito rígidas dificultando a atuação de seus perseguidores. Para complicar o quadro político e por em xeque os planos da burguesia, no final da década de 1970, foi implantada mais uma frente guerrilheira na Colômbia. O ELN (Exército de Libertação Nacional) atuando no norte do país, dificultando mais ainda as ações do inimigo do povo.¹⁵

A intenção de Claudionor em Bogotá, de alguma forma foi frustrada, pois o seu pedido para participar de treinamento no campo não foi atendido por razões de segurança. Segundo as normas das FARCS, todos aqueles que se integravam a guerrilha rural não podiam retornar a cidade, por isso Claudionor voltou ao Brasil, e se integrou ao Comando de Libertação Nacional, (Colina). No Rio, ele fez contato com João Lucas Alves, ex-sargento da Aeronáutica e de lá foi a Belo Horizonte e manteve contato com o pessoal do Comando Nacional. Em seguida, retornou a Salvador e junto com outros companheiros tentaram estruturar as bases desta organização no Estado.

Nos idos de 1968, a ditadura massacrava ainda com mais força os setores progressistas, contendo todo tipo de reivindicação e

¹⁵ COUTO, Froes Claudionor. O dedo do padre e a ditadura militar. [s.n]: [s.d], p. 3

sufocava o país e qualquer manifestação era reprimida duramente. A censura aos meios de comunicação era extrema, a imprensa estava sufocada e amordaçada. Todo conceito de liberdade havia ido para o lixo. Os movimentos de oposição, dentre eles o Movimento Estudantil (ME), sentiam-se encurralados. Segundo Claudionor: “só nos restava uma porta de saída! A luta armada”.¹⁶ Naquele contexto, o ME da Ufba, assim como nas outras Universidades do país, sofreu de imediato os impactos do golpe de 1964. Esses estudos permitem percebermos as conexões e impactos sentidos nas cidades do recôncavo baiano a partir das análises sobre São Miguel das Matas e Cruz das Almas como espaço de resistência e conexão com a luta armada na Bahia e no país. Destaca-se o desprendimento e luta de sujeitos que arriscaram suas vidas em nome dos seus ideais como Claudionor Froes Couto e Amílcar Baiardi.

Referências

COSTA, Cléria Botelho. *A escuta do outro: os dilemas da interpretação*. História Oral. v. 17, n. 2, p. 47-67, jul./dez. 2014

BORGES, Vavy Pacheco. *Desafios da Memória e da Biografia: Gabrielle Brune-Sieler, Uma Vida (1874-1940)*. Universidade Estadual de Campinas.

COELHO, Eurelino. *Por um Brasil socialista. Marxismo e programa revolucionário no Brasil dos anos 60: A contribuição da POLOP. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios: Florianópolis-SC. 27-31 de julho de 2015.*

COUTO, Froes Claudionor. *O dedo do padre e a ditadura militar*. [s.n]: [s.d].

¹⁶ COUTO, Froes Claudionor. *O dedo do padre e a ditadura militar*. [s.n]: [s.d], p. 3.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma: A política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*. Salvador. Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática S. A., 1987.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROUSSO, Henry. *O arquivo ou o indício de uma falta*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

PATTERSON, Rui. *Quem samba fica: memórias de um ex-guerrilheiro*. Salvador: EGBA, 2011.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Salvador: Edufba, 2013.

Trabalhadores rurais *versus* empresas produtoras de eucalipto no litoral norte da Bahia: histórico de um conflito

Josias de Oliveira Porto Neto¹

Professor substituto no curso de Serviço Social da UFBA
Doutorando em Ciências Sociais, pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA

Introdução

Este artigo tem como propósito apresentar parte dos resultados e das conclusões de uma pesquisa de mestrado (PORTO NETO, 2020) sobre o conflito entre empresas de cultivo de eucalipto da região do litoral norte da Bahia, em especial a principal delas, chamada na época de Copener Florestal (atualmente Bracell Florestal) e o sindicato de trabalhadores do setor, o Sindiflora (Sinditato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Atividades do Reflorestamento Carvoejamento e Beneficiamento de Madeira).

Há dois eventos considerados centrais nesse conflito: (1) uma importante greve com paralisação quase completa das atividades da empresa, no ano de 2010 e (2) a reversão de parte das terceirizações da atividade da Copener, mais especificamente na colheita e na produção de mudas, a partir do ano de 2011 (PORTO NETO, 2020). Com o objetivo de compreender a relação entre os dois eventos, o caminho

¹ Esse artigo resulta de uma dissertação de mestrado e por isso cabe o reconhecimento às reflexões estimuladas pelo orientador Prof. Dr. Jair Batista da Silva, pela co-orientadora Prof. Dra. Selma Cristina Silva de Jesus, e pelas componentes da banca avaliadora, a Prof. Dra. Maria das Graças Druck de Faria e a Prof. Dra. Renata Queiroz Dutra. A todos eles registram-se aqui profundos agradecimentos. Contato: josias.oliveira@ufba.br.

metodológico adotado nesta investigação passou por reconstituir a história da greve e do processo da chamada primarização (reversão de terceirizações). Aqui, neste trabalho, se dará ênfase ao histórico da greve e a algumas das reflexões que se concluiu sobre ela.

Para construir estas reconstituições históricas realizou-se uma pesquisa de campo, com dez entrevistas semi-estruturadas com lideranças sindicais envolvidas na greve. Ao longo do texto serão citados trechos das entrevistas e os entrevistados serão identificados com nomes fictícios. À medida que se der voz a estes sujeitos se fará uma breve caracterização dos mesmos. A análise destas entrevistas foi combinada com uma pesquisa documental, sistematizando informações encontradas em Acordos Coletivos de Trabalho, no Dissídio da Greve de 2010 (BRASIL, 2010), em um Inquérito Civil do Ministério Público do Trabalho (BRASIL, 2011) e em uma Petição para uma Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho (BRASIL, 2019).

Nas linhas que seguem pretende-se: (1) resgatar brevemente algumas referências sobre a relação entre terceirização e sindicalismo, que ajudaram a iluminar a análise desta pesquisa; (2) apresentar sinteticamente a mencionada reconstituição histórica da greve de 2010; (3) apresentar algumas das conclusões da pesquisa, especialmente àquelas que se relacionam com esse histórico da greve.

Sindicalismo e terceirização: algumas referências da pesquisa

Perpassa por esse conflito, de forma muito saliente, o tema das terceirizações. A terceirização marca a história da Copener. Esteve

presente desde os primórdios das plantações da empresa (década de 1970 e 1980) sob a forma dos “gatos” (GONÇALVES E MACHADO, 1996). De acordo com Druck *et al* (2017) os chamados “gatos”, ou seja, essa forma de relações trabalhistas que se difundiu extensivamente no meio rural brasileiro, reproduzindo condições análogas às escravas, em que se troca trabalho quase exclusivamente por alimentação e alojamento, são a constituição mais antiga da terceirização em nossas terras. O “gato” é justamente o aliciador de mão-de-obra, o “segundo” que intermedia os serviços do “terceiro” prestados ao “primeiro”.

Mas é no capitalismo contemporâneo, a partir das transformações na forma de organização do trabalho e da produção, com transição do chamado padrão keynesiano fordista para a acumulação flexível (HARVEY, 1992) que a terceirização se reconfigura e ganha uma importante centralidade. A terceirização é a principal “inovação” das influências do Toyotismo exportadas para todo o planeta e em, com grande impacto, para o Brasil (DRUCK, 1999).

Dentre os inúmeros impactos desta modalidade flexível e precária de relações trabalhistas destaca-se aqui as implicações para a organização e luta dos trabalhadores, especialmente a partir do seu principal instrumento, o sindicato. Sintetiza-se aqui três dificuldades que a terceirização impõe à organização sindical (DRUCK, 1999; MARCELINO, 2008; SILVA e FRANCO, 2007): (1) uma inferiorização destes trabalhadores perante os demais, constituindo dois estatutos de trabalhadores, “os de primeira e os de segunda categoria” (DRUCK, 1999) favorecendo uma fragmentação e dificultando a

identificação e solidariedade entre estes trabalhadores; (2) depois, ao estabelecer condições mais precárias, contratos mais frágeis, tendência à maior rotatividade etc., dificulta aos terceirizados o envolvimento com o sindicato; (3) por fim, a terceirização impõem uma separação organizativa destes trabalhadores, à medida que eles acabam tendo como vinculação sindicatos diferentes, ainda que muitas vezes desempenhando atividades muito similares, não raro, em um mesmo espaço físico de trabalho. Essa última dificuldade tem profunda relação com a estrutura sindical brasileira, que, vinculada ao Estado, permitindo a ele estabelecer a qual categoria o trabalhador pertence e, portanto, a qual sindicatos ele pode se filiar. (BOITO JR, 1991)

A estrutura sindical não é o único desafio que se coloca para o movimento sindical brasileiro enfrentar a questão da terceirização e suas implicações na divisão dos trabalhadores. Aliás, a estrutura sindical corporativa, atrelada ao Estado, limita e dificulta a atuação sindical em todos os sentidos e esse é um tema que mais do que nunca precisa ser retomado para que se reflita sobre caminhos possíveis para um reerguimento desse importante movimento social brasileiro que se encontra bastante enfraquecido. Mas um segundo desafio, tão importante quanto, é caracterizado por Antunes e Silva (2015) como o problema de uma mudança que vem se processando na estratégica do movimento sindical brasileiro, de um “sindicalismo de confronto” para um “sindicalismo negocial”.

O “sindicalismo de confronto” estaria ligado à tradição do movimento sindical herdada do processo histórico brasileiro em que

esse importante setor organizado da sociedade se ergueu e contribuiu para o enfrentamento e enfraquecimento da ditadura militar brasileira no final dos anos 1970. É o chamado “novo sindicalismo”, que tem seu marco nas gigantes greves do ABC paulista e que extrapolaram as pautas pontuais dos metalúrgicos no enfrentamento às montadoras multinacionais aqui instaladas especialmente no início da ditadura. Contribuíram para construir um momento histórico de fortes lutas sociais da classe trabalhadora no país, que resultou, dentre outras conquistas, na inscrição de diversos direitos na Constituição Federal de 1988. Mas esse sindicalismo de enfrentamento foi aos poucos mudando sua perspectiva política para um “sindicalismo propositivo” (BOITO JR, 1999), para um sindicalismo de negociação em que a greve, a paralização, a luta direta, seria um expediente a que se recorreria apenas em último caso. O resultado, sem querer simplificar um debate que é cheio de nuances e bastante complexo, é que hoje há um enfraquecimento da perspectiva combatividade na grande maioria das entidades sindicais do país.

A combatividade e o enfrentamento não deixaram de caracterizar, contudo, o perfil de entidades sindicais, ainda que de modo muito pontual. Mas estas experiências pontuais podem lançar luz sobre caminhos possíveis para o enfrentamento à terceirização, bem como para repensar os rumos do sindicalismo brasileiro. E, nesse sentido, o esforço realizado nessa pesquisa é que esse estudo de caso possa contribuir com tais reflexões.

Uma greve de terceirizados: reconstituição histórica do movimento paredista do SINDIFLORA

A greve teve como estopim um impasse envolvendo o trabalho aos sábados no viveiro de produção de mudas da Copener Florestal, gerido pela empresa terceirizada Enflors. Desde primeiro de dezembro do ano anterior (2019) a Enflors vinha estabelecendo Acordos Individuais de Compensação de Horas instituindo o trabalho aos sábados, alternados (BRASIL, 2010). Até então a jornada semanal de trabalho era distribuída entre os dias de semana. Um eventual trabalho no sábado era realizado como hora extra.

Em janeiro de 2010, mais precisamente no dia 18, o Sindiflora foi ao viveiro e realizou uma assembleia para tratar do tema:

Quando a gente chegou, fomos organizar uma assembleia e aí fomos ouvir os trabalhadores. E aí foi decidido pelos trabalhadores que eles iam parar independentemente do restante da empresa [os funcionários diretos da Copener] parar ou não. Eles iam se manter paralisados porque eles queriam não trabalhar aos sábados, como era comum que eles não trabalhassem aos sábados. Num primeiro momento a gente pensou “não, isso aí é fácil de resolver. Já era assim [sem o sábado], a Copener² mudou, é só ela voltar atrás e resolver o problema”. A gente nem imaginava que iria realmente se alongar.³

O Sindicato encaminha, então, à Enflors um comunicado sobre a realização da assembleia e a reivindicação dos trabalhadores de não

² Como abordado, quem diretamente definiu foi a Enflors, ao que tudo indica, sobre a pressão de aumento da produtividade pela Copener.

³ Paulo, dirigente do SIMPA (Sindicato dos Servidores Municipais da Prefeitura de Alagoinhas), outro sindicato da região, mas que ajudou na condução da greve. O SIMPA foi a principal entidade sindical a apoiar a greve do Sindiflora, inclusive financeiramente.

trabalharem aos sábados. Informam também a decisão de que haveria paralisação se não houvesse resolução da questão.

No dia 03 de fevereiro, ainda sem resposta da empresa, o Sindicato reforça, em novo ofício, a reivindicação:

[...] considerando que até o presente momento não recebemos nenhuma resposta relativa ao ofício 007/2010⁴, em que encaminhou a proposta da categoria no sentido de não trabalhar aos sábados [...] essa entidade realizará assembleia no sábado, 06/02/2010, com os trabalhadores onde serão votadas as medidas cabíveis. Saliento, ainda, que na assembleia ocorrida no dia 10/01/2010, a categoria já deliberou pela paralisação enquanto a situação persistir [...]. (BRASIL, 2010, f. 29)

E a empresa finalmente se manifesta no dia seguinte: “Solicitamos a este sindicato que nos conceda um prazo para darmos uma definição exata [...]. Comprometeremos que após a reunião realizada no dia 10/10/2010 voltaremos a tratar sobre esse assunto” (BRASIL, 2010, f.30). Sem a prometida resposta o sindicato realiza nova assembleia no dia 11 de fevereiro. O Sindiflora alerta mais uma vez à empresa a possibilidade de uma paralisação e haveria nova assembleia no dia 18 do mesmo mês (um dia após o carnaval).

Um detalhe importante nesse ofício, identificado por este pesquisador e que sinaliza algo para as conclusões desta pesquisa: diferente dos outros, foi encaminhado com cópia, identificada no destinatário, para o sindicato patronal Sineflor (Sindicato de Empresas

⁴ Esse ofício não foi localizado, mas pelo que consta no Dissídio (2010, fl. 86) foi enviado no dia 22 de janeiro.

Florestais da Bahia) e também para a empresa tomadora de serviços, ou seja, a empresa proprietária do viveiro, a Copener Florestal. Percebe-se aqui uma iniciativa importante do sindicato, no sentido de adotar uma estratégia compreendida nesta pesquisa como central, de envolver e comprometer as demais empresas do setor (em especial a que terceiriza) no conflito.

Essa tática (comprometer a patronal de conjunto, em especial a empresa nuclear que terceiriza) se complementa com outra: buscar envolver o conjunto dos trabalhadores, das diversas empresas do setor, nessa mobilização. Marcos, José e Paulo tratam disso:

[Os] outros trabalhadores, inclusive trabalhadores de outras empresas [terceirizadas da Copener], além dos trabalhadores do viveiro [Enflors], começaram a aderir ao movimento, e eles pararam também, porque eles também tinham reclamações nos seus setores de trabalho.⁵

Foi uma época de acordo coletivo. Aí juntamos uma coisa com a outra. Como já estava o movimento para tirar o dia de sábado, como não tinha negociado, as empresas estavam amarrando, aí unificamos as lutas para retirar o dia de sábado e também para negociar acordo coletivo.⁶

Nisso apresentamos a pauta [da negociação do acordo coletivo]. Os trabalhadores começaram a se interessar pela pauta reivindicatória. Aí outros trabalhadores que iam chegando de outros setores, da colheita, do plantio, da manutenção, iam chegando e iam vendo a pauta lá e foram também aderindo aos que já estavam paralisados.⁷

Mas, se a estratégia do sindicato passa a ser unir a luta entre os trabalhadores e responsabilizar a empresa nuclear (porque é ela quem

⁵ Marcos (entrevista), diretor do Sindiflora.

⁶ José (entrevista), diretor do Sindiflora.

⁷ Paulo (entrevista), dirigente do SIMPA, sindicato que também ajudou na condução da greve.

realmente determina as condições de trabalho e eles entendem que ela é quem poderia de fato reverter o trabalho aos sábados), a estratégia da patronal é exatamente o oposto. Tentam ao máximo fazer com que o “problema do sábado” seja uma questão entre o sindicato e a Enflors. Isso fica explícito no que se relata a seguir. No dia 11 de fevereiro o Sindicato tenta que a questão do sábado entrasse no Acordo (à essa altura o Sindiflora e o Sineflor negociavam o Acordo Coletivo da categoria), mas as empresas são inflexíveis quanto a isso:

Aberta as discussões o presidente colocou para os trabalhadores o andamento das negociações, frisou os pontos cujos padrões não aceitam negociar com a categoria, inclusive o trabalho aos sábados, ponto que vem travando as discussões, portanto tivemos que consultar a base para que esta possa deliberar e assim podermos dar novos rumos as negociações [...] Foi deliberado ainda pela assembleia que caso a empresa não atenda as reivindicações dos trabalhadores especificamente neste quesito [do sábado] estarão paralisando suas atividades a partir do dia 18/02”. (BRASIL, 2010, fl. 124)

Assim, as empresas, em especial a Copener, se esquivam da reivindicação (embora, como já mencionado, tenha relação direta com a imposição do trabalho aos sábados). A Enflors também permanece sem responder. Os trabalhadores então partem para a paralisação. Às 6 horas da manhã do dia 18 de fevereiro, os portões do viveiro de produção de mudas da Copener, gerido pela Enflors, são fechados para a assembleia e não se abrem mais até o final da greve.

Aí o Sindiflora tomou a atitude de fazer a paralisação primeiro, pra depois dar início a uma greve. Paralisação pra

ver se a empresa concordava. A empresa não concordou. “Então vamos partir para a greve!” Foi quando a gente falou que pra a gente ter êxito não era pra ninguém entrar, mesmo que um nosso, um supervisor, um encarregado, viesse falar com a gente. E eles vieram, diziam que a gente tinha que trabalhar, se não a empresa ia mandar a gente embora, e ameaçou a gente de toda maneira. O sindicato veio e disse: “Olha, vocês não vão trabalhar, se vocês trabalharem perdem o direito de vocês. Ai a gente vai acabar sem força. Então, ninguém pode entrar. Não deixe ninguém entrar.” Então eu e outras colegas, fomos lá e tomamos a frente do portão da empresa até pra não deixar o próprio pessoal que era da Copener entrar, na época a gente era terceirizados.⁸

O que explica o desenrolar dessa mobilização, contudo, não é apenas a questão do sábado. O problema do sábado foi o elemento detonador da mobilização, mas o que explica a disposição destes trabalhadores em parar as atividades e a firmeza em enfrentar a empresa de forma tão decidida tem relação, na interpretação deste pesquisador, foram ao menos dois elementos. O primeiro, o acúmulo de insatisfações resultantes do processo de intensa precarização das condições de trabalho na empresa. Processo que tem o componente histórico das relações precariedade estrutural das relações de trabalho no Brasil que no campo se expressam de forma ainda mais acentuada, como com os chamados “gatos”, tema já mencionados acima. Um outro elemento importante a se considerar é o que na pesquisa foi abordado como o ciclo de greves dos anos 2000. (PORTO NETO, 2020)

Isso ajuda a entender tanto o contexto detonador da greve, o impulso dessa forte mobilização localizada no viveiro envolvendo o

⁸ Maria (entrevista), diretora do Sindiflora no momento da entrevista, na época da greve não estava ainda no sindicato, apenas trabalhava no viveiro.

problema do trabalho aos sábados, quanto também o desenrolar do processo. Ajuda a entender o porquê da estratégia do sindicato, qual seja: envolver os demais trabalhadores na luta, encontrou sustentação na realidade objetiva e se efetivou. É o que nos relata Paulo.

Retornamos pros trabalhadores [após a negociação]. Os trabalhadores decidiram “não, vamos parar, continuar parados!”. Só que nisso aí culminou que outros trabalhadores de outras áreas começaram a acreditar no movimento. Aí a colheita parou. Tinha, se não me engano eram 8 ou 9 pontos de colheita dentro da área plantada. Aí três áreas de colheita pararam.⁹

Ainda assim as empresas seguem intransigentes. Não há avanço nas negociações. A luta segue. E os trabalhadores também permanecem firmes no embate. Não cedem. Se negam, por exemplo, a permitir o funcionamento parcial do viveiro, solicitado pelas empresas.

No quarto dia, se eu não me engano, teve uma outra reunião com a Copener. Porque nesse momento o viveiro já estava comprometido. Afetou a produção de mudas. E com o viveiro comprometido, porque estava sem irrigação, a Copener veio solicitar que pelo menos irrigasse a parte do viveiro da fase inicial das mudas de eucalipto. Pra que não comprometesse a produção mais pra frente. Só que os trabalhadores já estavam tão revoltados com a situação que eles por si só decidiram não ligar as bombas. Todas as entradas da fazenda eles bloquearam, ninguém entrava e quem tava dentro na fazenda não saía. E aí começou um impasse. E as mudas morrendo. O desenrolar da greve. E a gente tentando na verdade resolver. O Sindiflora não tinha recursos, o próprio Simpa também não tinha recursos pra uma greve tão douradora. Então a gente queria o mais rápido possível resolver a situação. Tanto por

⁹ Paulo (entrevista), dirigente do SIMPA, sindicato que também ajudou na condução da greve.

uma questão financeira quanto pela questão também de que, como não foi o sindicato que iniciou a greve, a gente não sabia até quando aqueles trabalhadores também iriam tá ali. Por que assim, eles chamaram o sindicato, a gente tava com eles lá, mas a gente não tinha uma noção de assim “há, os trabalhadores vão manter essa greve aí o quanto for preciso.” A gente não tinha essa noção. Então a gente também tinha uma pressa em que a situação se resolvesse o mais rápido possível. Porque a gente não sabia até quando o trabalhador acharia que valeria apenas lutar por aquilo. Não sabíamos se poderia chegar um momento e o trabalhador pensar “não realmente é melhor abrir mão do sábado e tocar o barco pra frente”. Como a gente não tinha essa noção aí a gente buscava também a todo tempo negociar com a Copener [...].¹⁰

Com quatro dias de paralização, no dia 22 de fevereiro, a Copener tenta por via judicial derrotar a greve. Entra na Justiça do Trabalho pedindo uma ação de Interdito Proibitório para desmontar o piquete de greve do viveiro de produção de mudas. Seguem alguns trechos da ação:

1.3 A Copener possui algumas empresas que prestam serviços a ela, e entre elas a ENFLORS EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS LTDA. que tem empregados que estão trabalhando na área da Copener. Tais empregados resolvem, por motivos que a Copener desconhece, fazer greve na entrada da empresa Copener, com a anuência do Sindicato e estão impedindo a entrada dos empregados da Copener e de quaisquer outros que queiram trabalhar. Diversas tem sido as intervenções na porta da empresa, com carros e microfones potentes, faixas o que vem gerando desconforto para todos que lá trabalham, até mesmo porque impedidos de entrar.

1.4 A Copener, muito embora tenha explicado ao SINDIFLORA e aos empregados da ENFLORS, que nada tem a ver com a greve porque isso deve ser discutido entre eles e a empresa empregadora que é a ENFLORS, por

¹⁰ Paulo (entrevista), dirigente do SIMPA, sindicato que também ajudou na condução da greve.

diversas vezes mas, o referido sindicato causou inúmeros incidentes decorrentes de sua política agressiva de fazer manifestações sem nenhum sentido na porta da empresa, com tumultos e brigas.

1.5. Por várias vezes já chamou o SINDIFLORA para conversar mas, eles são irredutíveis no sentido de continuar a manifestação.

1.6. A greve está dentro do exercício do direito constitucional de livre expressão. Contudo, não tem o SINDIFLORA o direito de trazer para a frente da empresa, militantes que não guardam relacionamento de qualquer ordem com a empresa COPENER, com megafones, gritarias e tumultos para impedir o normal funcionamento das atividades empresariais da autora mas, guardam com a ENFLORS. [...]

3. Assim demonstrando o justo receio de vir a ser turbada na sua posse, ajuíza a presente ação onde pede a concessão, liminar, de mandado proibitório contra a requerida para que se abstenha de fazer manifestações na entrada da empresa [...].

14. Demonstrando o justo receio de turbação, não resta outra alternativa ao requerente senão pedir o deferimento de mandado proibitório contra o SINDIFLORA, fixando-lhe uma multa para cada vez que transgrida o mandado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia. [...]

16. Pede, também, que seja oficiado à Polícia Militar do Estado da Bahia, através da Companhia responsável pela segurança do Município em que está a empresa COPENER, para que garanta a ordem nas suas instalações, impedindo tentativa de turbação nas referidas áreas e futuras tentativas. (BRASIL, 2010, fls. 90 – 96¹¹)

Ainda sem ter conhecimento do processo judicial movimento pela Copener, ao que tudo indica, os trabalhadores já vinham amadurecendo a necessidade de avançar na mobilização com ações mais incisivas e radicalizadas. O sindicato e os trabalhadores em greve refletem sobre a

¹¹ O Processo foi anexado pelo Sindiflora ao Dissídio, apresentado pela Enflors, embora seja um outro documento, tendo o seguinte nº PROCESSO Nº 000303-21.2010.5.05.0221. Manteve-se, na reprodução dos trechos, os textos exatamente como constam no processo, sem se fazer possíveis correções gramaticais.

necessidade de dar mais um passo para pressionar as empresas e sobre a possibilidade de fazer isso, à medida que sentem que o movimento está forte. No dia 23 de fevereiro, assim, inicia-se o travamento do carregamento de madeira para a fábrica em Camaçari.

Aí com isso, como três plantios tinham parado, mas o carregamento continuava, aí a gente teve a ideia de interromper o carregamento do eucalipto para o porto, em Aratu. Aí a gente bloqueou as estradas que davam acesso as áreas colhidas, pra que não tivesse retirada do eucalipto colhido para o porto e nem pra Fábrica.¹²

Quando vimos que a gente parou quatro dias¹³, e a empresa continuou sem prejuízo nenhum, porque as mudas estavam prontas, lá elas poderiam aguentar; tomamos a iniciativa de parar o carregamento. A fábrica precisa de madeira. Quando para os caminhões, a fábrica vai precisar de madeira. E cadê a madeira? Então a Copener se sentiu apertada.¹⁴

A essa ação corresponde os momentos decisivos deste conflito. Utilizando os troncos de eucalipto os grevistas paralisaram a principal via de carregamento de madeira para a fábrica. *Isabel* relata que a empresa conseguiu rapidamente reorientar a logística para que a madeira fosse escoada por outra via. Contudo, os próprios caminhoneiros (que não são sindicalizados no Sindiflora) se solidarizaram com o movimento e “vazaram” a informação sobre a via alternativa, segundo *Isabel*. *Isabel* foi com um ônibus, com 32 grevistas

¹² Paulo (entrevista), dirigente do SIMPA, sindicato que também ajudou na condução da greve.

¹³ Aqui há uma possível falha na memória da entrevistada, já que pela documentação se verifica que os piquetes da rodovia foram realizados no quinto dia.

¹⁴ Maria (entrevista), diretora do Sindiflora, trabalhadora do viveiro na época da greve.

e fizeram mais um bloqueio, interrompendo completamente o carregamento de madeira.

Com os bloqueios divididos, o que reduziu a quantidade de grevista em cada um deles, a empresa parte para a tentativa de, à força, acaba com um dos piquetes. Os relatos dos entrevistados atestam que foi mobilizada a polícia civil e outros sujeitos armados nesse embate.

Quando paramos o carregamento, aí veio o pessoal, os delegados, a polícia civil, tentaram desbloquear. A gente primeiro tinha parado um setor, depois paramos o outro e ficamos com duas bases bloqueados. Passamos o dia todo, quando foi por volta das 8h da noite eles conseguiram desbloquear um, nós seguramos o outro. Mas no mesmo dia, às 3h da madrugada a gente conseguiu fechar a outra base, que eles tinham aberto, e fechamos com mais força. Buscamos companheiros de outros sindicatos, e aí não teve jeito, aí eles tiveram que sentar e negociar.¹⁵

Como a fábrica trabalhava *com estoque mínimo*, com dois dias que a gente interrompeu o carregamento, a fábrica também parou as atividades. Porque não tinha eucalipto pra processar. Mesmo assim a Copener disse que tava irreduzível.¹⁶

Cabe refletir mais uma vez sobre as táticas do sindicato. A busca de apoios de outros setores foi importante para fortalecer a mobilização. Desde o início a greve foi acompanhada por outro sindicato parceiro do Sindiflora, o Sinpa (Sindicato de Trabalhadores Municipais de Alagoinhas), que já era uma entidade sindical mais estruturada na região. Também houve a participação de outras importantes lideranças

¹⁵ José (entrevista), diretor d Sindiflora.

¹⁶ Paulo (entrevista), dirigente do SIMPA, sindicato que também ajudou na condução da greve.

políticas e sindicais da região, como vereadores de esquerda da cidade de Alagoinhas (com base nos relatos da *Paulo*).

O dia 23 é um dia longo. Além do travamento das rodovias, foi também nesse dia que o Juiz do Trabalho indefere a ação pedida pela Copener, por falta de provas, o que favorece, nesse embate já nos dias decisivos, o Sindiflora.

Neste contexto, diante da ausência de provas constantes dos autos quanto às alegações elencadas na inicial, não há que se coagir da mitigação ou redução do direito de greve, sob pena de se permitir que o capital possa, sem qualquer sanção, interferir e até eliminar a mais tênue tentativa de manifestação da classe trabalhadora em defesa dos interesses da categoria. (BRASIL, 2010, p. 109)

A Copener apresenta um recurso imediatamente com a solicitação que segue:

Neste contexto, diante da ausência de provas constantes dos autos quanto às alegações elencadas na inicial, não há que se coagir da mitigação ou redução do direito de greve, sob pena de se permitir que o capital possa, sem qualquer sanção, interferir e até eliminar a mais tênue tentativa de manifestação da classe trabalhadora em defesa dos interesses da categoria. (BRASIL, 2010, p. 109)

É também no dia 23 que a Enflors faz um requerimento de Dissídio Coletivo de Greve, postulando abusividade por parte do Sindiflora (BRASIL, 2010, fls 01 A 07). A Enflors argumenta que o Sindiflora não teria comunicado que a greve se iniciaria no dia 18 de fevereiro, apenas que haveria uma assembleia neste dia. Alega ainda que as negociações não tinham se esgotado e que ela estava aberta ao diálogo. Não há nenhuma evidência, contudo, desta “abertura ao

diálogo” por parte da Enflors, tendo em vista que o único diálogo realizado (ao menos oficialmente) foi um pedido de prazo para avaliar as reivindicações, prazo não cumprido.

Ainda que reivindicando abusividade e ilegalidade da greve, o requerimento solicita uma audiência de conciliação:

5.2. Face a situação de greve em que se encontra a Suscitante requer seja designada, **EM CARÁTER DE URGÊNCIA**, a audiência de conciliação, determinando-se a notificação da entidade Suscitada para comparecer, **através de comunicação via telefax** [nº do fax], e adotando-se, em relação ao presente processo, um procedimento mais célere em razão do movimento paredista.

Considerando a argumentação desenvolvida no item 3º desta peça de incoação [sic], requer o Suscitante, com fundamento nas disposições contidas no artigo 9º Parágrafo único da Lei 7783/89, seja autorizada a contratação direta de substitutos para a realização dos serviços que se fizerem necessários de modo a evitar maiores prejuízos para a empresa Suscitante. (BRASIL, 2010, fl. 07, grifos do documento)

No dia seguinte, 24 de fevereiro, o Sindiflora é notificado pelo Tribunal Regional do Trabalho (5ª Região) da designação de uma audiência de conciliação no dia 26 de fevereiro. O travamento das vias ainda seguia. No outro processo que corria, do Interdito Proibitório, foi aceita solicitação da Copener e enviado oficiais de justiça aos piquetes nas rodovias informadas pela empresa. O oficial que cumpriu a determinação relatou:

Ao chegar no local encontrei um veículo [aqui se menciona a tipo do carro e a placa], parado dentro da Fazenda bloqueando a entrada de caminhões no local para carregar as toras de eucaliptos. Ao lado do veículo haviam também algumas toras

de eucalipto colocadas na estrada o que impossibilita a passagem de qualquer veículo.

No local encontramos pessoas que usavam a farda da Enflors, e que afirmavam trabalharem para a Empresa Enflors. Estão acampadas no local, pois foi visto perto do bloqueio uma barraca de acampamento.

No local encontramos Sr. X., motorista de um caminhão carregado de eucalipto, quebrado na estrada, que nos informou que só conseguiram carregar os caminhões até as 23 horas do dia 24 de fevereiro e que depois disso não houve mais carregamentos ou saída de veículos. Fato esse confirmado por moradores locais. (BRASIL, 2010, fl. 114)

No dia 24 de fevereiro é que, após o relato do oficial de justiça, o Juiz deferiu o Interdito Proibitório determinando que o Sindiflora liberasse os diversos bloqueios e piquetes, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 10.000 e autorizando o uso de força policial pra desfazer os bloqueios. Mas a intimação só chegou ao sindicato no dia 26. Á essa altura já se tinha instaurado a mesa de negociação e a representação sindical estava em uma sala com a patronal, acompanhada da Justiça do Trabalho, para tentarem um acordo. Acordo que é firmado:

As partes informam o fim da greve e conciliam nos seguintes termos: I) A carga horária semanal será de 44 (quarenta e quatro) horas, a ser cumprida de segunda a sexta-feira, entendendo-se que, nesses dias, a jornada diária será prolongada em mais 48 (quarenta e oito) minutos para fins de compensação do consequente descanso aos sábados; II) O eventual trabalho aos sábados será limitado a 2 (dois) por mês, sendo a jornada de oito horas diárias, das quais quatro horas serão remuneradas adicionalmente na forma da lei/acordo coletivo e as outras quatro horas serão objeto de compensação em folga; III) Dos seis dias de paralisação, três serão abonados pela empresa e outros três serão compensados

da seguinte forma: um sábado por mês, durante três meses, respeitado o limite fixado no item II”. (BRASIL, 2010, fl. 48)

Um detalhe importante identificado por este pesquisador é que mesmo tendo sido nominado a Enflors como a parte envolvido no processo do Dissídio, como também do Termo de Audiência de Conciliação, quem assina o referido termo é uma “Comissão de Negociação do Sindicato Sineflor” (BRASIL, 2010, p. 224). Este é mais um elemento que reforça a hipótese trabalhadora na pesquisa, desenvolvida melhor na dissertação (PORTO NETO, 2020): a de que a atuação da patronal foi articulada, mesmo que ela a todo tempo alegue o contrário. Alegavam que se tratava de um conflito entre o Sindicato e a Enflors, sobre o dia de sábado, e envolveu a Copener apenas por causa do travamento das vias, e por isso a Copener entrou com pedido de liminar de Interdito Proibitório. A própria “coincidência” entre o dia do recurso da Copener ao indeferimento do Interdito Proibitório, e do Dissídio da Enflors para decretar a greve ilegal (ao mesmo tempo em que solicita uma negociação), expressam também essa provável articulação.

Não foram preservados muitos documentos do sindicato sobre esse processo. Os entrevistados relatam que houveram problemas com os computadores do sindicato onde poderiam haver arquivos do período. Mas foi localizado, por um dos entrevistados, um pequeno vídeo gravado na assembleia que pôs fim ao movimento paredista após a negociação acima mencionada. Segue a transcrição de um trecho:

Vimos ao longo da luta resistindo com força, com “brabeza”, e simplesmente hoje a empresa, após nós fecharmos aqui os portões, e conseguirmos fechar o carregamento, a empresa chamou pra negociar. E uma, eles nos subestimaram. Porque foram lá, a Copener, com os capangas deles, quatro policiais civis, capangas; mais os [inaudível] da Copener, mais os puxa-saco, pra nos intimidar. Quando chegaram lá só tinha 15 companheiros, porque como vocês sabem tinham dois carregamentos. Eu fui com 32 homens pra um carregamento, ficaram 15. Quando chegaram lá eles foram pra cima dos 15 e tiraram de lá. Só que eles não sabem da nossa força. O que foi que nós fizemos? Articulamos e 2h da manhã fechamos de novo. Ninguém saiu, ninguém entrou. Nós fizemos 36h de carregamento fechado. Em um local 42 carretas, e no outro local tinha em média 18 carretas carregadas, e não tinham muitas do lado de fora. Porque? Foi avisado, e todas as carretas estavam paradas nos postos. Então pra gente não importava onde elas estivessem não, ou no posto ou lá. Nós só dissemos uma coisa: “aqui ninguém entra!” E eu quero aqui, gente, uma salva de palmas pra vocês. Não querendo dizer que alguém fez melhor que ninguém, porque todos somos iguais, mas a equipe que estava comigo, um camarada que chama P. né [risos] pense num [inaudível] de rocha [palmas e urros]. Todos vocês estão de parabéns. Então a proposta foi 44 horas semanais, de segunda a sexta. Aos sábados, é hora extra [palmas, nesse momento se houve especialmente vozes femininas comemorando], e hora extra faz... [vídeo encerra]¹⁷.

É perceptível, pela transcrição, um sentimento de vitória entre os grevistas. É perceptível o fervor e empolgação destes trabalhadores. Há uma dimensão muito importante em um processo de luta como uma greve que são as experiências geradas e conclusões que dela resulta. Para além das conquistas ou derrotas, a greve pode ter como desfecho o fortalecimento ou o enfraquecimento dos trabalhadores e do seu instrumento de lutas, o sindicato. A interpretação que se faz destes

¹⁷ Transcrição de vídeo com trecho da assembleia do Sindiflora do dia 26 de fevereiro de 2010. O vídeo foi gravado por celular e foi repassado para este pesquisador por um dos entrevistados.

acontecimentos, e dos seus desdobramentos, é que o Sindiflora, e o movimento dos trabalhadores do cultivo de eucalipto da região, saiu fortalecido.

O Acordo Coletivo, fechado no dia 9 de março, ou seja, pouco mais de dez dias depois do encerramento do movimento paredista, sofreu indiretamente o impacto da vitória da greve. É o que nos relata *José*:

Conseguimos um reajuste aí, na época me parece que eles só estavam dando 5%, nós reivindicamos 10% e conseguimos 9%¹⁸. E várias coisas, conseguimos um acordo bem “recheado”: benefícios, auxílio escolar, que na época na Copener não tinha auxílio escolar, hoje, o auxílio escolar é de R\$ 580,00 [por ano] para cada filho, e várias outras conquistas.¹⁹

Uma comparação entre os Acordos Coletivos de 2009 e 2010 confirmam essas informações relatadas pelo entrevistado. Houve aumento salarial nesse percentual para os empregados que recebiam o piso salarial. Para os que recebiam acima do piso o aumento foi um pouco diferente. Mas em todos foi superior ao que foi oferecido inicialmente pela Sineflor, que era apenas 4% (BRASIL 2010, p. 124). Houveram outras conquistas, como expressam a inclusão destas duas cláusulas no Acordo Coletivo de 2010, que não estavam presentes no anterior:

¹⁸ Esse percentual foi confirmado na comparação dos Acordos Coletivos de Trabalho de 2009 e 2010, que estão anexados ao final deste trabalho, para o caso dos trabalhadores que recebiam o piso salarial. Para os demais trabalhadores o reajuste foi um pouco diferente, o que pode ser verificado também no Acordo Coletivo de 2010, na cláusula 5 e 6. Sobre o percentual inicialmente oferecido pelo Sineflor, pela ata da assembleia do dia 18/02, já citado aqui, registra-se que a proposta era na verdade apenas 4% (BRASIL 2010, p. fl 124).

¹⁹ José (entrevista) diretor do Sindiflora.

CLÁUSULA 24 - GRATUIDADE NOS VALES TRANSPORTES - As empresas concederão aos seus trabalhadores, para o deslocamentos casa-trabalho-casa, conforme previsto na Lei Federal N° 7.418/85, sem o desconto nos salários dos empregados do percentual previsto na legislação, exceto para o pessoal que desenvolvam atividades administrativas.

[...]

CLÁUSULA 30 - REPASSE DAS MENSALIDADES SINDICAIS - As empresas ficam obrigadas a repassar ao sindicato dos trabalhadores as mensalidades sindicais, quando devidamente autorizadas, até 05 (cinco) dias úteis após o efetivo desconto. (SINDIFLORA *et al*, 2010, p. 7-8)

Mas a conquista mais importante foi o fortalecimento do sindicato na correlação de forças com a patronal após essa mobilização. Um dos desdobramentos posteriores à greve, a partir deste fortalecimento, foi a atuação do sindicato combatendo os inúmeros problemas no processo de terceirização da Copener, agravadas por descumprimentos de legislação trabalhista em diversas situações por parte das empresas terceirizadas. O Sindiflora denuncia junto ao Ministério Público do Trabalho essas diversas situações, o que resulta no início de um processo de reversão delas e em um Inquérito Civil na Justiça do Trabalho, ainda em curso (BRASIL, 2011; 2019).²⁰

Considerações finais

Na dissertação final resultante dessa pesquisa (PORTO NETO, 2020) considera-se vários conjuntos de elementos que combinados explicam a força e os desdobramentos desta greve. São eles: (1) o grau

²⁰ Mais detalhes destes processos são apresentados na Dissertação (PORTO NETO, 2020).

de precarização das condições de trabalho destes trabalhadores e a permanente insatisfação que vinham gerando e se acumulando entre eles; (2) um contexto conjuntural favorável a mobilizações com este caráter, configurando o que se identificou como um “ciclo de greves dos anos 2000”; (3) características do perfil deste sindicato e da condução dessa greve. Resgata-se, aqui, sinteticamente, esse último eixo.

Considera-se, em primeiro lugar, a partir da análise das entrevistas, dos dados documentais e principalmente da reconstrução histórica desse enfrentamento, que o Sindiflora se caracteriza como um sindicato de perfil combativo, o que não é a regra no sindicalismo brasileiro, especialmente no período recente. Esse perfil combativo pode ser sintetizado por duas importantes noções identificadas na concepção sindical das lideranças: **(a) a importância da base**, do envolvimento dos trabalhadores e de que a entidade sindical não é uma mera representação, mas um instrumento de organização destes trabalhadores; **(b) a centralidade da luta direta**, da mobilização, da pressão, para alcançar conquistas; sem desprezar a necessidade de negociações, de ações institucionais ou mesmo judiciais, mas hierarquizando-as pela luta e pressão dos trabalhadores organizados pelo sindicato.

Considera-se também uma condução estratégica importante nessa greve, que foi decisiva para seu desdobramento, evidentemente combinada com os demais elementos conjunturais citados acima que aqui não foi possível desenvolver. Essa condução estratégica se compôs

centralmente das seguintes táticas: **(a) Articular as diferentes pautas para unir e mobilizar o conjunto da categoria:** resgatemos aqui que a greve começou com uma pauta muito específica, a questão do sábado, mas a articulação entre esse tema com o conjunto das negociações já em curso para o acordo coletivo da categoria, bem como de diversas reivindicações que tocavam nos trabalhadores terceirizados de outras empresas, permitiu que a luta se ampliasse e envolvesse terceirizados de diversas empresas que prestam serviço à Coopener, e não só da Enflors, onde o processo começou. **(b) A busca de unidade e apoio de outros setores, para além do sindicato:** isso se mostrou decisivo desde o início da mobilização, que contou com o acompanhamento de lideranças de outros sindicatos próximos, mas se mostrou ainda mais determinante nos momentos decisivos da greve, como nos enfrentamentos em que a empresa tenta desmontar o bloqueio do carregamento de madeira. Nessa ocasião, a presença de outros sindicatos, outros movimentos de luta e inclusive de autoridades, como vereadores de esquerda da cidade, foram muito importantes para fortalecer aquela mobilização e ação dos trabalhadores do encalpto. **(c) O envolvimento do conjunto das empresas no conflito, em especial a empresa nuclear:** Como já mencionado acima, a Copener e a patronal tenta, a todo momento, fazer parecer que se tratava de uma questão entre o sindicato e a terceirizada Enflors. Como alerta Filgueiras e Cavalcanti (2015) a terceirização visa repassar pra outras não a realização das atividades e o processo de produção (que em geral seguem sendo controladas pela empresa nuclear de diversas maneiras),

mas os custos da produção, os direitos e também os conflitos. Assim, o esforço permanente do sindicato pra trazer para a cena a empresa principal foi muito importante para envolvê-la num conflito do qual ela não só fazia parte, mas era a parte central. **(d) A radicalização no compasso do movimento:** Também se destaca com centralidade a dinâmica das ações da greve, com a elevação ou redução da temperatura das ações à medida que as forças se mostravam possíveis e capazes para o enfrentamento. Nesse sentido a combinação com a conjuntura das lutas em curso no país (o já mencionado tema do “ciclo de greves dos anos 2000”) foi muito importante. Foi central, nesse caso, as possibilidades de ações mais radicais, com envolvimento dos trabalhadores, com destaque para a paralização do viveiro e o travamento do carregamento de madeiras.

Por fim há uma característica que se mostrou central nesse estudo de caso e que se apresenta também como central para compreender o desdobramento desta greve. O fato deste sindicato organizar em sua mesma base trabalhadores terceirizados e nucleares. Essa se apresentou como uma característica central que levou o sindicato a buscar organizar terceirizados de diversas empresas em um enfrentamento com o patronato de conjunto e com a empresa nuclear. Essa se constitui como a principal conclusão da pesquisa (PORTO NETO, 2020) que aqui não será possível desenvolver.

Referências

- ANTUES, R. e SILVA, J.B. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *Caderno CRH*, v. 28, p 511-27, 2015.
- BOITO JR, A. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- BOITO JR, A. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria do Trabalho no Município de Feira de Santana. Processo de Acompanhamento Judicial PAJ 000354.2019.05.006/0. Inquirido: Copener Florestal Ltda. Pólo Passivo: Bracell Bahia Specialty Cellulose SA. 2019.
- BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria do Trabalho no Município de Feira de Santana. *Inquérito Civil*. IC 000194.2011.05.006/1. Inquirido: Bahia Specialty Cellylose SA, Copener Florestal Ltda. 2011.
- BRASIL. Poder Judiciário. Justiça do Trabalho. Tribunal Regional da 5ª Região. *Dissídio Coletivo de Greve*. Processo nº 0000135-03.2010.5.05.0000 DCG. Suscitante: Enflors Empreendimentos Florestais Ltda. Suscitado: Sindiflora. 2010.
- DRUCK, G. et al. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: IPEA. *A Terceirização do Trabalho no Brasil*. [S.l.], 2017.
- DRUCK, G. *Terceirização: (Des) fordizando a fábrica*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- FILGUEIRAS, V. A.; CAVALCANTE, S. M. Terceirização: debate conceitual e conjuntura política. *Revista da ABET*, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 15–36, 2015.
- GONÇALVES, M. T.; MACHADO, C. W. da C. Reflorestamento e mudanças nas condições de vida no Litoral Norte da Bahia. *Caderno do CEAS*, Salvador, n.161, jan./fev., p. 23-34, 1996.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

MARCELINO, P. *Terceirização e Ação Sindical: A singularidade da reestruturação do capital no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

PORTO NETO, Josias de Oliveira. *A Conquista da Primarização: uma Experiência de Luta Sindical Conjunta entre Efetivos e Terceirizados no Cultivo de Eucalipto*. Orientador: Prof. Dr. Jair Batista da Silva; Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Selma Cristina Silva de Jesus. 249 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SILVA, S.; FRANCO, T. Flexibilização do trabalho: vulnerabilidade da prevenção e fragilização sindical. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (org). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Legislação eclesiástica e associações leigas nos episcopados de dom Jerônimo Tomé da Silva e de dom Augusto Álvaro da Silva (1893 –1945)

Luiza Pereira de Meneses¹

Graduanda em História. Bolsista de Iniciação Científica
IC FAPESB do Edital PIBIC UFBA 2019-2020

Tháise Lopes dos Santos²

Graduanda em História. Bolsista de Iniciação Científica
IC CNPq do Edital PIBIC UFBA 2019-2020

Introdução

A Proclamação da República (1889) traz consigo mudanças nos âmbitos político, socioeconômico, cultural e religioso, notadamente a separação entre Igreja Católica e Estado. O clero católico baiano, com o intuito de expandir a fé, atrair novos fiéis e manter a sua influência, principalmente na esfera política e entre a elite regional, criou dioceses e colégios católicos. Além disso, com a substituição da legislação eclesiástica em 1918, quando as *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia* deram lugar ao *Código de direito canônico*, a Igreja passou a ter legitimidade para exercer um controle maior sobre as associações leigas, ou seja, sobre as irmandades, confrarias, ordens terceiras e pias uniões.

¹ E-mail para contato: luiza.pereiram@hotmail.com

² E-mail para contato: thaiselopesdossantos@gmail.com

Apesar das diferenças entre Igreja e Estado, um dos ideais colocados em prática no início do século XX e que teve entre adeptos tanto autoridades políticas quanto religiosas foi o modernizador. Enquanto os primeiros pretendiam construir uma cidade com o que era considerado novo, tornando-a símbolo do progresso, a exemplo do que havia ocorrido no Rio de Janeiro, os segundos almejavam um catolicismo pretensamente puro e afirmavam que os festejos nas vias públicas sujavam e danificavam a cidade. Esse projeto estava pautado na intenção de adequar a cidade e a conduta de seus cidadãos aos ideais republicanos. Os governantes viam como necessidade a modernização dos espaços urbanos, alargando ruas e avenidas e eliminando o que não se encaixasse nos critérios de modernidade. Para tal, por vezes, igrejas foram demolidas com o aval de arcebispos, deixando algumas associações leigas sem uma sede para exercer as suas atividades.

As principais autoridades católicas na Bahia nesse contexto foram dom Jerônimo Tomé da Silva e dom Augusto Álvaro da Silva, dois arcebispos engajados em reaproximar os fiéis da ortodoxia. Inicialmente, as ações de dom Jerônimo em relação às associações leigas estavam respaldadas nas *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, legislação eclesiástica vigente de 1707 até 1918, quando foi substituída pelo *Código de direito canônico*, resultado do projeto ultramontano da Sé Romana. Assim, na posse de dom Augusto como arcebispo, em 1924, a nova legislação já vigorava, apresentando um controle mais rígido sobre as associações leigas e atendendo aos anseios do clero católico baiano de então.

Observando o impacto causado naquele período tanto pelas legislações quanto pelas ações dos arcebispos nas associações leigas, que não aceitaram passivamente as mudanças impostas, o presente estudo compara as duas legislações eclesiais que vigoraram durante os episcopados de dom Jerônimo (1893-1924) e dom Augusto (1924-1968). Apesar de muito já ter sido pesquisado sobre a Igreja Católica no Brasil, a maioria dos estudos são referentes ao período colonial. Sobre as associações leigas, embora não haja a mesma quantidade de pesquisas, a maioria dos trabalhos diz respeito também ao momento anterior à independência do Brasil em relação a Portugal. Portanto, o número de estudos sobre as associações leigas no período republicano é bastante reduzido, além de ser comum afirmar que nesse período há uma decadência das associações leigas, sem que sejam estudados de forma aprofundada os motivos que levou à dissociação de algumas delas.

A Igreja Católica na Primeira República

Iniciada, no Brasil, com o projeto colonial, a relação entre Igreja e Estado se manteve por séculos como um assunto de Estado e a Igreja Católica tornou-se um dos protagonistas na formação moral da sociedade brasileira. Naquele período, muitas vezes os assuntos que chamaram atenção do clero e do rei foram os mesmos, pois a Coroa também agia no âmbito religioso. Mesmo após a independência de Portugal, o patronato régio instituído nos tempos coloniais manteve-se até que, em 07 de janeiro de 1890, já com a República proclamada, fosse

determinada a separação das duas instâncias por meio do Decreto 119-A elaborado por Ruy Barbosa.

Apesar da separação só ter ocorrido na última década do século XIX, ainda em 1860 já se discutia viabilidade do rompimento e em 1889 havia uma reprovação recíproca entre Igreja e Estado. (AZZI, 1977; 1979) Na instância secular, a equipe que ascendeu ao poder era adepta do positivismo e do liberalismo, entendendo a religião como sinônimo do atraso e defendendo, portanto, a laicidade do Estado. Já os religiosos católicos temiam que o laicismo adotado pela república levasse a comunidade ao ateísmo ou a outras vertentes religiosas como o espiritismo, o protestantismo e as religiões de matrizes africanas.

A disseminação dos ideais modernizadores, o encantamento e a sede pelo progresso, como resultado do positivismo, não são uma exclusividade da realidade brasileira. Antes disso, tais concepções tiveram grande espaço nos países europeus que passavam por questionamentos e transformações sociais. Segundo Sousa Júnior (2015), enquanto isso acontecia na sociedade civil, a Igreja optou por manter uma postura distante dos fiéis, o que tornou proporcional o crescimento do movimento modernizador com o anticlericalismo. Ademais, o crescimento de outras correntes religiosas com quem disputava fiéis foi mais um aspecto que colaborou para o desprestígio da Igreja Católica. Como consequência, enquanto os positivistas se multiplicavam na sociedade, alcançavam espaços de poder e outras religiões viam o número de seguidores aumentar, o catolicismo como religião oficial teve cada vez mais rejeição.

Como resposta à situação de desprestígio do catolicismo no cenário mundial, o papa Pio IX deu início a um movimento contra as ondas laicizantes, liberais e positivistas. As estratégias para tanto passavam pela centralização do poder em Roma e no Papa, colocando-o como o representante por excelência de Deus na terra. Além disso, como afirma Sousa Júnior, no ultramontanismo ou romanização, como o movimento ficou conhecido, chegava-se a “afirmar que só seria autêntica a ortodoxia católica emanada de Roma. Portanto, não basta ser católico, é preciso ser católico romano e obedecer às leis da Igreja romana”. (2015, p. 26)

Entretanto, em razão do padroado régio, os religiosos no Brasil estavam submetidos primeiro ao imperador e não ao papa. Como apresentado anteriormente, em alguns momentos os interesses das duas instâncias estavam em consonância, mas nem sempre isso ocorria. Com a reforma ultramontana, o Papa deveria ser o soberano absoluto e a Igreja reformada deveria se aproximar e conquistar a maior quantidade possível de pessoas, mas com os limites orçamentários colocados pelo império seria difícil alcançar tal objetivo (SANTOS, 2016, p.66), visto que um dos caminhos para tanto era a criação de novas dioceses pelo território brasileiro.

Segundo Israel Santos (2016, p.65), nos 67 anos de Império apenas cinco novas dioceses foram criadas, Cuiabá e Goiás, em 1926, Porto Alegre, no ano de 1848, Ceará e Diamantina, em 1854, que somadas às já existentes desde o período colonial (Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, Pará, São Paulo e Mariana) fizeram com que

houvesse 12 dioceses em toda a jurisdição. Com a separação do Estado, apesar da suspensão de alguns privilégios, a instituição católica teve mais liberdade e apenas na Bahia foram instituídas novas 4 dioceses no período estudado.

Dom Jerônimo Tomé da Silva se tornou arcebispo da Bahia quatro anos após a Proclamação da República e empenhou-se em manter a influência da Igreja na Bahia e fortalecer a fé católica. Com esse objetivo, o arcebispo criou, em 1913, três novas dioceses no estado, situadas nos municípios de Caetité, Ilhéus e Barra. A escolha destas cidades foi estratégica, pois Ilhéus era uma grande produtora de cacau e promissora do sul da Bahia, na região de Caetité o protestantismo estava em expansão, e próximo à Barra do Rio Grande se encontrava a devoção de Bom Jesus da Lapa. (COUTO, 2016, p. 90) Já dom Augusto Álvaro da Silva, sucessor de dom Jerônimo, criou uma diocese no ano de 1933 na cidade de Bonfim.

Enquanto clérigos no ultramontanismo, esses arcebispos tiveram como intuito promover os valores morais da Igreja Católica. Dom Jerônimo encorajou a elaboração de periódicos católicos, como a *Revista Eclesiástica*, e participou da criação de três colégios católicos na capital baiana: o Liceu Salesiano, a Escola de São Pedro e o Colégios Antônio Vieira, fundados respectivamente em 1900, 1905, e em 1911. (COUTO, 2016, p. 91)

O arcebispo também contribuiu para a realização de reformas urbanas em Salvador, promovidas pelo então governador do estado da Bahia José Joaquim Seabra. Dom Jerônimo foi o responsável por enviar

ofícios à Santa Sé que solicitavam a demolição de igrejas para que ruas e avenidas fossem construídas. Esse foi o caso das igrejas de Nossa Senhora da Ajuda e de São Pedro Velho, que foram derrubadas entre 1912 e 1913 para a construção da Avenida Sete de Setembro, em Salvador. As igrejas foram reconstruídas posteriormente, mas em outras localidades.

No livro clássico de Fernando da Rocha Peres sobre a demolição da Sé de Salvador, o autor coloca que a derrubada desta igreja também se deu em razão das reformas urbanas ocorridas na capital baiana, porque seria instalado uma linha de bonde no local. Anos após as deliberações iniciais, em 1912, a demolição ocorreu em 1933 e foi realizada a mando do então governador da Bahia Juracy Magalhães com a anuência do arcebispo dom Augusto da Silva. A demolição de igrejas fez com que muitas irmandades perdessem irmãos diante da mudança de sede ou mesmo deixassem de existir.

As irmandades e confrarias promoviam cerimônias externas, como festas e procissões. As autoridades políticas e religiosas criticavam essas cerimônias, pois afirmavam que elas sujavam e danificavam as ruas, que haviam passado por revitalizações recentemente. Além disso, muitas associações apresentavam influências do candomblé em seus ritos. Por essas razões, elas iam de encontro aos ideais republicanos de modernização e progresso.

Como dom Jerônimo almejava um catolicismo mais ortodoxo, ele passou a exigir relatórios detalhados sobre as atividades que aconteciam nas associações leigas e o funcionamento das mesas administrativas. O

arcebispo também ordenou a declaração da situação financeira das associações, detalhando os bens móveis e imóveis dessas instituições. (COUTO, 2016, p. 92) Esse rígido controle fez com que algumas associações fossem obrigadas a mudar sua forma de funcionamento.

As legislações eclesiásticas

Inspiradas no modelo secular, elaboradas por autoridades clericais, as legislações religiosas têm como objetivo o ordenamento da cristandade e a gerência interna da instituição. Nestes estatutos são definidas regras para os ritos, liturgias e sacramentos, além de apontar delitos e determinar as punições. As *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia* foram, em 1707, a primeira legislação religiosa promulgada no Brasil. As *Constituições* foram baseadas no Concílio de Trento e só foram publicadas após terem sido aprovadas em Sínodo Diocesano celebrado pelo arcebispo dom Sebastião Monteiro da Vide. Tal documento foi adaptado e incorporado pelos outros arcebispos do país. Este conjunto de leis vigorou até 1918, quando uma nova legislação, o *Código de direito canônico*, substituiu as *Constituições*, dessa vez por deliberação do papa, atendendo toda a comunidade católica.

Como apresentado anteriormente, as *Constituições* ainda estavam em vigor no início do arcebispado de dom Jerônimo. No começo do regime republicano, as ações dos clérigos brasileiros em relação à religiosidade dos leigos estavam oficialmente restritas às normas presentes naquele documento. Entretanto, com a romanização iniciada

no século XIX, o desejo de manter a influência da Igreja Católica e, por conseguinte, o controle sobre as associações leigas, foram necessários mais meios de vigilância. Esta necessidade foi reparada após a criação da nova legislação, o *Código de direito canônico*, que vigorou a partir de 1918 e onde se observa um caráter mais controlador e maior destaque para a religiosidade leiga em relação à legislação que vigorava até então.

Enquanto o *Código* foi organizado em três capítulos, nas *Constituições* há uma divisão em cinco livros. Apesar de haver menções aos leigos nos cinco livros que compõem essa legislação, referências especificamente às associações só aparecem em alguns títulos do quarto livro, que aborda tanto normas para as irmandades quanto regras sobre a relação entre clérigos e a justiça secular, dentre outros temas. Portanto, percebemos que, na primeira República, as ações dos clérigos brasileiros estavam limitadas a poucas normas sobre os leigos e suas associações. Além disso, as normas diziam respeito a um contexto muito diferente, quando os interesses e desafios da Igreja Católica não eram os mesmos do período republicano.

No entanto, a atenção à religiosidade dos fiéis e a existência de elementos advindos de outras vertentes religiosas já estavam presentes muito antes do episcopado de dom Jerônimo, pois havia nas *Constituições* a proibição de músicas “desonestas” e de danças “profanas” nas igrejas, e era comum a influência do candomblé nessas celebrações. É possível afirmar, então, que a preocupação por parte dos clérigos em relação a pureza do catolicismo existe desde o período

colonial, já que é o que se observa nas *Constituições* no título XXX do livro IV. Essa preocupação vem à tona novamente no período republicano com os ideais modernizadores:

Pelos inconvenientes, que resultão de que as Igrejas, feitas para louvores de Deos, e exercícios de espirito, sirvão de nelas se comer, e beber, e fazer outras acções muito indecentes ao tal lugar, [...] conformando-nos com a disposição de direito, e Sagrado Concílio Tridentino, [...] ordenamos, e mandamos, sob pena de excomunhão maior, e de dez cruzados, que nem-umas pessoas Ecclesiasticas, ou seculares, tanjão, ou bailem, nem fação danças, ou jogos profanos nas Igrejas, nem em seus adros, nem se cantem cantigas deshonestas, ou cousas semelhantes [sic]. (VIDE, 1853, p. 268-269)

Diferentemente das *Constituições*, no *Código* a Igreja Católica empregou maior cuidado não só sobre a religiosidade dos fiéis, em geral de forma dispersa na legislação eclesiástica anterior. No novo conjunto de leis, um dos três capítulos, "Parte Terceira - dos Leigos", foi dedicado exclusivamente ao assunto, o que aponta também para a sobrevivência de tais organizações entre os fiéis leigos e a sua importância social, seja no incentivo às devoções, na caridade, nos laços de sociabilidade ou mesmo nas relações de poder sustentadas entre certos setores sociais, como parte da elite cujos sujeitos compunham algumas dessas associações religiosas. Contudo, para além de agrupar as leis para as ações do laicato na Igreja em uma única parte, o *Código* apresenta mais informações e estabelece novas balizas para a existência das irmandades e do que era genuinamente considerado católico na

religiosidade dos fiéis, sendo um reflexo de mudanças das próprias associações.

Dessa forma, um dos fatores importantes é a atenção atribuída a organização das associações. Nas *Constituições* há referências apenas às confrarias no título LX, do livro quarto, que fala sobre a constituição de associações leigas. Este título indica que as associações deveriam ser instituídas a serviço de Deus, da honra e veneração dos Santos e evitar “abusos e juramentos indiscretos” nos compromissos. (VIDE, 1853, p. 304) Já no *Código*, antes de determinar o que deveria ou não estar presente nos documentos de ereção e quais os critérios adotados, a legislação, através do can. 685 (GIGANTE, 1955, p.620), estabelece uma diferenciação entre as associações a partir da finalidade de cada uma. Assim, três categorias foram definidas: Ordens Terceiras, para associações obrigatoriamente a ligadas a uma ordem primeira (masculina) ou segunda (feminina) e que tivesse como principal objetivo a perfeição cristã entre os confrades; Pias Uniões, quando o propósito fosse ações de piedade ou caridade; Confrarias, se a finalidade da reunião de irmãos fosse estimular o culto público.

O *Código*, no cânone n. 708 (GIGANTE, 1955, p. 641), determina o reconhecimento por autoridade católica para que irmandades de fiéis fossem eretas. Todavia, os critérios para que isto acontecesse eram diferentes de acordo com o tipo de associação, o que não poderia constar na legislação anterior, já que existia apenas uma categoria. Tal diferenciação se dava ainda que todas as reuniões de fiéis tivessem como finalidade primordial suscitar a perfeição da vida cristã. Logo, as

associações precisariam submeter seus compromissos ao representante clerical, que aprova ou não a criação de acordo com as informações que deveriam compor os documentos de ereção. Enquanto isso, as Pias Uniões careciam apenas do consentimento do ordinário local, autoridade eclesiástica que, caso não outorgasse autoridade jurídica, poderia assentir pelo menos permissão para aquisição de graças espirituais e indulgências. Com isso, é possível perceber que há uma maior burocratização no *Código* se comparado às *Constituições*, o que permitia que religiosos tivessem maior conhecimento e controle sobre o que acontecia nas reuniões de associações, e sobre a forma como os irmãos deveriam agir nas procissões, festas e demais ações sociais que realizassem.

Legalmente, segundo o Regulamento Geral das Associações dos fiéis, existente no *Código* (GIGANTE, 1918, p. 622), a ereção era gratuita, mas havia taxas e despesas que teriam de ser custeadas pela associação. De acordo com o *Código*, o estatuto ou o compromisso (regulamento interno das associações, formulado por cada mesa administrativa) precisariam estar em concordância com o Regulamento Geral (traçado por religiosos) e conter especialmente:

- a) o título, sede e finalidade da associação; b) se há no lugar e a que distância outra do mesmo título e estudo, c) os motivos que militam em favor da ereção: o requerimento será instruído com: a) a informação do pároco da Freguesia e do reitor da igreja onde se quiser fundar a associação; b) dois exemplares dos estatutos redigidos na forma devida e assinados pelos fundadores que de futuro constituirão a Mesa gerente; c) o termo da responsabilidade por quê os interessados previamente se comprometam a observar e fazer

observar pela nova associação **mutatis mutandis*, o Regulamento Geral das Associações dos Fiéis, sendo caso disso. (GIGANTE, 1955, p. 623)

Além da norma determinando a necessidade de aprovação da ereção pelo ordinário quando uma associação fosse criada, a nova legislação, no cânone nº 686, determinava que as já existentes também estavam subordinadas à jurisdição da autoridade eclesiástica. Este cânone decretava que não deveria ser:

[...] reconhecida na Igreja nenhuma associação que não tenha sido erecta ou ao menos aprovada pela competente autoridade eclesiástica que tinha o direito e dever de visitá-las para conferir se estavam em harmonia com as normas canônicas. (GIGANTE, 1955, p.622)

Somado a isso, o cânone nº 691 (GIGANTE, 1955, p. 626) previa que uma vez por ano seria preciso haver prestação de contas ao ordinário ou outro membro do clero que ele determinasse.

As normas acima já apontam a presença ativa dos religiosos, mas outros cânones indicam que a atuação dos eclesiásticos nas irmandades leigas deveria ser ainda mais efetiva. Segundo o cânone n. 698, os ordinários, além de fiscalizar as associações, tinham outras prerrogativas: o direito de expulsar associados e desfazer novas confrarias. Este cânone ainda aborda o papel dos membros e dos ordinários na administração das associações. Os ordinários deveriam administrar ou fazer administrar os bens da irmandade, já os irmãos não poderiam praticar “actos que excederem os limites e modos de

administração ordinária” sem a licença do ordinário, “nem sustentarão pleitos judiciais quando ele o ordenar”. (GIGANTE, 1995, p. 624-625) Assim, percebe-se que o n. 698 pretendia afetar justamente o funcionamento das confrarias leigas.

Durante a vigência das *Constituições*, era função das mesas administrativas a gerência dos bens, despesas e receitas. Cada mesa, segundo o livro IV, título IV, deveria ser composta por eleição entre os associados seguindo os seguintes critérios:

Para melhor administração das Confrarias de nossa jurisdição, ordenamos, que em cada anno, até quinze dias depois da festa principal da Confraria, em um Domingo, ou dia Santo, se elejão novos Officiaes, sendo presentes os que acabarão de o ser, e as pessoas, a quem pertence; e farão votar todos os Officiaes com muita ordem, e quietação, escrevendo fielmente os votos, e nem-um Official do anno passado será reeleito, e se o for não será sem licença nossa, ou do nosso Provisor. Os Officiaes eleitos por mais votos serão obrigados a servir, tomando primeiro o juramento da mão dos Officiaes passados, do que se fará termo no livro da Confraria, por todos assignado [sic]. (VIDE, 1853, p. 305-306)

Por sua vez, sobre a composição da mesa administrativa, o *Código* estabeleceu que os ordinários locais teriam o poder de indicar o diretor, admitindo ou não com os irmãos escolhidos pela comunidade para compor a mesa, conforme determinava o cânone n. 715 (GIGANTE, 1955, p. 645), e penalizá-lo se houvesse necessidade, mas também poderia o próprio ser o novo diretor da irmandade, como regulamentava o cânone n. 698. (GIGANTE, 1955, p. 633) Isto torna ainda mais perceptível a posição de superioridade do religioso sobre os irmãos leigos, visto que o intendente da Igreja Católica governava a associação

tanto interna quanto externamente, sendo sua função prezar pela conservação, limpeza e segurança das capelas, igrejas e suas dependências. Além disso, o ordinário era responsável por dirigir a realização do culto divino, convocar clérigos e pregadores para as celebrações, estar ciente do que compreendesse ao culto religioso e gerir o tempo e ritmo dos sinos.

Todavia, segundo o cânone n. 690, as irmandades fundadas por religiosos, isentos nas suas respectivas igrejas por privilégio apostólico, não poderiam ser inspecionadas pelos ordinários locais. Tal condição pode ser entendida como regalia àquelas associações que fossem mais próximas da Igreja, que teria maior controle do que se passava nas reuniões, das decisões e condutas dessas associações leigas. Logo, no que diz respeito às autoridades que tinham o direito de agir nas confrarias de fiéis não ordenados, é notório que havia uma hierarquia, segundo a qual a Sé e as decisões do arcebispo ocupam o primeiro lugar e é seguida dos ordinários, das associações fundadas por religiosos e, em último lugar, das outras associações leigas.

Os religiosos com o cargo de ordinários eram indivíduos externos nas associações, já que ocupariam necessariamente cargo superior e tinham legitimidade para intrometer-se na administração, que até então era desempenhada por leigos. Esse personagem era o representante do vigor da nova política adotada pela Igreja Católica diante dos fiéis. O controle sobre a forma de proceder dos fiéis pretendia ser tão grande que a nova legislação balizou, através do cânone n. 689, quem poderia

ou não participar das irmandades, o que até então, durante a vigência das *Constituições*, ficaria a cargo de cada associação.

Pessoas que frequentassem grupos secretos ou condenados (Maçonaria, por exemplo), fossem acatólicos, adúlteros, excomungados, considerados pecadores públicos, que desdenhassem do clero, da cultura ou dos dogmas católicos não poderia participar das irmandades leigas. (GIGANTE, 1965, p. 624-625) Com tamanho controle, pretendia-se criar uma geração de católicos ideais, sujeitos seguidores do catolicismo ortodoxo pretensamente compreendido como o “catolicismo puro”. Para tanto, a legislação estimulava ainda a autofiscalização entre os irmãos.

Nesse sentido, são coerentes as ações para estabelecer proximidade e até a intromissão dos religiosos nos assuntos e nas atividades das associações. A Igreja impelia a formação de novas irmandades administradas por clérigos, como as Filhas de Maria, O Apostolado da Oração e a Ação Católica. Esta foi reconhecida pelo *Código* como um novo modelo de associação leiga, ao lado das confrarias, ordens terceiras e pias uniões. No entanto, é uma irmandade eclesiástica de leigos, pois, apesar de ter como objetivo reunir leigos, eram criadas pelos sacerdotes. Isto ocorreu como mais uma tentativa de aproximar o catolicismo dos leigos dos dogmas sob tutela de uma autoridade religiosa. Assim, de acordo com a legislação, competiria “exclusivamente à Igreja instituir e dirigir as obras católicas” e os fiéis deveriam “lembrar-se de que é preciso que tudo se faça sob a direcção

e autoridade dela para haver verdadeira acção católica”. (GIGANTE, 1955, p. 653)

Essas associações entendidas como “Ação Católica” deveriam dispor de padres dedicados na tarefa de reunir fiéis para promover os bens espirituais e temporais, bem como advogar pelo que era considerado direito da Igreja, visto que o objetivo primaz seria “coadjuvar o clero no apostolado”. (GIGANTE, 1955, p. 635) Para isto foram formados grupos como a Liga Feminina da Ação Católica, a Ação Universitária Católica e a Juventude Católica Brasileira. Apesar de não estarmos de acordo com a tese central de substituição efetiva das associações leigas durante os séculos XIX e XX na Bahia, defendida por Israel Santos (2016), não podemos deixar de levar em consideração que houve, sim, como afirma o autor, o estímulo da instituição às associações criadas por religiosos que tinham as suas atividades controladas pela hierarquia, já que estavam mais próximas do catolicismo defendido no período. Assim, a Ação Católica, criada como um outro tipo de associação, aponta novamente para a aproximação da ortodoxia e dos clérigos às irmandades e aos leigos, o que aparentemente teve maior sucesso com a Ação Católica do que com as antigas associações leigas.

Considerações finais

O rompimento entre Igreja Católica e Estado, devido à Proclamação da República, fez com que as autoridades religiosas brasileiras buscassem formas de manter a sua influência e demonstrar a

sua capacidade de mobilização social. Além disso, levando em consideração a política ultramontana, era fundamental aproximar a instituição católica dos fiéis e do tipo de fé desejado para eles, sendo que um dos meios utilizados pela Igreja para alcançar o seu objetivo foi a criação de dioceses. Apesar do rompimento e das divergências ideológicas, Igreja e Estado não deixaram de ser aliados, e ambos atuaram juntos pela moralização que consideravam adequada e em projetos de modernização em algumas capitais do país.

No caso da Bahia, essa aliança fica explícita especialmente entre os arcebispos dom Jerônimo e d. Augusto e os governadores J.J. Seabra e Juracy Magalhães, respectivamente. Todos eles foram responsáveis pela demolição de igrejas, o que provocou a ruína de algumas associações e colocou muitas outras em dificuldades. Todavia, mesmo com autoridades com interesses contrários aos seus, os leigos não aceitaram passivamente as intervenções e “resistiram ao projeto demolidor do governo de José Joaquim Seabra por meio da realização de passeatas e distribuição de panfletos contra a destruição de igrejas” (COUTO, 2017, p. 220), contrariando por vezes o respeito a hierarquia que tanto apregouou o *Código de direito canônico*. Para evitar sua extinção diante desse cenário, algumas associações escolhiam se unir e fundir-se, demonstrando o apoio mútuo como uma via para a sobrevivência.

A alteração da legislação eclesiástica foi um elemento importante para conceder legitimidade às ações de dom Jerônimo, que antes do *Código* dependia de uma legislação criada ainda no período colonial e,

portanto, incapaz de dar conta dos anseios republicanos. É perceptível que nesse período a religiosidade dos leigos era uma pauta importante para o clero, porque no *Código* há um capítulo inteiro dedicado ao funcionamento e a organização de irmandades, confrarias, ordens terceiras e pias uniões, enquanto nas *Constituições* há apenas alguns títulos sobre as associações leigas.

A diferença mais marcante entre as duas legislações, reafirmando a autoridade da Igreja, é que nas *Constituições* o diretor de cada associação leiga é eleito pelo conjunto de irmãos que faziam parte da associação, já com *Código* os diretores passam a ser nomeados por algum religioso, o que configura uma notória intervenção na vivência religiosa dos leigos. Além disso, é evidente a maior burocratização do processo de ereção dos grupos de fiéis. Portanto, é nítido que a Sé e a ortodoxia, pelo menos a nível oficial, eram soberanas entre os católicos e reiteraram sua superioridade sempre que possível.

Fontes

CÓDIGO de Direito Canônico, 1918. In: GIGANTE, José Antônio Martins. *Instituições de Direito Canônico*. Braga: Editorial Scientia & Ars Editorial, 1955.

VIDE, dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

Referências

ALVES, Solange D. de S. *Dom Augusto Álvaro da Silva e a romanização na Bahia*. Salvador: Sagga, 2018.

AZZI, Riolando. *A Neocristandade: um projeto restaurador*. História do pensamento católico no Brasil – v. 5, São Paulo: Paulus, 1994.

_____. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920 – 1930. In: *Revista Síntese*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 61-89, mai-ago, 1977.

_____. O Fortalecimento da Restauração Católica no Brasil (1930-1940). In: *Revista Síntese*, Rio de Janeiro, v. 6 n. 17, 1979.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

COUTO, Edilece Souza. Associações leigas católicas: novos espaços, práticas religiosas e perspectivas no séc. XX. *Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, Florianópolis, v. 24, n. 37, p. 45-64, 2017. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2017v24n37p45>, acesso em 01/07/2020.

_____. O arcebispo reformador e os irmãos leigos: notas da bibliografia de dom Jerônimo Tomé da Silva. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Ano 9, v. 26, Set/Dez, 2016. Disponível: <http://periódicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnouh/article/view/32200/17707>, acesso em 01/07/2020.

_____. O clero reformador e as associações leigas da Bahia (1893-1924) In: *Revista del CESLA* iss.20, p. 209-224, 2017. Disponível em: <<http://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.desklight-f3435f40-0839-4912-934f-a66353f99bc1>>. Acesso em: 29/11/2020.

PERES, Fernando da Rocha. *Memórias da Sé*. Salvador - BA: Corrupio, 2009.

SANTOS, Israel S. dos. A Igreja católica na Bahia: por um catolicismo romano (1890-1930). *Revista Aulas*, Campinas, v. 5, n. 4, abr/jul. 2007.

_____. *Igreja Católica na Bahia: por um catolicismo romano (1980-1930)*. Salvador; EDUFBA, 2017.

SOUSA JR. José Pereira de. *Estado Laico, Igreja romanizada na Paraíba republicana: Relações políticas e religiosas (1890 - 1930)*. [Tese de Doutorado]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Dai a César o que é de César e ao Papa o que é do Papa: A reforma ultramontana no Segundo Reinado. In: *I Seminário Internacional Brasil no Século XIX*. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Padroado e Regalismo no Brasil Independente. *XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de História*. Departamento de História de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

O Gênero na Perspectiva Religiosa no Guia Dos Perplexos

Magide Jarallah Dracoulakis Nunes¹

Mestrando em História (PPGH-UFBA; Bolsista Capes)

Introdução

É importante ressaltar as interações entre as posições históricas e culturais e o sujeito que escreve sobre os eventos. No judaísmo medieval a maior parte das obras, se não todas, foram escritas por homens e, frequentemente, a partir de uma perspectiva masculina combinada com outros marcadores sociais.

As mulheres são pouco estudadas no judaísmo. Isto se deve, talvez, porque no judaísmo, quando se fala em direitos e deveres das pessoas, remete-se às questões religiosas e a determinadas orientações androcêntricas reproduzidas tanto na documentação quanto no âmbito da historiografia. A religião conseguiu e, ainda consegue, ser a base para as leis civis e penais nos países e comunidades judaicas, e isso, em parte, influencia a maneira como se faz história.

No judaísmo, os direitos e deveres estavam inseridos no Tanach,² possuindo os médicos, rabinos e filósofos grande influência sobre como conduzir ou explicar as regras que homens e mulheres deveriam seguir. Nas palavras de Joan Scott, “as teóricas do patriarcado têm dirigido sua atenção a subordinação das mulheres e encontrado a explicação dessa subordinação na “necessidade” masculina de

¹ E-mail: magidejdnunes@gmail.com

² Tanach é o que o cristão diz ser o Antigo Testamento na Bíblia.

dominar as mulheres”. (SCOTT, 1995, p. 78) Sem dúvida, o patriarcado, como dimensão explicativa ou autoexplicativa, tem seus limites. Por isso, a autora critica este posicionamento, afirmando que as teorias do patriarcado não mostram o que a desigualdade de gênero tem a ver com outras desigualdades e a análise continua baseada na diferença física.

Gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder”. (SCOTT, 1995, p. 86) De acordo com Joan Scott, o gênero possui quatro elementos que se relacionam: as representações simbólicas como, por exemplo, Eva como símbolo da mulher na tradição judaica e cristã; conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos; o desafio da nova pesquisa histórica que através da noção de fixidez, “em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero” (SCOTT, 1995, p. 87), devendo incluir uma concepção de política e referência às instituições e à organização social e a identidade subjetiva pela qual a psicanálise fornece uma teoria sobre a reprodução do gênero, uma descrição da transformação da sexualidade biológica dos indivíduos enquanto passam por um processo de enculturação.³

A autocompreensão das mulheres e o interesse em saber como, quando e de que forma contribuíram para as relações sociais, econômicas e culturais, levaram muitas pessoas a se debruçarem sobre

³ Joan Scott discorre sobre os elementos do gênero nas páginas 86 a 88.

a História das Mulheres. Como aponta Eleni Varikas, para “retornar à história das mulheres, penso que o interesse de um bom número de historiadoras pelos métodos de pesquisa e de interpretação do sentido coincidiu com a vontade cada vez mais consciente de construir suas categorias de análise a partir das experiências femininas”. (VARIKAS, 1994, p. 72) Assim, a História das Mulheres e os Estudos de Gênero podem enfatizar não somente as experiências, linguagens e pontos de vistas femininos, mas também sobre as práticas e representações sobre as mulheres realizadas por homens.

Se na história tradicional predominou uma visão essencializada de sujeito masculino, universal e considerado padrão, precisaremos não somente problematizar essa essencialização sobre as mulheres, o feminino e as feminilidade, como também questionar como são construídos os homens, o masculino e a masculinidade na documentação estudada. Quais os direitos e deveres foram formulados sobre as mulheres judias casadas, viúvas e das solteiras no *Guia dos Perplexos*? Será que havia diferenças entre os atributos jurídicos sobre mulheres judias jovens e as mulheres idosas? Como explicar as diferenças?

Primeiro Passo

O primeiro passo é mudar a forma como lidamos com a História das Mulheres:

Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica; elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a

diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder. (TILLY, 1994, p. 31)

De fato, além do gênero, outros marcadores sociais, tais como a idade, o estado civil, a classe (ordem, estamento ou grupo), etnia, religião etc. ajudam a entender as diferenças construídas por e sobre as mulheres, permitindo saber como elas foram tratadas e quais os direitos e deveres deveriam seguir. No que tange às relações entre gênero e religião, vale lembrar que estamos interessados em identificar e analisar as interseccionalidades e transversalidades entre essas dimensões sociais.

No caso do judaísmo, como nos demais grupos sociorreligiosos,⁴ a religião é marcada pelos costumes. Assim, os aspectos consuetudinários se tornam essenciais para sabermos o papel das pessoas e as formas de hierarquização social. Na Idade Média, o gênero determinava um lugar específico na sociedade, uma posição social e um papel cultural acima de qualquer coisa. (TREVISAN, 2016, p. 195) Por isso, a questão da subordinação das mulheres foi tão difundida, principalmente, pelos homens. Como rabino, médico e filósofo, Maimônides discorreu sobre os direitos e deveres de homens e mulheres, apresentando uma escala variável e estereotipada sobre o feminino que justificaria a produção de regras jurídico-religiosas: “E

⁴Trabalho semelhante, mas em um contexto cristão, foi elaborado por Alice Tavares Durán. Assim, estudando o contexto medieval português, em especial sobre os direitos e deveres nos foros, a autora aponta que: “Com efeito, os regulamentos costumeiros são imprescindíveis para refletir e entender de forma mais minuciosa o papel das mulheres e dos homens nas sociedades municipais na Idade Média portuguesa, procurando indagar até que ponto existiram diferenças de gênero”. (DURÁN, 2015, p. 213.)

como a suspeita de adultério e as dúvidas relacionadas a infidelidade da mulher eram grandes, foram ordenadas leis referentes à mulher suspeita de adultério”. (MAIMÔNIDES, 2018, p. 506)

Assim, é fundamental analisar como foi elaborado o discurso sobre o feminino no judaísmo medieval. O discurso dos direitos e deveres dos homens e das mulheres, através do projeto sociopolítico-religioso, serve para verificar a subordinação ou não das mulheres quanto ao que fora escrito por Maimônides. Entendo que o discurso sobre o feminino na obra de Maimônides buscou considerar homens e mulheres com direitos e deveres relativamente parecidos (por exemplo, o estudo sobre a religião, sobre o mal, entre outros).

O gênero na perspectiva religiosa no Guia dos Perplexos

O *Guia dos Perplexos*⁵ é uma obra filosófica que foi escrita em árabe entre os anos de 1185 a 1191, sendo traduzida para o hebraico pelo próprio Maimônides e pelo Rabino Shemuel ibn Tivon. Atualmente, há cópias em hebraico datados do século XIII. A obra tem traduções para diversas línguas, entre as quais o latim, alemão, italiano, português, espanhol, inglês e francês. O *Guia dos Perplexos* foi escrito visando alcançar os sefaraditas que habitavam os territórios árabes. Isto ocorreu porque os eruditos judeus estavam aceitando as

⁵ Foram utilizados o *Guia dos Perplexos*: Tradução de Yosef Flavio Horwitz. São Paulo: Sefer, 2018; Tradução de Uri Lam. São Paulo: Landy, 2004, parte 1 e 2; Tradução de David Gonzalo Maeso. Madrid: Editorial Trota, 2001; Tradução de Salomon Munk. Disponível em Acessado em 15 jul 2018; Tradução de M. Friedlander. Disponível em < http://files.libertyfund.org/files/1256/0739_Bk.pdf > Acessado em 15 jul 2018.

teorias neoplatônicas.⁶ Nesta época, a humanidade se relacionava de forma desigual entre homens e mulheres. Assim, a maior parte dos eruditos eram homens, já que de acordo com o Talmud caberia aos homens se dedicar a temas importantes.

O *Guia dos Perplexos* encontra-se dividido em 3 Partes, sendo nomeadas como Parte 1, Parte 2 e Parte 3. A versão em árabe e hebraica de *O Guia dos Perplexos* não possuem títulos nos capítulos. Para as demais versões, existe título nos capítulos, pois há o entendimento que facilita a pesquisa e a leitura. A Parte 1 trata sobre D'us e seus atributos e sobre os *mutakálemim*.⁷ A Parte 2 tem como principal assunto a filosofia aristotélica. A Parte 3 versa sobre o relato das carruagens divinas, a Lei e Preceitos Divinos.

Maimônides tinha consciência que sua obra causaria discórdia entre os judeus em virtude da complexidade em compreender certas passagens bíblicas. Havia polêmicas teológicas, por exemplo, sobre a questão do ser humano ter sido feito a “imagem” e “semelhança” de D'us ou sobre a criação ter sido realizada em 6 (seis) dias. Os judeus utilizavam vários métodos para interpretar as passagens do Tanach, pois recebiam a influência dos filósofos gregos e árabes, mais precisamente as doutrinas neoplatônicas e as neoplatônicas.

⁶ Os judeus utilizavam vários métodos para interpretar as passagens do Tanach, pois recebiam a influência dos filósofos gregos e árabes, mais precisamente as doutrinas neoplatônicas e as neoplatônicas.

⁷ Os pensadores do Kalam são chamados de *mutakálemim*. Kalam foi uma escola de pensamento islâmico que surgiu dos esforços de interpretação do Corão a partir das discussões teológicas produzidas pelas disputas em torno da sucessão política do profeta Muhammad (embora o Kalam como escola de pensamento bem determinada tenha se formado somente algum tempo depois). MENDES, M. P. Maimônides: Guardiã da Onipotência Divina. Revista Pandora Brasil, n. 43 - Junho de 2012, p. 2. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/arabe/marcilio.pdf>. Acessado em: 24 fev 2019.

aspecto estava levando muitos judeus a deixarem a sua religião para mergulhar no racionalismo:

A descrença nos conteúdos bíblicos resultaria na quebra da unidade judaica e no fim da própria religião, algo que ele, como judeu, deveria impedir. Assim, surge o Guia, no intuito de redemonstrar a estes perplexos, a validade do conhecimento tradicional, por meio de um diálogo entre a razão filosófica e fé judaica. (AGUENA, 2017, p. 11)

Os pensadores judeus filosofavam de acordo com as contradições estabelecidas entre a razão e a fé revelada. Na introdução da Parte II do *Guia dos Perplexos*, fica evidente o debate entre a fé e a razão. Para Uri Lam, Maimônides enumerou, em princípio, vinte e cinco proposições, por meio das quais Aristóteles e os filósofos aristotélicos posteriores provaram a existência de D'us - na linguagem filosófica, a Primeira Causa - e suas propriedades principais: o fato de ser incorpóreo, imutável, sempre atuante e único. (LAM, 2003, p. 25)

Além da questão metafísica e da contradição entre a razão e a fé, o *Guia dos Perplexos* também relata as diferenças sociojurídicas de homens e mulheres. Contudo, é importante mencionar que em diversas passagens Maimônides tratou o seu ensinamento como algo necessário para “as pessoas” e “o ser humano”, reproduzindo, ao menos em parte, um humanismo universalista e judaico.

Ele tinha o objetivo de mostrar que em diversos assuntos não existiam diferenças exclusivas para os homens ou para as mulheres, embora outros marcadores de gênero estivessem presentes. Isso não quer dizer que somente haviam referências textuais para ambos, mas

que a obra trata sobre pessoas (o masculino e o feminino), homens e mulheres. Quando o autor pretendia falar para os homens, Maimônides escreveu o termo específico, assim como encontramos o termo próprio para as mulheres em suas passagens.

A distinção dos termos para homens e mulheres demonstra que o *Guia dos Perplexos* não fora escrito apenas para homens, mas para todos os judeus, seja homem ou mulher, desde que tivesse algum conhecimento sobre religião. Maimônides, nas observações introdutórias, afirma que o objetivo do tratado não é explicar todos os termos ao povo ou aos principiantes no estudo, nem ensiná-los àquele que somente estudou a sabedoria da Torá, ou seja, que apenas conhece a sua interpretação pela tradição. Em caso de não ser letrado, mas detivesse conhecimento sobre religião, caberia a/os intelectuais transmitirem a mensagem.⁸ Isso fica claro quando Maimônides escreve que a negação da corporeidade (de D'us), a remoção da comparação (com as coisas criadas) e da noção de passividade de D'us é uma questão auto-evidente para toda pessoa, conforme a sua capacidade. (MAIMONIDES, 2018, p. 89)

Uri Lam, quando faz a análise da Parte II, mostra que Maimônides não distinguia sobre quem deveria aprender, como também aponta que qualquer pessoa, de acordo com a tradição judaica, poderia ser profeta:

⁸ Importante mencionar que as questões religiosas também eram transmitidas via oral. Por isso, uma pessoa poderia saber sobre aspectos religiosos sem necessariamente ser letrada. Apesar de não retratar o período medieval, mas da Idade moderna, o filme *Um violinista no Telhado* serve para exemplificar a tradição oral.

Nesta seção Maimônides trata das características dos Profetas e das Profecias. Inicia mencionando três opiniões concorrentes acerca da profecia:

1. Segundo a visão popular, qualquer pessoa, independente de suas qualificações morais ou físicas, pode ser escolhida por D'us para se tornar Profeta.
2. Segundo os filósofos aristotélicos árabes, a Profecia, cumpridas as qualificações físicas e morais, certamente será atingida através de muito estudo.
3. Segundo a tradição judaica, além de perfeição física, retidão moral e estudo, depende da vontade de D'us para ser revelada a alguém. (LAM, 2003, p. 25)

De acordo com Maimônides, o que interessava era que todos/as entendessem sobre D'us de acordo com as Escrituras Sagradas, utilizando a razão sem abandonar a fé.⁹ Assim, a condição de ser mulher ou homem não importava quanto ao aspecto de quem recebesse os ensinamentos religiosos. O Objetivo do tratado, nas palavras de Maimônides é

despertar o ser humano religioso, humilde em sua alma, que aprendeu em sua alma a verdade da nossa Torá, que é íntegro em sua crença e em suas virtudes, que estudou a ciência dos filósofos e que conhece seus diversos temas, e que a razão humana o atraiu e o fez entrar em seu domínio, mas ele se encontra impedido por causa do sentido literal da Torá... (MAIMÔNIDES, 2018, p. 28)

Por isto, a transmissão do *Guia dos Perplexos* deveria ser realizada pelas pessoas que compreendessem, os eruditos, aos que não tem conhecimento e aos jovens (crianças).

⁹ Maimônides cita que o tratado (*Guia dos Perplexos*) é para quem Estudou Filosofia (MAIMONIDES, 2018, p. 32). Em outro trecho o autor demonstra os equívocos que poderiam ocorrer quando uma pessoa instruída lê-se os Livros dos Profetas (Tanach) de forma literal e que deve ser ensinado que trata de uma alegoria. (MAIMONIDES, 2018, p. 29)

Maimônides estava preocupado com a influência dos filósofos árabes que divulgavam as teorias neoaristotélicas.¹⁰ Através das cartas (*O Guia dos Perplexos*), ele buscou mostrar que o ser humano deveria buscar o conhecimento sem se afastar da fé em D'us. A filosofia de Aristóteles é o alvo principal do *Guia dos Perplexos* e o autor procurou atacar o pensamento aristotélico sempre com passagens da Bíblia e utilizando o significado das palavras.

Em relação aos ensinamentos religiosos, a situação judaica nas regiões árabes passava por dificuldades tendo em vista as obscuridades que os textos bíblicos apresentavam de acordo com os filósofos. Os rabinos estavam aceitando a filosofia árabe-aristotélicas em detrimento aos ensinamentos judaicos. Por isso, na carta a Rabi Yossef Ibn Aknin, Maimônides explica que o objetivo do tratado não é explicar todos esses termos ao povo ou aos principiantes no estudo, nem os ensinar àquele que somente estuda a sabedoria da Torá, ou seja, que apenas conhece a sua interpretação pela tradição, pois o objetivo de todo o tratado e de todo aquele que é como ele é o estudo da Torá em sua veracidade. (MAIMÔNIDES, 2018, p. 28)

A intenção da obra era atrair novamente os judeus à religião, utilizando a razão, pois, assim, as eventuais obscuridades do Tanach estariam resolvidas. Havia um universalismo sobre a capacidade de compreender as coisas divinas, mas um limite masculino para designar quem deveria ter autoridade para transmitir a fé racionalmente. Maimônides não especifica quem eram os eruditos. Cabe mencionar

¹⁰ As obras de Aristóteles estava presente no medievo cristão, árabe e judeu. (CONTALDO, 2011, p. 1)

que, apesar de existirem mulheres que liam e compreendiam os textos bíblicos, os rabinos eram homens.

No judaísmo medieval, a principal função das mulheres era obedecer ao pai, depois o marido e cuidar da casa e dos filhos. De acordo com Sandra Kochmann:

Os Sábios do Talmud interpretaram o versículo "Toda a glória da filha do rei na sua casa" (Salmo 45:14), ensinando que a honra de uma mulher exige que ela fique na sua casa, cumprindo sua função essencial de ter filhos e de facilitar ao seu marido o cumprimento dos preceitos. Seguindo essa lógica, as mulheres eram definidas pelo aspecto biológico, como mães procriadoras; do ponto de vista sociológico, eram dependentes, primeiro do pai e depois do marido; e, sob o prisma psicológico, eram incapazes de dedicar-se a temas tidos sérios ou importantes, exclusivos dos homens. Portanto, a presença de uma mulher num lugar público - na rua, no mercado, nos Tribunais, nas casas de estudo, nos eventos públicos ou nos cultos religiosos -, era considerada uma ofensa à sua dignidade de mulher. (KOCHMANN, 2005, p. 37)

Maimônides tinha consciência de que as questões religiosas deveriam ser estudadas por todas as pessoas, tanto que utilizou as palavras pessoas ou ser humano para demonstrar que seus estudos deveriam ser lidos por judeus e judias. Ele afirma que o tratado não remove todas as dúvidas de quem o estuda. (MAIMONIDES, 2018, P. 29). Em outra passagem, Maimônides afirma que há objetos cujas percepções estão na capacidade e na natureza do intelecto humano percebê-las. (MAIMONIDES, 2018, 77) Ele continua sua explicação sustentando que o esforço da inteligência de procurar a essência

verdadeira e pesquisá-la encontra-se em todos os grupos de pessoas estudiosas de todas as épocas. (MAIMONIDES, 2018, 78)

A maioria dos judeus e judias não eram letrados/as como o restante da população. Embora sua cultura religiosa os obrigava – ou ao menos os incentivava – a ler e entender as orações em hebraico. (SOUZA, 2018, p. 17) Tal fato respalda a intenção de Maimônides de tentar expor as questões religiosas aos homens e mulheres. De acordo com Layli Rosado, o discurso do Maimônides está intimamente ligado ao que ele reconhecia como necessário que as comunidades judaicas de seu tempo compreendessem. (ROSADO, 2013, p. 92).

Considerações finais

O *Guia dos Perplexos* é uma das maiores obras de Maimônides, sendo um dos marcos para a filosofia judaica medieval. A sua grandiosidade pode ser atestada nas obras de Tomás de Aquino que recebeu grande influência do filósofo. O Guia, apesar de ter sido muito discutido, ainda encontra novos assuntos a serem abordados. É inegável que o assunto central do texto gira em torno da fé e da metafísica, entretanto, encontramos várias passagens que podemos analisar as sobre gênero.

De acordo com Maimônides muitos judeus estavam deixando a religião por conta de passagens obscuras e lacunas nos textos bíblicos, resolveu unir a razão e a fé, sendo que, quando havia conflito, caberia aos estudiosos do Tanach decidirem a favor da fé. Por isso, buscou provar a existência de D'us através da filosofia de Aristóteles. A obra não pretendia resolver todos os conflitos existentes no ser humano,

menos ainda apresentou soluções que sanassem as lacunas e obscurantismo dos textos bíblicos. Contudo, os escritos procuraram responder os anseios da comunidade judaica aos principais assuntos que estavam em pauta nas discussões até o final do século XII.

Quando Maimônides escreve o *Guia dos Perplexos*, ele deixa claro que aqueles ensinamentos deveriam ser para todas as pessoas, conforme as suas observações introdutórias. Por isso, na maioria das vezes, utilizou expressões que tratam mulheres e homens como um único ser: pessoas ou ser humano.

Assim, a relação simétrica esteve presente quando foi desenvolvida as questões metafísicas sobre as relações entre fé e razão. Por sua vez, a assimétrica esteve presente porque as pessoas que transmitiam as mensagens eram homens. Um ponto de assimetria pode ser encontrado quando se observa para quem a obra de fato foi direcionada. Os eruditos na maioria das vezes eram rabinos, sendo todos homens.

De acordo com Sandra Kochmann, o judaísmo foi influenciado pela tradição grega. Assim, as mulheres tinham como função principal cuidar do marido, dos filhos e pai e realizar os afazeres domésticos. (KOCHMANN, 2005, p. 37) Apesar disto, o filósofo, que se debruçou sobre o Tanach, tinha conhecimento de que os textos bíblicos não faziam distinção entre as pessoas, embora tivesse conhecimento que somente os homens leriam os seus escritos. Na obra, a intenção era que os estudiosos transmitissem de acordo com a tradição às pessoas que não possuíam o entendimento necessário. Embora o filósofo não

tenha feito diferença entre quem fosse o transmissor da mensagem, o discurso foi para os eruditos.

Na obra de Maimônides, o discurso sobre os homens e mulheres também é realizado de forma universalista e indireta, ou seja, quando não há marcadores de gênero explícito, usa-se a palavra genérica tais como “Os grandes males que os seres humanos...” (TREVISAN, 2016, p. 195) ou algo semelhante: “Note que existem coisas perceptíveis que o intelecto humano está capacitado, por sua natureza, para compreender”. (MAIMÔNIDES, 2018, p. 373)

Referências

AGUENA, A. S. *Presença e Governo de Deus no Guia dos Perplexos de Maimônides*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos - SP. 2017, p. 11. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5083186>. Acessado em 15 mai 2021.

ASHERI, M. *Judaísmo Vivo: As Tradições e as Leis dos Judeus Praticantes*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

BLECH, B. *O Mais Completo Guia Sobre Judaísmo*. São Paulo: Sefer, 2004;

DURÁN, A. T. Direitos e deveres das mulheres e dos homens na Idade Média: o testemunho dos Costumes e Foros portugueses. *Vínculos de História*, n. 4, 2015, p. 213.

CONTALDO, S. M.. A entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval. *Sapere Aude*, 2(3), 104-106. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/2387>>. Acessado em 25 mai 2021

KOCHMANN, S. O Lugar da Mulher no Judaísmo. *Revista de Estudos da Religião*. São Paulo, nº 2, 2005.

LAM, U. Prefácio - Características de o Guia dos Perplexos. In: MAIMONIDES. *Guia dos Perplexos*. Parte 1, Tradução de Uri Lam. São Paulo: Landy, 2004.

_____. Introdução. In: MAIMONIDES. *Guia dos Perplexos*. Parte 2, Tradução de Uri Lam. São Paulo: Landy, 2003.

LIMA, R. L. O Imaginário Judaico-cristão e a Submissão das Mulheres. *Fazendo Gênero* 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277853385_ARQUIVO_comunicoraltrabcompletoGenero.pdf>. Acessado em 24 fev 2019.

MAIMÔNIDES, *Guia dos Perplexos*. Tradução Yosef Flavio Horwitz, São Paulo: Sefer, 2018.

MENDES, M. P. Maimônides: Guardião da Onipotência Divina. *Revista Pandora Brasil*, n. 43 - Junho de 2012, p. 2. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/arabe/marcilio.pdf>. Acessado em: 24 fev 2019.

PACHECO, T. S. Débora: Um Incômodo no Patriarcalismo. *Revista de Estudos Sobre Jesus Histórico e Sua Recepção*, VIII: 15, 2015. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/19098355-Debora-um-incomodo-no-patriarcalismo.html>> . Acessado em 24 fev 2019.

ROSADO, L. O. *A Controvérsia em Torno dos Escritos de Maimônides: O Fortalecimento do Discurso Identitário Judaico no Mishné Torá (1180 – 1204)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em: < https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3494/1/tese_5469_ROSADO%2c%20L%20O.pdf>. Acessado em 13 dez 2018

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica . *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995.

SOUZA, K. C. de. *As narrativas judaico-cristãs sobre o martirologio ashkenazi medieval (sécs. XI e XII): construção e ressignificação do Kidush haShem nas crônicas hebraicas e latinas* . 2018. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

TILLY, L. A. Gênero, História das Mulheres e História Social . *Cadernos Pagu*, Campinas: UNICAMP, nº 3, 1994.

TREVISAN, M. B. A guarda da esposa e a obediência ao marido: a reciprocidade dos deveres conjugais masculinos e femininos nos tratados do rei D. Duarte e de Christine de Pisan (séc. XV). *Revista Diálogos Mediterrânicos*, n. 11, 2016.

VARIKAS, E. Gênero, experiências e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott . *Cadernos Pagu* (3), 1994.

Ao “Porta voz do Mundo Árabe”: limites e possibilidades de estudos sobre as relações Brasil-Egito (1956)¹

Mateus José da Silva Santos²

Mestrando em História Social (PPGH-UFBA)

Em *Brasil e o Mundo Ásio-Africano*, Adolpho Justo Bezerra de Menezes (2012), então observador brasileiro na Conferência de Bandung (1955), desenvolveu uma importante contribuição ao debate sobre a inserção internacional brasileira, ao chamar atenção para a possibilidade de maior aproximação do chamado bloco afro-asiático, num contexto de expansão das fronteiras da Guerra Fria e do fortalecimento das lutas anticoloniais. Tal obra, dentre outras manifestações da diplomacia brasileira, evidencia contestações ou mesmo interesse em revisões quanto à atuação do Brasil no plano hemisférico, além de defender o estabelecimento de ligações mais intensas com os países africanos e asiáticos.

Dentre algumas das contribuições do diplomata Bezerra de Menezes sobre um mundo ainda relativamente desconhecido (LESSA; PENNA FILHO, 2007), a concepção de um Egito enquanto protagonista no mundo árabe foi fundamental. A construção de tal

¹ Este texto foi fruto de uma associação entre os elementos mais gerais apresentados no VI Seminário de História Política, organizado pela linha “Sociedade, Relações de Poder e Região”, e um trabalho de conclusão de curso, em forma de artigo, para a disciplina Migrações Internacionais, Nacionalidades e Direitos, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UFBA), durante o Semestre Letivo Suplementar (SLS) UFBA em 2020.

² Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente desenvolve estudos sobre as relações Brasil – Egito ao longo da Política Externa Independente (PEI). E-mail para contato: mateus_santos29@hotmail.com.

referência ao país africano evidencia sua condição de ator político de relevo. Em meio ao chamado nacionalismo árabe, os egípcios ocuparam um espaço quase que central nas transformações em nível regional. De modo algum considerando o Mundo Árabe como um todo homogêneo e submisso ao Egito Nasserista, o papel destacável desse país expõe a necessidade de compreendermos sua relação com o Brasil.

Dentro das limitações de uma pesquisa ainda em andamento, ao assumir parcialmente esta tarefa, evidenciaremos algumas das possibilidades de estudo sobre as relações Brasil-Egito em 1956, ano da chamada Guerra de Suez. Nossa principal hipótese é que, ao contrário do que as leituras mais gerais sugerem, existem elementos de natureza bilateral e multilaterais que fortalecem a necessidade de considerar a construção de estudos sobre as ligações entre brasileiros e egípcios ainda nos anos 1950. Para além de problematizar a literatura acessada e as fontes, refletimos sobre a possibilidade de intersecção entre um estudo da história das migrações internacionais no Brasil, da Política Externa e das relações Brasil-Egito a partir de um possível fluxo de dezenas de não muçulmanos em direção às terras brasileiras, tendo como base as Consultas de Solicitação de Visto Permanente, produzidas pela Embaixada Brasileira no Cairo.³

³ Foram analisadas dezenas de Consultas datadas do ano de 1956. Tal documentação, produzida pela Embaixada Brasileira no Cairo, consistia numa espécie de apresentação geral dos solicitantes de vistos de permanência no Brasil. Reunindo dados como nome, nacionalidade, lugar e data de nascimento, estado civil, profissão, religião, instrução, ponto de desembarque, ponto de destino, dependentes, além de descrições sobre o interessado e um parecer inicial da Embaixada acerca do pedido, as Consultas constroem verdadeiros perfis sobre estes sujeitos que, ao serem tomados em conjunto, revela-nos alguns dos interesses mais gerais da Embaixada no âmbito da política migratória do país. Apesar de ser constituído por elementos aparentemente objetivos, os dados submetidos à análise, assim como as

Relações Brasil-Egito: esforços de síntese historiográfica

A História das Relações Brasil-Egito antecede os marcos mais formais dessa trajetória. Isto se explica, pois, apesar de formalmente instituídas em 1924 (MAJZOUN, 2000; GONÇALVES, 2017), conexões entre brasileiros e egípcios datam ao menos desde o século XIX. Além das viagens do monarca Pedro II ao Egito (PREISS, 2013), destacaram-se a abertura de um Consulado e a troca de condecorações entre autoridades políticas. (FERREIRA, 2019)

Considerando o período de relações entre os dois países enquanto Estados formalmente independentes, perspectivas mais gerais tendem a enxergar um quadro de maior intensidade nas ligações entre brasileiros e egípcios apenas nos anos 1960 e 1970. (MAJOUN, 2000; GONÇALVES, 2017) No entanto, olhares mais específicos sobre episódios nos anos 1940 e 1950, bem como a mobilização de uma diversidade de fontes sobre o tema, a própria bibliografia, além da emergência de um olhar também multilateral oferecem novas possibilidades para a historiografia.

Um primeiro movimento reside numa espécie de passeio sobre as posições brasileiras frente à crise árabe-israelense, no esforço de identificação de alguns elementos caracterizadores das relações Brasil-Egito. Neste sentido, considerações como a de Vigevani e Kleinas (1999) sobre os protestos egípcios em torno do

categorias presentes, evidenciam discursos sobre o outro (o solicitante), além das expectativas sobre a associação ou não daqueles indivíduos aos objetivos mais gerais do desenvolvimento nacional e a “assimilação”. Vale ressaltar que uma sinalização positiva da Embaixada em relação ao pedido não necessariamente se traduzia em aceitação de tais solicitantes, visto que era de responsabilidade do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) deliberar sobre os casos.

reconhecimento do Estado de Israel e a reafirmação da amizade brasileira com os árabes chamam atenção enquanto parte das interações entre os dois países numa agenda importante para o Cairo. Aliás, neste mesmo exercício de investigação da produção acadêmica e intelectual, ainda nos anos 50, é possível identificar os desacordos do Brasil, como membro temporário do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), frente aos entraves à livre-navegação no Canal de Suez e no Golfo de Ácaba, aspecto que diretamente interessava o Egito (ZIEMATH, 2016). Brasileiros e egípcios, do ponto de vista multilateral, negociaram futuros espaços no mesmo Conselho de Segurança (DA SILVA SANTOS, 2019),⁴ apontando para suas respectivas condições de atores de relevo regionais.

Ainda nos anos 1950, o aprofundamento da Crise de Suez e seus efeitos podem ser tomados também como parte dos estudos sobre as relações Brasil-Egito. Além das leituras da diplomacia brasileira no Cairo sobre a nacionalização do Canal e seus desdobramentos, condicionadas também ao contexto de Guerra Fria (DA SILVA SANTOS, 2020), do fluxo imigratório de judeus e outros grupos não muçulmanos, conforme se verá a seguir, outro importante tema reside na participação brasileira na Força de Emergência das Nações Unidas

⁴ Tendo como recorte temporal os anos de 1950 até 1954, Silva Santos (2019) expôs outras possibilidades, a partir das fontes jornalísticas, de investigação sobre as relações Brasil-Egito. De modo geral, elementos como as trocas de Honrarias entre Farouk e Getúlio Vargas, a possibilidade de exílio do rei egípcio no Brasil após a Revolução de 1952, além de uma possível viagem de Jânio Quadros ao país ainda em 1954 foram alguns dos temas levantados. Este último, em especial, gera controvérsias, especialmente pelo fato da viagem do futuro presidente ser geralmente apontada como um evento do final dos anos 1950.

(FENU),⁵ uma Missão de Observação com duração de aproximadamente 10 anos, contando com a participação de países como Índia, Iugoslávia, Canadá, dentre outros (LANNES, 2009). Ainda nesse mesmo tema, cumpre destacar as possíveis controvérsias sobre a posição de Nasser quanto à participação brasileira, apontadas por Norma Breda dos Santos (2002).

Avançando aos anos 1960 e 1970, outras páginas dessa História encontram-se na Política Externa Independente (PEI). José Flávio Sombra Saraiva (1996) aponta para a condição do Egito enquanto um dos principais Estados da África do Norte na chamada política africana do Brasil, desenvolvida, em sua opinião, neste período.

Durante as mudanças nos rumos da diplomacia brasileira no governo Costa e Silva, o Egito foi concebido como um dos possíveis alvos do interesse brasileiro em torno da diversificação dos parceiros econômicos, num processo que reconhecia também o seu papel em nível regional. (AMARAL, 2008) Analisando as mudanças na Política Externa Brasileira (PEB) para o Oriente Médio, em particular frente aos efeitos da Guerra do Yom Kippur (1973), Silva (2005) cita o Egito como um dos atores de interesse da diplomacia brasileira, parte de um movimento mais amplo de aproximação dos Estados árabes.

Em outro momento de aproximação com os países do Oriente Médio, o governo Lula foi marcado pelo retorno de um Chefe de Estado brasileiro à região. O então presidente visitou o Egito em uma

⁵ Um terceiro aspecto envolvendo a crise de Suez e o Brasil reside nas suas repercussões internas. No Rio de Janeiro, protestos em favor do Egito e manifestações parlamentares foram algumas das reações nacionais frente aos acontecimentos. Do lado judaico, destaca-se também um ato da comunidade na então capital do país contra Nasser em dezembro de 1956 (VÉLEZ, 2015).

oportunidade. O Ministro Celso Amorim esteve em solo egípcio ao menos sete vezes. (LORETO DA SILVEIRA, 2016) Nas relações entre Cairo e Brasília no século XXI, destaca-se ainda a evolução do ponto de vista do intercâmbio comercial, atingindo números na ordem de dois bilhões de dólares no último ano do segundo mandato do petista. Ainda do ponto de vista econômico, em 2010 o Egito assinou um Acordo de Livre Comércio (ALC) com o Mercosul, em vigência apenas a partir de 2017.

Como um verdadeiro livro, as relações Brasil-Egito possuem algumas páginas incompletas. Apesar das contribuições historiográficas, entre questões mais gerais e específicas, bem como a necessidade de contemplar uma diversidade de períodos, muita coisa ainda se encontra pendente academicamente. Assim, buscaremos a partir de agora estabelecer um diálogo entre possíveis fontes de estudo para as conexões entre o Rio de Janeiro e o Cairo ainda em parte dos anos 1950, com ênfase para as aspirações de judeus, cristãos católicos, protestantes e ortodoxos em entrarem de modo permanente no Brasil em 1956. Um tema que, para além da História das Migrações Internacionais, pode ser considerado como objeto de interesse para quem deseja melhor compreender as dinâmicas entre os dois países.

As Consultas das Solicitações de Visto Permanente e o historiador: uma janela de análise para as relações entre brasileiros e egípcios em 1956

Enquanto um “artesão intelectual” (OLIVEIRA, 1998), cabe ao historiador um papel central frente ao seu processo de pesquisa, desde

a escolha de um tema até a produção da narrativa, passando pela construção de problemas e a análise das fontes. Num processo cuja criatividade e método convergem, cada etapa desse artesanato deve ser vista com atenção e responsabilidade, tendo em vista as incertezas, dúvidas, inquietações e desafios que se fazem presentes na práxis do pesquisador em História. Nesse sentido, a construção de uma pesquisa se torna um movimento não linear, marcado por uma dose de imprevisibilidade diante do avanço nas investigações, possíveis descobertas ou mesmo revisão das perspectivas iniciais.

No campo das ferramentas do historiador, conforme pontua Barros (2012), as fontes representam uma verdadeira matéria-prima no processo de produção historiográfica. Ainda nessa lógica, longe de ser um produto final do processo de reflexão, aquilo que se toma enquanto fonte é alvo de um conjunto de ações do sujeito do conhecimento, passando por um processo rígido de seleção e questionamento, com base nas questões e nos objetivos traçados ao longo de uma pesquisa. Conforme pontua Henry Rousso (1996), mais do que um indicador de presença, isto é, daquilo que sobreviveu às vicissitudes do tempo e as transformações humanas, estas também são sugestões de ausência. Assim, também do ponto de vista de sua base, a História caminha entre o questionamento ao que foi dito e as reflexões sobre o não dito, numa operação intelectual complexa.

Nesse verdadeiro quebra-cabeça de numerosas peças, inclusive faltantes (CARR, 1982), reconhecer as possibilidades de pesquisa a partir da constituição de problemas e levantamento de fontes é uma

das etapas mais fundamentais na pesquisa História. Em nosso caso, ao elencar as relações Brasil-Egito como um objeto de estudo, diante do que consideramos como um tema pouco recorrente na literatura sobre História das Relações Internacionais, com ênfase em Política Externa, diversas questões nos levaram a desenvolver um processo de identificação de possíveis “matérias-primas” para nosso trabalho.

A elaboração de hipóteses, a relevância da seleção documental e a ampliação no conceito de fonte podem ser consideradas como algumas características que denotam a produção de uma História das Relações Internacionais (GONÇALVES, 2007). Sofrendo com influências externas, a exemplo da Escola Francesa, mas também com uma trajetória bastante própria, os estudos nessa área apresentam diversas possibilidades e desenvolvimento, seja em diálogo com uma História Política renovada (MILZA, 2003), seja enquanto parte importante da constituição e expansão das Relações Internacionais no país, enquanto campo de ensino e pesquisa.

Diante do reconhecimento da crescente ampliação dos estudos em História das Relações Internacionais no país, uma janela de análise sobre as Relações Brasil-Egito (1956) pode ser encontrada num fluxo migratório envolvendo grupos não muçulmanos em direção ao nosso país. Considerando os fatores demográficos enquanto forças profundas (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967), isto é, elementos que influenciam o curso das Relações Internacionais e, conseqüentemente, na tomada de decisão dos atores, apontamos a importância de uma investigação mais apurada sobre o interesse de dezenas de indivíduos

provenientes do Egito e as reações da Embaixada por meio da análise das solicitações enquanto parte da atividade diplomática no país africano.

Como parte da documentação produzida na Embaixada Brasileira no Egito, as Consultas sobre solicitação de visto permanente reuniram um conjunto de informações sobre solicitantes e dependentes, desejosos de recomeçarem suas vidas em solo brasileiro. Compostas por dados como nome, data e local de nascimento, possível local de destino e profissão, além da seleção de informações e elaboração de um parecer sobre o pedido, tais Consultas sugerem não somente elementos que caracterizariam a visão da Embaixada brasileira no Egito sobre aquele país, como também apontam uma relação entre o interesse na recepção desses grupos migrantes e as expectativas da Embaixada em torno do desenvolvimento nacional brasileiro.

Para esta análise, foram selecionadas 78 Consultas. Alguns dos dados coletados podem ser sintetizados da seguinte forma:

| SOLICITANTES POR RELIGIÃO | | |
|----------------------------------|--------------------------|--------------------|
| Religião | Números Absolutos | Porcentagem |
| Israelita | 60 | 76,92% |
| Católica | 8 | 10,25% |
| Cristã – Ortodoxa | 3 | 3,84% |
| Não Informado | 2 | 2,56% |
| Total⁶ | 78 | 100% |

⁶ Foram registradas ainda as seguintes opções: Protestante (2); Cristão (1); Cristão Armênio (1) e Cristão-Católico-Armênio (1), totalizando ao todo 6,49% das declarações.

| SOLICITANTES POR LOCAL DE NASCIMENTO | | |
|---|--------------------------|--------------------|
| Local de Nascimento | Números Absolutos | Porcentagem |
| Cairo | 38 | 48,71% |
| Alexandria | 20 | 25,64% |
| Europa | 2 | 2,56% |
| Turquia/Império Otomano | 10 | 12,82% |
| Total⁷ | 78 | 100% |

| PROVÁVEL DESTINO | | |
|---------------------------|--------------------------|--------------------|
| Provável Destino | Números Absolutos | Porcentagem |
| São Paulo | 41 | 52,56% |
| Rio de Janeiro | 11 | 14,10% |
| Belo Horizonte | 1 | 1,28% |
| Outra opções ⁸ | 5 | 6,41% |
| Qualquer parte do Brasil | 20 | 25,64% |
| Total | 78 | 100% |

As três variáveis para o estudo em questão representam pontos de partida para o entendimento desse fluxo migratório. Em primeiro lugar, tais Consultas constituíam apenas uma das etapas no processo de seleção dos migrantes. Apesar de reunir uma posição da Embaixada frente às solicitações, caberia ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) deliberar positivamente ou não sobre os pedidos vindos do Egito. Tal Instituto, juntamente com a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, representou mais uma página na política migratória do país nos anos 1950. Atendendo tanto aos

⁷ Outras localidades citadas: Addis Abeba (Etiópia) (1); Port Said (Egito) (2); Vladvostok (Rússia Asiática) (1); Damasco (1); Tiberíades (Jordânia) (1); Tanta (Egito) (1); Kom-Ombo (Egito) (1), totalizando cerca de 10,27%

⁸ Nesta categoria se enquadra os seguintes dados: “arredores de SP” (1); interior de SP (1); Rio de Janeiro ou São Paulo (2), além da não especificação do destino.

processos migratórios nacionais, como também aos internacionais, era de responsabilidade do INIC o encaminhamento de trabalhadores entre diferentes regiões, além da “seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes” em solo brasileiro. (SANTOS, 2018) De acordo com Amanda Santos (2018), em sua Mensagem ao Congresso em 1952, Getúlio Vargas expôs três objetivos para a criação do INIC e da Carteira de Colonização. Segundo o presidente, estariam em jogo as condições de vida do trabalhador rural, o encaminhamento das correntes migratórias e o enriquecimento do quadro demográfico nacional. Nesse sentido, o estímulo às migrações atendia aos interesses de desenvolvimento do trabalho e de transformação social da nação.

Apesar das solicitações analisadas não necessariamente se traduzirem em novos migrantes para o país, os dados coletados, e os pareceres produzidos pela Embaixada expõem algumas características mais gerais deste processo, assim como elementos relativos às expectativas da diplomacia brasileira no Cairo diante dos possíveis novos habitantes do Brasil.

Do ponto de vista dos fatores de repulsão, as solicitações de grupos não muçulmanos em vista de entrada permanente no Brasil se inserem num quadro mais amplo das transformações políticas no Egito ao longo do século XX. Representando a grande maioria dos solicitantes, os judeus possuíam uma trajetória mais que milenar no Egito. Conforme sugere René Decol (1999), o convívio destes com os muçulmanos foi caracterizado por um alto grau de variação ao longo

da História. Apesar de gozarem da condição de *dhimmi*,⁹ sua situação frente aos demais segmentos do país pode ser considerada instável, à mercê das mudanças políticas, econômicas e culturais no heterogêneo mundo muçulmano.

Diante de uma grande maioria muçulmana e uma minoria cristã-copta e católica, os judeus foram parte integrante da sociedade egípcia. Com presença nas artes, na vida financeira e política do país, o quantitativo da comunidade no Egito não condiz necessariamente com seu peso para o restante do país. Segundo Joelle Rouchou (2007), o período entre 1850 e 1930 pode ser caracterizado como a “Era de Ouro” dos judeus no Egito, uma comunidade com forte presença no Cairo e em Alexandria, traçando aspectos cosmopolitas para a sociedade egípcia.

A passagem entre um cenário de convívio amistoso entre as duas comunidades e uma conjuntura de maiores conflitos pode ser explicada, dentre outras coisas, pelas alterações regionais promovidas pelo domínio inglês na região e a migração em massa de judeus para a Palestina. O aprofundamento dos conflitos entre árabes e judeus na região, além da posição dúbia de Londres, representaram novos

⁹ Status atribuído aos segmentos considerados “protegidos” pela comunidade muçulmana. Os dhimmis poderiam continuar exercendo suas religiões, mediante o pagamento de um imposto especial (*jizya* ou *djizya*), além da adoção de marcadores de diferenciação (como as vestimentas) e sua desmilitarização. Para autores como Peter Demant (2013), os dhimmis poderiam gozar de alguma autonomia no interior das sociedades muçulmanas, sendo, muitas vezes, uma condição mais aceitável se comparada com os casos de segmentos não-cristãos no interior da cristandade. Vale recordar que o islã não defende a conversão forçada, além de enxergar de forma diferenciada os grupos monoteístas e/ou detentores de livros sagrados revelados, como cristãos, judeus, zoroastrianos e etc.

desafios aos egípcios e aos estrangeiros que ali viviam, sejam eles muçulmanos ou judeus.¹⁰

Apesar de René Decol (1999) afirmar que os enfrentamentos mais significativos entre judeus e muçulmanos no Egito seriam datados da segunda metade do século XX, é importante considerar aspectos que antecedem a criação do Estado de Israel. Já entre os anos 1930 e 1940, organizações políticas como o Jovem Egito e a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos (SIM) associavam negativamente os judeus com questões sociais e econômicas do país, além é claro da própria crise na Palestina (HABIF, 2015).¹¹

Após 1947, mais de 60 mil judeus teriam deixado o Egito. (DECOL, 1999) Este processo, porém, seria acompanhado pela saída de outros estrangeiros do país. A presença de estrangeiros, especialmente a partir do século XIX, possuía reflexo em diferentes esferas da sociedade egípcia:

Havia outra especificidade no país bastante diferenciada em relação a outros territórios africanos, que provocou impactos profundos nos ‘territórios sobrepostos e em suas histórias entrelaçadas’: as Capitulações, que desde o século XVI garantiam aos estrangeiros a isenção do pagamento de impostos e imunidade na justiça local. **Os estrangeiros, na sua maioria constituída por britânicos, gregos, franceses, italianos, armênios e sírios, estavam protegidos por tribunais especiais de seus próprios países, que**

¹⁰ Uma evidência da natureza dúbia da atuação britânica frente às relações entre árabes e judeus pode ser encontrada ainda no contexto da Primeira Guerra Mundial. As promessas de Londres em torno da constituição de um lar judeu na Palestina se chocavam diretamente com os acordos feitos com Hussein quanto ao apoio britânico para a criação de um Estado árabe independente, no contexto das alianças na Grande Guerra. (SHLAIM, 2004)

¹¹ O “Jovem Egito” ou Misr al-Fatat surgiu nos anos 1930, angariando apoio de estudantes (universitários e secundaristas). O partido possuía um braço paramilitar, denominado de “Camisas Verdes”, de inspiração fascista. (CASTRO, 2014)

funcionavam como instrumentos que permitiam abusos e garantiam impunidade, gerando pontos de tensão com a população local. Esta brecha legal atraiu muitos estrangeiros ao país com o objetivo de investir em atividades comerciais e financeiras sem qualquer controle por parte das instituições governamentais, o que explica que entre 1836 e 1878, o número de estrangeiros no Egito tenha aumentado mais de 20 vezes, saltando de 3 mil para 68 mil. (CASTRO, 2014, p. 84, Grifo Nosso)

Segundo Albert Hourani (2007), o número de estrangeiros no Egito entre 1937 e 1960 caiu de 250 mil para 143 mil, acompanhando a tendência dos demais países árabes. Este processo, quando visto sob um ponto de vista mais alargado temporalmente, envolve o fim dos estatutos especiais de grupos não egípcios naquele país, tais como as Capitulações, como também uma maior participação dos ditos nacionais na vida econômica do país. Diante desse conjunto de alterações na situação das populações residentes no Egito, o aprofundamento na crise entre judeus e muçulmanos, com reflexos para grupos cristãos católicos, protestantes e ortodoxos, propiciou um importante e pouco conhecido fluxo migratório envolvendo aquele país e o Brasil.¹²

Mais da metade dos solicitantes em 1956 afirmou ter origens no Cairo ou em Alexandria. Ambas as cidades concentravam um expressivo número de estrangeiros. Na capital egípcia, dados de 1907, apontavam para uma composição populacional cujo até 1/8 pudesse

¹² Dispondo de dados do IBGE sobre a entrada de naturais do Egito ao longo de boa parte do século XX, Decol (1999) reconhece um fluxo que vai além dos judeus entre Brasil e Egito ao longo da segunda metade dos anos 1950. Entre 1955 e 1959, segundo o mesmo autor, cerca de 34,3% dos migrantes seriam católicos, 45,1% judeus e 36,8% outras religiões. De acordo com Jeffrey Lesser (1995), cerca de cinco mil judeus oriundos do Egito e de outros países árabes vieram para o Brasil ao longo dos anos 1950.

ser não egípcia. (CASTRO, 2014) Chama atenção, porém, indivíduos cujo local de nascimento corresponderia ao antigo Império Otomano ou mesmo nascidos no Egito, mas com ascendência armênia. Neste caso, em específico, cumpre destacar que o país africano foi um dos destinos dos milhares de indivíduos que compuseram a chamada *Diáspora Armênia* no início do século XX. Apesar de um segmento não ter tido no Oriente Médio um destino final, tendo posteriormente se dispersado para outros continentes, países como Líbano, Egito, Síria e o próprio território da Palestina foram alvos desse processo migratório. Nesse sentido, a heterogênea origem dos solicitantes sugere também a existência de indivíduos envolvidos direta ou indiretamente em mais de um movimento migratório ao longo de suas trajetórias ou mesmo se considerado os seus antepassados.

Do ponto de vista dos fatores de interesse para a imigração, expressos nas categorias mobilizadas nos pareceres, bem como no posicionamento da embaixada, a relação entre qualificação e inserção dos migrantes no mercado de trabalho brasileiro orientou a elaboração das Consultas sobre os vistos. As características profissionais, tratadas em diversos momentos enquanto “habilidades técnicas”, foram comumente relacionadas às características do desenvolvimento econômico, especialmente a industrialização. A experiência em solo egípcio foi uma das categorias levadas em conta nas Consultas. Foi o caso, em documento de 19 de março de 1956, da solicitação de Artine Jacobian, católico e declarado como escriturário. No levantamento de informações sobre o solicitante, além das indicações de apresentação

de documentação sobre experiência profissional, alguns aspectos a mais endossam seu pedido:

Além de haver apresentado a documentação regulamentar, o interessado forneceu provas de haver trabalhado com os ingleses, na 'Navy, Army & Air Forces Institute (NAAFI)' na Base Militar da Zona do Canal de Suez. Fala vários idiomas e tem boa experiência de serviços de escritório. (BRASIL/97, 1956)

Diante do reconhecimento de um vínculo de trabalho com a Zona do Canal, a opinião da diplomacia sobre o pedido foi desenvolvida da seguinte maneira:

Considerando-se os bons antecedentes profissionais tidos na Administração inglesa da Zona do Canal (mais de 13 filhos), - além de ter o interessado duas filhas pequenas, - as quais, possivelmente e, se integrarão na comunidade brasileira, - esta Embaixada nada tem a opôr, salvo melhor juízo, à concessão do visto permanente solicitado (BRASIL/97, 1956)

A captação de elemento relativo às trajetórias profissionais, neste caso a partir da administração inglesa, constitui-se enquanto um elemento credenciador das solicitações, entrando em sintonia com as aspirações econômicas das autoridades migratórias do Brasil. O levantamento de informações sobre a profissão dos indivíduos quase sempre foi acompanhado do estabelecimento de relações com as supostas necessidades do processo de expansão dos setores produtivos brasileiros.

Albert Eisenberg, descrito como técnico em automóveis, teve um parecer favorável em 1956 diante também da expansão da indústria

automobilística brasileira (BRASIL/95, 1956). Emanuel Stein, concebido como “técnico em impressão e composição tipográfica” (BRASIL/ 158, 1956), teve sua aceitação também fundamentada pela sua utilidade profissional para a indústria tipográfica.

O estabelecimento de um horizonte de inserção produtiva dos indivíduos é reforçado quando se analisa casos em que o parecer não foi positivo ou sofreu com alguma ressalva, inclusive em termos de solicitação de revisão da decisão do INIC. Neste caso, em 26 de Julho de 1956, Michel A. Ghazarm e sua esposa apresentaram mais uma documentação profissional à Embaixada, como reação à negativa no fornecimento dos vistos permanentes para ambos. Ao situar como o solicitante também exerce a função de eletricitista, o mais curioso neste caso é o modo como a Embaixada solicita uma nova análise, deixando explícito o peso da incorporação de mais um dado profissional nas informações de Ghazarm:

Julgando que a profissão de vendedor comercial, - que o dito estrangeiro ocupa pela manhã, para melhor enfrentar as suas dificuldades econômicas, - fosse melhor qualificada no conceito das Autoridades imigratórias brasileiras, o Senhor Aghazarm omitiu, no Questionário que preencheu perante êste Serviço consular, a sua qualidade de electro-técnico [...] Em face dos novos elementos profissionais oferecidos pelo alienígena em questão e tendo em vista o seu eventual aproveitamento nas funções de eletricitista, que são, no momento, mais procuradas nos mercados de trabalho do Brasil, esta Embaixada muito agradecerá a bondade do I.N.I.C examinar e de pronunciar-se novamente, sobre a matéria. (BRASIL/253, 1956)

As “habilidades técnicas”, na referida situação, jogam em favor do solicitante ao abrir margem para um princípio de divergência entre as autoridades envolvidas nesse processo imigratório, diante da sugestão da Embaixada em rediscussão da posição do INIC. A criação de condições para a revisão do parecer final na primeira tentativa se encontrou centrada no possível atendimento de um suposto déficit profissional do país, contribuindo, nesta situação, para o preenchimento das demandas de técnicos eletricitistas.

Apesar de existirem informações sobre uma recomendação de aceitação significativa dos vistos, porém de forma ordenada e sob as condições de análise das condições de saúde e da idoneidade moral dos indivíduos (ROUCHOU, 2009), as Consultas analisadas apontam para a relevância da atividade profissional no processo de apreciação das solicitações, sendo um dos fatores de indicação positiva ou negativa por parte da Embaixada em direção às autoridades migratórias no Brasil.

A possibilidade de obtenção de mão-de-obra considerada qualificada e capaz de auxiliar o processo de desenvolvimento industrial do país entrava em sintonia com as transformações no campo econômico. Para Paul Singer (2007), o período que se inicia a partir de 1956 e se estende até 1967 foi marcado pela expansão do capital monopolista, em suas modalidades multinacional e estatal. Tendo como uma das marcas o chamado Plano de Metas, o governo Kubitschek ocupou um importante lugar na trajetória do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Influenciado pelas

mudanças do interregno após a morte de Vargas, especialmente pela instrução número 113 da SUMOC,¹³ o presidente inaugurou o que ficou conhecido como “desenvolvimentismo associado”, isto é, uma mudança no papel do Estado neste processo e maior possibilidade de participação do capital privado. (SILVA, 2005) Neste novo cenário, o papel daquele estaria caracterizado pela “manipulação de incentivos”, além de uma condição de “investidor pioneiro e supletivo”. (MALAN, 2007)

Outra variável relevante para a compreensão desse fluxo migratório reside nos possíveis destinos dos indivíduos. Em dados anteriormente apresentados, verifica-se a preferência pela cidade de São Paulo, seguido por aqueles que não especificaram um local no país, além dos interessados em se instalarem no Rio de Janeiro.¹⁴ Apesar da heterogeneidade desse fluxo migratório, um elemento em comum entre judeus e demais grupos cristãos presentes nessa documentação é a reafirmação de uma imigração de natureza urbana.

Essa constatação reforça algumas conclusões presentes na literatura sobre as características mais gerais da história dos fluxos imigratórios de judeus e armênios em especial. Quanto aos últimos, reconhecendo algumas lacunas nas investigações sobre a trajetória desses indivíduos, Loureiro (2011) verifica uma tendência voltada ao espaço urbano, destacando a presença armênia em São Paulo e

¹³ A instrução nº113 autorizava a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil a disponibilizar meios para a importação de máquinas e equipamentos, num movimento que instituiu certo privilégio para o capital estrangeiro (SILVA, 2005, p.275), com possibilidades de sua penetração a partir de parcerias com a produção nacional.

¹⁴ De acordo com Jeffrey Lesser (1995), por volta de 80% dos judeus que residiam no Brasil se concentravam em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Osasco.¹⁵ O mesmo autor indica essa mesma natureza para a imigração judaica. A partir das investigações sobre a Política Imigratória do período Vargas (1930-1945), Endrica Geraldo (2007) reforça essa característica ao evidenciar os debates sobre as restrições à entrada de judeus no Brasil, especialmente a partir do Estado Novo.

Esse interesse, em particular, pela cidade de São Paulo se fundamenta também por uma característica presente em parcela da documentação. Em algumas ocasiões, promessas de emprego no Brasil ou a existência de parentes ou amigos neste país foi considerada como parte das informações sobre os solicitantes ou mesmo como parte dos argumentos da própria Embaixada para desenvolvimento de um parecer favorável. Este foi o caso de Agatha de Giorgio, britânica, nascida na Ilha de Malta e descrita como católica:

A Senhora Agatha de Giorgio, sendo inglesa, poderá entrar no Brasil sem empecilhos; contudo, vivendo ela na dependência econômica de seus dois filhos menores, apátridas, está sujeita às limitações das leis brasileiras (ver carta anexa). A interessada é prima da Senhora Anna Trebse, residente à Rua Aurora, nº498, apartamento nº11, na cidade de São Paulo, Brasil. (BRASIL/ 33, 1956)

¹⁵ A História dos deslocamentos armênios em direção ao Brasil se relaciona também diretamente com a convulsão política no Oriente Médio nas primeiras décadas do século XX. Alvos de um verdadeiro Genocídio no interior do antigo Império Otomano, milhares de armênios fugiram em direções diversas, incluindo territórios vizinhos (Egito, Líbano, Palestina e Síria) ou mesmo em direção a outros continentes como a Europa e a América. Segundo Heitor Loureiro (2011), estima-se que cerca de 40 mil armênios tenham entrado no Brasil. Contudo, essa presença em território brasileiro não foi vista sempre com bons olhos. Conforme cita Jeffrey Lesser (1995), o adido comercial do Brasil no Egito em meados dos anos 1930 considerava como uma “grande calamidade” a possível chegada de milhares de armênios. Sua preocupação residia na formação racial brasileira a partir da introdução de grupos considerados prejudiciais a tal processo.

A divulgação da existência de laços de parentesco e amizade entre solicitantes e indivíduos já instalados no Brasil sugere como trocas de informações transatlânticas entre tais sujeitos também influenciaram neste processo, podendo ser considerado enquanto um aspecto relevante na concepção da Embaixada, ao compor o quadro descritivo dos sujeitos desejosos de se fixarem em nosso país. Aliás, do ponto de vista da adaptação dos possíveis novos migrantes no Brasil, a existência de parentes e amigos possibilitaria facilidades para adaptação e integração. É o que nos mostra o caso de Isaac Goldemberg, judeu apátrida, nascido no Egito, personagem de uma solicitação datada de 2 de outubro de 1956:

Além de haver já trabalhado, durante 2 anos, como electro-mecânico, o interessado é, hoje, um especialista em máquinas de contabilidade em geral e de perfuratrizes. Apresentou vários comprovantes de sua profissão, além da documentação regular. Tem parentes e amigos em São Paulo que lhe prometem trabalho [...] Tendo-se em vista a longa especialização do interessado em máquinas de contabilidade, e podendo o mesmo encontrar, em São Paulo, entre parentes e amigos, um clima de fácil adaptação, esta Embaixada é de parecer que o visto solicitado poderia ser concedido. (BRASIL/324, 1956)

A existência de contatos já enraizados no Brasil atendia aos interesses de adaptação dos sujeitos que solicitavam entrada em nosso país. As conexões entre migrados em gerações anteriores e migrantes recentes, atribuindo valor ao conceito de comunidade, foi um aspecto presente tanto entre os armênios, quanto entre os judeus. Entre o primeiro grupo, sua inserção econômica no mercado de sapatos na

cidade de São Paulo sugere algum nível de ação que vai além das individualidades. O caso de Rizkallah Jorge Tahanian, segundo Loureiro (2011), é interessante. Este foi fundador da “Casa da Bóia”, um dos elementos fundamentais para sua condição enquanto “principal benemérito da comunidade armênia em São Paulo”. (LOUREIRO, 2011, p. 09)

Do ponto de vista das comunidades judaicas na capital paulista, sua organização a partir de Escolas, Comitês, Sinagogas, além da ocupação e interação com bairros importantes da cidade demarcam a condição de uma coletividade heterogênea firmada em bases econômicas, sociais, culturais e mesmo políticas fundamentais para a sua sobrevivência e retroalimentação, isto é, a capacidade de agregar muitos outros sujeitos que detinham o interesse em entrar no Brasil.

A força das comunidades judaicas deve ser destacada, muitas vezes pouco evidenciada por leituras que enfatizam o preconceito de segmentos que ocupavam o Estado ou de determinados grupos políticos dos anos 30 e 40. Não desconhecendo uma série de estereótipos sobre os judeus ao longo da História, inclusive no Estado Novo, trabalhos como o de Roney Cytrynowicz (2002) apontam para as estratégias de adaptação desses grupos no Brasil, mesmo diante das tendências de “nacionalização” da política oficial.

Deste modo, tanto para armênios e seus ascendentes, como no caso dos judeus e outras minorias não muçulmanas, referências aos possíveis contatos no Brasil na documentação se traduziam em expectativas em torno da instalação, integração econômica e social

dos indivíduos, estabelecendo uma espécie de ponte entre este fluxo migratório,¹⁶ e populações oriundas de outros movimentos ao longo da História Brasileira.

Considerações finais

Visto como “Porta Voz do Mundo Árabe” por Bezerra de Menezes (2012), o Egito possuiu uma condição de ator regional de relevo, isto é, Estado fundamental na compreensão da dinâmica política do Mundo Árabe e do Norte da África. Diante dessa constatação, suas relações com o Brasil se constituem em possível objeto de interesse para uma compreensão mais ampla da trajetória da PEB e mesmo da inserção internacional brasileira.

Nesse horizonte de possibilidades, apontamos aqui uma alternativa de estudo sobre o tema, numa articulação entre migrações e Política Externa. Por meio das Consultas sobre solicitação de visto permanente, produzidas pela Embaixada Brasileira no Cairo, verificamos um interesse pelo desenvolvimento de um fluxo migratório entre os dois países, marcado pelas intenções de grupos não muçulmanos (católicos, protestantes, cristão-ortodoxos e judeus) em se instalarem no país.

Uma análise quantitativa e qualitativa da documentação mencionada sugere como o desenvolvimento nacional, e a integração social e econômica dos solicitantes pautaram a elaboração dos

¹⁶ Para Keila Grinberg (2000), a crise de Suez, em conjunto com a Revolução Húngara de 1956, constituíram-se em eventos específicos que culminaram com o deslocamento de judeus em direção ao país, situando tais casos no interior da trajetória de inserção dos judeus no país.

pareceres da Embaixada. Apesar de não deter totalmente o poder de deliberação sobre a entrada ou não desses indivíduos no país, as Consultas expõem não somente as expectativas produzidas sobre esse possível fluxo migratório, como apontam para uma importante página ainda a ser aprofundada acerca das relações entre egípcios e brasileiros.

Fontes

Arquivo Histórico do Itamaraty (A.H.I.), Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Embaixada no Cairo. Ofício nº33 – 30 de Janeiro de 1956.

_____. Embaixada no Cairo. Ofício nº95 – 19 de Março de 1956.

_____. Embaixada no Cairo. Ofício nº97 – 19 de Março de 1956.

_____. Embaixada no Cairo. Ofício nº 158 – 14 de Maio de 1956.

_____. Embaixada no Cairo. Ofício nº253 – 26 de Julho de 1956.

_____. Embaixada no Cairo. Ofício nº 324 – 2 de Outubro de 1956.

_____. Embaixada no Cairo. Ofício nº401 – 30 de Novembro de 1956.

Referências

AMARAL, Bruno Chaves Calíope Gurgel do. *Egito, um mirante para o Brasil no Oriente Médio: relações bilaterais Brasil-Egito (1967-1969)*. 2008. 49 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CARR, Edward Hallet. O Historiador e seus fatos. In: _____. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.11-29.

CASTRO, Isabelle Christine Somma de. *Do Islã à Política: a expansão da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos (1936-1949)*. 2014. 284 f. Tese de Doutorado (História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 393-423, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 dez. 2020.

DA SILVA SANTOS, M. J. Conexões Rio de Janeiro-Cairo. *Faces da História*, v. 6, n. 2, p. 117-138, 16 dez. 2019. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1399/1283>. Acesso em: 20 dez. 2020.

_____. Olhos Brasileiros em Suez: Leituras Diplomáticas do Aprofundamento de um Conflito (Jul/1956 – Dez/1956). In: Encontro Estadual de História da ANPUH – RS: História & Resistências, 15, 2020, Passo Fundo-RS. *Anais do Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*. Porto Alegre, RS: ANPUH-RS, 2020.

DECOL, René Daniel. *Imigrações Urbanas para o Brasil: o caso dos judeus*. 1999. 250 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1999.

DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2013.

FERREIRA, F. A. Relações entre o Brasil e o norte da África no XIX. *Faces da História*, v. 6, n. 2, p. 100-116, 16 dez. 2019. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1396/1282>. Acesso em: 20 dez. 2020.

GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. 2007. 241 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

GRINBERG, K. *Nova língua interior: os judeus no Brasil*. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000, p.123-139.

GONÇALVES, William da Silva. “História das Relações Internacionais”. In LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, William da

Silva. *História das Relações Internacionais: teoria e processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, pp. 13 – 41.

GONÇALVES, Luis Eduardo Fonseca de Carvalho. *Egito: revolução e contrarrevolução (2011-2015)*. Brasília: FUNAG, 2017. 416 p.

HABIF, Carla Albala. *Judeus do Egito: uma comparação da vida judaica no Egito antes e depois de 1948*. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

LANNES, Suellen Borges de. *O Batalhão Suez e a política externa de JK: Um caso de alinhamento?* 2009. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

LESSA, Antônio Carlos Moraes; PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty e a África: as origens da política africana no Brasil. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.33, p. 57-81, jan/jun 2007.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995.

LORETO DA SILVEIRA, Isadora. *O Oriente Médio na Política Externa Brasileira desde 2003: relações do Brasil com Irã, Egito e Turquia*. 2015. 60 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LOUREIRO, Heitor. Mascates, sapateiros e empresários: um estudo da imigração armênia para São Paulo. In: *XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH 50 anos*, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 1. p. 1-15.

MAJZOUB, Ismail. Desenvolvimento das relações Árabe-Brasileiras. In: FUNAG. *Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção de perspectivas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, p.55-80. Anais do Seminário Internacional realizado em Brasília, em junho de 2000.

MALAN, Pedro. “Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)”, in FAUSTO, Boris (ed.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano (Economia e Cultura)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.67-134.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o mundo Ásio-Africano*. Brasília: FUNAG, 2012, 372 p.

MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. In: RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.365-399.

OLIVEIRA, Paulo Salles de. Caminhos de construção da pesquisa em Ciências Humanas. In: _____. (Org.). *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998.

PREISS, José Luiz Silva. *Brasil e Argentina no Oriente – Médio: do Pós-Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2013.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, 542 p.

ROUCHOU, Joelle. Entrevistas com judeus do Egito no Rio de Janeiro: uma imigração peculiar In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Computação*, 24, 2001, Campo Grande. Anais. Campo Grande: INTERCOM, 2001, p. 1-14.

_____. Judeus do Egito no Rio de Janeiro: uma imigração peculiar (1956/1967). In: Lewin, H (Org.). *Identidade e Cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 174-188.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o Indício de uma falta. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº17, p.85-91, 1996.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora da UnB, 1996

SANTOS, Norma Breda dos. Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das Nações Unidas. DUPAS,

Gilberto; VIGEVANI, Tullo (Orgs.). *Israel – Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p.263-285.

SANTOS, Amanda Pereira dos. A Fundação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização no Segundo Governo de Getúlio Vargas (1951-1954). *Revista Eletrônica Discente História.com*, Cachoeira, v.5, n.9, p.03-17, 2018. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/468>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SHLAIM, Avi. *Muralha de Ferro: Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro: Fissus Editora, 2004.

SILVA, H. C. M. Da deterioração dos termos de intercâmbio à consolidação do modelo substitutivo de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1954 aos nossos dias. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz. (Org.). *O crescimento das relações internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005, p. 271-302.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano (Economia e Cultura)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.262-306.

VÉLEZ, Federico. Do Suez ao Canal do Panamá e além: A influência de Gamal Abdel Nasser na América Latina. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.31, n.55, p.163-191, jan/abr 2015.

VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Alberto. *Brasil-Israel: Da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949)*. São Paulo: CEDEC, 1999.

ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva. *O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1945-2011)*. Brasília: FUNAG, 2016.

A história política da Ditadura Civil-Militar por meio do testemunho: jornalistas, intelectuais e a trajetória de Alterto Dines

Polliana Moreno dos Santos¹
Doutoranda pelo PPGH-UFBA

Introdução

Este texto compõe um recorte da pesquisa de doutorado intitulada *Chumbo quente e Observatório Da Imprensa: A Memória Mediatizada nos 50 Anos da ditadura civil-militar no Brasil (2013-2015)*, em fase de prosseguimento. Busca-se compreender a construção de narrativas memorialísticas em torno dos 50 anos do golpe de 1964, produzidas a partir de uma série televisiva, pertencente ao gênero jornalístico, de um canal público de televisão brasileira, apreendendo-a no contexto de disputa de memórias.²

Desse modo nos reportamos ao especial *Chumbo Quente*, produzido pelo Programa Observatório da Imprensa (TV Brasil), no qual os eventos narrados mesclam-se à própria história do jornalismo brasileiro. E cujo apresentador e os sujeitos entrevistados não foram

¹ Prof.^a de Estágio Supervisionado em História- Uneb-Campus IV-Jacobina-BA.

² Há uma variedade de fontes produzidas entre 2010 e 2015 por canais públicos e privados sobre o evento “Ditadura”, considerando a Justiça de Transição e os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Entre os canais privados encontramos o SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) com três produções: *Memórias: Agentes da Repressão* (2011), *Fantasma da Ditadura* (2011) e “*Silêncios da Ditadura*” (2014). Depois a Rede Record com três séries: *Os Porões da Tortura* (2010), *Crianças e a tortura* (2013) e *50 anos do golpe* (2014). Entre os canais públicos encontramos a TV Brasil com quatro produções: *Os Advogados contra a Ditadura* (2014); *Crimes da Ditadura* (2012); *Ditadura – História em revisão* (2013) e *Chumbo Quente* (2014). A TV Cultura com *A Pátria Armada* (2014).

só testemunhas, mas agentes históricos que presenciaram e participaram ativamente do processo.

Apresentada pelo jornalista Alberto Dines,³ a série foi exibida em 2014 e reexibida em 2015. Mostra o papel da imprensa desde os anos antecedentes ao Golpe, os jornais que apoiavam e os que faziam oposição ao governo de João Goulart. Como se posicionaram nos dias do golpe, nos dias posteriores e durante os 21 anos de Ditadura até o final do regime. Retrata como alguns sucumbiram, outros prosperaram, os que passaram de apoiadores a críticos, a censura, a autocensura, a perseguição, prisão e morte de jornalistas.

Durante essa narrativa, diversos fatos são evidenciados, ligados numa linha histórica temporal, por meio de entrevistas com jornalistas, historiadores que pesquisam a ditadura civil-militar de 1964 e/ou foram contemporâneos aos fatos, políticos, advogados, parentes dos desaparecidos, funcionários públicos de alto escalão. Muitos deles ainda atuam, mas alguns, pelo avançar da idade e questões de saúde, já não podem mais falar e uma parcela deles, incluindo seu apresentador, já faleceu.

Utiliza bastante da trilha sonora enfática, com músicas, sons das vozes de personagens, documentos históricos como fotografias da época e principalmente dos recortes de jornais, com destaque para as manchetes. A pesquisa documental foi feita em várias instituições: Acervo da Biblioteca Mario de Andrade, Arquivo Nacional, CPDOC-JB, Editora Civilização Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional,

³ Falecido em 22 maio de 2018 aos 86 anos.

Instituto João Goulart, Instituto Miguel Arraes, Instituto Vladimir Herzog e Instituto Zuzu Angel.

Assim, diversos fatos são detalhados, compondo uma narrativa histórica, pautada no recorte “papel da imprensa” nos processos políticos. Do golpe e da ditadura, a série retratou a história e a memória do jornalismo. Portanto, é, ao mesmo tempo, uma história da imprensa refeita no contexto dos 50 anos e uma produção historiográfica feita por jornalistas no formato de documentário, isto é, uma memória audiovisual. Esta, por sua vez, é também enriquecida pelo repertório intelectual dos testemunhos que a compõem.

A atuação de intelectuais em perspectiva histórica e mesmo a contribuição do campo “história dos intelectuais” para a historiografia da ditadura é também próxima, em termos de contexto, da História do Tempo Presente e também é fortemente associada à História Política. No entanto, autores como François Sirineli (2003) e Benito Bisso Schimdt (2012) advogam que ela é muito mais que uma ramificação da história política. Para Sirineli (2003, p. 232), “A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias políticas, social e cultural”. Desta noção, advém a compreensão dos intelectuais como “mediadores”, produtores de bens simbólicos. Entre estes também se inserem os jornalistas.

Por sua vez, a vastidão de fontes imagéticas, textuais para este estudo tem nos desafiado bastante. Acerca da compreensão dos

“itinerários”, “campos magnéticos”, redes de sociabilidades dos intelectuais, nos lembra Sirinelli (2003, p. 245):

A história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo; e sua história social exige a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas.

Desse modo, no caso da pesquisa em curso, contamos com uma abundância de outras fontes, entre as quais a audiovisual, o especial *Chumbo Quente*, os livros e os artigos publicados por Alberto Dines. E ainda, estamos nos defrontando com uma produção memorialística mais recente sobre Alberto Dines, também feita por intelectuais - especialmente homenagens em forma de livros e artigos - que relembram sua trajetória como nome de resistência à ditadura. Ao mesmo tempo, informações importantes sobre a série e sobre os intelectuais que a compõem também estão sendo coletadas por meio de entrevistas.

Na última parte deste artigo, trataremos também um pouco do rol dos outros intelectuais/testemunhos que compõem a série *Chumbo Quente*, integrantes de uma “rede de sociabilidade”. Alguns deles, como o seu apresentador, já faleceram e possivelmente aquela tenha sido sua última participação numa produção dessa natureza.

1. Trajetória de um intelectual da imprensa

A vida de Alberto Dines se confunde com a história do jornalismo brasileiro da segunda metade do século XX e primeira década do século XXI. Ao longo de mais de 50 anos de profissão, sua carreira foi marcada um trabalho incessante para tornar o jornalismo brasileiro crítico, em plena ditadura civil-militar iniciada em 1964 e depois no período democrático. O jornalista também lecionou em universidades brasileiras e estrangeiras. Escreveu vários livros e editou várias publicações no Brasil e em Portugal.

Ressaltamos que construir um retrato histórico/biográfico não é algo simples, porque a vida de um autor não se disseca, separando por partes, ainda que o recorte nos ajude a enxergar melhor o sujeito. Nos limites desse trabalho, o conceito de trajetória⁴ nos ajuda a melhor recompor momentos significativos nos quais Alberto Dines assume simbolicamente a função de intelectual do jornalismo.

Desse modo, não optamos pelo relato biográfico, mas privilegiamos um recorte temporal, entre 1964 a 1981, período que se relaciona com tramas vividas no contexto do golpe civil militar de 1964 e a continuidade da ditadura. No entanto, também buscaremos recompor esse caminho no contexto democrático, uma vez que é também um espaço importante onde essa trama é recontada por ele próprio em diversos momentos, de formas distintas, retroalimentando essa memória.

⁴ Compreende-se trajetória aqui, na acepção de Sirinelli (2003) como os itinerários pelos quais é possível perceber os eixos de engajamento dos intelectuais, itinerários políticos por meio dos quais atuam na sociedade ao longo do tempo.

A atuação de jornalistas e intelectuais no Brasil já foi problematizada no estudo de Fábio Henrique Pereira. Analisando a trajetória de Alberto Dines, juntamente com a de outros profissionais, reflete acerca de como as transformações ocorridas no Brasil na segunda metade do século XX influenciaram nas relações que regiam as práticas jornalísticas, particularmente nos âmbitos cultural, econômico, político e nas relações dos jornais com o Estado. Entretanto, percebe no discurso dos jornalistas que sua “profissionalização” aparece desconectada dessas transformações e de um contexto maior. Ou como algo concebido internamente entre eles próprios. Dentre algumas conclusões do autor:

Se o mundo dos jornalistas fosse composto apenas por jornalistas, talvez fosse possível estabelecer uma separação definitiva entre os meios jornalístico e intelectual. Quando estendida a análise aos demais atores sociais que participam das escolhas, convenções e reputação dessa atividade, compreendemos como o processo de transformação do estatuto profissional dos jornalistas ocorre, mas de forma imperfeita. (PEREIRA, 2008, p.6)

Sendo assim, a profissionalização dos jornalistas ocorrerá, inúmeras vezes, imbricada com as contradições das relações sociais às quais estão inseridos. Isso se dará de forma semelhante quanto a posição dos jornalistas enquanto intelectuais. Esse pressuposto nos ajudou a olhar com cuidado para a “cidadela” intelectual da qual Alberto Dines foi formado, compartilhou e também ajudou a formar gerações de jornalistas.

Entre os livros publicados por Alberto Dines ao longo de mais de cinquenta anos de profissão, utilizamos como fontes aqueles que foram publicados entre 1964 a 1981 São eles: *Os Idos de Março*(1964);⁵ *O Papel do Jornal*(1974),⁶ editado algumas vezes; a crônica “*E por que não Eu?*(1979⁷) publicada na revista Pasquim; artigos da coluna *Jornal dos jornais*(1975-1977) da Folha de São Paulo”, “*Morte no Paraíso, A tragédia de Stefan Zweig*(1981).⁸ Quanto ao recorte temporal, é preciso ressaltar que alguns foram escritos enquanto Alberto Dines atuou no Jornal do Brasil e na Folha de São Paulo. Outros, porém, foram feitos logo após o seu “afastamento” desses grandes jornais e continuam refletindo sobre as tensões do momento.

Outros textos escritos por ele em período posterior ao nosso recorte também compõem o estudo, na medida que nos possibilitam cruzar informações acerca de determinados acontecimentos e da percepção de Alberto Dines sobre eles ao longo do tempo, e se houve mudanças ou permanências. Nesse rol, incluímos algumas entrevistas concedidas por ele ao longo da vida, na forma de depoimento oral para jornais, revistas e livros acadêmicos. Destacam-se os

⁵ DINES, Alberto. *Os Idos de Março e a queda em abril*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1964.

⁶ DINES, Alberto. *O Papel do jornal: uma releitura*. 4ª ed. São Paulo: Sumus, 1986.

⁷ DINES, Alberto. *E porque não Eu?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

⁸ DINES, Alberto. *Morte no Paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

depoimentos nos livros “*Eles mudaram a Imprensa (CPDOC-FGV)*”,⁹ “*Fragmentos de Memórias*”.¹⁰

Importantes também são os textos escritos no calor do debate com outros intelectuais, principalmente acerca dos temas golpe e ditadura civil-militar. Dois exemplos foram os debates com o jornalista Juremir Machado Silva no relançamento em 2015 do livro “*1964 Golpe midiático-civil-militar*”¹¹ de autoria deste. Também registramos resposta de Alberto Dines ao historiador João Amado quando da publicação do artigo “*Os jornalistas e o golpe de 1964*” publicado no site Observatório da Imprensa em 2007.¹² Ainda assim, estamos nos defrontando com uma produção memorialística mais recente sobre Alberto Dines, também feita por intelectuais. Trata-se de homenagens em forma de livros e artigos, que relembram sua trajetória. Um exemplo é o livro “*Ensaaios em Homenagem a Alberto Dines (2017)*”.¹³

2. Caminho formativo de Alberto Dines

Seus pais vieram da Polônia para o Brasil por volta de 1927 tentando melhores condições de vida fora da Europa, ainda devastada pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial. E, posteriormente, com a

⁹ ABREU, Alzira. *Eles Mudaram a Imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

¹⁰ MIGLGRAM, Avrahm (org). *Fragmentos de Memórias*. Rio de Janeiro: Imago, 2010.

¹¹ SILVA, Juremir Machado. *1964 Golpe Midiático-Civil-Militar*. 6ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

¹² Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/os-jornalistas-e-o-golpe-de-1964/>. Acessado em 14 de janeiro de 2020. João Amado também é autor da dissertação de mestrado intitulada “*Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: Os idos de março e a queda em abril a primeira narrativa do golpe de 1964*”.

¹³ MIGLGRAM, Avrahm. KOIFMAN, Fabio (orgs). *Ensaaios em homenagem a Alberto Dines*. Jornalismo/Historia/Literatura. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2017.

ascensão do nazismo, teve muitos familiares por parte de pai e de mãe que foram assassinados durante a Segunda Guerra Mundial pela perseguição empreendida aos judeus.

Aos 15 anos passou a fazer parte da Juventude Socialista Sionista¹⁴, pelo grupo Dror do Rio de Janeiro. O nome Dror é em alusão às andorinhas e significa “pássaros da liberdade”. Movimento “político-educativo”, composto por jovens de classe média que “acreditava na capacidade revolucionária juvenil”, o Dror, segundo Carla Bassanezi Pinsky(1999) era “um grupo misto de intensa convivência” gerido por rapazes e moças “num contexto social em que o poder hegemônico está na mão de gerações mais velhas ciosas de manterem sob controle a juventude”. Também era:

[...] *socialista* (numa sociedade capitalista), *judeu* (num meio predominantemente cristão), *sionista e kibutziano* (num tempo celebrado nacionalismo brasileiro e de possibilidade crescente criadas pelo desenvolvimento urbano), e, *ideologicamente sem discriminação sexual* (numa sociedade com marcadas distinções e desigualdades de gênero). (PINSKY, 1999, p.5)

Ficou no Dror até os 18 anos. Segundo o próprio Alberto Dines, revendo suas memórias:

Aquele idealismo do pós-guerra e ainda não estragado pelo ceticismo e as dúvidas fomentadas pela Guerra Fria continha uma rebeldia não violenta, construtiva, queríamos

¹⁴Surgido na Europa central e oriental, reivindicava a autodeterminação do povo judeu, com a construção de um Estado no território onde era localizado o antigo Israel, o que ocorreu em 1948. Na atualidade o sionismo continua defendendo a manutenção do estado judeu. O Sionismo trabalhista ou socialista é uma vertente desse movimento que acreditava que o estado judeu só poderia ser criado como parte da luta de classes através do esforço da classe trabalhadora judaica estabelecendo-se na Palestina por meio das comunidades ou *kibutzim* e nas cidades.

mudar a sociedade a partir de nós mesmos. Pretendíamos construir um país-paradigma, *Eretz Israel*, onde materializaríamos um modelo de vida não burguês, íntegro, ético. Um país especial com gente especial. Dupla armadilha, impossível percebê-la. (DINES, 2010, p.89)

Embora tenha saído do Dror, continuou até o fim da vida como um defensor do movimento sionista. Acompanhou os desdobramentos desse movimento, cobrindo a "Guerra dos 6 dias" em 1967¹⁶.

E mesmo que há muito tempo já não fizesse parte de nenhuma organização de qualquer tipo e manifestasse criticidade em relação ao sionismo, foi um sionista até o final da vida. Ele manifesta isso em entrevistas concedidas a TV e em alguns dos seus escritos. Em síntese, sua posição aparece bem clara no texto “*Sou Sionista*” publicado no *Jornal do Brasil* em 08 de setembro de 2001:

Defender o sionismo não significa apoiar incondicionalmente o Estado de Israel. Sobretudo porque naquele país, a partir de 1977, a aliança da direita com a ortodoxia religiosa iniciou a lenta degradação de um projeto sonhado, concebido e montado para ser exemplo de democracia, secularismo e igualdade social.¹⁷

¹⁶ Também chamada de *Guerra árabe-israelense de 1967* ou ainda *Terceira Guerra Árabe-Israelense*, foi o conflito que envolveu Israel e os países árabes - Síria, Egito, Jordânia e Iraque apoiados pelo Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão. Ocorreu entre 5 e 10 de junho de 1967. Embora os israelenses tenham vencido o conflito, este representou a mais forte resposta dos países árabes à fundação do Estado de Israel. Com o avanço do estado israelense pelo território em detrimento dos palestinos, essa região é até hoje palco de violentos conflitos.

Em 1975, numa votação da ONU que teve inclusive o voto do Brasil, o sionismo foi considerado uma forma de racismo pela Resolução 3379. Em 1991 a Resolução 3379 foi revogada pela Resolução 4686.

¹⁷ Este mesmo texto encontra-se no site do movimento “Amigos Brasileiros do Paz Agora”, organização associada ao “Paz Agora”, mais antigo movimento pacifista de Israel. Disponível em: <http://www.pazagora.org/2001/09/sou-sionist/>. Ver também entrevista no Programa Roda Viva (TV Cultura) em 19 de março de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UbCo-ugid7I>

O trecho reflete uma questão humanista muito latente. Compreende-se que ser sionista para ele não significava apoiar irrestritamente o governo de Israel, mas defender o Estado de Israel, pelo seu significado para o povo judeu.

Alberto Dines está no rol dos grandes nomes do jornalismo brasileiro. Intelectual, pensador da imprensa, por sua formação ampla e sensibilidade em pensar os rumos desta e as implicações político-ideológicas que a permeia. Pertenceu a uma geração em que a maioria dos jornalistas não se formava exatamente nas faculdades, mas na experiência do trabalho, no compartilhamento com os pares e no autodidatismo. A esse respeito vale ressaltar que a primeira escola de jornalismo surgiu em finais da década de 40 do século XX¹⁹ e até hoje a formação universitária não é exigência para a atuação profissional.

O escritor Gabriel García Márquez, em suas memórias sobre a profissão na Colômbia, apresenta um paralelo afetivo e representativo do que era preciso para adentrar na “confraria” desta profissão:

[...] não havia nenhuma condição, a não ser o desejo de ser jornalista, mas até os filhos dos donos de jornais familiares_ que eram a maioria tinham que comprovar suas aptidões na prática. Um lema dizia tudo: o jornalismo se faz aprendendo.(...) A experiência havia demonstrado que tudo era fácil de aprender em cima da hora, para quem tivesse o sentido, a sensibilidade e o tutano do jornalista. (MÁRQUEZ, 2011, p.90-91)

Para Alberto Dines, essa sensibilidade veio por meio da paixão que tinha pelo cinema. Ele trabalhou como documentarista, assistente

¹⁹Ao que consta é a Cásper Líbero.

de direção no início dos anos 50 e queria ser cineasta²⁰. Ingressa na profissão aos 20 anos na revista *Visão* como repórter de assuntos culturais. Era o mais novo da revista e como relata “era inevitável aprender, porque havia gente experiente do lado”. (DINES, 2003, p.77) Mesmo se estabelecendo no jornalismo e deixando de lado a opção pelo cinema, ao longo de sua trajetória seguiu dando impulso ao chamado jornalismo cultural. Esse tema aparece nos seus escritos memorialísticos e durante sua atuação como jornalista.

Nas entrevistas das pessoas que trabalharam com ele, percebemos em comum a descrição de um espírito generoso, que compartilhava o seu conhecimento, portador de um faro jornalístico e memória incríveis, um humanista, um pensador do seu tempo e um visionário, sempre afeito à novos projetos. Para Emília Ferraz, que trabalhou com ele no programa *Observatório da Imprensa*:

[...] tem pensadores, mas o Dines, pra mim, tá na categoria de pensador, muito mais do que um jornalista brilhante. Ele é um pensador. E ele é um pensador da história do seu tempo. Ele foi. E ele conseguia enxergar aquele tempo além”.²⁴

No entanto, também sujeito às contradições e juntamente com essa característica de liderança na condução das inovações vinha o

²⁰ Antes havia sido crítico de cinema na revista *Cena Muda*. Vide artigo “O rapaz que sonhava em ser cineasta” de Francisco Uchoa. Disponível: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ed684-o-rapaz-que-sonhava-ser-cineasta/>.

²⁴Entrevista concedida à pesquisadora no dia 11 de fevereiro de 2019. Emília Ferraz foi diretora executiva do Programa Observatório da Imprensa durante muitos anos até o encerramento em 2016. A entrevista foi realizada na sede da TV Brasil no Rio de Janeiro, quando a entrevistada nos recebeu numa pausa da sua rotina de trabalho corrida.

temperamento forte, tido muitas vezes como “brigão”, o que lhe rendeu “desafetos” ao longo da vida.

Podemos dizer, em síntese, que de todas as suas contribuições ao jornalismo brasileiro, a maior tenha sido a "inauguração da crítica de mídia" ou como outros preferem a “*mediacriticism*”. Ou seja, a possibilidade de que a imprensa pudesse refletir criticamente sobre sua prática. Esse trabalho contribuiu para o surgimento da figura do *Ombudsman*²⁵ na imprensa brasileira. O primeiro jornal a ter esse cargo foi a Folha de São Paulo em 1989 e o mantém até hoje. Respondendo à questão “por que uma empresa jornalística deve manter um ombudsman em seus quadros, com os decorrentes custos financeiros, para ser fustigada, exposta e criticada?”, a jornalista Paula Cesarino Costa adverte que “A sobrevivência dos jornais na era da hiperinformação não permitirá que renunciem a precisão, equidade, transparência e ética. Sendo assim, os *ombudsmans* não são parte do problema da sobrevivência dos jornais. São parte da solução”.²⁷

Dito isto, na trajetória de Alberto Dines, elencamos momentos importantes, ligados a quatro veículos específicos aos quais imprime-se uma memória "forte", que o legitimam como intelectual do jornalismo. Entre os dois primeiros estão o trabalho como editor-chefe

²⁵ O cargo de *Ombudsman* corresponde ao de mediador, ouvidor e, portanto, um auxiliar importante na resolução de conflitos entre uma instituição, seja ela pública ou privada, e o público ao qual atende. Ele acolhe e apura denúncias ou reclamações de toda ordem. O termo deriva do sueco designando “aquele que representa”. Nos órgãos de imprensa esse cargo foi criado em 1967 nos EUA por uma empresa jornalística e depois implantado pelo Washington Post em 1970 e em seguida por outros grandes jornais.

²⁷ Paula Cesarino Costa era Ombudsman da Folha de São Paulo 2017. Vide texto intitulado “De que vale a função de ombudsman?” publicado no site do Observatório da Imprensa. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/edicao-brasileira-da-columbia-journalism-review/de-que-vale-funcao-de-ombudsman/>

do Jornal do Brasil (1962-1973), e na Folha de São Paulo(1975-1980), onde cria a coluna Jornal dos Jornais(1975-1977).

Os outros dois momentos se referem à criação do veículo digital Observatório da Imprensa (1996) e do programa televisivo Observatório da Imprensa (1998 -2016) na TV Cultura e depois TV Brasil, do qual ele também foi apresentador. Além da abertura para o debate e a crítica da imprensa, a TV Brasil é também espaço para a narrativa memorialística sobre o passado dela, inclusive no período da ditadura.

Uma carreira longa como a de Alberto Dines foi recontada por ele diversas vezes, por meio dos seus escritos, livros, artigos, entrevistas em meios distintos. Mas também foi narrada por outros: jornalistas, pesquisadores de área de comunicação, historiadores e por seus críticos. Até aqui tentamos demonstrar o nosso esforço inicial para recompor o percurso desse intelectual. Passemos agora ao comentário sobre a série.

3. Os demais intelectuais, testemunhos em *Chumbo Quente*

A narração da série é feita por Alberto Dines e tudo indica que boa parte das entrevistas também foram dirigidas por ele. A narração é simultânea com a apresentação de documentos, vídeos da época, fotografias diversas, todos em preto e branco e em alguns momentos em que Dines aparece em algumas poucas tomadas externas ou em estúdio realizando entrevistas. A narração também é intercalada com os depoimentos, dos diversos personagens que viveram esse momento,

em tomada externa ou em estúdio. Alguns aparecem em todos os episódios e outros somente em um ou outro dependendo do assunto tratado.

Em *Chumbo Quente* são entrevistados por volta 29 jornalistas (contando com o apresentador), 5 historiadores, 2 cientistas políticos, 2 escritores, 1 militar e 2 parentes de desaparecidos durante o período da ditadura civil-militar. Perfazemos essa quantidade, considerando a sua identificação nos episódios.

Os jornalistas são: Alberto Dines, Ferreira Gullar, Carlos Heitor Cony, Wilson Figueredo, Pinheiro Junior, Fuad Atala, Marco Coelho da Graça, Milton Temer, Ana Arruda Callado, José Maria Mayrink, Helio Fernandes, Carlos Chagas, Giles Lapouge; Mario Magalhães; Fernando Gabeira, Carlos March, Bernardo Kucinsky, Chico Otávio, Cid Benjamin, Tereza Chuvinel, Afonso Romano, Sérgio Cabral, Leonencio Batista, Roberto Müller, Leneide Duarte, Audália Dantas. Entre os *historiadores* estão Daniel Arão Reis, Carlos Fico, Alzira Abreu, James Green e Moniz Bandeira. A cientista política Maria Celina D'Araújo e Yara Gouvêia (assessora política). Lygia Maria Jobim e Maria Hildegard Angel são entrevistadas como parentes de desaparecidos. Por fim, temos o ex-militar Claudio Guerra e o escritor Marco Antônio Coelho. Como já mencionado, alguns deles já são falecidos.²⁸

²⁸É o caso, de Ferreira Goulart (falecido em 2016), Carlos Heitor Cony (2018), Carlos Chagas (2017), Muniz Bandeira (2017), FuadAtala (2019), Marco Antônio Tavares Coelho (2015) e lógico o próprio Alberto Dines (2018).

Analisando a trajetória dos mesmos, uma grande parte encontra-se entre um, dois ou até mais papéis: jornalistas e escritores, jornalistas e ex-guerrilheiros, jornalistas que são parentes de desaparecidos, historiadores e ex-guerrilheiros, militares e escritores, escritores e políticos. Mas todos eram intelectuais contemporâneos aos fatos. Neste momento estamos compondo um mapeamento das obras produzidas por eles.

Ainda, há que se considerar os “intelectuais” que prestam o seu testemunho na série o fazem como forma de de desnudar um passado traumático. Por sinal, para Giorgio Agamben (2008) o testemunho constituir-se como um poder único, portanto é: visto como

(...) uma potência que adquire realidade mediante uma impotência de dizer e uma impossibilidade que adquire existência mediante uma possibilidade de falar. Os dois movimentos não podem nem identificar-se em um sujeito ou em uma consciência, nem sequer separar-se em duas substâncias incomunicáveis. Esta indivisível intimidade é o testemunho. (AGAMBEN, 2008, p.147)

Desse modo, em *Chumbo quente* vemos problematizada a relação da história e do jornalismo, o efeito de verdade, por meio dos testemunhos, jornalistas, militares, parentes das vítimas, cientistas políticos. Também o seu apresentador, o jornalista Alberto Dines como sujeito, de modo que sua participação na série revela a atualização de sua memória de resistência ao regime.

Considerações finais

Buscamos aqui apresentar, em linhas gerais, os intelectuais que compõem a narrativa de Chumbo Quente, a começar pelo seu idealizador e apresentador, o jornalista Alberto Dines. Seus testemunhos conferem legitimidade para problematizar um passado ainda recente na nossa história, no sentido de que esse passado não seja esquecido.

Por sua vez, esses testemunhos compõem uma memória pública, audiovisual que busca contar a história da imprensa no Brasil no período que vai do golpe de 1964 até 1985. Também se articula a tantas outras produções visuais feitas no contexto dos 50 anos do golpe. Como tal, suscita debates e requer um olhar interessado, atento para a relação entre a história e as memórias produzidas nesse contexto tão sensível e permeado por embates.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

DINES, Alberto. Depoimento. In: ABREU, Alzira. *Eles Mudaram a Imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. O Contrato das Andorinhas. In: MIGLGRAM, Avrahm (Org). *Fragmentos de Memórias*. Rio de Janeiro: Imago, 2010.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *Jornalismo: O melhor ofício do mundo*. In: *Eu não vim fazer um discurso*. Trad. Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2011.

PEREIRA, Fábio Henrique. *As transformações do mundo dos jornalistas: a consolidação de novos valores profissionais a partir dos anos 1950*. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, UMESP (Universidade Metodista de São Paulo), 2008.p.1-12. Disponível em: <<http://sbpjour.org.br/admjor/arquivos/individual38fabiopereira.pdf>>. Consultado em julho de 2019.

PINSKY, Carla Sílvia B.B. *Pássaros da Liberdade. Jovens Judeus Socialistas Sionistas: rapazes e moças do movimento Dror (1945-1960)*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado. 1999.

SCHMIDT, Benito Bisso. Intelectuais e poder: algumas considerações historiográficas e um exemplo de pesquisa. In: COELHO, E.; PENELU, L. (Org). *Lutas Sociais, Intelectuais e Poder*. UEFS Editora. Feira de Santana, 2012. p.227-241.

SIRINELI, Jean François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

O Estupro de Homens em Alien: Metáfora de Estupro Masculino e Violências de Gênero na Franquia Alien (1979 – 1992)

Savio Queiroz Lima¹

Professor Substituto da Universidade Federal da Bahia

Introdução

Cabe ao pesquisador entender a importância da abordagem às fontes úteis para a História com o intento de auxiliar resoluções de problemáticas da contemporaneidade. Desde que as amarras estruturantes da cientificação da História foram rompidas, ampliando os horizontes analíticos e permitindo o inquirir de diversas fontes, o entretenimento ficcional entrou na lista de fontes possíveis. Mais do que eleições de novas tipologias de fontes, o potencial exponenciado de abordagens historiográficas aventura-se nas explorações dos campos da ficção.

A relação entre História e Ficção é um ponto pertinente na compreensão das fontes aqui eleitas e dos questionamentos a elas produzidos. Uma longa estrada temporal de aplicações e arguições da História sobre as fontes audiovisuais com a sofisticação da crítica documental. (NAPOLITANO, 2019, p.

¹ Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira (Univero), trabalha com narrativas ficcionais e história, através de fontes diversas, como histórias em quadrinhos, séries e cinema. savio_roz@yahoo.com.br.

266) A ficção, já destituída de uma interpretação empobrecida de inverdade ou ilusão, transfigura-se enquanto manancial de vestígios subjetivos do passado (PESAVENTO, 2003).

Alien é uma franquía cinematográfica que, apesar da aparente simplicidade narrativa, está permeada de ideias que envolvem violências e performances de gênero. Cada peça de seu complexo quebra-cabeça oferece um amplo espaço de debate, sendo possível compreender a sua trajetória contextualizada com o cenário crítico que envolve o debate feminista e seus processos de acusação e combate à violência de gênero em suas diversas camadas. A investigação seguinte faz uma jornada analítica das três obras primeiras, com destaque ao primeiro e ao terceiro filmes.

A representação de gênero e sexualidade, na franquía *Alien*, perpassa o sentido de suspense da proposta narrativa através da concepção de violência. Pontualmente, “a violência sexual é uma ação competente; ela é, em geral, propositada e tem como objetivo a manutenção da supremacia masculina” (CONNELL, 1995, p. 188), bem longe de ser meramente uma razão sexual (do desejo) ou uma irracionalidade (do desejo). O estupro, signo máximo dessa violência, dentro da ficção de *Alien*, por metáfora e inversão, perde seu caráter hierárquico de superioridade patriarcal, convertendo insolitamente de um construto extraterreno à vitimização dos homens.

A ficção de monstruosas criaturas assassinas do espaço é uma colcha de retalhos de condicionantes identitários de gênero, de performances e vivências². Se o fazem em aparente alegoria, são sintomas de uma realidade não menos desconcertante, que sintonizam com um horror cotidiano. Homens e mulheres da realidade expressam seus medos e suas críticas através de sinistra figura de esmaltado preto quitinoso, entre insetos e genitálias, na interseção do grotesco entre os filmes *Alien: O Oitavo Passageiro* e *Alien3: O Resgate*, respectivamente 1979 e 1992.

“No Espaço, Ninguém Pode Ouvir Você Gritar”

Assumidamente, para muitas pessoas, o filme *Alien* (1979) é uma narrativa incômoda tanto pelo clima construído quanto pela criatura que o habita. Tendo por ponto de partida o epicentro a conexão entre Ficção Científica e Terror, com elementos que foram construídos para emular uma violência sexual com os homens como iniciais atores e atingidos na inversão da ficção (LIMA, 2019a, p. 238). O debate historiográfico sobre a produção fílmica enriquece os saberes sobre as imagens e imaginários do passado.

² A ficção faz uso das compreensões sociais de performance e comportamento dos sexos biológicos atribuídos nos seus contextos de realidade. Deste modo, ainda que com suas singularidades, o conceito de Gênero em Joan SCOTT (1995, p. 172), e seu caráter social, e o conceito de Gênero em Judith BUTLER (2019, p. 25-28), como essencialização dos corpos e seu condicionamento performático, dialogam com as narrativas ficcionais aqui elencadas. Atribuídos os gêneros masculino e feminino, através do binômio interpretativo, cada narrativa ficcional faz suas confirmações nas atuações e nos discursos nos espectros identitários. As naturalizações entre produtores e telespectadores ocorrem nas vivências estabelecidas entre o real e a ficção.

A historiografia contemporânea tem nessa tipologia de fonte, atualmente, uma segurança maior e uma aplicabilidade mais estruturada. Se a forma, o suporte cinema, já se consagra pertinente nos estudos históricos através de suas manifestações (NAPOLITANO, 2019), o seu conteúdo, a Ficção, pontualmente a Ficção Científica, “escapa do domínio do fantasioso ou do improvável para situar-se na temporalidade da escritura, esclarecendo sobre as angústias e temores, os sonhos e desejos que animavam as expectativas dos homens de uma certa época”. (PESAVENTO, 2003, p. 40)

Para entender o nascedouro da concepção de violência e comportamento de gênero em *Alien*, convém entender os contextos de sua fecundação tanto no que diz respeito ao Cinema *na* História quanto o de História *no* Cinema e o de História *do* Cinema. (NAPOLITANO, 2019, p. 240-241) O exercício se mostra eficiente quando os elementos intrínsecos da franquia foram frutos de uma historicidade própria, convergindo no filme de 1979 e deste ampliando enquanto produto de entretenimento da Indústria Cultural.

Temos uma trilha de eventos que costumam as intenções de feitura do filme *Alien*, e o tempo que durou permitiu ampliações temáticas. Em 1974, sob direção de John Carpenter, um filme que amalgamou Ficção Científica e Comédia, *Dark Star*, acabou por servir de inspiração para a idealização de *Alien*, fazendo a devida troca do clima narrativo da comédia para o terror. É possível

encontrar a união entre elementos góticos, clima *noir* e traços de Simbolismo (AZIZ, 2012, p. 150) em sintonia com o gênero terror. Terror já experimentado pelo próprio suporte, com filmes como *The Thing from Another World* (1951)³, *Forbidden Planet* (1956)⁴ e *Terrore nello Spazio* (1965)⁵. Novelas também surgem como inspiradoras para os caminhos que *Alien* seguiu: o conto *Junkyard* de Clifford D. Simak⁶; histórias curtas em *Strange Relations*, de Philip José Farmer⁷.

Essa foi a base constitutiva para que o roteirista Dan O'Bannon transitasse no mundo das produtoras. Juntamente com Ronald Shusett, O'Bannon escreveu o roteiro chamado *Star Beast*, que sofreu alterações diversas, alguns acréscimos positivos e outros que foram descartados.⁸ Atrasos ocorreram com a possibilidade de O'Bannon trabalhar nas filmagens de uma adaptação de *Dune*⁹ que não se concluiu. O projeto com novo

³ Dirigido por Howard Hawks e Christian Nyby, o filme saiu no Brasil com o título de *O Monstro do Ártico*. Foi produzido um *remake* em 1982, dirigido por John Carpenter, traduzido seu título no Brasil para *O Enigma do Outro Mundo*.

⁴ Saiu no Brasil com o título *Planeta Proibido*, dirigido por Fred McLeod Wilcox. Narra a chegada humana num fictício planeta de nome Altair IV, habitado por criaturas de nome Krell.

⁵ Mario Bava dirigiu essa produção de terror e ficção que ficou conhecida no Brasil com o título *O Planeta dos Vampiros*. A narrativa apresenta o planeta Aura, onde tripulações de cosmonautas entram em conflitos entre si, estimulados pelos habitantes alienígenas que se nutrem de sangue.

⁶ O conto está localizado no livro estilo *pulp fiction* de título *Galaxy Science Fiction*, de maio de 1951.

⁷ A coletânea é datada de 1960, fazendo parte do material de temática sexual do autor, envolvendo gestações interespecíes e temas de processos reprodutivos assombrosos.

⁸ O documentário *The Beast Within – Making Alien*, parte integrante enquanto material bônus da coletânea de DVD-BlueRay *Alien Anthology*, de 2010, trazem entrevistas com os discursos e memórias dos envolvidos, sendo utilíssimo para esta pesquisa.

⁹ Romance de Ficção Científica escrito por Frank Herbert e com primeira publicação data em 1965, no Brasil é chamado *Duna*. O escritor e diretor chileno Alejandro Jodorowsky, fazendo parte de um consórcio europeu, obteve os direitos de produção e convidou Dan O'Bannon para os efeitos especiais, pelo seu trabalho em *Dark Star*. O projeto não foi concluído, mas a

nome, *Alien*, ganhou a atenção da 20th Century Fox depois do sucesso, em 1977, de *Star Wars*.¹⁰

Com todos os trâmites efetivados, chegou o momento de produzir o filme, fazer o alien saltar do zigoto textual para o frontispício do cinema. O diretor Ridley Scott, após seu sucesso com *The Duellists*,¹¹ em 1977, foi escalado para chefiar a obra, com a arte de Hans Ruedi Giger, que garantiu toda a estética grotesca sexual da criatura¹², e o realismo tecnológico espacial visual de Christopher Foss, fornecendo sua ambientação. Acompanhando a ficção, a nave-cargueiro *Nostromo*¹³, a serviço da megaempresa Weyland-Yutani, teve seu trajeto de retorno à terra interrompido por um sinal incógnito, forçando sua tripulação, esses “caminhoneiros do espaço”,¹⁴ ir conferir sua emissão no planeta LV-426¹⁵ no ano de 2122.

O *thriller* se segue com a infecção de um tripulante, levado para a nave, gerando uma criatura exógena que assassina um a

experiência, mesmo frustrada, apresentou os artistas Moebius (*aka* Jean Giraud) Christopher Foss e Hans Ruedi Giger, importantes para o filme *Alien*.

¹⁰ Dirigido por George Lucas, o filme segue uma estrutura *Space Opera*, bastante distante da pretensão de *Alien*, mas que garantiu o investimento da produtora.

¹¹ No Brasil, *Os Duelistas*.

¹² Diretamente inspirada na obra *Necronom IV*, de 1975, presente na publicação-catálogo de título *Necronomicon*.

¹³ Seu nome é inspiração do livro *Nostromo: A Tale of Seaboard*, de 1904, escrito pelo inglês Joseph Conrad. A imensa nave-cargueiro é o cenário de toda a trama, sendo fruto da imaginação artística de Christopher Foss e Ron Cobb. Anexada à nave-cargueiro está a pequena nave salva-vidas chamada *Narcissus*, inspirada, também, em uma obra de Joseph Conrad de título *The Nigger of the “Narcissus”*: *A Tale of the Sea*, publicada em 1897.

¹⁴ A dinâmica de trabalhadores de cargas, em longas viagens distante de familiares e amigos, se apresenta com eficiente naturalização, principalmente nas cenas que envolvem elementos contratuais e valores extra, especialmente nas posturas de dois personagens, o engenheiro técnico Samuel Brett e Dennis Parker, interpretados respectivamente pelos atores Harry Dean Stanton e Yaphet Kotto.

¹⁵ Nomeado, na verdade, no segundo filme, *Aliens*, de 1986, sob direção de James Cameron.

um, até ser confrontado e vencido. O monstro¹⁶ está segmentado em fases de vida, surgindo ovo de onde uma criatura aracnídea salta e se prende no rosto do hospedeiro que vai gerar; depois de um tempo, tem seu peito rompido por um animal que cresce em tamanho e violência. As decisões dos personagens colocam a todos em risco, exigindo o crescimento da protagonista, a tenente Ellen Ripley.¹⁷

Da concepção original, de inúmeros rascunhos, ao trabalho de Giger, houve modificações. O ovo ganhou traços sexuais, uma abertura superior como uma vagina em excitação, movendo-se com “som visceral”¹⁸ e lubrificado com fluidos. Em seu interior, uterino¹⁹, acessível por uma semitransparência, está o inoculador, a criatura aracnídea que simula mãos humanas,²⁰ chamada *facehugger*, em postura agressiva de segurar a região da boca por onde insere ente parasitário através de palmas semelhantes a uma vagina humana. O conjunto metafórico da abominação alienígena reúne signos de violência sexual invertendo algumas representações, de onde um ovo prenhe sufoca com mãos

¹⁶ Interpretado pelo designer gráfico e ator Bolaji Badejo. Sua estatura, de aproximadamente 2 metros, foi o que lhe fez ser escolhido diante de atores mais consagrados e jogadores de basquete que foram descartados. Seus oportunos membros longos lhe destacaram num Pub inglês em Londres, sendo cooptado pelo agente de elenco Peter Ardrum, e logo estava vestindo o monstro e recebendo aulas de performance e mímica artística, de acordo com matéria da rede de notícias CNN (PAGE, 2016). Faleceu de doença falciforme em 1992.

¹⁷ Interpretada pela atriz iniciante, mas não menos competente, Sigourney Weaver.

¹⁸ Nas palavras do próprio Ridley Scott ao documentário *The Beast Within – Making Alien*.

¹⁹ Assumidamente feito de partes do estômago de bovino, um tecido chamado “*nottingham lace*”, uma espécie de renda de gordura, correspondente ao omento.

²⁰ Na fala do designer, Giger, “algo com mãos humanas é sempre assustador”, no documentário supracitado. Giger fez as “mãos” frontais, mas O’ Bannon sugeriu os dedos laterais, como duas mãos segurando o rosto com epicentro na boca.

saltantes e engravida um membro masculino da tripulação da Nostromo.

Há uma trilha reconhecível de violência sexual, inserida em um contexto de representação ficcional fílmica pelo grotesco. Na lógica sexista de uma cultura de estupro, “o ato sexual é uma ‘possessão’ do feminino pelo masculino, e não o contrário” (NAHOUM-GRAPPE, 2004, p. 22), fazendo com que sua inversão seja um exercício de confronto de uma ordem estabelecida. Confronta, deste modo, a ideia de que:

[...] o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação. (BOURDIEU, 2012, p. 31)

A violência natural do animal extraterrestre, enquanto alegoria, adentra o mundo humano transitando de um parasitismo agressivo para uma representação de estupro.

Percebe-se uma disputa metafórica de poder nas transgressões da dominação dentro do espaço simbólico. A violência sexual contra a mulher é uma expressão sensível da cosmologia sexualizada androcêntrica, mantida através de um conjunto de estruturas em contínua manutenção. Ao alienar o agente do estupro e se inverter o lugar de gênero da vítima, as dinâmicas de poder, que permitem uma relação social de

dominação masculina sobre o feminino, são expostas na negação, por sua assimetria inerente. (BOURDIEU, 2012, p. 29)

Essa assimetria se encontra em *Alien* nos condicionantes representativos que definem sua protagonista. No roteiro original o protagonismo seria masculino, um personagem de nome Martin Roby, na confirmação de Ronald Shusett: “escrevemos para serem todos homens”. Mas, caso fosse intenção comercial, mudariam o sexo, em suas palavras, “se quisermos abranger um público maior”, arriscando colocar uma mulher como protagonista em um filme de terror espacial. A atriz Sigourney Weaver confirma em entrevista a mudança de gênero (AZIZ, 2012, p. 150). Desde seu ápice no ano de 1975, a malha de movimentos feministas ampliou suas influências (LIMA, 2019b, p. 171) e não é incomum que seus debates alcançassem a ficção e o entretenimento. Assim, “Essa crítica tende a se concentrar na representação de mulheres na ficção científica”²¹.

Os embates de Ripley não se limitam ao peso do protagonismo diante da narrativa ameaçadora. A nítida evolução da personagem está desde a conquista do respeito dos colegas, principalmente homens, que desconsideram suas opiniões e suas decisões. Aguerriada na norma protetiva da quarentena, contrariada, assiste à nave ser tomada pelo drama desconhecido. A violência (sexual) que tomou o primeiro homem, o oficial

²¹ Tradução própria do trecho: “Such criticism has tended to focus on the depiction of women within science fiction” (JOHNSTON, 2013, p. 31).

executivo Kane²², sufocado, sem poder gritar e engravidado pelo indesejado parasita, seguiu aos outros membros da tripulação da *Nostromo*, diante dos olhos assombrados de Ripley, principalmente quando suas estratégias eram ignoradas. Subalternizada não pela patente, mas por uma interpretação de vocação feminina à secundária posição (BOURDIEU, 2012, p. 72-73), por ela negada, mas aceita pela segunda mulher no grupo, a navegadora Joan Lambert²³.

No final do primeiro filme, uma controversa cena em que a personagem Ripley, apossada protagonista, despe-se aos olhos dos telespectadores. A atriz Sigourney Weaver, em entrevistas, falou do quanto o diretor buscou uma equidade de gênero nas representações das personagens, evitando penteados, maquiagens, até mesmo suas roupas buscavam uma ambivalência. (ANSPACH, 2001, p. 34) A cena de seminudez²⁴ gratuita, como relata Weaver, objetivou ser um exercício de alteridade, colocando o telespectador vislumbrando com os olhos do alienígena (AZIZ, 2012, p. 150). Sem vestes andróginas, Ripley expõe-se mulher, unindo o desejo erógeno do olhar e a perversão do intento assassino, para uma audiência manipulada a vestir-se como assediadores e abusadores que não se sentem estupradores.

Metáfora sugerida, mas não assumida, sua leitura pode ser apenas da disritmia narrativa diante do resto do filme, sem os

²² Interpretado pelo ator inglês John Hurt.

²³ Interpretada pela atriz inglesa Veronica Cartwright.

²⁴ Originalmente seria uma cena com a personagem completamente desnuda, equiparada com a nudez do monstro, mas foi descartada.

dados acima. O diretor James Cameron²⁵, fazendo tal interpretação, considerou que a cena destoante passou dos limites da exploração sexual da mulher, atuando com certo moralismo quanto também fez críticas à diretora Patty Jenkins por *Mulher Maravilha*, também considerada por ele como uma objetificação, recebendo da mesma diretora a resposta: “embora seja um grande cineasta, ele não é uma mulher”.²⁶ Justamente James Cameron é diretor da continuação, *Aliens* (1986), e roteirista, junto com Walter Hill e David Giler.

A narrativa, sob nova direção, prioriza a ação e a dramaticidade aventuresca, ainda que mantenha elementos de *thriller*. Na trama, Ripley é resgatada 57 anos depois do incidente com o alienígena xenomorfo²⁷, e o planeta LV-246 está em processo de terraformação²⁸ pela empresa Weyland-Yutani.²⁹ Com seres humanos habitando o planeta onde Ripley e a tripulação da *Nostromo* encontraram as entidades alienígenas (os ovos), é decidida uma ação de resgate com a protagonista como consultora atuante. Ripley tem pesadelos frutos do trauma que

²⁵ Dirigiu o filme *Terminator* (1984) e escreveu, junto com Sylvester Stallone e Kevin Jarre, o roteiro de *Rambo: First Blood – Part II* (1985), projetando seu nome ao estúdio na continuação da recém franquía de *Alien*.

²⁶ Resposta da diretora em seu perfil no Twitter em 25 de agosto de 2017, acessível no link: <https://twitter.com/PattyJenks/status/900917648015405062/photo/1>.

²⁷ Nome por onde a criatura ficou conhecida na franquía e no universo expandido em livros, séries de quadrinhos e jogos eletrônicos.

²⁸ Concepção bastante usual na Ficção Científica que compreender transformar materialmente o terreno, o clima, geografia e atmosfera de um planeta para que se adeque e aproxime das condições físicas do planeta terra e possa ser ocupado por seres humanos.

²⁹ Com o slogan: *Weyland-Yutani corp: Building Better Worlds* (“construindo mundos melhores”, na tradição literal).

acabam incentivando-a a confrontar uma possível praga das criaturas inseto-genitais.

Algumas questões se mostram bastante singulares na apropriação dos elementos do primeiro filme e sua devida adaptação às novas leituras. Numa cena curta, quase imperceptível, enquanto Ripley é inquirida, numa tela digital são apresentadas as fichas da tripulação da *Nostromo*, e é possível ler sobre a Lambert: “O sujeito é Despin Convert de nascimento (homem para mulher). Até então, nenhuma indicação de traumas reprimidos relacionados à alteração de gênero”.³⁰ Porém, ainda é valorizado um conjunto de valores de essências de gênero, como o enaltecimento da família normativa e da maternidade, quando a perda de Ripley, sua filha³¹ morre aos 66 anos, espelhando e adotando Rebecca Jorden (apelidada de Newt)³² durante a missão. A tecnologia interpretativa da transexualidade/transgeneridade enquanto sentimento de identidade (BENTO, 2006, p. 44) e a essencialização da maternidade enquanto cultuada potência (PERROT, 2020, p. 191) marcam o filme *Aliens*.

Se o primeiro filme não faz insinuações ou encontros sexuais, o segundo exagera nas dinâmicas representadas pelos fuzileiros que acompanham a protagonista. (ANSPACH, 2001, p.

³⁰ Tradução própria da fala: “Subject is Despin Convert at birth (male to female). So far no indication of suppressed traumas related to gender alteration”. O conceito de “Despin Convert” não é explicado, se trata-se de uma classificação ou se é um procedimento.

³¹ Interpretada pela atriz britânica Elizabeth Inglis, mãe da atriz Sigourney Weaver.

³² Interpretada pela atriz estadunidense Carrie Henn, então com 10 anos de idade. O tratamento com a tão jovem atriz foi imensamente cuidadoso, já que se trata de um filme com doses de horror e violência. Em 2003, no documentário *Superior Firepower: The Making of Aliens*, dirigido por Charles de Lauzirika, a atriz **descreve** em sua fala todo o processo.

55) Não mais os “caminhoneiros do espaço”, agora uma equipe militar: “Esses Fuzileiros Coloniais são ‘hombres’ muito durões”³³. Charutos, bravatas, demonstrações comportamentais de vigor e virilidade, mesmo as mulheres. Em dada conversação, o soldado Hudson³⁴ pergunta para a personagem soldado Vasquez³⁵, masculinizada, em competição de exercício em barra fixa horizontal: “Hey, Vasquez! Você já foi confundida com um homem?”³⁶. Acrescenta piadas sexuais, subalternizando mulheres e suas sexualidades, em um grupo de mais de dez pessoas. Ao som de marchas militares e demonstrações de manuseio de armas, são figuras quase caricatas do retorno da masculinidade tóxica performática de uma cultura paramilitar (CONNELL, 2005, p. 84) ressentida, mas atualizada e valorizada no governo do presidente Ronald Reagan. (JOHNSTON, 2013, p. 98)

O segundo filme, *Aliens*, faz uso dos elementos característicos da franquia, mas segue outra estrutura. Apesar das críticas que Cameron tenha feito às representações femininas em outras produções,³⁷ a narrativa de *Aliens* arrisca-se menos a debater sobre gênero e violência e prioriza signos de feminilidades pertencentes às expectativas mais conservadoras.

³³ Tradução própria do trecho: “These Colonial Marines are very tough hombres”.

³⁴ Interpretado pelo ator estadunidense Bill Paxton.

³⁵ Interpretada pela atriz estadunidense Jenette Goldstein.

³⁶ Tradução própria da fala: “Hey, Vasquez! Have you ever been mistaken for a man?”.

³⁷ Como foi o caso mais recente onde o diretor acusou o filme *Mulher Maravilha*, de 2017, de retrocesso, apontando a protagonista, com atuação de Gal Gadot e direção de Patty Jenkins, como ícone objetificado, causando reação enérgica da diretora, comentando em rede social da incompreensão do direto por não ser uma mulher. Disponível em: <https://www.theguardian.com/film/2017/sep/27/james-cameron-defends-wonder-woman-criticism>.

As mulheres ganham respeito ao se prostrarem viris, no uso de armas, instrumentos e veículos tidos por masculinos. A violência perde sua representação sexual e torna-se banal, meramente sanguinolenta, com os alienígenas atuando como insetos espaciais. Seu desfecho é uma batalha entre mães, exponenciando a virilidade emulada com a natureza materna, na concepção de destino social enquanto convenção de dispositivo histórico (FOUCAULT, 2003, p. 246) do gênero feminino e seu instinto materno. (BADINTER, 1985, p. 144)

Há uma evidente ruptura entre os filmes e o terceiro longa-metragem deixa isso explícito do roteiro à produção. O terceiro filme, *Alien*³ (1992), dirigido por David Fincher, buscou reaproximar a franquia ao conceito de *thriller* psicológico do primeiro filme, afastando-se da atmosfera de ação superficial em *Aliens*. Fincher é axiomático em tal oposição, nos primeiros segundos de filme, mostrando todos os elementos basilares da franquia, como o ovo e o *facehugger*, além de anular o otimismo do filme anterior matando o Cabo Hicks e a pequena Newt. A pré-produção, entre o final dos anos de 1980 e início de 1990, sofreu diversas mudanças, da direção ao roteiro³⁸, com muitas mentes e mãos, iniciando as filmagens sem um roteiro coeso e com visíveis pressões do estúdio, o que pode ser visto no documentário

³⁸ Chegou a ter um roteiro com intento de propaganda ideológica anticomunista, escrito pelo ficcionalista William Gibson, carregado de interpretações reducionistas e bastante distante da franquia. Acessível em:
http://www.williamgibsonbooks.com/blog/2003_09_01_archive.asp#106243398206019606.

Wreckage and Rage: The Making 'Alien',³⁹ sob direção de Charles de Lauzirika⁴⁰.

Mesmo com toda dificuldade, o enredo do terceiro faz usos de metáforas e alegorias diversas para falar sobre gênero e sexualidade. Devido às interferências das criaturas alienígenas, a nave resgate de Ripley cai no planeta Fiorina “Fury” 161, uma refinaria de minério e prisão privada da Weyland-Yutani de trabalho correcional para pessoas com Duplo-Cromossomos Y⁴¹, onde estão custodiados 25 criminosos. Clima gótico, retorno ao formato *Thriller*, com contraste visível entre um futuro humano tecnológico com bois e vestes quase monasteriais medievais. Penitentes e condenados, são homens de religiosidade exagerada, do tipo “fundamentalista cristã”⁴² sob voto de castidade, inquietados pela presença de Ripley. O personagem Dillon⁴³, líder dos prisioneiros, confirma: “O que o irmão quer dizer é que vemos a presença de qualquer forasteiro, especialmente uma

³⁹ Originalmente o título foi *Wreckage and Rape: The Making 'Alien'*, aludindo tanto ao elemento de violência sexual na narrativa quanto às diversas interferências sofridas durante a produção.

⁴⁰ Dirigiu a série de documentários sobre a franquia, em 2003, presentes como material extra do box de Blu-ray *Alien Anthology*. Descontente com os cortes que o material sofreu pela própria 20Th Century Fox, o diretor não tem seu nome presente no material, assinando com o pseudônimo Fredrick Garvin.

⁴¹ Também conhecida como síndrome do super-macho ou síndrome de Jacobs, é uma alteração no material genético muitas vezes associados a psicopatologias ou distúrbios de personalidade.

⁴² O personagem Clemens, interpretado pelo ator britânico Charles Dance, médico e aliado de Ripley, descreve como “Algo do tipo apocalíptica, milenarista, fundamentalista cristã” (tradução da fala: “Some sort of apocalyptic, millenarian, Christian fundamentalist”) e “direitista” (Tradução da fala de Ripley ao completar a fala anterior: “right”).

⁴³ Interpretado pelo ator estadunidense Charles Stanley Dutton.

mulher, como uma violação da Harmonia, uma ruptura potencial na unidade espiritual”.⁴⁴

O conservadorismo sexista é um condicionante de estímulo de conflitos entre gêneros e latência de uma violência sexual nos campos objetivos e subjetivos. Na representação de um ascetismo de renúncia do mundo, reproduzindo um imaginário e uma performance do cristianismo medievo misógino, interpretando a mulher pelas contradições entre “noiva de cristo” e “portão do diabo”, marcadamente “a misoginia, numa versão sofisticada do antifeminismo como um freio para os clérigos contra as tentações da carne” (BLOCH, 1995, p. 105). Porém, o diretor da refinaria-prisão, Harold Andrews⁴⁵, alerta à Ripley: “Todos são duplos cromos-y. Todos são ladrões, estupradores, assassinos, molestadores de crianças. Todos escória. Só porque aderiram à religião não os torna menos perigosos”.⁴⁶

O estupro vagueia entre a metáfora de alvo masculino para a realística representação do perigo ao feminino. Bravatas masculinistas são entoadas pelos prisioneiros nos corredores da instituição, entre as tarefas cotidianas: “trate uma rainha como uma puta e uma puta como rainha”⁴⁷. Ripley é o epicentro da tensão. Sabem seu nome, pois estava escrito na sua calcinha.

⁴⁴ Tradução própria da fala: “What brother means to say is we view the presence of any outsider, especially a woman, as a violation of the Harmony, a potential break in the spiritual unity”.

⁴⁵ Interpretado pelo ator e roteirista inglês, além de lutador de Wrestling, Brian Glover.

⁴⁶ Tradução própria da fala: “All double-y-chromos. All thieves, rapists, murderers, child molesters. All scum. Just because they’ve taken on religion doesn’t make them any less dangerous”.

⁴⁷ Tradução própria da fala: “Treat a queen like a whore and a whore like a queen”.

Violação de seu corpo, cortaram seus cabelos,⁴⁸ ameaças constantes de violência sexual não mais centralizada na criatura alienígena, mas nos homens que compõem a colônia penal. Celibato, involuntário pela pena criminal e voluntário pela moralidade religiosa, entretanto, não impede que um grupo tente estuprar Ripley. Mais que uma alegoria, um poder simbólico representado na ficção, “a virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial”. (BOURDIER, 2012, p. 65)

Ripley impõe sua liberdade, ocupa cadeira no refeitório, dirige a palavra aos homens, não se intimida e nem acata um lugar social subalterno. A personagem não sabe confiar nesse grupo que acidentalmente necessita conviver, buscando controlar a situação com o alienígena, simula uma ameaça de contágio de cólera ao médico Clemens. Ripley, “boa menina”, comparada à atriz Shirley Temple,⁴⁹ é tratada por incapaz pelo diretor Andrews, tem seu estado civil questionado por Clemens, e é culpabilizada pela existência do alienígena assassino. Apesar da ficção, são situações que não são exógenas à realidade social nos anos de 1990, e a crítica literária feminista deste período intensificaram o ideário combativo à política sexista do patriarcado, como em Toril Moi, Rita Felski, Judith MacKenzie Bennett, dentre outras, em

⁴⁸ Regime prisional militar, no controle biopolítico dos corpos (FOUCAULT, 1987).

⁴⁹ Atriz da década de 1940, ainda infante, alvo de inúmeras notícias falsas e boatos sobre sua verdadeira idade, sobre a realidade de seus dentes e a naturalidade de seus cabelos.

confronto com as concepções do pós-feminismo. (LIMA, 2018, p. 8-9)

Com a infecto-gravidez, indesejada, enquanto Ripley estava na hibernação, a temática se direciona ao tema do aborto. Nas palavras da personagem, Ripley: “Eu fui violada. Agora eu serei a mãe”⁵⁰. Aborto-suicídio é a única maneira de evitar que a praga alienígena seja apropriada pela privatização da vida, que a megaempresa Weyland-Yutani militarmente pretende. A possibilidade de leitura do ato como condenação da mulher diante da arbitrariedade autônoma sobre a própria fecundidade, uma das pautas mais sensíveis e ainda latente na liberdade das mulheres. (LIMA, 2019b, p. 91-92) Um crime mais moral que penal (PERROT, 2020, p. 265), condicionante de um regramento do corpo e da conduta feminina, tornando a relação estupro-aborto como consequência da responsabilidade das mulheres.

A violência de gênero de metáfora de estupros de homens declinou para a objetividade neste terceiro e último filme analisado. De alvos a algozes, os homens são essenciais para o debate sobre violência de gênero, pois coadunam com o jogo de poder em suas diversas camadas. Super-machos reeducados, sintonizam com Ripley quando se percebem vítimas da violência prometida pelo *alien* e, posteriormente, quando se entendem

⁵⁰ Tradução própria da fala: “I was violated. Now I get to be the mother”. Geralmente as traduções de versões dubladas ou legendadas desta fala, para caber no falar português no Brasil, sofrem alterações, tendendo, por diversas razões, inclusive linguística, à amenização. A etimologia de *violência* e *violar*, entre o verbo em latim *violare* ou *vioro* (tratar com violência, profanar) ou no adjetivo *violatus* (sofrer violação), como no dicionário online Priberam, acessível em: <https://dicionario.priberam.org/violada>. Em referência conectiva com a palavra *vis* (vigor, potência, emprego da força), de acordo com Alba ZALUAR (1999, p. 8).

como classes subalternas, vidas sobressalentes, na razão de poder da companhia.

Ripley, a protagonista heroica da franquia, opondo-se a militares e cientistas, sacrifica-se impedindo a continuidade da mazela extraterrena. Em vão, já que fora da ficção a Indústria Cultural do Entretenimento vai dar sobrevida ao monstro em diversos suportes, ampliando o universo da franquia. Em *Alien* é possível ver as camadas de violências que se apresentam explicitamente e implicitamente, e, também, fazer uso da ficcionalidade ao debate público sobre violência, gênero e sexualidade.

Conclusão

O estupro é o tema medular em *Alien*, sendo uma performance de violência sexual e de gênero e produtor de traumas e frutos indesejados. Dessa maneira, “a visibilidade das práticas de crueldade é prova de sua instrumentalização política clássica: produzir o terror” (NAHOUM-GRAPPE, 2004, p. 26), a performance cadenciada em *Alien* tem o mesmo efeito, mas com objetivo diferente.

O monstro imaginário é uma fera ensandecida, que tem a agressividade sem controle das bestas e a malícia e perversidade humana. Nascendo, como visto, dos sedutores temores de um artista plástico e habitando o incômodo compartilhado entre seus criadores e produtores com o público telespectador. A repulsa é a

reação mais comum do público, ainda que as conexões e seus tropos, das inquietações existencialistas que permeiam os imaginários sociais entre as décadas de 1970 e 1990, não sejam feitas conscientemente sem um saber prévio.

A metáfora do Estupro a figuras masculinas ganha teor hiperbólico, com a violência sexual ocultada. Torturas sexuais – fruto de uma cultura da virilidade agressiva (NAHOUM-GRAPPE, 2004, p. 20) – são personificadas em uma criatura devidamente inserida na ficção científica de horror da pós-modernidade. Se o xenomorfo é uma metáfora, carregada de alegorias no corpo de um exótico vilão, a protagonista, Ripley, é uma representação construída a muitas mãos.

Habitam, por representação e alegoria, as camadas imaginativas do psicológico, mas atuam através da materialidade do corpo. O corpo do monstro com elementos de insetos e genitálias, a criatura que sai do ovo em formato de mãos que cobrem olhos e boca de suas vítimas, o ser fetal que é inserido no corpo humano violado. São violências de gênero, ao reverter os sentidos de poder, expondo o sentido de identidade e disparidade:

[...] em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa”. (BUTLER, 2019, p. 235)

Invertendo o sentido normatizado, onde o algoz masculino tem no alvo feminino o seu intento violento de demonstração de poder viril.

A jornada de Ellen Ripley é o esteio por onde o enfrentamento da violência de gênero, em sua amplitude, é predisposto. Sua razão desprestigiada, seu gênero performático é maternalmente essencializado, o construto relacional de seu sexo é oscilado entre a repulsa e o desejo, sua abortiva imolação em suicídio, Ripley rompe, inclusive, expectativas anteriores a 1979, na ficção. Pois:

[...] tanto *noir* quanto gótico dependem fortemente da atitude masculina em relação à mulher/feminilidade, isto é, como a personificação da fantasia masculina e como uma essência abjeta, respectivamente, em ambos os casos as imagens de mulheres são altamente construídas. Enquanto o gótico associa uma mulher ao medo, a ficção policial trata a mulher como um mistério.⁵¹

O medo opera, desta maneira, de acordo com as condições disparatadas impostas pela construção social dos sexos e as performances dos gêneros, evidenciando seu jogo de poder e o estupro como seu mecanismo intrínseco e ruinoso.

⁵¹ Tradução própria do trecho: “As both noir and Gothic rely heavily on the masculine attitude towards woman/femininity, that is, as the embodiment of male fantasy and as an abject essence respectively, in both cases the images of women are highly constructed. Where as the Gothic associates a woman with fear, detective fiction treats a woman as a miystery” (AZIZ, 2012, p. 150).

Referências

ANSPACH, Whitney. *Study of the Gender Representations within the Aliens Series*. Dissertação de Mestrado de Acesso Livre – Texto 1356. University of Rhode Island, 2001. Disponível em: <<https://digitalcommons.uri.edu/theses/1356>>. Acesso em 17 de maio de 2021.

AZIZ, Jamaluddin. *Transgressing Women: Space and The Body in Contemporary Noir Thrillers*. Cambridge Scholars Publishing, Newcastle upon Tyne, 2012.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2006.

BLOCH, R. Howard. *Misoginia Medieval – E a Invenção do Amor Romântico Ocidental*. Tradução: Claudia Moraes. Editora 34, Rio de Janeiro, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 11ª Edição. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2012.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero – Feminismo e Subversão da Identidade*. 18ª Edição. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2019.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. 2ª Edição. University of Califórnia Press, Berkeley/Los Angeles, 2005.

CONNELL, R. W. Políticas da Masculinidade. *Educação & Realidade*. vol.2º, n.2, pp.185-206. 1995.

FOUCAULT, M. Sobre a História da Sexualidade. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Editora Graal, Rio de Janeiro, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Editora Vozes, Petrópolis, 1987.

JOHNSTON, Keith M. *Science Fiction Film: A Critical Introduction*. Editora Berg, Oxford-Nova York, 2013.

LIMA, Savio Queiroz. Amazonas, Ciborgues e Outros Gêneros: Propostas Educativas aos Estudos de Gênero e História Através da Ficção (Histórias em Quadrinhos e Cinema). In: MEDICCI, Ana Paula; LIMA, Marcelo Pereira (organizadores). *Diálogos históricos e historiográficos – Anais do V Seminário de História Política* (5.: 2017: Salvador, Ba.), [recurso eletrônico] / UFBA, Salvador, 2019a, pp. 232-242.

LIMA, Savio Queiroz. Mulher-Hulk – De Selvagem a Sensacional: As Transformações do Feminismo nos anos de 1980 e a Representação de uma Nova Mulher nos Quadrinhos. Encontro Redor – UFBA. *Anais do XX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR)*. Disponível em: <<https://bit.ly/3wrtRd>>. 2018. Acesso em 17 de maio de 2021.

LIMA, Savio Queiroz. *Mulher Maravilha para Presidente! – História, Feminismos e Mitologia nas Histórias em Quadrinhos*. Editora Devires, Salvador, 2019b.

NAHOUM-GRAPPE, Véronique. *Da Dimensão Sexual de Uma Guerra: Os Estupros em Série como Arma na Ex-Iugoslávia (1991-1995)*. In: SCHPUN, Mônica (organizadora). *Masculinidades*. Editora Boitempo – Uduisc, São Paulo-Santa Cruz do Sul, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. A História Depois do Papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. 3ª Edição. Editora Contexto, São Paulo, 2019, p. 235-289.

PAGE, Thomas. *Bolaji Badejo: The Nigerian giant who played “Alien”*. In: CNN. 7 de março de 2016. Acessado em 17 de maio de 2021.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. 9ª Edição. Editora Paz & Terra, São Paulo – Rio de Janeiro, 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura. *Revista de História da Educação*, Pelotas, p. 31 - 45, jul-dez de 2003.

ZALUAR, Alba. *Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização*. São Paulo em Perspectiva, v. 13, nº. 3, p. 3-

17, São Paulo, set, 1999. Disponível em: < <https://bit.ly/2S2bQ1g> >. Acesso em 17 de maio de 2021.

Dom Augusto Álvaro da Silva: fé e política

Solange Dias de Santana Alves¹

Instituto Federal da Bahia

Doutoranda PPGH-UFBA

O presente trabalho é um excerto do livro *Dom Augusto Álvaro da Silva e a romanização na Bahia*, fruto de minha dissertação de mestrado. Traz uma pequena síntese biográfica do Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, buscando conhecê-lo através de sua formação e algumas de suas ações enquanto expoente máximo da arquidiocese baiana e membro da hierarquia católica brasileira. Os desdobramentos políticos após a revolução de 1930 e o impacto desta sobre a Igreja Católica, as articulações políticas de dom Augusto, as relações estabelecidas entre a Igreja Católica e o estado republicano além de como a instituição agiu para pressionar as novas instituições que emergiram após a revolução de 1930. Dado o exíguo tempo buscaremos mostrar Dom Augusto como articulador desse pacto entre a Igreja e o estado pós 1930 na Bahia presentes no segundo e quarto capítulos.

Trabalhamos com fontes eclesiásticas e não eclesiásticas, tanto impressas como manuscritas como Cartas Pastorais, Termos de Visitas Pastorais, cartas pessoais e institucionais, sermões de Dom Augusto etc. Discursos de deputados entre outros, além de jornais: *Diário de Notícias*, *Estado da Bahia*, *A Tarde* e *O Imparcial* buscando sempre

¹ sdsalves@gmail.com e solangealves@ifba.edu.br

relacioná-los a outras fontes. No caso dos jornais percebemos desde cedo, conotações bem distintas entre eles, mesmo quando discutiam sobre os mesmos fatos, indicando interesses de grupos diferentes representados pelos jornais. Coletamos também depoimentos de alguns sacerdotes católicos.

Contexto

A separação oficial da Igreja Católica e o estado brasileiro em 1890 trouxe-lhe diversos problemas, inclusive de ordem financeira. Mas foi o novo caráter ideológico da república - liberal e laico - que a afetou mais profundamente, tendo em vista que nos anos iniciais do novo regime, se travou uma batalha ideológica para legitimá-lo e todas essas correntes criticavam abertamente a tradição católica. A mobilização que se seguiu a esse período, conhecido historiograficamente como Restauração Católica (1920-1930) mobilizou a hierarquia eclesiástica para um movimento de renovação e revitalização da instituição. Esse movimento contou com uma reaproximação do Estado, ao qual a hierarquia mostrava as benesses do apoio que a Igreja podia conferir ao regime. A nova ordem política e social deveria estar fundamentada em princípios cristãos. Alguns governantes, por outro lado, viram na Igreja um forte aliado para a manutenção da ordem.

Para a comunicação do VI SEHPOLIS optei por partes dos capítulos 2 e 4 por estes apresentarem o viés político da atuação da Igreja Católica e de Dom Augusto, principalmente após a Revolução de

1930 e as intenções da Igreja de retornar ao seio do poder. Neles discorreremos sobre as relações entre a Igreja Católica e o Estado republicano; discutimos o significado da Revolução de 1930, o apoio de dom Augusto Álvaro da Silva ao Tenente Juracy Magalhães e as articulações do Arcebispo Primaz. Além de traçarmos uma breve síntese biográfica desse prelado com alguns excertos de sua trajetória.

No âmbito nacional, tivemos Dom Sebastião Leme como o líder do movimento restaurador. Na Bahia, Dom Augusto Álvaro da Silva que assumiu a Arquidiocese baiana em maio de 1925. Dom Leme buscou inicialmente mobilizar o próprio clero, que deveria sair dos púlpitos para orientar a sociedade civil juntamente com a formação de um laicato católico, estimulados e dispostos a difundir o catolicismo por todo o país. Todas essas ações exprimiam as orientações da Cúria Romana: recuperar a influência católica nas instâncias do poder político no Brasil através do ensino religioso obrigatório e a criação e desenvolvimento da Ação Católica. Através do laicato católico, influenciar o poder político, buscando ascender a cargos políticos importantes e estratégicos de oposição às ideias liberais e anticlericais.²

Aliás, quanto ao ensino religioso, a Igreja obteve uma vitória parcial logo no início do Governo Provisório: o Pe. Leonel Franca, um dos interlocutores da Instituição, após diálogos com o então ministro da educação, Sr. Francisco Campos, conseguiu que este convencesse Vargas das vantagens políticas que teria com o apoio da hierarquia e do

² Na Primeira República a instituição buscou “recatolizar o regime político” (AZEVEDO, 1981, p.79). Nos anos 1930 para levar adiante o projeto de aliança entre a Igreja Católica e o estado, três organizações foram importantes: a Liga Eleitoral Católica (LEC); a Ação Católica Brasileira (ACB) e os Círculos Operários Católicos.

laicato católicos após o decreto 19.941 de 30/04/1931, que permitia o ensino facultativo de religião nas escolas oficiais.³ Segundo Campos, talvez fosse o ato de maior alcance político do novo governo, uma vez que implicaria numa total mobilização da Igreja Católica favorável ao estado, que vivia um período de instabilidade nesses primeiros meses. E o catolicismo apesar de ter perdido a hegemonia, era de longe a maior expressão religiosa do país. (AZZI, 2001).

A notícia caiu como uma bomba, pois os intelectuais ligados à Escola Nova viam tal atitude como um retrocesso para a educação brasileira, que havia se desvencilhado da influência direta dos religiosos, há quarenta anos. Os preceitos difundidos pela Escola Nova e pelos seus representantes, principalmente Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, defendiam uma “educação libertária, sem discriminações de sexo ou raça, preocupados com a uniformização autoritária e, sobretudo, defensores da educação laica”. (LAMEGO, 1996, p. 15). Os escolanovistas defendiam a democracia liberal e buscavam os princípios de liberdade individual e da fraternidade universal. Parte de seu programa teórico preocupava-se com os estudos sobre o comportamento humano, sendo uma de suas premissas, preocupando-se sobre o indivíduo e a formação psicológica, biológica e social do homem. Conforme Lamego:

³ No início do governo provisório após a Revolução de 1930, algumas medidas relacionadas à modernização do estado foram tomadas. Inclusive, no âmbito da educação e saúde com a criação em 14 de novembro de 1930 do Ministério da Educação e Saúde. Fato que atraiu intelectuais preocupados com esse setor. Entre eles, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Cecília Meireles que logo se decepcionaram quando em abril de 1931 o decreto 19.941 foi publicado.

[...] os novos educadores se preocupavam com a preservação dos direitos e liberdades individuais e com a fundação de uma escola igualitária, em que os preconceitos étnicos, econômicos, sociais e religiosos fossem abolidos. Era necessário que o indivíduo tivesse condições de sobressair, dentre os demais, por sua capacidade individual, em detrimento de sua condição social e econômica. (LAMEGO, 1996, p.64-65).

O ensino religioso nas escolas, mesmo que facultativo, feria profundamente esses princípios, porque através dele eram impostas leis morais e severas normas, coibindo assim o livre arbítrio do indivíduo.

A queda de braço entre escolanovistas e conservadores findou com a confirmação da vitória dos últimos na Constituição de 1934. O pacto, entre o Estado e a Igreja Católica veladamente selado e que interessavam a ambos, saíra vitorioso. Para a Igreja, porque através da aliança com o Estado ficava mais fácil reprimir outros credos concorrentes à propagação de sua fé, estender seus domínios influência no território nacional, obter benesses para custear suas obras pias (como a cessão de títulos da dívida pública), dentre outros. Para o Estado, a escolha foi por necessidade prática. Como a base de sustentação política de Vargas era instável e por demais eclética, ele, sábio e demagógicamente, passou a governar para as massas. Daí a necessidade de obter o apoio da Igreja Católica, que era de longe, a instituição religiosa mais poderosa do país, e sua filosofia, bem como seus ideais de hierarquia e disciplina eram os mais compatíveis com projeto autoritário varguista.⁴ O Estado brasileiro voltou a uma antiga tradição:

⁴ Eduardo Hoornaert cita uma pesquisa realizada na década de 1970, a qual “revelou que os católicos aceitam mais facilmente que os outros sistemas autoritários” (1978, p.25).

utilizar a Igreja Católica como um instrumento político, e a Igreja, por sua vez, voltou a ser um aparelho ideológico do Estado. Em novas bases, é verdade, mas a união estava selada e seria duradoura.

Segundo Maria das Graças Andrade de Almeida, formou-se um ideário cruzadista que se propagou nos anos 30 através da Cruzada de Educadoras Católicas, a Ação Católica e a Liga Eleitoral Católica (ALMEIDA, 2001). Esse movimento teve como base o *Centro Dom Vital* (o nome lembra o caráter combativo do Bispo pernambucano na defesa dos direitos da Igreja), criado em 1922 e difundiu-se através da revista *A Ordem*. Ambas as ações foram importantes marcos nesse processo inicial de ‘recatolização’ da sociedade brasileira. Em Salvador, temos o periódico *Era Nova* fundado por D. Augusto em junho de 1928.

Após a Revolução de 1930 outros atores se destacaram, entre eles, Dom Augusto Álvaro da Silva, João Becker e D. Antonio Cabral, Arcebispos Metropolitanos da Bahia, Porto Alegre e Belo Horizonte respectivamente e a ação da Igreja foi muito mais incisiva. Era o momento adequado para rever pontos importantes para a Igreja e estabelecer uma nova ordem que lhe fosse mais favorável. A crítica que a Igreja Católica fazia à República não dizia respeito à estrutura política e social, “A Igreja Católica não reclamava contra possíveis injustiças de ordem econômica e social, mas simplesmente contra o caráter laicista da primeira constituição republicana” (AZZI, 1980, p. 76). Com a queda do regime e a supressão da Constituição de 1981 que lhe retirou direitos e privilégios, abria-se espaço para negociações.

A hierarquia católica acreditou ser chegada a hora de se estabelecer uma nova ordem jurídica com base em princípios cristãos. A pressão se deu por diversas formas: pronunciamentos em festas comemorativas religiosas; jornais, revistas e periódicos; Círculos Operários; a Ação Católica Brasileira que foi oficializada em 1935, sob os moldes da AC Italiana, com a participação efetiva dos leigos etc. A exemplo dos Congressos Internacionais utilizados pela Santa Sé como forma de demonstrar a importância católica no mundo ocidental nos anos 30 se iniciou a série de Congressos Eucarísticos Nacionais e Estaduais como forma de mostrar ao governo a força e a importância do catolicismo para a sociedade brasileira. O primeiro deles aconteceu em Salvador sob a liderança de D. Augusto Álvaro da Silva.

O Primeiro Congresso Eucarístico Nacional, planejado inicialmente para ocorrer em setembro de 1931, não se realizou por decisão da hierarquia e, por causa da Revolução Paulista, não pôde concretizar-se no ano posterior. Se 1931 foi um ano de grandes manifestações religiosas católicas apoteóticas – Semana a Nossa Senhora Aparecida em visita (a imagem) ao Rio de Janeiro e Inauguração do Cristo Redentor também na capital federal –, 1932 foi dedicado a cruzadas de orações pela pátria. Aproveitando o ensejo constitucionalizador, a hierarquia católica lançou, em março de 1932, a cruzada de orações com o seguinte lema: “O Brasil precisa de Deus em suas leis e seus homens” (AZZI, 1978, p.67).

A ideia principal dos pronunciamentos feitos pela hierarquia eclesiástica foi de colocar a salvação da pátria na religião.

A insistência do episcopado é numa linha tipicamente espiritualista: Cristo é o rei e o salvador do Brasil; a salvação da pátria está na religião católica (...) é necessário que os governantes do país tenham fé e acatem a religião; é necessário que a legislação brasileira expresse a fé católica do povo. (AZZI, 1980, p.77)

Confirmadas nas palavras de D. Augusto durante a semana comemorativa à celebração do Cristo Rei em 1931:

Cristo Redentor é nosso rei (...) Possa ele encontrar sempre a espada de Deus sobrepujando o gládio de César. A nacionalidade aliada à fé, o patriotismo orientado pelos ditames da verdade sagrada (...) Os dois poderes que dirigem o homem não podem ser antagônicos. Somos independentes, mas sejamos unidos (...) O bronze dos canhões facilmente se derrete. A fé do povo, a vontade do povo, a crença são, ao contrário, garantia que perdura com a própria eternidade de Cristo. (AZZI, 1980, p. 63-64)

No mesmo episódio, o Cardeal Leme também se pronunciou, porém, mais incisivamente. “Ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhecerá o Estado” (AZZI, 1979, p. 64).

Thales de Azevedo afirma que a Igreja Católica se preparou para retornar ao poder e recolocar a instituição na antiga posição, “recatolizar o regime político” sendo sua estratégia principal mobilizar o clero e investir na “intelligentzia católica para fazer frente ao anticlericalismo, ao ateísmo militante emergente e à indiferença religiosa das elites republicanas” (AZEVEDO, 1981, p. 80). O mesmo autor aponta duas fases nessa ação estratégica da Igreja. A primeira, através da Liga Eleitoral Católica (LEC) e sua influência nas

assembleias constituintes (federal e estaduais) em 1934-1935. E segunda, durante o Estado Novo, quando a Igreja em aliança implícita com o Estado, volta a ser utilizada como instrumento político.

Dom Augusto Álvaro da Silva e suas relações com a política baiana

Nascido em 8 de abril de 1876, natural de Recife – PE, Dom Augusto tornou-se o segundo prelado na hierarquia eclesiástica quando assumiu o Arcebispado da Bahia em 1925. Sua formação iniciou-se no Rio de Janeiro, cidade em que passou a infância, tendo estudado no Colégio Pestalozzi, fundado e dirigido por seu pai, Raimundo Honório da Silva. Na adolescência já em Recife, cursou o secundário no Colégio Estadual de Pernambuco. Em 1892 ingressou no Seminário de Olinda, tornando-se padre em 1899. Assumiu a Paróquia de São José em Olinda em 1900. Tornou-se Bispo em 1911 quando assumiu a Diocese de Floresta – PE. Sendo transferido em 1915 para a Diocese de Barra, na Bahia. Quando Dom Jeronimo Thomé da Silva faleceu em 1924 foi nomeado seu sucessor para a Arquidiocese Primacial da Brasil.

A ele são atribuídas diversas querelas políticas e jurídicas durante as quatro décadas em que esteve à frente do Arcebispado baiano. Vamos, no entanto, mostrar apenas algumas delas.

No segundo capítulo do livro, entre as principais interpretações sobre a Revolução de 1930 (Burguesa, Revolução pelo Alto e Estado - compromisso) buscamos demonstrar e justificar a escolha pela de Bóris Fausto e Francisco Weffort – Estado e Compromisso. Para eles, a Revolução de 1930 resultou da crise de hegemonia das oligarquias

agrárias, tendo como componentes dinamizadores as classes médias e setores da burguesia urbana. O fim da Primeira República representou a quebra da hegemonia dos grupos ligados às oligarquias dominantes, seguindo-se um período de “vazio de poder”.

Tal interpretação insiste que nenhum dos grupos que constituíram a frente revolucionária pôde substituir a oligarquia cafeeira – classe hegemônica do antigo estado brasileiro, que não pôde preservar as antigas regras do jogo político. As categorias médias, ainda impotentes frente às classes dominantes tradicionais; a classe trabalhadora também teria ficado fora do novo projeto. Assim, o novo estado que emergiu da Revolução de 1930, apesar de não acabar com as oligarquias, interrompeu seu antigo sistema. Por causa das Interventorias Federais, os oligarcas não mais controlaram, diretamente, os governos estaduais e, habilmente, foram absorvidos e subordinados ao poder central. Um Estado forte, intervencionista, centralizador e autoritário.

Esse Estado de compromisso foi sustentado pelas Forças Armadas, mais especificamente, pelo Exército. Elas foram a força mantenedora do pacto entre os diversos grupos e a instituição que mais contribuiu para legitimar o novo regime foi a Igreja Católica, que a nosso ver, percebendo o espaço no novo bloco de poder aproveitou para reivindicar seus objetivos, antigas propostas, que durante a Primeira República não conseguiram ser contempladas.

Nesse contexto estabelece-se um pacto de compromisso, através do qual os velhos e novos interesses precisam ser contemplados, e novos sujeitos sociais são requeridos para ampliar as bases sociais e a legitimação do regime recém -

instaurado. A fórmula encontrada consistirá na autonomização do estado, o que lhe confere a função de mediador das demandas plurais advindas da sociedade, mas levadas a cabo por ele através de suas instâncias (FONTES, 1997, p.69).

Essa interpretação suscita algumas questões: D. Augusto Álvaro da Silva soube perceber esse vazio de poder? Viu ele a fresta política, o espaço necessário para atuar na reconstituição do poder político que a Igreja Católica havia perdido? Teria ele se transformado, de fato, em um dos maiores colaboradores do regime?

Quanto às ações empreendidas pelo Estado, na Bahia, para satisfazer as demandas de setores diversos da sociedade, podemos exemplificar com o seguimento da reforma urbana; a modernização da máquina administrativa, com a criação de secretarias e incrementos a outras; intermediação direta em negociações que envolviam empresas estrangeiras etc. O Estado encaminhado pela Revolução pôde, dessa forma, unificar o mercado nacional, despertar o interesse de vários grupos sociais solidários à máquina pública e prover elementos imprescindíveis à indústria de bens de capital. O processo, porém, não foi apenas travado em nível econômico, político e diplomático, como também ideológico, nos terrenos cultural e confessional. Foi preciso responder à integração de milhões no mercado de trabalho e de consumo de forma disciplinada e pacífica. Aqui tiveram um papel significativo a disciplina da instituição militar, as tradições e a fé religiosa, os novos padrões comportamentais da mídia radiofônica e jornalística e da nascente indústria cultural.

A Bahia demorou a sintonizar com as novas estratégias políticas, assim como em 1889, as elites solidarizaram-se com o lado que saíra derrotado (mesmo que por pouco tempo), desta vez, porém, fazendo oposição durante vários anos ao ungido pela Revolução, negando-se a colaborar com os novos ditames do governo. A Igreja Católica, no entanto, não pecou pela falta de realismo, ocupou o espaço político deixado por aqueles e traduziu em parcerias políticas e sociais com o governo suas intenções. Dom Augusto Álvaro da Silva foi o avalista desse pacto na Bahia.

A Revolução de 1930 não foi assimilada pelos políticos baianos, porque, depois de muito tempo, a Bahia voltaria a ter papel destacado no cenário nacional, afinal, Vital Soares, o vice-presidente eleito juntamente com Júlio Prestes, era baiano. A Revolução abortou a reascensão do estado na esfera federal. Conforme Consuelo Sampaio (1992), poucos políticos e jovens baianos aderiram aos ideais revolucionários. O político de maior destaque foi José Joaquim Seabra, que, do Rio de Janeiro, liderou os representantes aliancistas da Bahia.

Depois da deposição de Washington Luís, o Governador em exercício na Bahia, Frederico Costa, Presidente do Senado Estadual renunciou ao cargo. Do Rio de Janeiro, cidade na qual se encontrava, tentou passar o governo para o Presidente da Câmara Estadual, Alfredo Mascarenhas, que se recusou a recebê-lo. Fracassada a primeira tentativa, Frederico Costa tentou por ofício empossar o então Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o desembargador Pedro Ribeiro, que também não aceitou, alegando que assim procedia porque o Governo

não mais existia. Diante de tal confusão, que incluiu ainda a assunção ao governo pelo Senador estadual, Wenceslau Guimarães, autoproclamando-se opositor ao novo regime, resolveu por si só assumir o cargo mas foi deposto pelo Major Custódio Reis Príncipe Júnior que com outros oficiais, declararam a formação de um Governo Militar que seria liderado pelo Comandante da 6ª Região, o Coronel Ataliba Jacinto Osório, assim que este regressasse de Alagoinhas, onde aguardava as tropas que vinham do Norte. O que de fato ocorreu, permanecendo o Coronel no cargo por apenas seis dias.

Com a chegada de Juarez Távora – Comandante das tropas do Norte – a Salvador, em 26 de outubro, convocou-se uma reunião com os líderes dos partidos e de Associações de classe, para em comum acordo nomearem os dirigentes da capital e do estado. Nessa reunião, José Joaquim Seabra e Leopoldo Amaral foram os mais votados para o Governo e Prefeitura respectivamente, sendo que esse desfecho não foi aceito pelo Capitão Juarez Távora.

O Capitão Juarez Távora não aceitou o resultado da votação, alegando que o Partido Democrata (seabrista) havia comparecido com o maior número de associações de classe, enquanto os outros não haviam sido sequer representados. Evidentemente, o que se questionava não era a questão da representatividade. A própria convocação de um corpo eleitoral ao toque de reunir de um capitão era insubsistente. Havia um vácuo de poder e não se sabia como preenchê-lo. Juarez Távora não confiava em Seabra, apesar de ter sido este o porta-voz oficial da Aliança Liberal da Bahia. Tampouco confiava na Junta Militar instalada no Rio de Janeiro. Sem ter resolvido a questão da composição do poder na Bahia, o “vice-rei do Norte” partiu para o Rio, no dia seguinte à votação, a fim de conferenciar com outros chefes revolucionários. (SAMPAIO, 1992, p. 61)

Para resolver a questão, decidiu-se por dar a interventoria do estado a Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral que ficou no cargo de 1 de novembro de 1930 até 18 de fevereiro de 1931, quando foi substituído pelo renomado cientista baiano Artur Neiva.

Se a Revolução não foi aceita pelos políticos do primeiro escalão da Bahia, não se pode dizer o mesmo dos que se viam em escala inferior a estes, para os quais poderia ser o momento de ascender ao poder, e por isso, os adeptos de última hora. Já as camadas populares regozijaram-se com a deposição dos ‘carcomidos’. Aproveitaram o momento de turbulência para fazerem manifestações demonstrando descontentamento com a situação social, algumas delas violentas, como o ataque ao prédio do jornal *A Tarde*; o quebra-bondes de 4 de outubro e a tentativa de invasão ao prédio da Secretaria de Segurança Pública, quando os manifestantes foram recebidos à bala, culminando em mortos e feridos. (SAMPAIO, 1992).

Nesse período, ocorreu a primeira articulação de Dom Augusto com os Revolucionários de 1930, logo após a vitória destes. Trata-se do encontro de Juarez Távora e outros revolucionários como: Agildo Barata, Cipriano Galvão, Paulo Cordeiro de Melo, Juracy Magalhães, entre outros, que assim que chegaram a Salvador, foram imediatamente encontrar-se com o arcebispo. E este, ofereceu-lhes um almoço no Palácio Arquiepiscopal. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26/10/1930).

Outra ação política do Arcebispo Dom Augusto Álvaro da Silva ocorreu durante o governo de Artur Neiva, quando o Primaz contribuiu

para o fim de seu mandato. Dom Augusto, teria exigido a demissão de Bernardino de Souza em troca do seu apoio ao governo. Percebemos nesse ato, as estreitas ligações entre o poder religioso e o político e, ainda, seus fortes laços com as elites baianas. O curto mandato de Artur Neiva (cinco meses) deveu-se, basicamente, à Reforma Municipal por ele encaminhada, a qual “alterou profundamente a divisão administrativa do estado. Por meio de um simples decreto, municípios foram divididos e/ou incorporados a outros, sedes de governos locais transferidas; municípios, com séculos de existência, abruptamente apagados do mapa”. (SAMPAIO, 1992, p.70). Os protestos partiram de todo o estado, de todas as classes, principalmente dos grandes proprietários e líderes políticos. O verdadeiro arquiteto da reforma foi seu Secretário do Interior e braço direito, Bernardino de Souza, conhecido professor e diretor da Faculdade de Direito da Bahia e, declaradamente, agnóstico. Como o próprio Neiva era suspeito de também o ser, Dom Augusto não perdeu a oportunidade de pressioná-lo para alinhá-lo aos desejos das elites e da Igreja ou, como aconteceu, apressar sua saída.

Já com o Interventor Juracy Magalhães, o Arcebispo deu todo o seu apoio, pois desde a sua chegada, sofreu uma intensa rejeição por grande parte da elite política baiana. Em sua primeira biografia ele afirma:

Havia resistências de algumas autoridades locais, mas elas foram sendo vencidas, às vezes até com argumentos pitorescos, como este, que D. Augusto me descreveu em certa ocasião: “Olhe, tenente Juracy, nos diálogos que mantenho com seus adversários, pergunto sempre por que, na opinião

deles, o senhor não pode ser o interventor. Normalmente alegam que o senhor é militar, e eu respondo que ser militar não é um defeito, é uma profissão. Então, eles argumentam que o senhor não nasceu na Bahia, mas eu lembro que eu próprio sou pernambucano de nascimento e baiano de coração. Finalmente, quando dizem que o senhor é muito moço, eu replico contando uma história que aprendi no Vaticano. Certa vez, um papa nomeou um cardeal muito jovem e recebeu críticas por sua atitude. Quando o nomeado foi agradecer sua elevação cardinalícia, o Sumo Pontífice lhe perguntou se estava a par das restrições feitas à sua pouca idade, ao que o jovem purpurado respondeu: “Santidade, este é um pecado que cada dia me redimo um pouco”. (MAGALHÃES, 1982, p. 74).

Outro exemplo foi a demolição da Sé da Bahia. As negociações para a derrubada do templo mostram as relações do novo tipo de Estado implantado sob o regime Varguista. Seguindo a linha interpretativa do “Estado-compromisso”, Dom Augusto teria percebido o vazio de poder após a Revolução de 1930 e, nessa fresta política, o espaço necessário para atuar na reconstituição do poder político que a Igreja havia perdido, transformando-se assim em um grande colaborador do novo regime.

O arcebispo preferiu satisfazer os desejos da empresa norte-americana, Companhia Linha Circular de Carris da Bahia que pretendia demolir a igreja com as negociações já se arrastando por anos, e agradar aos poderes públicos do que seguir o desejo de grande parte da população e seus próprios princípios. É só constatar o seu pensamento através do relato da Visita Pastoral realizada em Jaguaripe em abril de 1927.

Encontramos ambas as igrejas desta cidade em obras; dois magníficos templos que o descaso e a incúria deixaram chegar quase a estado de ruína, apesar da solidez admirável de suas construções. Os mais claros vestígios fazem adivinhar a opulência antiga dessas igrejas: restos de alfaias caríssimas e preciosíssimas, destruições propositais de velhos armários de jacarandá lavrado a capricho, e de retábulo do tecto de grande valor artístico etc. Uma desolação! (TERMOS DE VISITAS PASTORAIS, ACMS, est. 8, cx.9)

Quando, porém, realizou Visita Pastoral ao Curato da Sé na capital, em julho do mesmo ano, o discurso mudou de tom:

Observamos o ritual das visitas: exame da igreja, das alfaias, dos confessionários, púlpitos, baptistério etc. Achamos o templo bastante arruinado pelo justo motivo de se pretender, desde muito tempo, fazer a demolição do mesmo, pois sua posição está actualmente prejudicando o serviço público. No mais tudo em bôa ordem. (TERMOS DE VISITAS PASTORAIS, ACMS, est.8, cx. 9, grifo nosso)

Ora, dificilmente, os dois templos de Jaguaripe seriam mais opulentos que a Primeira Catedral das Américas (PERES, 1973). Há uma clara intenção do Arcebispo da Bahia em colaborar com o Estado. O próprio Primaz, homem de refinada cultura, não era favorável à destruição de templos católicos, ainda mais quando esses expressavam inestimável valor cultural, porém permitiu a derrubada da Sé da Bahia para agradar ao Estado e assim poder restabelecer, mais proficuamente, as relações com este.

Conforme os depoimentos de Monsenhor Gilberto Piton e Monsenhor Gaspar Sadoc, Dom Augusto não queria que a Sé fosse demolida, mas nada pôde fazer porque, segundo eles, a decisão já havia sido tomada pelo seu antecessor, Dom Jerônimo Tomé da Silva. Ora,

ficara decidido o valor para a demolição de parte ou a totalidade do templo, mas nenhum contrato fora assinado pelas partes. Tanto que com a retomada das negociações, a Circular, quis pagar apenas 300 contos de réis pelo templo, a metade do que ficara acordado. Dom Augusto Álvaro da Silva podia ter impedido a continuação das negociações, como queria grande parte da população da cidade. Mas o que fez o Arcebispo? Arrastou as negociações até obter vantagens que ressarcissem os outros 300 contos de réis. Acabou por lucrar duas vezes, primeiro, fechando um bom negócio para a Arquidiocese da Bahia, segundo, mostrando-se benevolente com as decisões urbanísticas do governo.

Buscando compreender as ações de Dom Augusto que incluem levantar dados sobre sua formação, descobrimos algumas qualidades do prelado: autoritário, severo, eloquente, rigoroso, sensível também, alguns me disseram. O arcebispo Primaz foi um hábil articulador político, que não mediu esforços para levar a cabo o projeto da Igreja Católica em reaver as antigas posições perdidas com a instauração da República. Agiu com o intuito de fortalecer a instituição que dirigia com mãos de ferro – a Igreja Católica Baiana e, assim, fortalecer a própria Igreja Católica como um todo. Podemos considerá-lo como um bispo tridentino. A reforma tridentina que fundou uma prática da Restauração, auxilia-nos a compreender melhor a formação eclesial de Dom Augusto Álvaro da Silva, moldado para ser um pastor exemplar, ele buscou pôr em prática as atribuições que perfilhavam a personalidade de um bispo.

Se, nos períodos colonial e imperial, a hierarquia católica brasileira não tinha uma unidade devido a falta de autonomia administrativa que o Estado impunha à instituição, podendo-lhe as ações, durante a Primeira República, com o realinhamento da mesma à Cúria Romana e todos os investimentos que a Santa Sé fez visando fortalecer a Igreja Brasileira e a si própria, modificou-se inteiramente a postura da instituição. A Restauração Católica, liderada por Dom Sebastião Leme unificou a mensagem católica. A reestruturação da Igreja refletiu-se na ação episcopal, rendendo ótimos frutos, pois o ministério dos seus integrantes parece-nos ter sido similar uns aos outros, resultando numa unidade nacional.

Imbuído pela orientação restauradora do Cardeal Leme, o Arcebispo Primaz foi um hábil articulador político e, desde o início, mostrou-se cordato e benevolente com o Interventor Federal Juracy Magalhães tanto que permitiu que a primeira Catedral do Brasil fosse demolida em 1933. As mudanças implementadas durante seu ministério, sua maneira de ser e conduzir a Arquidiocese da Bahia, bem como as estreitas relações políticas que mantinha com o Estado, rendeu-lhe desafetos e campanhas contra a sua pessoa, como o ‘Caso dos Perdões’ entre outros. Mas essa parte de sua história fica para outro momento! Como nos disse Monsenhor Gaspar Sadoc “se naquele tempo ele não era compreendido, era porque ninguém é compreendido em seu tempo”.

Referências

ALVES, Solange Dias de Santana. *Dom Augusto Álvaro da Silva e a romanização na Bahia*. Salvador: Sagga, 2018. SAMPAIO, Consuelo Novais. Movimentos Sociais na Bahia de 1930: condições de vida do operariado. Salvador, *Universitas*, n. 29, 1982, p. 95-108.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde. *A construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

AZEVEDO, Thales. *A religião Civil Brasileira: Um Instrumento Político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FONTES, José Raimundo. A Revolução de 1930 e os Trabalhadores. O Olho da História. *Revista de História Contemporânea*, v. 1, n.º 4. Salvador: 1997, p. 67-74.

HOONAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo brasileiro:1550-1800*, Petrópolis: Vozes, 1975.

LAMEGO, Valéria. *A farpa na Lira: Cecília Meireles na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias*. ABREU, Alzira Alves de (Coord.). Rio de Janeiro: Graal, 1982.

PERES, Fernando da Rocha. *Memórias da Sé*. Tese de concurso para professor assistente do Departamento de História da FFCH-UFBA. Salvador, 1973.

SAMPAIO, Consuelo Novais. Movimentos Sociais na Bahia de 1930: condições de vida do operariado. Salvador, *Universitas*, n. 29, 1982, p. 95-108.

Uma voz incandescente: os movimentos homossexuais no jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981)

Thasio Fernandes Sobral¹

Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia

Introdução

O *Lampião da Esquina* foi um jornal desviante. O seu próprio nome evoca esse lugar. Ele diz e dizia aos seus leitores que poderiam encontrá-lo à esquina, como se estivesse em desvio de algo. Esse elemento poderia ser compreendido como o seu deslocamento contra-hegemônico frente aos projetos normatizadores e moralizantes propostos por parcelas da sociedade e Estado de seu tempo. O periódico havia emergido em 1978, na esteira de algumas transformações político-econômicas e culturais, dentre elas, o alardeado processo de flexibilização daquele período autoritário. Seu momento de origem também foi de insurgência para novas formas de fazer política, dentre elas, a mais importante para esta discussão: a homossexual.

O *Lampião* foi o primeiro jornal propriamente dedicado ao tema da homossexualidade distribuído nacionalmente e disposto a abordar o tema de modo direto, público e político durante a Ditadura Militar. O *Lampião* circulou em 38 edições durante abril de 1978 e julho de

¹ E-mail: thasio.sobral@gmail.com

1981. Foram 37 edições regulares, 1 edição experimental e 3 edições extras. Uma das edições extras foi lançada em 1979 e duas delas em 1980. Essas edições compilavam entrevistas ou ensaios publicados nas edições regulares. Além de sua distribuição em escala nacional e de seu viés político, o mensário possuía um corpo editorial profissionalmente diversificado. Nele, era possível observar jornalistas, escritores e intelectuais, que atuavam na vida política e cultural brasileira principalmente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo².

Este trabalho aborda um recorte de pesquisa de mestrado intitulado *Movimentos homossexuais no jornal Lampião da Esquina (1978-1981)*. A discussão proposta busca relevar as relações entre o mensário paladino, *Lampião*, e os movimentos homossexuais organizados naquele período. O intuito é fazer uma reflexão sobre a diversidade política existente entre a comunidade homossexual, e igualmente, compreender os diferentes projetos políticos que se tinham para esse grupo. Para tal incursão, foram analisadas três seções do periódico: *Opinião*, *Ativismo* e *Cartas na Mesa*. A escolha dessas seções justifica-se pela sua capacidade de sintetizar os principais

² O Conselho Editorial era formado por 11 homens, a maioria de profissionais liberais (brancos ou de pele clara) com alto grau de escolaridade. Eles se autointitulavam “Senhores do Conselho”, possuindo um grupo diverso de atuações profissionais. Em São Paulo tínhamos: Jean-Claude Bernardet, crítico e pesquisador de cinema do país; Darcy Penteado, artista plástico; João Silvério Trevisan, emergente escritor paulista; além de Peter Fry, pesquisador da área de antropologia social. Já no Rio de Janeiro, a configuração era: Aguinaldo Silva, escritor e repórter policial; Antonio Chrysóstomo, crítico de música popular; Gasparino Damata, pernambucano radicado no Rio de Janeiro, ex-diplomata, escritor, jornalista; João Antônio Mascarenhas, advogado, que nutria uma trajetória profissional como alto funcionário do Ministério da Educação; e os jornalistas Francisco Bittencourt, Clóvis Marques e Adão Acosta. Destacava-se, no Rio, Aguinaldo Silva, coordenador da edição desde o primeiro número e Francisco Bittencourt; e, em São Paulo, João Silvério Trevisan e Darcy Penteado. Os membros da capital paulista possuíam função indiretamente subordinada na edição, visto que os exemplares eram impressos e distribuídos inicialmente na cidade do Rio de Janeiro. (SILVA, 1998)

debates propostos para a investigação, visto que condensam diferentes espectros da discussão política sobre a pauta homossexual.

A seção *Opinião* era o espaço para a exposição sobre as condições sociais e políticas dos gays e de temáticas que envolviam outras “minorias”, tornando-se um ambiente para (re)produção de artigos ou traduções de outros veículos de mídia. A *Opinião* sofreu rupturas ao longo dos anos, estando presente no jornal em períodos intermitentes. Com desaparecimento a partir de outubro de 1978 e retorno a partir de janeiro de 1980. Foi suprimida novamente em novembro do mesmo ano – já na trigésima edição. . A segunda seção – a *Ativismo* - era o local de debate sobre as articulações do movimento homossexual, e sobretudo, reveladora dos posicionamentos do periódico e de seus colaboradores acerca do tempestuoso desenrolar dos movimentos políticos de *gueis* e lésbicas no Brasil entre 1980 e 1981. A *Ativismo* só aparece a partir de janeiro de 1980, mesmo número do “retorno” da *Opinião*. E, finalmente, a seção *Cartas na Mesa* onde se encontram as missivas escritas por quem lia o mensário. Através de sua análise, foi possível melhor caracterizar e evidenciar as perspectivas políticas dos leitores, em detrimento às posturas apresentadas pelo jornal, além de revelar outras demandas à comunidade e os grupos homossexuais organizados politicamente.

Todavia, o *Lampião da Esquina* não era só composto por essas seções. Ele possuía uma grande tiragem, entre 10 a 20 mil exemplares por mês, e em torno de dezesseis a vinte em cada edição. A sua

organização ficava distribuída em uma rede aglomerada de seções, com estruturas que iam se modificando ao longo do tempo. Lançada a partir da quinta edição do jornal, em outubro de 1979, a seção *Bixórdia* tinha uma função abrangente e continha comentários ácidos sobre os mais diversos temas feitos pela colunista fictícia Rafaela Mambaba, onde diferentes membros do jornal colaboravam. Além da *Troca-Troca*, onde os leitores trocavam correspondência com interesses de encontros.

Lampião ainda era composto pela seção *Esquina*, elaborada por diferentes editores, que publicavam matérias relacionadas aos temas contemporâneos ao período da edição; ao contrário da seção *Reportagem*, que concentrava discussões de diferentes jornalistas, mas sobre o mesmo tema, podendo conter entrevistas; a *Tendências*, concentrava um grupo de matérias com críticas, debates culturais sobre obras literárias, teatro, cinema e música, expondo espaços de sociabilidade homossexual; a *Ensaio*, escrita normalmente por um jornalista ou colaborador, dedicava-se à discussão mais aprofundada de uma temática específica; a seção *Literatura* publicava, em muitas edições, poemas dos próprios leitores. E, por fim, existiam outras seções intermitentes, como *Verão*, *Festim* e *Violência*.

As contribuições do jornal transversalizavam a questão da homossexualidade, se debruçando sobre as ilustres discussões de sua época. O periódico manteve estreita relação com o desenrolar de diferentes manifestações culturais e políticas que surgiram naquele período, mantendo constantes diálogos com movimentos de mulheres,

negros, além de falar abertamente sobre travestis e outras temáticas tidas como tabu como masturbação e prostituição masculina. A história do *Lampião da Esquina* cruza-se com a própria fundação das primeiras organizações de movimento homossexual no Brasil, sendo um importante emblema para história desses atores e atrizes sociais, constituindo-se um importante marcador do período.

*

O surgimento do *Lampião da Esquina* foi um grande definidor para como conhecemos o movimento LGBT como hoje, ainda que parte dessa articulação fosse parcialmente limitada pelo momento político. No poder desde o golpe de 1964, os militares acreditavam que o Brasil deveria ser protegido de um suposto inimigo externo, que tinha como principal intuito, a subversão ideológica e moral da sociedade brasileira. Alicerçados em uma ideologia chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN), os governos militares conspiraram contra todo tipo de oposição, objetiva e subjetiva, alegando eles que essa era algum tipo de subversão comunista. Para eles, o comunismo era como algo a ser destruído através do combate de quaisquer práticas contestatórias aos seus governos. (KAMISNKI, 2016, p. 474).

Com a democracia brasileira sequestrada, um extenso número de códigos jurídicos foi redigido pelos militares como uma forma de perseguir qualquer tipo de dissidência. Dentre eles pode-se citar a: *Lei nº 5250*, de 1967, o *Decreto-lei nº 236*, de 1967, o *Código de Telecomunicações* (1967), o *Ato Institucional nº 5* (1968) e a *Lei de Segurança Nacional* (1969); sendo esses alguns dos dispositivos

jurídicos utilizados para a repressão política e cultural no Brasil. Apesar do período de intensa repressão, surgiram formas de manifestações sociais que persistiram e continuaram dispostas a contestar o *status quo*.

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por contestações sobre a moralidade vigente, que logo reverberariam em diferentes formas de organização política. Em 1968, em um contexto global, manifestações das chamadas “contracultura” apareceram buscando novas formas de vida e questionavam padrões sociais hegemônicos relacionados à moralidade e sexualidade; adotaram discursos sobre preservação ambiental, questionando concepções étnicas e estéticas, a fim de fazer uma revolução por meio de transformações culturais (KAMINSKI, 2016). Naquele mesmo período o Brasil acumulava severas incongruências que foram se forjando desde a chegada dos militares do poder, dentre elas: prisões e perseguições; uma lei de greve (que impedia as atividades grevistas); arrochos salariais; revogação da estabilidade do funcionalismo e do poder normativo da Justiça do Trabalho. Mesmo com toda contenção de direitos, aquele mesmo ano 1968 foi marcado, em algumas regiões do Brasil, por manifestações políticas de oposição ao governo militar de Costa e Silva, com o surgimento de greves e atuação estudantil, em especial de secundaristas, mobilizando, assim, pessoas por melhores condições da educação. (REIS FILHO, 1998)

Já na década posterior, Geisel ascende ao poder, em 1974, em meio a uma crescente crise econômica provocada pelo Choque do

Petróleo³ e o término de um período de crescimento da economia, chamado de “Milagre Econômico”⁴. O mesmo ano foi marcado pela perda das eleições legislativas para a oposição, o partido MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O ocorrido servia como termômetro para opinião pública a respeito dos últimos dez anos do Estado de sítio protagonizado pelos militares, mas não impediu que a máquina repressora permanecesse a moer. Naquele mesmo ano registravam-se 54 desaparecidos políticos, fazendo da ausência de seus corpos em rituais de luto algo recorrente. Diferentes grupos sociais, mesmo em aflição, mantiveram-se fortes, mobilizando-se por respostas aos desaparecimentos e criando, no ano seguinte, núcleos do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) por todo Brasil. Em julho de 1976, a *Lei Falcão* restringia as campanhas de partidos políticos nos meios de comunicação apenas à exposição dos nomes e das imagens dos candidatos, sem discursos políticos. No ano seguinte, um conjunto de reformas institucionais, chamado de Pacote de Abril, buscava evitar o avanço do MDB e evitar os ocorridos das eleições anteriores. Todavia, evidenciando a contradição do período, Geisel

³ A Organização dos Países Exploradores de Petróleo (OPEP) foi uma organização criada pela Arábia Saudita, Venezuela, Irã e Iraque em 1960. A maioria dos países-membros se tratava de nações árabes, que não estavam satisfeitas com a aproximação política dos Estados Unidos com Israel. Aproveitando-se do monopólio de 80% da produção desse insumo, resolveram demonstrar sua força para economia mundial aumentando o preço do barril de petróleo, liderados pelo presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, líder de inspirações nacionalistas. A crise afetou vários países no globo, gerando aumento da dívida externa e inflação. (OLIVEIRA, 2006, p. 6-8)

⁴ O fenômeno ocorreu durante o governo de Emilio Garrastazu Médici (1969-1973). O Brasil passou por uma dúbia prosperidade e o Produto Interno Bruto (PIB) cresceria a 11% ao ano, privilegiando os já abastados grupos econômicos do Brasil. À época, o então Ministro da Fazenda, Delfim Netto, concedeu crédito, ao agrado da classe média, garantindo a essa o acesso a bens de consumo duráveis. Todavia, no outro lado da moeda, os arrochos salariais, a máquina jurídica e policial de repressão impedia a classe trabalhadora de se mobilizar, legitimando uma grande diferença de renda (CARVALHO, 2005, p. 122-123)

revogaria o perverso *Ato Institucional nº 5*, em 31 de dezembro de 1978. (RESENDE, 2014).

*

O ano de 1978 foi particularmente simbólico para organização política das comunidades homossexuais. Além do surgimento do *Lampião da Esquina* surgia também, em São Paulo, o *Somos*, que foi conhecido como “a primeira organização duradoura e bem-sucedida de liberação dos gays”. (GREEN, 2000, p. 432) Desde os primeiros momentos, a formação desses dois símbolos políticos foi recheada de divergências. A história do *Lampião da Esquina* ficara constantemente marcada por disputas sobre quais matérias deveriam ser publicadas e qual seria o tom político que deveria ser assumido. Esses desacordos frequentemente eram causados pela diversidade de seu conselho e pela separação existente entre os grupos do Rio de Janeiro e São Paulo⁵. Já o *Somos*, e outras organizações políticas do mesmo período, também tensionavam sobre qual seria a melhor forma de lutar pela questão homossexual, marcada, principalmente, em

⁵ O grupo dos onze fundadores do periódico havia estabelecido a ocorrência de reuniões mensais, alternando-se entre as duas cidades-sede. Todavia, isso só aconteceu apenas no primeiro número do jornal. Isso fez com que as demais publicações fossem montadas no Rio de Janeiro, sob responsabilidade de Aguinaldo Silva, impelindo uma função secundária à equipe de São Paulo, já que não participava da montagem final do periódico. (PEREIRA, 2017, p. 104) Peter Fry, detalha o resultado desse cenário: “havia duas posições... digamos: uma mais *light* que era Aguinaldo, junto o pessoal do Rio; e uma mais pesada que eram algumas pessoas de São Paulo... não todas!! Havia muita suspeita mútua. O pessoal de São Paulo sempre muito acusatório” (FRY *apud* SILVA, 1998, p. 289). Enquanto, “João Antônio Mascarenhas propunha uma militância homossexual efetiva para o jornal, (...) Aguinaldo Silva priorizava o aspecto comercial do periódico” (PEREIRA, 2017, p. 104). Trevisan, também matinha desejos por um jornal politizado, contudo, o projeto dele se diferenciava do que era proposto por Mascarenhas “O Trevisan possuía a idéia [sic] do Gay Liberation... que é uma atitude filosófica de contestação plena, completa e radical. Algo um pouco diferente da minha posição” (MASCARENHAS *apud* SILVA, 1998, p. 272).

debates sobre a aproximação (ou não) dos coletivos gueis às organizações de esquerda.

Outra similaridade entre a trajetória dos dois encontra-se no papel significativo que o *Lampião* teve para o surgimento do *Somos*. A criação do grupo, até certo ponto, estava associada ao “boicote” que o mensário havia sofrido em um evento de imprensa alternativa organizado pela *Versus* – revista ligada à organização trotskista Convergência Socialista. Tal revés estimulou João Silvério Trevisan - jornalista e fundador do mensário - e outros militantes a formarem um grupo de atuação política homossexual. O que corroborava o elo entre os dois. Conta-se que no dia reservado para discussão a respeito da imprensa alternativa, estavam presentes jornais como *Movimento*, *Em tempo* e um representante do recém-criado *Lampião da Esquina*. Todavia, os responsáveis pelo convite, não o fizeram. Esses integrantes, colaboradores da seção afrolatina da *Versus*, alegaram falsamente que não conseguiram se comunicar com os membros do *Lampião* (MACRAE, 1990).

Outro evento determinante para o *Somos*, e a subsequente expansão do seu número de membros, foi uma atividade organizada pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais, na Universidade de São Paulo, em fevereiro de 1979 (GREEN, 2014). Apesar de sua proximidade, no evento, *Lampião* e *Somos* se apresentaram como organizações diferentes, ainda que, como dito, membros do mensário o compusessem. O evento contava com cerca de 300 pessoas e buscava aglutinar discussões sobre o grupo de negros, mulheres e

homossexuais – debates que eram, alegadamente, rechaçados pela esquerda tradicional e perseguidos por regimes socialistas. Esse conflito acabou por ser um dos principais pólos de tensões, reverberando em um questionamento sobre a aproximação do movimento homossexual à esquerda.

Durante o ano de 1978, o *Lampião da Esquina* adotou uma postura mais afirmativa sobre a homossexualidade, tentando instrumentalizar os seus leitores para que esses se sentissem mais confiantes e positivos sobre a própria sexualidade. Isso fica evidente na análise da seção *Opinião*. Já em seu número zero, dizia que estava “Saindo do gueto” (LAMPIÃO, 1978, p. 2), incentivando que a homossexualidade fosse vivenciada de uma forma livre. O “gueto” significava não exclusivamente de um lugar físico, mas sobretudo, simbólico, onde pessoas com sexualidades e gêneros dissidentes eram compulsoriamente obrigadas a estar. Propor uma saída desse ambiente de opressão era ousado, e, portanto, assumia uma postura política.

No número 2, em *Assumir-se? Porquê?* da mesma seção, foi-se incentivado aos homossexuais reafirmarem a sua sexualidade. Para o autor, “assumir-se, no caso significa o processo de aceitar com naturalidade a condição homossexual, sem alardeá-la, mas sem escondê-la” (Mascarenhas, 1978, p. 2). Ainda que houvesse uma condicionante normatizadora na frase, era possível encontrar uma premissa que buscava tirar o estigma de anormalidade que paira sobre o homossexual. Em outro trecho, Mascarenhas (1978, p. 2) faz um apelo para à coletividade. Assumir, para ele, seria batalhar para a

“construção de um mundo melhor, onde os direitos humanos e os das minorias sejam respeitados, pois o assumir se constitui um ato essencialmente político”, sendo também, “através do qual o indivíduo reconhece-se como integrante de um grupo oprimido primeiro e indispensável passo para lutar contra a opressão”.

Em 1979, existiu um silêncio “opinativo”. e o mensário não publicou a seção *Opinião*. Essa interrupção deixa evidente a mudança de tom do jornal em relação à pauta política para os *gueis*. O ano de 1979 também havia sido um momento importante para a organização homossexual. Em 16 de dezembro de 1979 ocorreu uma reunião prévia, documentada pelo *Lampião da Esquina*, na edição 20, primeira vez em que a seção *Ativismo* foi publicada – mesmo número do “retorno” da seção *Opinião*. O evento ocorreu para debate daquilo que viriam a ser os primeiros Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) e Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), ocorridos em abril de 1980. Estavam presentes na prévia dois representantes do jornal, Francisco Bittencourt e Leila Miccolis. Ainda que não tivesse sido tão público quanto os que viriam a ocorrer, o evento foi o primeiro encontro de homossexuais militantes do Brasil e contou com a presença de 60 pessoas de diferentes cidades, ainda que concentradas, majoritariamente, no Sudeste.

O ano de 1980 ficou marcado por um ascendente processo de estruturação política do debate homossexual, consolidado pela ocorrência dos eventos mencionados. *Lampião* em sua seção *Opinião* e *Ativismo* acompanhou vorazmente essas articulações. Em sua edição

23, o mensário concede espaço para um membro do *Grupo Somos/RJ*, João Carneiro. Ele acreditava que os homossexuais não poderiam “aceitar entrar nesse jogo, de olhos fechados. Temos que denunciar e combater, hoje mais que nunca, os totalitarismos neofascistas e neostalinistas; denunciar e combater os herdeiros de Hitler/Mussolini/Franco/Salazar e herdeiros de Stálin” (CARNEIRO, 1980, p. 2). Sua fala dispunha um olhar crítico sobre a organização política dos homossexuais, que, ao seu ver, não deveriam estar alinhados nem a esquerda e nem a direita, colocando-os em simetria.

Naquele mesmo ano, *Em Recadinho a Alice*, da vigésima sétima edição, João Silvério Trevisan ironizou o comportamento de alguns militantes *gueis* sobre a política sexual. Ele questionava a falta de centralidade dada pelos grupos homossexuais ao tema do sexo, como parte da pauta política. O autor acreditava que “a tão malfadada militância, que já estropiou nossas melhores cabeças de esquerda, está diluindo também aquilo tudo que nós teríamos de mais pessoal, específico e original a propor” (TREVISAN, 1980, p. 2) Corroborando um tom crítico, dessa vez mais voltado para os grupos de esquerda.

Ao analisar a *Ativismo* foi possível compreender a visão do periódico sobre o movimento homossexual, expondo seus momentos de conflitos acerca dos rumos que esse deveria tomar. De maneira frequente e quase que exclusiva, o *Lampião* cobria diferentes espaços organizativos, fazendo identificar uma proximidade do mensário sobre articulações políticas entre os grupos homossexuais. O mensário, de

modo recorrente, utilizava-se da sua plataforma para difundir a sua visão política. Uma das formas mais evidentes desse posicionamento era uma defesa fundamentalmente autonomista, em que se supervalorizava os questionamentos morais provocados pelo sexo e o exercício da sexualidade, em detrimento a outras formas de organização política. Esse marcador aparecia em diferentes momentos da análise. Uma que categoriza bem esse ponto de vista está presente na matéria, *No Rio, o encontro nacional do povo guei*, da edição 20, escrita por Francisco Bittencourt.

Ele defendia que o *status quo* não possuiria argumentos e armas que pudessem se opor a esta forma emergente de fazer política. Em suas palavras, surgia “um universo novo e desconhecido do sistema”, em um programa que “difere totalmente tanto da direita como da esquerda”, e “pela primeira vez na história têm pela frente uma revolução desarmada”. (BITTENCOURT, 1980, p. 7) Essa noção revolucionária e utópica era o seu modo de fazer política, e essa se apresentava oposta ao que usualmente era ostentado pelos movimentos de esquerda comprometidos com a “luta maior”. Bittencourt sugeriu, assim, um movimento homossexual afastado da dicotomia burguesia *versus* proletariado, e próximo a uma superação da moralidade racista, anti-homossexual e machista.

O momento era de eclosão de diferentes discussões políticas, consolidadas pela execução dos EBHO e EGHO, fazendo *Lampião da Esquina* adotar uma postura cada vez mais contundente sobre a aproximação de movimentos de esquerda aos movimentos

homossexuais. Esse posicionamento não era uma tônica expressa apenas pelo mensário, mas também nas discussões no interior dos grupos organizados. A mesma edição (24) fez a cobertura dos dois encontros decisivos para as incipientes organizações políticas. Mesmo em seu início, ocorreram dois rachas. Um deles foi protagonizado pelas lésbicas que construía o *Somos*. Elas optaram por romper com a organização homossexual, a fim de construir uma exclusivamente de mulheres lésbicas, o *Grupo de Ação Lésbico-Feminista* (GALF). O outro racha formalizava a escalada de tensão existente entre os homossexuais que acreditavam que o movimento deveria ser autonomista, ou seja, livre de outros partidos, e aqueles que acreditavam que poderiam continuar a se organizarem com os demais homossexuais e organizações de esquerda.

Aqueles que optaram por sair do *Somos* alegavam que a “imagem externa do Grupo Somos está irreversivelmente associada ao grupo Convergência Socialista” (SOMOS, 1980, p. 8), e que compreendia que sua autonomia estava comprometida devido a “elementos filiados a organizações político-partidárias”, e desejavam ser, novamente, um “grupo de homossexuais interessados basicamente em discutir nossa sexualidade e lutar contra a discriminação sexual”. (SOMOS, 1980, p. 8) Ao todo, foram nove membros saídos do *Somos*, eles formaram um novo grupo chamado *Outra Coisa*, tornando-se uma das primeiras cisões fruto dessas divergências. Ressalta-se, ainda, que essa narrativa de cooptação do movimento homossexual pela esquerda também era alimentada pelo próprio *Lampião da Esquina*.

João Silvério Trevisan, na matéria *Por unanimidade: autonomia (apenas aparente)*, da seção *Ativismo* da edição 24, louvava a decisão de “reafirmar e garantir a autonomia política do movimento homossexual brasileiro”. Todavia, afirmava que apesar disso, tal deliberação não se dava na prática, devido à presença de um membro da *Fração Guei da Convergência Socialista*⁶ na Comissão Organizadora do EBHO. Para Trevisan (1980, p. 6) isso seria “um precedente lamentável, porque abre caminho para que qualquer partido político invada o movimento homossexual para disputá-lo enquanto potencial eleitoreiro”, corroborando um tom fundamentalmente antiesquerda.

Apesar das acusações, também havia uma tentativa de tutelar o movimento vinda do mensário. E essa se tornou um signo e fator de tensão entre o próprio *Lampião da Esquina* e as demais organizações homossexuais. Isso era refletido, por exemplo, em um tratamento díspar sobre diferentes grupos políticos. Na análise da seção *Cartas na Mesa* isso fica bastante evidente. Na edição 25, o *Terceiro Ato*, um grupo de organização política homossexual de Belo Horizonte, emite seu programa político em uma carta, anunciando a sua fundação ao afirmar:

Caros Amigos. Por meio desta comunicamos a formação de mais um grupo Homo, situado em Belo Horizonte – MG. (...) reivindicamos o direito de crítica sobre toda a estrutura social vigente, seja sobre a problemática econômica

⁶ Também conhecida como *Fração Homossexual*, fazia parte da organização de esquerda trotskysta *Convergência Socialista*, estando, portanto, destinada ao debate das questões relacionadas à política homossexual.

relacionada às formas de produção – exploradores x explorados – seja, ao nosso condicionamento comportamental. (...) vítimas das ditaduras da direita ou de esquerda. Não nos colocamos contra as “ideologias progressistas”, nosso movimento faz parte delas, mas contestamos a moral burguesa das esquerdas. (...) Aos nossos amigos do *Lampião* comunicamos que nossa Caixa Postal é nº 1720. Gostaríamos que o jornal transasse uma coluna onde os vários grupos de todo o Brasil pudessem manter uma correspondência. (TERCEIRO ATO, 1980, p. 18)

A carta emitia uma inspiração marxista, baseada na luta de classes, tipicamente associada ao movimento de esquerda trazendo um olhar mais classista para a luta homossexual, ainda que, na carta, não advogassem abertamente sobre isso. O grupo também reafirmava não estar contra essas ideologias e organizações progressistas, mas sim contra sua moral, que era de ordem burguesa, se opondo, igualmente, às ditaduras de direita. A postura do jornal foi bastante simpática e incentivava a sua participação no mensário. Em sua resposta o *Lampião* dizia:

Nosso jornal é de vocês, amigos e amigas do Terceiro Ato. Façam dele a tribuna de conagraçamento com os demais grupos oprimidos que estão surgindo em todo Brasil. *Lampião* precisa da cooperação de todos, da crítica constante e do auxílio também, como leitores atentos e, principalmente, como ASSINANTES. E não tenham dúvidas: nós, juntos, é que estamos fazendo História. (LAMPPIÃO, 1980, p. 18)

Diferentemente da postura cordial ao grupo de homossexuais mineiro, *Lampião da Esquina* foi bastante hostil em sua resposta à carta da *Convergência Socialista*, publicada apenas uma edição

depois, na edição 26, onde o grupo queixava-se sobre a ausência da publicação de um artigo que militantes da *Convergência* haviam enviado cerca de um mês atrás. E, que segundo eles, desmentiria boatos e mentiras sobre o movimento homossexual da *Convergência*, como detalhado abaixo:

[...] Logo depois [ao último número], o governo iniciou os ataques à *Convergência*, acusando-a de ser infiltrada em todo o movimento grevista do ABC, dizendo que a *Convergência* levava o movimento operário a se desviar de suas lutas. Da mesma forma, *LAMPIÃO* tem publicado artigos dizendo que a *Convergência* é infiltrada no movimento homossexual para desviá-los de seus propósitos. Se *LAMPIÃO* pretende ser um jornal democrático, que reflete todas as correntes de idéias do movimento homossexual nós achamos que é necessário dar voz a nossas respostas. Na época que *LAMPIÃO* foi atacado pelo governo, a *Convergência* e especialmente os homossexuais lutaram para defender o jornal, independente das discordâncias que possa ter com ele. Esperamos que os editores do *LAMPIÃO* tomem a mesma atitude. Como grupo de homossexuais organizados, nós solicitamos que seja publicado o nosso endereço, como tem sido feito com as demais organizações. Abraços e beijos. Fração Gay da *Convergência Socialista – SP* (*CONVERGÊNCIA*, 1980, p. 17)

A resposta do jornal foi deveras rude e irônica com a nota da *Convergência*, demonstrando que a sua concepção de relações de poder, democracia e resistência social estava coadunada com uma postura liberal individualista e pouco sensível às similaridades das lutas de grupos homossexuais distintos:

Querido redator anônimo da Convergência: com quem você aprendeu a escrever, meu amor? Com os "copydesks" da Veja? Nunca vimos nada tão melífluo quanto esta sua carta. Nela você diz apenas o seguinte: - 1 - Que o governo só descobriu a Convergência - e passou a persegui-la – porque LAMPIÃO falou nela; 2 - que LAMPIÃO usa os mesmos métodos do governo – inventa “mentiras” sobre a Convergência para prejudica-la; 3 – que LAMPIÃO e os homossexuais são duas coisas distintas; mas que a Convergência e os homossexuais brigam pelas mesmas coisas. Isso não é política, meu amor; é mau-caráter. Ora, todo o mundo sabe que a mania de vocês de formarem a primeira fila de todos os movimentos beira o exibicionismo (...) e não é LAMPIÃO quem vai chamar a atenção do governo pra isso; quanto ao fato de a Convergência ter assinado manifestos de apoio ao LAMPIÃO quando este jornal era perseguido, não pensávamos que isso nos seria cobrado depois, mas sim, que esta solidariedade era apenas uma questão de espírito democrático. De uma vez por todas: o LAMPIÃO não nutre, pela Fração (da Convergência), uma simpatia maior ou menor que a que sente por outros grupos; e não está sonhando o seu espaço ao grupo; apenas o jornal não está interessado em se ver manobrado por este ou qualquer grupo; é assim que os milhares de leitores do LAMPIÃO o querem: aberto, escancarado. E essa, queridos aprendam a primeira lição, elementar pra quem apregoa honestidade na política – é que é a verdadeira democracia (LAMPIÃO, 1980, p. 17)

Mais conflitos do tipo ficam evidentes, como na edição trinta e um, em uma missiva enviada por Eduardo III, membro do coletivo político *Outra Coisa* –uma organização com um viés mais autonomista e fruto do já mencionado racha com o *Somos*. Ainda assim, a carta questionava o fato do jornal promover dissensos entre os movimentos organizados, ao questionar “qual é a do *Lampião*?”:

Primeiro, vocês dizem ‘que não estão ligados a nenhum grupo homossexual especificamente’ (sic), que estão ‘vitalmente interessados no surgimento dos grupos homossexuais’ (outro-sic) e, percebem por acaso que o Outra Coisa foi um grupo que surgiu com o “racha” do Somos? Por que nas páginas de Lampião tem sempre critiquinhas, piadinhas de mau-gosto e fuxicos (como os da coluna “Bixórdia”), dirigidos aos grupos ou à [sic] este grupo? Parece que mais que vocês não apenas estão interessados na não criação de novos grupos, como fomentar o ódio entre os já existentes. Por que não assumem de uma vez uma postura uma posição mais clara? Seria menos hipócrita. Aliás, eu sei muito bem o quanto uma “brincadeirinha inocente” de vocês pode ter uma consequência destrutiva no trabalho desses mesmos grupos organizados, trabalho de suor e sangue, realizado com carinho. Um jornal é feito por pessoas reais e palpáveis e não por algo abstrato em nome de uma “democracia” de idéias [sic]. Por mais divergências que exista entre todo o conselho editorial, o jornal sempre terá uma linha mais definida. O resto é tapar o sol com a peneira, coisa muito conveniente e conivente. (EDUARDO, 1980, p. 2)

A resposta do jornal não foi nada simpática:

R - Querida Ricardo III. (...) Antes de mais nada, eu não sou senhor e nem senhora, e sim se-nho-ri-ta. Não posso saber exatamente o que acontecem nos grupos, entre outras coisas porque sempre fui contra aglomerados de meia dúzia que pretendem falar pela maioria. Entendido? (...) eu não sou do Conselho do jornal e sim colaborador desde os primeiros números – muito antes de pessoas como você terem surgido e provavelmente continuarei depois de terem desaparecido. O que acho é que vocês têm atacado apenas a esquerda, esquecendo que moramos num país de direita. Tá boa, santa? (RODRIGUES, 1980, p. 2)

Já em 1981, na edição 33, a crise se intensifica. Dessa vez, durante as discussões para formação do II EGHO, alguns grupos

demonstraram resistência à participação do mensário na organização do evento. O periódico que havia coberto quase que exclusivamente a primeira edição, dessa vez, quase foi vetado da reunião para organizar o II EGHO. Um de seus colaboradores conta em matéria que após quase três horas de reunião, por 23 votos a 11, foi decidido que *Lampião* continuaria na reunião (NUNES, 1981, p. 15) evidenciando que não se tratava apenas de um dissenso com a *Convergência*, mas que o descontentamento com o jornal poderia ser algo compartilhado por diferentes organizações homossexuais que ali se reuniam.

Nesse contexto, *Lampião da Esquina* ficara refém das próprias disputas políticas. As tensões com o movimento homossexual e o fim do casamento que esse havia se colocado, ficavam mais evidentes. A sua postura, cada vez mais bélica, começou a afastar os grupos políticos e gerou uma crise à credibilidade e ao seu comprometimento com a política homossexual. Novos fatores acabariam causando impeditivos para continuidade do mensário. A crise financeira deixaria o seu processo de elaboração e impressão cada vez mais caro, a reabertura política expandiria a indústria de comunicação, impondo novos concorrentes a ele e a outros setores da imprensa alternativa. E, por último, mas talvez o golpe mais duro, o fim de seu elo com outros movimentos homossexuais, que a partir dali já não possuíam a mesma relação de cordialidade com o *Lampião*. Esses elementos, juntos, criariam uma situação propícia ao fim do mensário.

A principal conclusão sobre a agenda política do paladino era a sua evidente falta de comunicação ou negligência com a pluralidade

política que existia entre os homossexuais. Ainda que a questão sexual tivesse profunda centralidade para liberdade do grupo, ainda existiam outras condicionantes que poderiam ser igualmente fatores catalisadores de suas pautas. Frequentemente, o mensário agia como se existisse uma única forma de fazer política, lançando constantes incertezas sobre os grupos políticos que discordavam de suas orientações. Acreditamos que *Lampião*, se comportava assim, pois se importava com os rumos daqueles incipientes movimentos. Afinal, a sua história estava vinculada e advogava em defesa dos homossexuais.

Não obstante as dificuldades para lidar com a pluralidade política, o paladino mensário manteve a sua honestidade ideológica, tocou em temas moralmente subversivos ao expor a existência e resistência homossexual, lançando luz onde havia sombras. Ele foi o responsável por advogar sobre a normalidade do que é ser homossexual. A sua presença criou empatia e impacto em diferentes sujeitos. Ele cumpriu esse papel ao tirar-se do “gueto”, e afirmar-se positivamente sobre a homossexualidade em várias bancas de revistas. Ao fazer isso, dizia para cada homem *guei* que não havia nada de errado em se sentir assim. *Lampião*, portanto, merece os créditos por sua imensa importância, pois carrega esses louros até hoje.

Referências

CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). *Dados*, [s.l.], v. 48, n. 1, p.115-147, mar. 2005. *FapUNIFESP (SciELO)*. Disponível na Internet via <<http://dx.doi.org/10.1590/s0011-52582005000100005>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 2000.

GREEN, James N.. O grupo Somos, a esquerda e a resistência a Ditadura. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan (Org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade*. São Carlos: Edufscar, 2014. p. 177-199.

KAMINSKI, Leon Frederico. O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. *Antíteses*, v. 9, n. 18, p.467-493, 31 dez. 2016. Universidade Estadual de Londrina.

LAMPIÃO: da Esquina. Rio de Janeiro, abr. 1978 à jul. 1981.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

OLIVEIRA, Ilana Saldanha Paiva de. *Efeitos da crise do petróleo de 1973 no Brasil*. 2006. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, Ronielyssom Cezar Souza. “Gay-macho”, “travesti” ou “bicha pintosa”? : A produção discursiva sobre representações homoeróticas no jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981). 2017. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968: o curto ano de todos os desejos. *Tempo Social*, v. 10, n. 2, p. 25-35, 1998.

RESENDE, Pâmela de Almeida. Da Abertura Lenta, Gradual e Segura à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: A Lógica do Dissenso na Transição Para a Democracia. *Revista Sul-americana de Ciência Política*, [s.l], v. 2, n. 2, p.36-46, 2014.

SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1998.

SOBRAL, Thasio Fernandes. *Movimentos homossexuais no jornal Lampião da Esquina (1978-1981)*.178 f. Dissertação (Mestrado) –

Curso de História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador,
2019.

O ensino de História por meio das metodologias ativas

Tiago Silva dos Santos¹

Doutorando em Educação pela Universidad Interamericana em Assunção-PY

Introdução

Desde o início do século XXI, se implantou no Brasil um ensino de História mais contextualizado e democrático, proporcionando voz aos excluídos e ampliando a linha de ação e o próprio debate sobre a história, democratizando o acesso a informações, dados, e a outra vertente histórica.

Dentre as tendências pedagógicas que foram aplicadas na educação brasileira ao longo da história, esse texto será fundamentado pelas teorias da Pedagogia Renovada, onde o ensino será baseado nas particularidades de cada indivíduo e em sua forma de aprender. Outra teoria que embasará o estudo será a Pedagogia Libertadora, cujo grande pensador é o brasileiro Paulo Freire que preconiza uma educação emancipadora dos indivíduos, colocando o educando como agente ativo no seu processo de ensino-aprendizagem.

Na perspectiva de proporcionar ao aluno uma aprendizagem mais dinâmica e ligada ao seu contexto, realizamos um trabalho didático baseado na utilização de novos recursos didáticos. Fizemos a escolha dos jogos, pois, são os recursos preferido dos alunos nesse

¹ Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador. Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e História do Brasil. Graduado em História pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: tiagosantoshair@gmail.com

processo, devido ao seu contato com os mesmos, sejam eles físicos ou digitais, pois, proporciona ao jogador a imersão em um contexto histórico, desde os cenários realistas e ambientalizados, buscando proporcionar ao jogador uma sensação diferenciada de acordo a plataforma escolhida.

Para Paulo Freire, a relação que deve ser estabelecida entre o educador e o educando é dialógica em que a interação entre ambos proporcione a construção de uma autonomia e criticidade a ser utilizada no cotidiano. Para que ocorra esse processo se faz necessário que o professor tenha a sensibilidade de perceber o conhecimento prévio que o aluno carrega consigo e faça uso do mesmo para construir novas formas de aprendizado e construa significado nessa construção intelectual. Como método o professor pode fazer uso da ludicidade, por meio de brincadeiras, atividades e jogos que abordem o tema.

Para Malone (1980), um dos pioneiros nos estudos relacionados ao uso de jogos para o processo de ensino-aprendizagem, os jogos com maior impacto visual, proporcionam uma maior inserção no conteúdo digital, desenvolvendo outras habilidades como, o poder de observação, a criação de estratégias e táticas e a aplicabilidade de conceitos e teorias.

A utilização de novos recurso e tecnologias no ensino de História

Constatada a realidade da exclusão digital da população brasileira, demonstra grande importância realizar alguns

questionamentos fundamentais para o docente diante do desafio posto pela necessidade de incluir novos recursos digitais na sua práxis. Buscando compreender a utilização dos recursos e tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem, deve-se analisar o histórico?. Existem várias denominações para o uso de ferramentas digitais, sendo estas em muitas situações sinônimos. Os termos Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC), são trabalhados há um tempo no campo da educação, como afirmam os autores Coll e Monereo

Entre todas as tecnologias criadas pelos seres humanos, aquelas relacionadas com a capacidade de representar e transmitir informação- ou seja, as tecnologias da informação e da comunicação – revestem-se de uma especial importância, porque afetam principalmente todas as áreas de atividade das pessoas, desde as formas e práticas de organização social até o modo de compreender o mundo, de organizar essa compreensão e de transmiti-la para outras pessoas. (Coll e Monereo, 2010, p. 17)

A utilização de recursos digitais no âmbito escolar é algo que ocorre desde o século XX, principalmente após a segunda metade do século, quando as instituições escolares passaram a receber os primeiros aparelhos de computador e a instalação da rede de conexão.

Muitos pesquisadores se debruçaram sobre a temática, com o intuito de compreender como ela impactou no ensino dos alunos e como os docentes compreenderam a sua aplicabilidade no seu trabalho.

Com essa transformação tecnológica, as escolas passaram a necessitar de profissionais capacitados para trabalhar com essas ferramentas no desenvolvimento de suas funções pedagógicas, buscando aproximar esses recursos educativos dos alunos. No entanto, a exclusão digital no Brasil é um problema de grandes proporções que impactam o processo de aprendizagem.

Outro problema encontrado é a não disponibilização dos laboratórios de informática nas escolas públicas, seja na esfera estadual como na municipal, o que ainda não foi solucionado no país. Além da escassez nos recursos tecnológicos, existe a necessidade em se investir na formação dos docentes para que estas ferramentas possam ser utilizadas corretamente, pois em muitos momentos os recursos ficam inutilizados devido à falta de formação dos docentes.

Através dessas constantes mudanças a escola tem como principal desafio proporcionar uma aprendizagem que promova a interação entre os conhecimentos prévios dos alunos, os recursos digitais e os conhecimentos curriculares que necessitam ser transmitidos. É necessário um olhar diferenciado do educador para as NTIC's no âmbito escolar. Para Santos, o uso das tecnologias tem como intuito

[...] representar um movimento ímpar, uma vez que nos permite pensar na redução das distâncias, numa maior integração das escolas entre si e com o mundo contemporâneo; não somente como consumidoras, mas como possibilidade de produzir conhecimentos e de fazer de cada espaço escolar um lugar de produção coletiva, no qual sejam constituídas interações não lineares e onde sejam fortalecidas essas redes de relações. (SANTOS, 2002, p. 49)

A introdução de novos recursos na área educacional proporciona uma ressignificação nos componentes curriculares e uma mudança na forma de trabalhar em sala com os alunos, proporcionando uma aprendizagem significativa Ausubel (1982).

Nesse contexto de mudanças na educação, a teoria do Conectivismo de Siemens (2004), defende que o conhecimento está distribuído através das redes e o processo de aprendizagem baseia-se na capacidade do indivíduo em ser um indivíduo ativo no processo de ensino-aprendizagem. O termo conexão utilizado no trabalho será embasado pelo pensamento de Filaltro (2004), que defende que todos os indivíduos estão conectados através da rede:

A conectividade se dá quando duas ou mais pessoas se aproximam mentalmente, interagem conversam ou colaboram. Com o auxílio de telégrafos, rádios, telefones ou de redes digitais de comunicação, essas pessoas podem estar em lugares diferentes, distantes. O avanço e a ampliação do uso da Word Wide Web (WWW) transformaram as possibilidades de conectividade entre as pessoas. (FILALTRO, 2003, p. 102)

Hoje a imagem do professor que baseia sua prática no repasse de conteúdos está próxima à extinção. Com a gama de recursos disponíveis e com um público ávido por novas abordagens no processo educacional, não aceitando mais o papel de agente passivo, apenas assimilando conteúdos sem participar do processo de construção educacional. Segundo Almeida, a nova organização dos papéis dos professores e dos alunos na educação baseia-se no uso de

Metodologias Ativas – aquelas em que:

O professor atua como mediador, facilitador, incentivador, desafiador, investigador do conhecimento, da própria prática e da aprendizagem individual e grupal. Ao mesmo tempo em que exerce a sua autoria, o professor coloca-se como parceiro dos alunos, respeita-lhes o estilo de trabalho, a coautoria e os caminhos adotados em seu processo evolutivo. Os alunos constroem o conhecimento por meio da exploração, da navegação, da comunicação, da troca, da representação, da criação/recriação, organização/reorganização, ligação/religação, transformação e elaboração/reelaboração. (ALMEIDA, 2003, p. 73)

Ao analisarmos o contexto escolar, percebemos inúmeras possibilidades de trabalho com os estudantes que proporcionariam uma maior compreensão do tema, bem como um aprendizado mais significativo dos conteúdos abordados, utilizando como uma das possibilidades as tarefas de aprendizagem propostas em sala de aula.

Essa realidade educacional exige dos professores uma redefinição de suas posturas em sala de aula, assim como fora dela, através de formações continuadas. A utilização de recursos digitais e ambientes virtuais como forma de expansão da aprendizagem possibilita uma interação do aluno com recursos que lhes são familiares e prazerosos.

Mesmo na segunda década do século XXI, os educadores continuam com uma enorme dificuldade em modernizar a sua metodologia de ensino, parte disso está no seu processo de formação nas universidades e faculdades sejam públicas ou privadas. O processo de construção do professor ainda está baseado nos moldes tradicionais

e academicistas, ficando o futuro professor desconectado com a realidade educacional das escolas da educação básica.

Nesse contexto de transformações nas concepções pedagógicas que o educador deve entender seu papel nesse processo. O uso dos recursos digitais deve proporcionar uma aprendizagem que perdure ao longo da vida do educando. Todavia a formação contínua hoje se apresenta como um fator indispensável nesse processo de construção das concepções e métodos de ensino. Do contrário, há o risco de uma visão muito instrumental com algumas consequências:

[...] o uso como instrumentalidade esvazia esses recursos de suas características fundamentais, transformando-os apenas num animador da velha educação, que se desfaz velozmente, uma vez que o encanto da novidade também deixa de existir (PRETTO, 1996, p. 114).

Para Pretto as novas tecnologias proporcionam novos alicerces aos educadores para a implantação de novas ferramentas no processo de ensino-aprendizagem, tornando-o muito mais eficiente, pois as mesmas já integram o cotidiano dos alunos.

Com o avanço tecnológico que estamos vivendo, as Tecnologias da Informação e Comunicação – (TICS) têm proporcionado a invenção de muitos *softwares* promotores de maior interação. Com o intuito de troca de mensagens de texto, imagens, sons, vídeos, informações para pessoas ou para diversos grupos simultaneamente, as multiplataformas permitem autonomia, ou seja, permitem que o aluno organize o próprio momento de estudar, inclusive para fazer

pesquisas *online* no horário e no local que quiser; permite a facilidade de compreensão, e de interação entre o seu grupo de estudo, e também devido à flexibilidade ele permite uma aproximação maior entre o professor e o aluno. Alguns pesquisadores do tema como Bender (2014), Siemens (2014), Barbosa (2013), entre outros, observaram que o uso *das mídias digitais* podem ser ferramentas acessíveis a uma considerável parte dos alunos capaz de promover uma maior integração na turma ao criar um cenário propício para debates acerca de determinados temas inerentes ao contexto das disciplinas.

A escola é o espaço de explicitação de conceitos, contradições e tensões presentes na esfera do conhecimento e da vida social. Ao compreender os processos de construção de sentidos e propor a ampliação de vivência com novos meios de aprendizagem da História, com os diferentes produtos culturais humanos, se acredita numa contribuição para a construção de sujeitos capazes de se colocar ativamente nos espaços sociais, produzindo textos, leituras e solucionando questões que possam surgir durante todo o processo.

Ao analisarmos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, percebe-se o estabelecimento de métodos para a transmissão dos conteúdos necessários para os alunos na realização das aulas de história:

Art. 26 – Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma Base Nacional Comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Parágrafo 4º - O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia. (BRASIL, 1998)

Publicados em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais buscam promover uma maior análise relacionada à nossa cultura e nossa memória buscando transmitir às novas gerações que frequentam as escolas nas diferentes realidades socioculturais do Brasil um conhecimento crítico relacionado à nossa formação social.

Os PCNs apresentaram como proposta basilar a modificação da estrutura dos conteúdos apresentados até então como propostas curriculares oficiais. A ideia principal era a transformação dos conteúdos organizados de forma linear em eixos temáticos. Também foi proposta a incorporação de novas perspectivas historiográficas como metodologia de ensino. As transformações no ensino de História buscavam estabelecer uma formação para o exercício da cidadania, uma formação de indivíduos críticos e conscientes, capazes de interpretar e transformar a sua realidade, por meio de soluções para os possíveis problemas detectados em sua comunidade, além de proporcionar a valorização do patrimônio sociocultural (próprio e de outros povos) e de respeitar as diferenças culturais, evitando qualquer tipo de discriminação e exclusão social. (BRASIL, 2001)

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o ensino de história foram publicadas em 2003. O objetivo era assegurar o direito

à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantir igual direito às etnias e culturas que formam a nação brasileira, além do direito ao acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. (BRASIL, 2004)

O trabalho pedagógico com os Conteúdos Estruturantes, - básicos e específicos - tem como finalidade a formação do pensamento histórico dos estudantes. Para isso, os professores e alunos utilizam em sala de aula e nas pesquisas escolares, os métodos de investigação histórica articulados pelas narrativas desses sujeitos. Os alunos perceberão que a História está narrada em diferentes fontes (livros, cinema, canções, palestras, relatos de memória e outros), sendo que os historiadores se utilizam destas fontes para construir suas narrativas históricas.

Ao analisarmos o trabalho pedagógico do ensino de História baseado nos PCNs não se nota a menção ao uso das tecnologias, o que mantém o aluno restrito à utilização tradicional dos livros didáticos. A inserção das tecnologias no ensino de História pode começar com a utilização do computador, tablet, celular, etc., o que vai, certamente, possibilitar aos alunos interagirem durante a construção do conhecimento, os levando a compreender o passado e possibilitando uma análise crítica do presente. Segundo Ferreira (1999, p. 135), o uso desses recursos no ensino de História deve ser utilizado para:

- | |
|--|
| -Desenvolver habilidades como criatividade, coordenação motora, percepção visual e auditiva; |
| - Motivar a pesquisa; |

| |
|--|
| - Pôr os alunos em contato com a realidade através do programa (<i>software</i>) escolhido; |
| - Organizar as informações; |
| - Classificar dados; |
| - Traçar croquis, esboços e desenhos (fazer mapas, plantas da realidade estudada e outros); |
| - Organizar a vida escolar; |
| - Produzir trabalhos escolares, através de <i>softwares</i> de planilhas, banco de dados e processadores de texto; |
| - Elaborar gráficos estatísticos; |
| - Fazer apresentações mais dinâmicas |

Como se observa, as novas tecnologias podem ser utilizadas de maneira muito criativa pelos alunos e nessa perspectiva, se ampliam as possibilidades na realização de trabalhos escolares em sites via internet, visitas de campo aos museus, consulta aos arquivos públicos, com o intuito de estabelecer contato com documentos históricos, proporcionando vivências jamais realizadas, gerando um resultado na disciplina de maior participação e envolvimento dos alunos nas aulas.

Os alunos após a adoção desses métodos desenvolverão as suas relações interpessoais, através do intercâmbio de suas vivências, o que colaborará para a construção e ampliação dos seus conhecimentos e conceitos relacionados a sociedade na qual estão inseridos.

Considerações finais

O presente texto discutiu o contexto da educação ao decorrer dos anos do século XXI no Brasil, e do processo gradual e progressivo de suas transformações. As Metodologias Ativas na educação se apresentam como uma contraposição a toda as metodologias de ensino tradicional que por um longo período foi aplicado no Brasil.

Ao analisar as informações obtidas com a pesquisa de levantamento bibliográfico, percebe-se o potencial para a implantação de novas metodologias e recursos na educação, o que proporciona aos alunos novas alternativas de construção e produção de conhecimento. A construção e aplicação dos jogos demonstram a possibilidade de expansão dessa prática pedagógica que ainda necessita ser mais trabalhada, nos variados locais de ensino, atraindo novos docentes para a produção de novos métodos de ensino.

As transformações que abrangem a problemática do fazer pedagógico devem ser ampliadas para além do trabalho em sala de aula, a aplicação do conteúdo, apenas para cumprir um currículo sem significado para o aluno e conseqüentemente fadado ao fracasso.

A realização do trabalho docente sofrerá transformação, visto que as tarefas realizadas anteriormente com o uso isolado e sem interação dos computadores passam a ter uma maior interação e resultado, pois através do uso da informática se pode aplicar atividades aos alunos que podem ser realizadas em sua casa e debatidas no âmbito escolar, o que certamente, poderá possibilitar transformar a disciplina de história em matéria dinâmica e não decorativa.

Para Bastos (1997) se faz necessário pensar no ensino de História integrado com a tecnologia, objetivando ser um dos caminhos possíveis para conciliar o desenvolvimento social, visando à formação sócio histórica do aluno, pois a utilização dessas máquinas não pode ser vista na concepção tecnicista, na qual se resume a técnica pela

técnica. Este mundo necessita ser compreendido e interpretado à luz das visões extraídas do homem para ler a história.

Tais processos não são tão simples e Rocha (1996) mostra que o ensino de História ainda é predominantemente factual, trabalhando com as tendências narrativas e positivistas, se apresentando para os alunos como um ensino desinteressante, burocratizado e repetitivo, o que pode comprometer o processo. Esse processo tem comprometido o ensino da disciplina, desestimulando alunos e professores.

O autor elucida que em relação ao aprendizado, se deve considerar três aspectos: socialização e colaboração; meio e contexto; construção e significado. A necessidade de se discutir amplamente a aplicação de novos recursos como os jogos físicos e digitais, assim como seus impactos no processo de aprendizagem é uma realidade que não pode ser mais deixada para segundo plano, exigindo extensa participação dos professores e alunos na construção de novas abordagens e aplicações para o processo de ensino-aprendizagem.

Referências

AUSUBEL, D. P. *A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel*. São Paulo: Moraes, 1982.

ALMEIDA, M.E.B. Tecnologia e Gestão conhecimento na escola. In: Vieira, A. T. V.; ALMEIDA, M.E.B, Alonso, M (org). *Gestão educacional e tecnologia: formação de educadores*. São Paulo. Avercamp, 2003.

BARBOSA, E. F. G. *Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica*. B. Tec. Senac, Rio de Janeiro, v. 39, n.2, p.48-67, maio/ago. 2013.

BASTOS, João Augusto de S.L. Educação e tecnologia. *Educação & tecnologia. Revista técnico-científica dos programas de pós-graduação em Tecnologia dos CEFETs PR/MG/RJ*. Curitiba: CEFETS – PR, ano I, n. 1, abril 1997.

BENDER, William N. *Aprendizagem baseada em projetos: a educação diferenciada para o século XXI*; tradução de Fernando de Siqueira Rodrigues, Porto Alegre: Penso, 2014.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas e Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília-DF: Outubro, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural – Orientação Sexual/Ministério da Educação*. Secretaria da Educação. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. Secretaria da Educação e Cultura. *Lei de diretrizes de base da educação nacional: (Lei 9394/96)*. Natal: Unidade Setorial de Planejamento/SECD, 1998.

COLL, C. e Monereo, C. Educação e aprendizagem no século XXI. In: COLL, C.; MONEREO, C. *Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as metodologias da informação e da comunicação*. (p.15-46). Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. A importância das novas tecnologias no ensino de História. *Universa*. Brasília, n. 1, fevereiro de 1999.

FILATRO, Andrea. *Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia*. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2004.

MALONE, T. W. *Toward a theory of intrinsically motivating instruction*. *Cognitive Science*, vol. 5, no. 4, pp. 333–369, 1981.

PRETTO, Nelson de Luca. *Uma escola sem/com futuro*. Campinas: Papyrus, 1996.

SANTOS, Selma Ferro. Processos de desenvolvimento de “novas práticas”: apropriação e uso de novas tecnologias. In: FILHO, Aldo Victorio; MONTEIRO, Solange Castellano Fernandes (Orgs). *Cultura e conhecimento de professoras*. Rio de Janeiro: DP& A, 2002.

SIEMENS, George (2004). *Connectivism: A Learning Theory for the Digital Age*. Disponível em: <<http://www.elearnspace.org/Articles/connectivism.htm>>. Acesso em: 28/11/2018.

Os desafios da internacionalização sindical

Vanessa Cristina Meneses Fernandes

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA

Professora substituta do Departamento de Educação da UEFS¹

Augusto César Rios Leiro

Professor doutor da Faculdade de Educação da UFBA²

O presente texto foi resultado da apresentação no VI Seminário de História Política (SEHPOLIS). Trata-se de parte dos resultados de um estudo em andamento, mais precisamente em fase de levantamento e análise de documentos sindicais acerca da política internacional. A pesquisa faz parte do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFBA (FACED) cuja pesquisa é intitulada: “Organização dos trabalhadores (inter) nacionais em educação”. Faz uma análise de como as organizações sindicais de professores³ se inscrevem no cenário internacional e busca compreender os desafios históricos e imediatos acerca do processo de internacionalização das pautas, compromissos e lutas sindicais.

A investigação em questão tem natureza qualitativa, inspiração dialética e intenta refletir criticamente sobre a política de

¹ E-mail: vcmfernandes@uefs.br

² E-mail: cesarleirocbce@gmail.com

³ As organizações sindicais de docentes pesquisadas são: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE).

internacionalização sindical em tempos de crise e ofensiva conservadora.

Com relação às organizações sindicais pesquisadas temos o ANDES-SN que foi fundado no ano de 1981 como associação, tendo como sigla apenas ANDES Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Somente em 1988, com a Constituição Federal, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Possui sede em Brasília e conta com várias sessões sindicais em diversos lugares do país. Em 2007, o ANDES se descredenciou da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e se filiou a Central Sindical e Popular CONLUTAS (CSP- CONLUTAS).

A outra entidade sindical estudada é a CNTE, cuja origem remonta ao ano de 1945, ocasião em que os professores das escolas públicas se organizaram para a formação de associações - três anos antes do início do primeiro projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A primeira Confederação dos professores primários fundada em 1960 foi chamada de Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB). Desde o ano anterior (1959) já haviam conseguido reunir vários docentes associados de 11 estados brasileiros.

Entre as três organizações sindicais pesquisadas, a CONTEE é a mais recente, fundada em 1990, com o intuito de atender às demandas dos trabalhadores da rede privada de ensino. Atualmente representa aproximadamente um milhão de trabalhadores entre professores (as) e técnicos administrativos (as). Existem 88 sindicatos ligados à

CONTEE. Entre os princípios estão a prática sindical democrática, classista e pluralista, liberdade e autonomia sindical sem interferência do Estado, com relação à internacionalização defende que sejam estabelecidas articulações independentes e solidárias com movimento sindical internacional, de modo a apoiar a luta internacional dos trabalhadores.

Para o estudo em tela, utilizamos alguns conceitos sobre internacionalização. Inicialmente, para conceituar o debate sobre a internacionalização, foi feito um diálogo com Morosini (2006), quando esta afirmou que a internacionalização é um processo de articulação entre países que acontece em diferentes setores da sociedade. A autora reconheceu que o processo de internacionalização ocorreu de modo mais expressivo em empresas de grande porte e nas universidades, conforme a estudiosa a respeito da internacionalização afirma que: “a internacionalização é marca das relações entre as universidades. Por sua natureza de produtora de conhecimento, a universidade sempre teve como norma a internacionalização da função pesquisa, apoiada na autonomia do pesquisador” (MOROSINI, 2006, p. 108).

A internacionalização decorre também do desenvolvimento da globalização que foi se potencializando, principalmente, a partir das décadas de 1980 e 1990. Na conjuntura atual, esse processo contou com um desenvolvimento extraordinário da tecnologia, proporcionando, cada vez mais, um mundo interligado, influenciando

também o mundo do trabalho e a consequente internacionalização sindical.

A internacionalização nessas instituições aconteceu de forma diferente do que ocorreu em outras entidades, como as universidades, por exemplo, uma vez que nesses espaços a internacionalização é realizada a partir de parcerias, intercâmbios de estudantes e ou profissionais, entre outras formas de diálogo com outros países. No caso dos sindicatos, a internacionalização está relacionada às condições de organização e articulação com outras entidades de outros países que os trabalhadores possuem, ou seja, como eles conseguem se unir e dialogar sobre suas pautas e realidades com entidades representativas de trabalhadores de outros países. Existem especificidades que são características de cada organização de trabalhadores. A esse respeito, Rombaldi (2016) afirma que a internacionalização sindical é desenvolvida através de estruturas internacionais, que são as confederações e federações sindicais internacionais.

A organização dos trabalhadores, no nível internacional, materializa-se em articulações e estratégias estabelecidas para além dos padrões de mobilização e negociação tradicionalmente direcionados para o nível local ou nacional. As ações sindicais internacionais são desenvolvidas de forma bilateral ou por meio de estruturas internacionais que podem ser classificadas em dois grupos principais. O primeiro deles refere-se às *confederações sindicais internacionais*, organizações que filiam internacionalmente as centrais sindicais nacionais.

Em seguida, vêm as *federações sindicais internacionais*, entidades de caráter setorial, em que os filiados nacionais correspondem aos sindicatos, federações e confederações relacionadas a determinados setores econômicos. Entre os resultados alcançados por tais organizações, merece destaque a aproximação de sindicatos estabelecidos em diferentes países e o fortalecimento de negociações que acarretaram, por exemplo, o crescente número de Acordos Marco Internacionais (AMIs) junto a ETNs. (ROMBALDI, 2016, p. 535)

Desse modo, quando se discute acerca do processo de internacionalização sindical, é preciso considerar, além dessas especificidades aqui mencionadas, as metas que os sindicatos estabelecem no sentido de buscarem parcerias internacionais, como estratégia de fortalecimento de suas lutas. A troca de experiências viabilizadas pela internacionalização permite que as organizações possam se fortalecer e também aprender com os outros países nos quais estabelecem as parcerias. Embora estas estejam presentes como um dos princípios que norteiam essas organizações e também as centrais sindicais nas quais são ligadas, o que a pesquisa mostrou até a ocasião desta apresentação e escrita do texto é que as entidades pesquisadas ainda avançaram pouco nesse sentido.

Conforme já mencionado, as organizações sindicais buscam construir um diálogo internacionalista que proporcione o fortalecimento das lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores, além da troca de experiências políticas. A esse respeito, Boito Jr. (1999, p. 215) considera que se trata de um tema emergente de

pesquisa e que as relações internacionais no sindicato são “temas importantes à espera de pesquisadores”.

Ainda sobre a internacionalização, importa ampliar o debate a partir dos escritos de Knight (2012) quando esta afirma que a internacionalização existe para contribuir e não suplantar a realidade local. Nesse sentido, a escritora considera que as prioridades políticas nacionais devem ocorrer de modo articulado com a dimensão local.

Para Bartell (2003), a internacionalização consiste em trocas internacionais, desse modo, não podemos compreender esta como um meio de hegemonização e homogeneização de um país sobre outro, mas ao contrário, trata-se de um processo dialógico bilateral ou multilateral entre as organizações sindicais.

A internacionalização é diferente da globalização, embora elas se relacionem, como Knight (2012) explica. Enquanto a segunda enfatiza os recursos mundiais, a primeira focaliza as relações de trocas entre as nações, através de instituições e sistemas.

A internacionalização nos sindicatos acontece através, parcerias como entidades representativas de movimentos sociais de interesse mútuo, ou entidades representativas de trabalhadores de outros países, por meio de eventos ou encontros com representantes internacionais para discutir questões comuns ligadas à internacionalização. Existem também as entidades internacionais que existem para promover as parcerias com instituições representativas de trabalhadores de diferentes países. Deste modo, a internacionalização dos sindicatos possui especificidades em suas atividades, o que difere das

universidades, por exemplo, nestas últimas a internacionalização se materializa através das jornadas pedagógicas e das lutas sindicais históricas e imediatas.

No caso dos sindicatos, a internacionalização está mais relacionada aos interesses comuns à classe trabalhadora, ou às condições de organização que os trabalhadores construíram historicamente. Existem especificidades que são típicas dessas organizações de trabalhadores. A esse respeito, Rombaldi (2016) afirma que a internacionalização sindical é desenvolvida através de estruturas internacionais, que são as confederações sindicais internacionais e as federações sindicais internacionais.

A maneira como a internacionalização se expressa depende das condições de cada país em promovê-la, bem como das possibilidades de parcerias e articulações possíveis. Deste modo, alguns segmentos conseguiram avançar mais no processo de internacionalização que outros. No caso dos sindicatos docentes, a internacionalização cresceu pouco, o que é uma contradição diante dos princípios internacionalistas que inspiram organizações que possuem alguma influência no marxismo.

A internacionalização realizada pelas entidades sindicais apresenta especificidades principalmente no que diz respeito às possibilidades de estabelecer parcerias internacionais como estratégia de fortalecimento de suas lutas. A troca de experiências viabilizadas pela internacionalização permite que trabalhadores das

organizações nacionais possam aprender, se fortalecer e trocar experiência com os outros países nos quais estabeleceram parcerias.

Com relação à vinculação globalização e internacionalização, Rombaldi afirma que “nem todo processo de globalização econômica conduz necessariamente à internacionalização sindical. Pelo contrário, a ação sindical para além das fronteiras nacionais desenvolve-se em diferentes ritmos e velocidades”. (ROMBALDI, 2016, p. 549)

A partir das informações disponíveis nas páginas oficiais das organizações sindicais pesquisadas, é evidente que a CONTEE é a organização que mais constituiu parcerias internacionais, enquanto o ANDES e a CNTE apresentam números menores de entidades internacionais parceiras.

Uma das possíveis razões para isso é que muitos sindicatos se ocupam mais com questões locais e nacionais do que com as relações internacionais. Inclusive pela própria dinâmica de atuação sindical, ou seja, das demandas que se apresentam, há uma exigência de atenção às questões locais e isso que foi observado nesta pesquisa é também confirmado por Costa:

[...] a grande prioridade concedida às políticas de âmbito nacional, tendo em conta que é no plano nacional que regimes jurídicos, salários e condições de trabalho são delineados; b) a escassez de produção teórica a respeito do sindicalismo transnacional, explicada em parte pelo reduzido número de “trocas” sindicais internacionais; c) a ausência de recursos financeiros que suportem as iniciativas de cooperação internacional; d) a insuficiente valorização da solidariedade operária entre organizações de diferentes partes do mundo em detrimento da (por vezes excessiva)

ênfase colocada em visões sindicais opostas entre o sindicalismo do Norte e o sindicalismo do Sul; e) o frequente recurso por parte das multinacionais a mecanismos de exploração sobre a classe trabalhadora; etc. (Costa, 2005, p. 131)

Nesse mesmo texto, o autor salienta que, na ocasião, tanto em Portugal quanto no Brasil, as relações internacionais tinham um peso reduzido quando definiam as políticas das centrais sindicais. Conforme afirmação do Secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em entrevista concedida a Costa, no ano 2000:

O espaço prioritário para qualquer sindicato é o nacional, em primeiro lugar, é a empresa, é a categoria, é a cidade, é a região, é o país e só depois é que vem o internacional (Secretário de Relações Internacionais da CUT, entrevista, Junho de 2000, São Paulo, Sede da CUT). (COSTA, 2005, p.132)

Apesar da declaração acima, é reconhecida por parte dos sindicatos a importância de buscar parcerias internacionais, diante da necessidade dos sindicatos se fortalecerem na busca pela garantia e apoio aos direitos da classe trabalhadora. Com isso, muitos sindicatos buscam apoio político junto a outros países.

Diante do argumento da situação exposta a cima é que as três entidades sindicais pesquisadas firmaram parcerias com diferentes instituições internacionais, entre elas podemos destacar a Confederação dos Educadores Americanos (CEA), que é a única instituição internacional que possui vinculação com as três organizações pesquisadas, isto porque o ANDES-SN possui apenas

esta parceria internacional A Comunidade das Organizações Sindicais de Professores e Trabalhadores em Educação dos Países de Língua Portuguesa – Sindical da Educação (CPLP-SE) e a Internacional de Educação (IE), possuem relação com a CONTEE e a CNTE, além destas temos a Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE), que tem parceria com a CONTEE.

A CEA foi criada por iniciativa da Associação Geral dos Professores do Chile, a partir da realização de vários encontros. O primeiro deles foi o Congresso de Professores da América. Realizado em Buenos Aires, na Argentina, em janeiro de 1928, o evento contou com uma delegação de onze países. Dois anos depois, treze países participaram da convenção, que desta vez aconteceu em Montevideú, no Uruguai. Esses encontros foram importantes para discutir questões que afetavam os trabalhadores dos diferentes países envolvidos.

As discussões avançaram, principalmente depois do Congresso de 1939, ocorrido em Havana, Cuba. Neste encontro as discussões sobre a consciência internacional da profissão docente ganharam força. Na ocasião em que foi realizado o quarto Congresso Americano de Professores, em Santiago do Chile, no ano de 1943, foi criada a Confederação Americana do Magistério (CAM). Já mais tarde, quando houve o sexto e último encontro em Montevideo, no ano de 1957, a CAM deu lugar para a CEA que passou a funcionar em caráter permanente.

A CEA tem entre seus princípios o respeito pleno aos direitos humanos e individuais, a democracia, a equidade de modo que sejam

asseguradas as possibilidades de desenvolvimento e potencialidades. Outras diretrizes são o respeito à diversidade, o acesso e a defesa da educação pública, gratuita, laica e democrática; a cooperação entre povos, independência de filiação de caráter religioso.

Em relação à Comunidade das Organizações Sindicais de Professores e Trabalhadores em Educação dos Países de Língua Portuguesa – Sindical da Educação (CPLP-SE), trata-se de uma organização internacional, com sede em Lisboa e sem fins lucrativos, que reúne países que têm em comum a língua portuguesa como idioma oficial. Fazem parte da Comunidade os seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste.

De acordo com o estatuto da CPLP-SE, tem como um dos principais objetivos promover a aproximação entre as Organizações Sindicais de Professores e Trabalhadores em Educação dos países lusófonos. Busca defender a escola pública, laica, gratuita, democrática e de qualidade; a articulação de experiências na formação sindical e no movimento sindical internacional.

A estrutura organizacional funciona dividida em três órgãos: a Conferência Sindical da Educação, o Secretariado Permanente e o Conselho Fiscal. A Conferência Sindical da Educação é considerada a mais importante entre as três. É o órgão máximo confederação, cabe a ela definir e orientar as estratégias de ação da CPLP–Sindical da Educação. Além disso, ela elege o Secretariado Permanente, é

responsável por aprovar proposta do Secretariado Permanente, autoriza a entrada de novos membros, entre outras funções.

Com relação às funções do Secretariado Permanente podemos mencionar a execução das decisões da conferência, a elaboração do orçamento, do relatório e das contas, bem como a responsabilidade de representar a CPLP – Sindical de Educação em juízo ou fora dele. Quanto ao conselho fiscal, esse é órgão que exerce a fiscalização em relação ao cumprimento dos estatutos e regulamentos, é responsável também pela elaboração de pareceres sobre os planos de atividades e orçamento, pelos relatórios e contas apresentados em cada Conferência. A receita é proveniente de tributos pagos pelos sócios, além de rendimentos de bens e pagamento por serviços prestados.

Outra organização internacional que a CNTE e a CONTEE possuem relação é a Internacional de Educação (IE). Com sede em Bruxelas na Bélgica, possui escritórios situados por continentes. Na África, a sede fica em Acra na República do Gana. A direção da Ásia e do Pacífico fica na capital da Malásia Kuala Lumpur. Outra sede em Suva capital das ilhas de Fiji que fica situada no Oceano Pacífico Sul. Possui um escritório no Oriente Médio, uma sede em Santa Lúcia no Caribe e em representação na América Latina há uma sede em São José na Costa Rica. Cada unidade desta atende aos sindicatos dos países que compõe a região.

De acordo com informações obtidas da página oficial da internet,⁴ a entidade tem como princípio proteger os interesses das

⁴ Página oficial da Education International: < <https://www.ei-ie.org/>>.

associações de docentes que participam da IE. Outro objetivo é promover a paz, a democracia, a justiça social, a igualdade por meio do desenvolvimento educacional; reconhecer os direitos dos professores internacionalmente; melhorar as condições de trabalho docente; defender a liberdade dos profissionais da educação; promover o direito à educação para todos sem qualquer tipo de discriminação, através do estabelecimento e da proteção dos sistemas de ensino e das instituições acadêmicas com atividades culturais abertas e públicas, com objetivo de promover o desenvolvimento democrático, social, cultural e econômico da sociedade; trabalhar para criar as condições políticas sociais e econômicas necessárias para alcançar o direito à educação; defender uma forma de educação direcionada para a união internacional, com respeito à liberdade, à preservação da paz e à dignidade humana.

Os princípios da IE abrangem também outros temas que são de interesse da sociedade como um todo e não apenas da classe trabalhadora, como a importância da luta contra o racismo, o combate à discriminação de gênero, estado civil, ou orientação sexual, idade, religião, opinião política, situação socioeconômica, origem nacional ou étnica. Além disso, busca meios de promover a ascensão da mulher em postos de liderança e de maior visibilidade na sociedade. Por se tratar de uma organização que reúne internacionalmente diferentes entidades sindicais, a IE busca fortalecer a solidariedade e a cooperação entre as instituições integrantes da associação, para que

dessa forma possa se ampliar o apoio entre docentes dos diferentes países.

Um dos principais objetivos é o de contribuir com o desenvolvimento dos sindicatos docentes, especialmente nos países que, devido a dificuldades nas condições políticas, sociais ou econômicas, não conseguem ter assegurados os direitos humanos e sindicais. E por fim, na condição de associação que promove a união entre entidades sindicais de diferentes países, busca impulsionar a união entre os sindicatos independentes e democráticos de modo a potencializar o movimento sindical internacional.

A IE busca em suas ações o fortalecimento e desenvolvimento dos sindicatos para assim estimular a solidariedade internacional entre os profissionais da educação. Tem como parâmetro também promover a autonomia [política/organizativa/intelectual?]. Essas ações são propostas pela ferramenta da cooperação para o desenvolvimento que desenvolve seu trabalho pautado no Estatuto da Educação Internacional.

No ano de 2019, em Bangkok (Tailândia), foi realizado o 8º Congresso Mundial da Internacional da Educação, no qual foram feitas resoluções em solidariedade aos países associados à IE no sentido da solidariedade e da proteção aos direitos dos trabalhadores, à importância de assegurar a democracia, entre outros. No caso do Brasil, as principais pautas apontavam críticas em relação ao processo de promoção de políticas de mercantilização do ensino, que acontece

através das privatizações e que conseqüente conduz à destruição da educação pública.

A Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE) foi fundada no ano de 1946 em uma conferência realizada em Paris. A FISE une sindicatos de profissionais da educação de diferentes categorias e níveis de diferentes nacionalidades e independente de posicionamentos políticos, filosóficos ou religiosos. Com sede em Hyderabad (Índia), faz parte da Federação Sindical Mundial (FSM), possui soberania própria e uma carta internacional profissional que busca afirmar suas competências sobre todos que têm relação com o trabalho docente, bem como questões relacionadas ao trabalho docente e os sindicatos da categoria.

A estrutura da FISE é composta por organizações membros e organizações associadas, aqueles que podem se tornar membros são as organizações nacionais de professores que aceitam as normas da federação. Todos os membros da FISE possuem os mesmo direitos e deveres, bem como possuem autonomia total. Os órgãos da direção estão organizados por: Congresso da FISE, Comitê administrativo, escritório, secretariado, comitê de auditoria e congresso estatutário. Este último é o maior órgão da FISE, composto por delegados de organizações de membros da FISE e organizações associadas.

Quanto ao congresso da FISE, este elabora o programa de ações profissionais e sindicais da FISE, elabora as pautas relacionadas aos objetivos e deveres da FISE, altera e modifica a constituição, debate as atas do comitê administrativo, toma decisões sobre demandas

relacionadas à associação, ou exclusão de entidades que façam parte. As deliberações são definidas depois de muito diálogo e por maioria simples. O congresso conta com cinco idiomas oficiais: francês, russo, espanhol e árabe. Com relação às despesas com os delegados, essas ficam sob responsabilidade das entidades nacionais.

Com relação à estruturação do comitê administrativo, trata-se de um órgão coletivo de administração da FISE que tem como função eleger presidente, vice-presidente e os membros da secretaria da FISE. Possui o direito de eleger um representante como membro da secretaria e um como membro do comitê administrativo. Entre suas principais funções está aplicar as resoluções adotadas no congresso, criar planos de trabalho, organizar agenda e documentos básicos, assim como no congresso as decisões são definidas por maioria simples. Desse modo, cada órgão da direção possui atribuições específicas necessárias para o desenvolvimento das atividades administrativas. Aqui mencionamos apenas algumas das principais funções, pois nosso objetivo é apresentar a estrutura geral da FISE e buscamos assim evitar uma descrição exaustiva de funções administrativas.

Entre outras demandas, a FISE desenvolve a cooperação entre as organizações sindicais atreladas a ela, tendo como princípio atender aos interesses fundamentais de professores, bem como os outros trabalhadores da educação. As ações da Federação são independentes de partidos políticos e do governo são direcionadas para atender às demandas e interesses da classe dos trabalhadores da educação, tendo

como princípios a defesa da paz, a luta contra o monopólio, o imperialismo colonial, sempre em consonância com as orientações gerais da FSM.

Entre os objetivos principais da FISE está unir as organizações dos trabalhadores da educação dos diferentes países para lutar em defesa das demandas sindicais; desenvolver a solidariedade em nível internacional entre os trabalhadores; incentivar ações que possam alcançar diversos países; defender a educação pública, gratuita, sem discriminação social, de gênero ou nacionalidade; expressar os interesses dos professores nacionalmente e internacionalmente junto a órgãos com a OIT, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) entre outras.

A FISE tem como princípio a democracia sindical, as atividades da Federação mantém contato permanente com as organizações nacionais afiliadas, oferece apoio internacional, empreende intercâmbio de informações e experiências com organizações de profissionais da educação; participa ativamente no trabalho de organizações internacionais, convoca reuniões, colóquios de representantes de diferentes sindicatos de diferentes países, elabora estudos sobre temas que têm relação com questões educacionais e sindicais.

A federação é mantida pelos membros através de contribuições semestrais e não aceita subvenção do governo, organizações políticas ou privadas. O não pagamento pode acarretar perda dos direitos de participação e decisão na FISE.

Diante da apresentação das organizações internacionais que são parceiras das instituições sindicais nacionais em educação, podemos concluir que elas possuem traços em comum em relação aos objetivos e aos princípios, assim como aos trabalhos realizados pelas mesmas. É comum percebermos entre essas organizações a preocupação em promover a união entre os trabalhadores, defender a democracia, a diversidade e a gratuidade do ensino.

Entre os princípios em comum, temos a luta contra a discriminação devido a nacionalidade, ou etnia, gênero, orientação sexual, ou devido à situação socioeconômica. Dessa forma buscam fortalecer a solidariedade entre trabalhadores de diferentes países. O respeito à diversidade também aparece de forma recorrente, mas o principal que podemos destacar é o princípio do apoio mútuo que essas entidades internacionais promovem no intuito de estabelecer o fortalecimento e a internacionalização entre os sindicatos dos diferentes países que fazem parte desses organismos internacionais.

Apesar de todas essas parcerias, existem muitas dificuldades das centrais sindicais em se internacionalizarem. No caso do Brasil, essas questões têm relação com o processo de formação histórica, ou seja, o movimento de abertura política do Brasil com o mundo é relativamente recente.

Além dessas razões apresentadas, existe também a dificuldade devido a limitações financeiras que muitas vezes essas instituições enfrentam. Isso dificulta, por exemplo, a realização de viagens ou participação em atividades internacionais. Outro desafio que também

se apresenta aos sindicalizados é a barreira da língua estrangeira. O exercício da internacionalização dos sindicatos exige que os representantes tenham domínio de outros idiomas para que possam se comunicar. Desse modo, são muitos os desafios que se apresentam aos docentes no que diz respeito à internacionalização sindical. Isso sugere o porquê a internacionalização ainda acontecer de forma incipiente nessas entidades pesquisadas, embora esse processo ocorra de diferentes maneiras em cada uma das entidades que estão sendo pesquisadas.

Referências

BARTELL, M. *Internationalization of universities: A university culture-based framework*. Higher Education. Manitoba, Winnipeg, 2003.

BOITO JR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

COSTA, Hermes Augusto. *O Sindicalismo, a Política Internacional e a CUT*. Lua Nova [online]. 2005, n.64, pp.129-152. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>>. Acesso em 10 de outubro de, 2018.

Estatutos, FISE. Paris, [1946?]. Disponível em:<<http://wftufise.org/pt>>. Acesso em 30 de outubro de 2019

Estatuto reformulado da CONTEE. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.contee.org.br/>Acesso em 03 de novembro de 2020.

KNIGHT, Jane. *Cinco Verdades a Respeito da Internacionalização*. International Higher Education. Revista Ensino Superior Unicamp, 2012. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/cinco-verdades-a-respeito-da-internacionalizacao>>. Acesso em 02 de setembro de 2018.

MOROSINI, Marília Costa *Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior*– Conceitos e práticas. Educar, Curitiba, Editora UFP n. 28, p. 107-124, 2006.

Objetivos principais da Education International. *EI*, 2011. Disponível em: <<https://www.ei-ie.org/>>. Acesso em 30 de outubro de 2019.

ROMBALDI, Maurício. *Diferentes ritmos da internacionalização sindical brasileira: uma análise dos setores metalúrgico e de telecomunicações*. Cad. H vol.29 no.78 Salvador set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

Anticomunismo e religião: o caso do Caldeirão do Beato José Lourenço no Cariri cearense (1936-1937)

Vinícius Silva de Medeiros*

Graduando em Licenciatura em História - Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Introdução

A Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 não significou para os estratos sociais vulnerabilizados do Brasil uma mudança substancial em suas vidas. As mazelas oriundas de séculos de escravidão e exclusão social reverberavam na nova forma de organização política do país. O antigo regime enfraquecido pela centralização do poder, Guerra do Paraguai e mudanças na estrutura econômica mundial não sustentou a crise política desencadeada no século XIX.

Uma vez instaurado, o novo regime não mudou as estruturas sociais do país; o latifúndio continuou a base da vida econômica, enquanto a maior parte da população continuou excluída das decisões políticas nacionais. Inclusive, muitos cargos importantes da República continuaram ocupados pelos mesmos políticos oligarcas que haviam servido D. Pedro II (FARIAS, 1997, p.10).

Sertões adentro vivia-se uma temporalidade diferente daquela experienciada em cidades do litoral: “ali nada parecia romper uma

*E-mail: viniciusdemedeiros@outlook.com

rotina secular, firmemente alicerçada no privilégio, no arbítrio, na lógica do favor [...] nas rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, violência e o medo” (NEVES, 2008, p.15). Naquele meio esteve inserido o Caldeirão do Beato José Lourenço, uma comunidade “alternativa” aos modos de sociabilidade estabelecidos da primeira metade do século XX, encravada no sertão do Cariri, que chamou atenção das elites locais preocupadas com supostas ameaças iminentes à ordem estabelecida.

Enquanto no litoral as cidades recebiam cada vez mais a influência das tendências europeias - arquitetura e urbanismo, vestuário, imprensa -, o interior do país sofria com o esquecimento das políticas sociais, econômicas e sanitárias. O início da República foi marcado pela Guerra de Canudos, batalha travada entre sertanejos e militares do exército brasileiro. Retratada na obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha, demonstra a maneira como uma casta econômica, que também era intelectual, enxergava o problema social que circuncidava o país e faz aparecer “uma rara síntese que condensa o contraste entre os ideais de progresso e civilização que pautam os sonhos de seu tempo e a dura realidade do Brasil” (NEVES, 2008, p.17).

No Ceará, a comunidade do Beato José Lourenço, o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, foi relacionada ao episódio que envolveu a liderança de Antônio Conselheiro, referência para as comunidades lideradas pelo Beato, ele mesmo um seguidor do Padre Cícero Romão Batista, um importante líder religioso para as populações sertanejas.

Desde o sítio Baixa D’Anta (1895-1926)¹ até propriamente o “Caldeirão (1926-1936)²”, foram incontáveis as tentativas de destituir aquelas experiências seja fisicamente ou moralmente, bem como explicá-las, resultando em combates pela memória e história do acontecido. O ajuntamento de sertanejos se tornou sinônimo de perigo para o mandonismo local, como também para a religião católica, pois apresentava, por suposição, aspectos de “fanatismo” e comunismo.

Pretende-se, portanto, através deste trabalho, investigar as representações do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto presentes na imprensa brasileira no decorrer dos anos de 1936 e 1937, sobretudo nos periódicos *Correio da Manhã*³ e *Diário da Noite*, ambos publicados no Rio de Janeiro. Foi esse o período de dois acontecimentos que marcaram os episódios da história do Caldeirão, leia-se o incêndio das casas dos moradores da comunidade e a dispersão dos mesmos pela tropa do tenente José Góis de Campos Barros, em setembro de 1936; e o confronto entre os remanescentes do Caldeirão contra as tropas do Capitão José Bezerra, em maio de 1937. Ressaltando as narrativas e discursos em torno do imaginário anticomunista produzido pelos setores interessados na condenação do Caldeirão, as fontes dessa pesquisa encontram-se disponíveis no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

¹ O sítio Baixa D’Anta foi o primeiro local de estabelecimento da comunidade de José Lourenço. O terreno arrendado foi vendido pelo proprietário, tendo os moradores que procurarem outro local, sem receberem nenhuma compensação pelo trabalho realizado na terra em mais de duas décadas.

² O Caldeirão fora um sítio oferecido por Padre Cícero à comunidade do Beato José Lourenço. Essa área possuía tal nome devido a existência de uma depressão natural em forma de caldeirão.

³ A escolha dos jornais *Correio da Manhã* e *Diário da Noite*, ambos periódicos cariocas, intenta descrever como setores da capital federal, o Rio de Janeiro, visualizavam a experiência do Caldeirão. Através de pesquisa exploratória objetivo analisar os fragmentos que condenam o ajuntamento.

Entendendo o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto

Pois bem, José Lourenço era um penitente paraibano, filho de escravos alforriados, que foi até o Ceará, precisamente na região do Cariri, localizada no sul do estado, seguindo o fluxo em direção aos supostos milagres que envolveram o Padre Cícero e a Beata Maria de Araújo. Ele “chegou a Juazeiro por volta de 1890. Como muitos outros era romeiro” (LOPES, 2016, p.07). Um preto pobre que nas terras cearenses foi alvo de calúnia e difamação retratada em veículos de imprensa, o que lhe causou por vezes o aprisionamento no cárcere. A trajetória do Beato José Lourenço e suas comunidades constitui um importante fragmento do cenário social que caracterizou o Nordeste brasileiro, sobretudo no final do século XIX e primeira metade do século XX.

O sítio Caldeirão, enquanto espaço de acolhimento e sociabilização, recebia retirantes famélicos em busca de pão e esperança na terra do “Padre Santo”. Lá chegando, comiam aquilo que plantavam e havia fartura. Numa terra arrendada nas proximidades da cidade do Crato, José Lourenço, apadrinhado pelo Padre Cícero iniciou seus trabalhos comunitários no sítio Baixa D’Anta entre 1895 e 1926, período em que logrou intenso apoio popular a ponto de ser constantemente comparado ao “padrinho”.

Situado no cariri cearense, porção sul do estado do Ceará, a comunidade do Caldeirão estava localizada no território da maior cidade da região àquela altura: Crato, um importante centro comercial

do interior cearense. O crescimento demográfico ocasionado pelas procissões ao Cariri logo causou problemas à vizinha cidade de Juazeiro do Norte, que não tinha condições de receber tamanho número de pessoas, principalmente indivíduos paupérrimos em busca de alimento e trabalho. “O ‘milagre’ de Juazeiro foi com certeza o motivo primordial para a ampliação do povoamento e riquezas econômicas da porção sul cearense” (FARIAS, 1997, p.36). Padre Cícero encaminhava, então, levadas de pessoas ao sítio Baixa D’Anta para que José Lourenço lhes desse abrigo. Era um espaço de confluência entre pessoas de diferentes estados, sobretudo no contexto de grave seca como aquele que atingiu o Nordeste no ano de 1932, que reclamava espaços de ajuntamento das populações pobres do interior da região.

No Ceará, tais ajuntamentos foram popularmente chamados de “Currais do Governo”. Eram, na verdade, campos de concentração, assim mesmo nomeados, onde os flagelados da seca eram alojados e muitas vezes entregues à própria sorte. Com forte sentido de controle, tais campos de concentração⁴ representavam uma forma de reter o fluxo migratório sertanejo, a fim de evitar invasões às cidades - sobretudo a capital Fortaleza - e perturbação ao comércio (RAMOS, 2011, p.77). Além disso,

Sobretudo, depois de junho de 1932, a multidão de concentrados se multiplicava dia após dia. Os grandes

⁴ A Historiadora Kênia Rios aborda em seu livro “Isolamento e Poder: Fortaleza e os Campos de Concentração na Seca de 1932”, os “currais” como políticas públicas voltadas para controle do fluxo de emigrantes em direção a capital do Ceará, que incluíam frentes de trabalho, assim como emigração forçada para outros Estados.

terrenos, cercados ou murados, geralmente planejados para alojar de dois a cinco mil flagelados, chegaram a receber mais de 50 mil retirantes, como é o caso do Campo de Concentração do Buriti, no Município do Crato (RIOS, 2014, p.92-93).

O discurso político-higienista da época defendia estratégias de segregação sob o pretexto de preservar a saúde dos centros urbanos, afastando de lá pessoas que “perturbassem” a ordem pública. Naquele período, o sítio arrendado pelo Padre Cícero recebeu incontáveis pessoas que padeciam dos males da seca e que alcançavam a cidade do Crato fosse de trem, no lombo de animais ou na resistência da marcha a pé. “A população que tinha se mantido quase constante desde 1926, é multiplicada por dois. A seca enche o Caldeirão de sertanejos atingidos pela falta d’água” (RAMOS, 2011, p.82). O Caldeirão de Santa Cruz do Deserto era lugar onde havia alimentação e trabalho para todos e o tratamento era bem distinto daquele dispensado aos homens, mulheres e crianças amontoadas como gado nos “currais do governo”.

Crise da Igreja Católica: Padre Cícero e o movimento religioso de Juazeiro

A compreensão do Caldeirão exige lembrar como o final do século XIX foi marcado por uma crise dentro da Igreja Católica, que vinha perdendo adeptos em relação às correntes ideológicas crescentes como o positivismo, cientificismo, protestantismo, maçonaria, liberalismo e marxismo. Outrossim, buscava a manutenção de sua

hegemonia após o fim do padroado no Brasil. Pensando em contornar esses problemas, a alta hierarquia deliberou através do Concílio Vaticano I (1869-1870) a centralização de suas estruturas objetivando consolidar as atividades por meio dos cânones da Igreja de Roma.

Essa reação caracterizou o que ficou conhecido como o esforço de “romanização” da Igreja, movimento reformador da prática católica surgido na segunda metade do século XIX, liderados pelos Papas Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), que procurou retornar as determinações do Concílio de Trento (1545-1563), reforçar a estrutura hierárquica da Igreja, revigorar o trabalho missionário, moralizar o clero e diminuir o poder das irmandades leigas (HERMANN, 2008, p.124).

Sua atuação no início da República foi de aproximação e restauração do poderio próximo das elites, até então afastadas pelas ideias liberais. Neste ínterim, famélicos e explorados se revoltaram pelo país, como em *Canudos* (Bahia, 1896-1897) e no *Contestado* (Santa Catarina, 1912-1916) reivindicando alimentação, trabalho e terra. Essas experiências ocasionaram rupturas que agravaram ainda mais a crise da Igreja Católica, pois esta preocupava-se na realidade em combater os inimigos que punham em risco sua hegemonia, ressaltava-se a própria República, bem como denunciar “fanatismos” dos movimentos citados que reverberaram por todo o país.

O fim do padroado com a queda do Império representou para a instituição religiosa uma enorme derrota, mas também libertação, pois findava séculos de regalismo e possibilitava a liberdade necessária de atuação da Igreja e suas reformas. A monarquia dependia da Igreja

Católica para o controle social e coesão, e esta última precisava do império para manter seu domínio.

Esse período foi marcado por intensos conflitos no seio da própria Igreja, como o movimento religioso de Juazeiro (1889-1934). Dentro do novo regime, a Igreja Católica teve que se adaptar aos novos tempos e, com pressão, conseguiu inúmeras concessões na Constituição Brasileira: “Pois se a Igreja soube contornar as limitações impostas pela nova ordem, não foi capaz, entretanto, de controlar as reações populares diante dos questionamentos e da perda de poder das autoridades religiosas” (HERMANN, 2008, p.125)

Havia setores dentro da Igreja, que atuavam juntamente com a população mais carente, a exemplo da vertente do chamado *catolicismo popular*, caracterizada pela “simplificação” ou adequação da doutrina católica ao meio em que vivem os praticantes dessa fé: “Através do catolicismo popular, os sertanejos construíram uma identidade ao mesmo tempo marginal e autônoma” (HERMANN, 2008 p.129). Ela esteve presente fortemente no sertão do nordeste brasileiro, inicialmente capitaneada pelo Padre Ibiapina, “advogado que chegou a ingressar na carreira política do Ceará, mas por razões pessoais abandonou a toga e passou a peregrinar pelo Nordeste, sem que saibamos exatamente quando foi ordenado” (HERMANN, 2008 p. 131). Como precursor desse catolicismo, “Mestre Ibiapina” inspirou muitos outros, como o próprio Padre Cícero, além do Beato José Lourenço.

Em 1889, no distrito de Tabuleiro (futuro Juazeiro), da cidade do Crato, Beata Maria de Araújo participaria do acontecimento que mudaria a história daquele lugarejo. Ao receber a hóstia de Padre Cícero, derramava-se em sangue o pão, caracterizando o suposto “milagre da hóstia” que iria gerar bruscas mudanças e embates dentro do cenário político e religioso do país.

Houve um rebuliço no clero. Uns diziam que era milagre, outros afirmavam ser embuste. A verdade é que os fenômenos promoveram um forte movimento: as romarias. Juazeiro passa a ser um lugar sagrado. Pensava-se que o fenômeno era um sinal dos últimos tempos. O milagre era visto como prova concreta de que Cristo escolhera Juazeiro para a Redenção (RAMOS, 2011, p.30).

A despeito do suposto messianismo, não se pode encontrar no movimento de Juazeiro características que lhe identifique como messiânico. Após a repercussão daquele acontecimento, Padre Cícero teve que se explicar ao Bispo do Ceará e, mais além, precisou prestar esclarecimentos ao Vaticano. Por isso ele viajou até Roma para responder pelos episódios divulgados. Suspenso pela Igreja, quis principalmente reaver o direito de celebrar missas. “Em 1898, Pe. Cícero vai a Roma e, depois de vários meses, é julgado pelo Santo Ofício, que lhe devolve o direito de pregar e voltar para Juazeiro. Mas o bispo do Ceará continua a impor restrições” (RAMOS, 2011, p.32). Do ponto de vista eclesiástico, a disputa do padre Cícero pela confirmação do milagre se arrastaria até sua morte, aos 91 anos, em

1934, incluindo “[...] suspensão das ordens e até sua excomunhão em 1916” (DELLA CAVA, 1976, p.235 apud HERMANN, 2008, p.132).

Padre Cícero então envereda no meio político e obtém inúmeras conquistas, desde a emancipação de Juazeiro, então Tabuleiro, bem como a derrocada de Franco Rabelo - Governador do Ceará da época -, no embate conhecido como “Sedição de Juazeiro” em 1914. Pe. Cícero foi o personagem central do conflito político e religioso que envolveu toda a região do Cariri na passagem do século XIX para o século XX, destarte a necessidade do elo estabelecido entre os acontecimentos. Sendo o primeiro prefeito de Juazeiro, Pe. Cícero conquistou poder político, podendo dessa maneira se resguardar de retaliações, que sofria constantemente, tornando-se inclusive governador do Ceará em duas ocasiões. Nesta época, após a morte do Padre em 1934, retirantes e moradores do Caldeirão viam na figura de José Lourenço, o substituto do patriarca de Juazeiro. Porém, “no seu testamento, Pe. Cícero doa grande parte de seus bens à Congregação dos Padres Salesianos” (RAMOS, 2011, p. 97) e não concede ao Beato as terras do Caldeirão, deixando vulnerável a comunidade de sertanejos.

Comunistas e Fanáticos: representações do Caldeirão do Beato José Lourenço

A imprensa será o principal veículo de disseminação das ideias que cercam o Caldeirão do Beato José Lourenço. É comum encontrar manchetes relacionando a comunidade com “antro de fanáticos” e

“regime comunista”. Afinal, “os jornais tiveram a função de explicitar a mentalidade das elites (econômicas, políticas e católicas)” (RAMOS, 2011, p.21). A prática do catolicismo popular e a cultura de subsistência com repartição dos alimentos produzidos naquele espaço trouxeram ao sítio olhares temerosos a respeito das “verdadeiras intenções” dos moradores.

OS ESPANTOSOS EPISÓDIOS DO SERTÃO DO CEARÁ: Quatrocentos fanáticos de túnica negra aprisionados pela polícia - franco regimen comunista - O Beato Lourenço e seu harém de dezesseis mulheres! (DIÁRIO DA NOITE, 1936, p. 13)

O problema é que o Caldeirão lembrava Canudos e sobretudo o aperreio do exército para combatê-lo (FIGUEIREDO, 2006, p.14). As comparações eram inevitáveis e chamaram atenção da polícia militar e do mandonismo local que, em consonância com o governo do estado, trataram de perseguir a comunidade. Conforme já mencionado, o Caldeirão localizava-se na porção sul do Ceará e devido à proximidade temporal dos acontecimentos da chamada pejorativamente *Intentona Comunista*⁵ de Natal, a imprensa e governo associou os dois episódios. Como a campanha anticomunista acentuara sobremaneira a partir do movimento de 1935, usou-se a pecha de comunistas para produzir a aceitação nacional à repressão empreendida em Caldeirão (ALBUQUERQUE JR, 2011, p.228). Para

⁵ Levante militar coordenado pela Aliança Nacional Libertadora, com apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB) contra o governo de Getúlio Vargas. O movimento irrompeu no dia 23 de novembro de 1935, na cidade de Natal. No dia seguinte, outra sublevação militar ocorreu em Recife. No dia 27, a revolta rompeu no Rio de Janeiro.

aumentar as suspeitas, inúmeros habitantes das comunidades proviam do estado do Rio Grande do Norte, havendo dessa maneira, pretexto para possíveis intervenções, conforme se pode acompanhar nas páginas da imprensa: “O chefe de polícia apurou que cerca de 80% dos fanáticos são constituídos por elementos vindos do rio grande do norte nos últimos seis meses, deixando esse facto presumir tratar-se de foragidos do movimento de novembro” (CORREIO DA MANHÃ, 1936, p.3).

Esse fator se deu pelas peregrinações de Severino Tavares, que teve papel destacado na disseminação do Caldeirão pelo sertão nordestino, proclamando as benfeitorias do Beato José Lourenço. “Quando chegava em um sítio, pedia abrigo e, quando anoitecia, ele ia falar sobre o Evangelho, as mensagens e os milagres de Pe. Cícero, o final dos tempos e o Caldeirão” (RAMOS, 2011, p.130).

Durante o início do século XX, o comunismo conquistou espaço no âmbito internacional a partir da *Revolução de Outubro* na Rússia. Contestando a propriedade privada, os comunistas despertavam medo no ocidente, sobretudo na Europa. As elites brasileiras e a igreja católica repudiavam as ideias revolucionárias e tinham na Europa um espelho. Vinculavam os comunistas a imagens satânicas, apelando ao discurso moralizante para obter repúdio da população aos ideais bolcheviques. Para alguns intelectuais católicos, diz Motta (2000, p. 36), “o comunismo era o último desdobramento das transformações da modernidade, atualização para o século XX dos ‘erros’ iniciados no período da Renascença”. Assim,

a Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal [...] mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX. Para lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta (MOTTA, 2000, p. 36).

O Caldeirão estava inserido num momento de crise política no Brasil. A nascente República havia entrado em confronto com inúmeras insurreições, com destaque para Canudos, Contestado, Revolução Constitucionalista e o Levante de 1935. Além destes conflitos, no Ceará, o então presidente Getúlio Vargas nomeou três interventores no período de 1930: Fernandes Távora (1931), Carneiro Mendonça (1931-1934) e Felipe Moreira (1934-1935). Menezes Pimentel foi eleito governador do Ceará em 1935, aliado da Liga Eleitoral Católica (LEC), e materializou a perseguição ao Caldeirão através da Polícia Militar. Havia, um esforço para manutenção de controle sobre a população e, nesse sentido, a comunidade liderada pelo beato José Lourenço representava àquela altura uma afronta ao poder estabelecido, sobretudo dados os episódios que marcaram o início da República no Cariri, como o movimento religioso de Juazeiro e o movimento sedicioso de 1914.

A pergunta que a polícia fazia, justamente com outras autoridades, era sobre a continuidade das romarias, sobre o destino daquela cidade que em 1914 havia insuflado a ‘Sedição de Juazeiro’. Juazeiro, depois da morte do Padre Cícero, daria problemas, assim como Canudos havia dado? (FIGUEIREDO, 2006, p.14).

É importante salientar ainda o eco causado pelo movimento de 1935, pois este dará destaque aos episódios do Caldeirão, gerando grande cobertura jornalística em torno da comunidade que, supostamente, teria viés comunista:

A forma como o episódio de 1935 foi explorado dificilmente encontra similar em outros países. A ‘Intentona’ deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática. Outrossim, contribuiu para solidificar o comprometimento da elite militar com a causa anticomunista, por via da exploração da sensibilidade corporativa do grupo (MOTTA, 2000, p.18).

Em setembro de 1936, o tenente José Góis Campos Barros comandou forte ataque àquela comunidade, incendiando as casas dos moradores e expulsando-os de suas terras. “Diante das baionetas, todos os habitantes foram expulsos do chão de onde tiravam o sustento de cada dia” (FIGUEIREDO, 2006, p.11). Os remanescentes do episódio se instalaram na Chapada do Araripe e, a partir dali, destacou-se um grupo liderado por Severino Tavares que reivindicava uma vingança finalmente organizada em maio de 1937, numa emboscada às tropas do Capitão José Bezerra, que se dirigiu ao local dos remanescentes para averiguar a procedência desse novo ajuntamento. O conflito deixou um saldo de mortes tanto para os camponeses quanto para os militares, fato que os periódicos aqui analisados repercutiram amplamente.

A abordagem realizada pelos periódicos *Correio da Manhã* e *Diário da Noite* em torno dos episódios que marcaram a trajetória do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto demonstra o temor contra um suposto comunismo presente no sertão nordestino, realizando um movimento de construção da opinião pública acerca do tema destacado. Acusados de fanáticos e comunistas, os habitantes do Caldeirão foram silenciados e José Lourenço, principal alvo dos ataques caluniosos, pouco espaço obteve para retratar uma versão diferente dos acontecimentos.

O anticomunismo serviu de instrumento político para manutenção da ordem e foi ferramenta de perseguição daquela comunidade e da sua principal liderança. Utilizado por vezes para promoção de processos depreciativos contra lutas populares, é notável a presença desse elemento na campanha de dissolução do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto.

Considerações Finais

O Caldeirão não é um, foram vários. O movimento organizado pelo Beato José Loureço teve sua trajetória marcada por perseguições, desde o Sítio Baixa D'Anta até o Caldeirão propriamente dito. Para tratar dessas experiências é necessário relacionar a figura de Padre Cícero, personagem central dos episódios que marcaram o cariri cearense na primeira metade do século XX. Caracterizada por intensos conflitos, o início da República no Brasil esteve cercado de episódios violentos e, sobretudo, pelas tentativas de construção de uma

identidade que passou pela busca por inimigos. Destacadamente o “fanatismo religioso” e o comunismo figuraram entre os inimigos a serem enfrentados. A comunidade do sítio Caldeirão teve sua imagem construída pela imprensa brasileira a partir de tais representações mobilizadas para justificar as intervenções militares realizadas.

Portanto, através do discurso da imprensa, lança-se olhares sobre o agrupamento de sertanejos que estava incomodando as elites locais, pois o modo de vida desses camponeses causou a ira dos mantenedores da ordem, por desafiar a lógica estabelecida de desigualdade, do latifúndio, da propriedade privada, do mandonismo. Longe de serem comunistas ou fanáticos, aqueles habitantes reunidos em torno da fé e do trabalho eram sertanejos procurando sobreviver em meio as condições adversas do sertão e início da república. Uma luta que é coletiva, que não cessa e que ainda se faz presente na República Brasileira.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FARIAS, Aírton de. *História do Ceará: Getulista*. Fortaleza: Tropical, 1997.

FIGUEIREDO, José Alves de. *O beato José Lourenço e sua ação no Cariri*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução*

de 1930. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.121-160.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Caldeirão: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades*. 2ª ed. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar / Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC/UFC, 2011.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O massacre do Caldeirão: história oral do 11 de setembro de 1936*. Fortaleza: Escola Livre de História/Expressão Gráfica e Editora, 2016.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.13-44

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2000.

RIOS, Kênia Sousa. *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

Fontes

Correio da Manhã, nº12835, 15/09/1936, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=caldeir%c3%a3o&pagfis=35822>. Acesso em: 27 out. 2020.

Diário da Noite, nº02732, 22/09/1936, p. 13. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961_01&pasta=ano%20193&pesq=caldeir%C3%A3o&pagfis=28802>. Acesso em: 27 out. 2020.



LETHAM-UFBA

Letras em História e Teoria da Escrita e da Comunicação



ANPUH BAHIA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

PPGneim

Programa de Pós-Graduação em
Estudos Interdisciplinares sobre
MULHERES, GÊNERO e FEMINISMO